

2024

DIAGNÓSTICO SOCIAL

FIGUEIRÓ DOS VINHOS



Documento aprovado na Reunião do Conselho Local de Ação Social de Figueiró dos Vinhos em 06/09/2024.
Documento aprovado em Reunião de Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos em 11/09/2024.

Ficha Técnica

DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Setembro, 2024

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Programa da Rede Social

Elaboração:

Núcleo Executivo do CLAS de Figueiró dos Vinhos

Redação/Composição e Análise de Dados:

Radar Social

João Pedro Costa Luís

Rute Marcelino Farinha

Gabinete de Ação Social e Educação - Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

Colaboração:

Conselho Local de Ação Social de Figueiró dos Vinhos

Coordenação/Supervisão:

Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes - Vereadora com o Pelouro da Ação Social

ÍNDICE	5
INTRODUÇÃO	15
1. TERRITÓRIO	16
1.1 - APONTAMENTOS HISTÓRICOS DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS	17
1.2 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	18
2 - AS FREGUESIAS	20
2.1 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E BAIRRADAS	21
2.1.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO	21
2.1.2 - FESTAS E ROMARIAS	22
2.1.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO	22
2.1.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS	22
2.1.5 - CONFRONTAÇÕES	22
2.1.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR (Fonte: INE, 2021).....	23
2.1.7 - ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS.....	24
2.1.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	25
2.1.9 - PRIORIDADES	25
2.1.10 - NECESSIDADES.....	25
2.2 - FREGUESIA DE AREGA.....	26
2.2.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO	26
2.2.2 - FESTAS E ROMARIAS	26
2.2.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO	26
2.2.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS	26
2.2.5 - CONFRONTAÇÕES	27
2.2.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR* (de acordo com os Censos 2021)	27
2.2.7 - ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE AREGA.....	28
2.2.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	28
2.2.9 - PRIORIDADES	28
2.2.10 - NECESSIDADES.....	29
2.3 - FREGUESIA DE AGUDA.....	30
2.3.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO	30
2.3.2 - FESTAS E ROMARIAS	30
2.3.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO	30
2.3.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS	31
2.3.5 - CONFRONTAÇÕES	31
2.3.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR (Fonte: JFA, 2024).....	31
2.3.7 - ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE AGUDA.....	32
2.3.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	32
2.3.9 - PRIORIDADES	33
2.3.10 - NECESSIDADES.....	33
2.4 - FREGUESIA DE CAMPELO.....	34

2.4.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO	34
2.4.2 - FESTAS E ROMARIAS	34
2.4.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO	35
2.4.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS	35
2.4.5 - CONFRONTAÇÕES	35
2.4.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR* (Fonte: JFC - 2024).....	35
2.4.7 - ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE CAMPELO.....	37
2.4.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	37
2.4.9 - NECESSIDADES.....	37
2.4.10 - PRIORIDADES.....	38
3 - DEMOGRAFIA.....	39
3.1 - ANÁLISE SWOT DA DEMOGRAFIA.....	40
3.2 - DEMOGRAFIA - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	40
3.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	40
3.4 - ANÁLISE ESTATÍSTICA	42
3.5 - DINÂMICAS FAMILIARES.....	52
3.6 - FLUXOS MIGRATÓRIOS	59
3.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
4 - HABITAÇÃO	64
4.1 - ANÁLISE SWOT - HABITAÇÃO.....	65
4.2 - HABITAÇÃO - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	65
4.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	65
4.4 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DISPONÍVEL	69
4.5 - EDIFICADO	70
4.6 - ALOJAMENTO E FORMA DE OCUPAÇÃO	71
4.7 - MERCADO DE ARRENDAMENTO	73
4.8 - RECURSO A HABITAÇÃO PRÓPRIA	73
4.9 - INDICADORES DE CONFORTO, HIGIENE E SALUBRIDADE	74
4.11 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL	75
4.12 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DOS EDIFÍCIOS.....	77
4.13 - EDIFÍCIOS LICENCIADOS E CONCLUÍDOS PARA HABITAÇÃO	78
4.14 - RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS.....	80
4.15 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
5 - EDUCAÇÃO.....	85
5.1 - ANÁLISE SWOT - EDUCAÇÃO	86
5.2 - EDUCAÇÃO - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:.....	87
5.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	87
5.4 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO.....	87
5.5 - REDE ESCOLAR E OFERTA EDUCATIVA	88
5.6 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NO CONCELHO	88
5.7 - POPULAÇÃO DOCENTE E NÃO DOCENTE	91
5.8 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.....	92
5.9 - ENSINO BÁSICO	93

5.10 - ENSINO SECUNDÁRIO	95
5.12 - ENSINO PROFISSIONAL	96
5.13 - ENSINO SUPERIOR	97
5.14 - ANALFABETISMO	97
5.15 - NECESSIDADES EDUCATIVAS.....	98
5.16 - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	101
5.17 – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC)	101
5.18 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR.....	102
5.19 - OUTROS APOIOS.....	104
5.20 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
6 - SAÚDE.....	107
6.1 - ANÁLISE SWOT DA SAÚDE	108
6.2 - SAÚDE - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	108
6.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	109
6.4 - PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE	110
6.5 - RECURSOS HUMANOS AO SERVIÇO DA SAÚDE	113
6.6 - ESTATÍSTICAS DO CENTRO DE SAÚDE DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS.....	115
6.7 - CONSULTAS POR PRINCIPAIS VALÊNCIAS EXISTENTES NO CENTRO DE SAÚDE E POLOS	120
6.8 - INDICADORES DA SAÚDE NO CONCELHO	122
6.9 - IMPACTOS E ALTERAÇÕES COM A PANDEMIA DE COVID-19	126
6.10 - SAÚDE MENTAL	127
6.11 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
7 - EMPREGO/DESEMPREGO.....	130
7.1 - ANÁLISE SWOT DO EMPREGO/DESEMPREGO.....	131
7.2 - EMPREGO/DESEMPREGO - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	131
7.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	131
7.4 - ESTRUTURA DO EMPREGO NO CONCELHO	132
7.5 DESEMPREGO NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS.....	134
7.6 - ATIVIDADE FORMATIVA DESENVOLVIDA NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, PELO CEFP DE LEIRIA - SERVIÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	138
7.8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
8 - ATIVIDADE ECONÓMICA	140
8.1 - ANÁLISE SWOT DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS.....	141
8.2 - ATIVIDADES ECONÓMICAS - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS.....	141
8.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	142
8.4 - ESTRUTURA ECONÓMICA E EMPRESARIAL - EMPRESAS E SOCIEDADES	144
8.5 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETORES DE ATIVIDADE.....	145
8.6 - ATIVIDADE AGRÍCOLA E FLORESTAL.....	146
8.7 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	147
8.8 - MERCADO MONETÁRIO E FINANCEIRO.....	148
8.9 - PODER DE COMPRA CONCELHIO.....	148
8.10 - ESTRUTURAS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS	149
8.11 - ESPAÇOS DE INSTALAÇÃO EMPRESARIAL	151

8.12 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
9 - AMBIENTE.....	154
9.1 - ANÁLISE SWOT DO AMBIENTE	155
9.2 - AMBIENTE - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:.....	156
9.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	156
9.4 - EVOLUÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA	158
9.5 - DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	159
9.6 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	161
9.7 - A FLORESTA.....	164
9.8 - INCÊNDIOS FLORESTAIS	165
9.9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
10 - AÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL.....	173
10.1 - ANÁLISE SWOT DA AÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL.....	174
10.2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:.....	174
10.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	174
10.4 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS:.....	176
10.5 - TAXA DE COBERTURA E UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS:.....	179
10.6 - APOIOS SOCIAIS.....	180
10.7 - COMPLEMENTO SOLIDÁRIO Para IDOSOS/AS - CSI	183
10.8 - CARTÃO SENIOR+	183
10.9 - BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS.....	184
10.10 - FIGUEIRÓ CUIDA+	184
10.11 - UNIVERSIDADE SÉNIOR	184
10.10 - RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - RSI	186
10.11 - SUBSÍDIO DE DESEMPREGO	187
10.13 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	188
10.14 - INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA - IPI	189
10.15 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - CPCJ	190
10.16 - POAPMC - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS	197
10.17 - BALCÃO DA INCLUSÃO.....	197
10.19 - LOJA SOCIAL.....	200
10.20 - ARMAZÉM SOCIAL.....	200
10.21 - GABINETE DE APOIO AO JOVEM - GAJ	201
10.22 - CONFERÊNCIA VICENTINA DE SÃO VICENTE DE PAULO	201
10.23 – GARANTIA PARA A INFÂNCIA (GPI)	202
10.24 - APOIO SOCIAL PRESTADO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	203
10.24 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
11 - ACESSIBILIDADES.....	206
11.1 - ANÁLISE SWOT DAS ACESSIBILIDADES.....	207
11.2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	207
11.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	207
11.4 - CARACTERIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA.....	209
11.5 - MOVIMENTOS PENDULARES	210

11.6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
12 - RENDIMENTOS/DESIGUALDADES	216
12.1 - ANÁLISE SWOT DOS RENDIMENTOS E DESIGUALDADES.....	217
12.2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	217
12.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	217
12.4 - INDICADORES DE RENDIMENTO E DESIGUALDADE.....	218
12.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
13 - ASSOCIATIVISMO E DESPORTO	226
13.1 - ANÁLISE SWOT DO ASSOCIATIVISMO E DESPORTO.....	227
13.2 - ASSOCIATIVISMO E DESPORTO - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS.....	227
13.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	227
13.4 - MOVIMENTO ASSOCIATIVO.....	229
13.5 - DESPORTO - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E RECREATIVOS.....	236
13.6 - PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	238
13.7 - DESPORTO: PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESPORTIVAS	238
13.8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
14 - TURISMO, CULTURA e GASTRONOMIA	240
14.1 - ANÁLISE SWOT DO TURISMO, CULTURA E GASTRONOMIA	241
14.2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:	242
14.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	242
14.4 - PONTOS DE INTERESSE TURÍSTICO NO CONCELHO.....	245
14.5 - ALOJAMENTO.....	246
14.6 - GASTRONOMIA.....	248
14.7 - CULTURA.....	249
14.8 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS.....	250
14.9 - ATIVIDADES CULTURAIS	250
14.10 - EFEMÉRIDES	250
14.11 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
15 - SEGURANÇA	254
15.1 - ANÁLISE SWOT DA SEGURANÇA.....	255
15.2 - SEGURANÇA - PROBLEMAS IDENTIFICADOS	255
15.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	255
15.4 - GNR DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS	256
15.5 - CRIMINALIDADE.....	256
15.6 - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	258
15.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	259
16 - ANÁLISE SWOT CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS.....	261
17 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO (PRINCIPAIS INDICADORES).....	263
18 - CONCLUSÃO	270

19 - EIXOS PRIORITÁRIOS	272
BIBLIOGRAFIA	275

ÍNDICE DE GRÁFICOS

G. 1 - Densidade Populacional 1991-2021.....	43
G. 2 - Pirâmide Etária 1991-2021.....	45
G. 3 - Taxa Bruta de Natalidade 2007-2023 (%o).....	46
G. 4 - Taxa Bruta de Mortalidade 2007-2023 (%o)	46
G. 5 - Saldo natural 1940-2021	47
G. 6 - Taxa de crescimento Natural 2007-2023.....	48
G. 7 - Índice de Envelhecimento 2007-2023.....	49
G. 8 - Índice de dependência de idosos.....	50
G. 9 - Índice de Dependência de Jovens	51
G. 10 - Índice de Dependência total	52
G. 11 - Evolução do Número de Famílias Clássicas (Concelhos Norte do Distrito de Leiria) - 1991-2021.....	53
G. 12 - Taxa Bruta de Divórcio 2007 - 2021.....	54
G. 13 - Taxa Bruta de Nupcialidade 2007 - 2021.....	55
G. 14 - Proporção de Núcleos Familiares Monoparentais - 2001, 2011 e 2021	55
G. 15 - Proporção de Núcleos Monoparentais por Freguesia - 2001, 2011 e 2021.....	56
G. 16 - Proporção de Famílias Clássicas Unipessoais - 2001, 2011 e 2021	57
G. 17 - Proporção de número de Núcleos Familiares de Casais com Filhos - 2001, 2011 e 2021	58
G. 18 - Proporção de núcleos Familiares de casais com Filhos por Freguesia - 2001, 2011 e 2021	58
G. 19 - Dimensão Média das Famílias - 2001, 2011 e 2021.....	59
G. 20 - Taxa de crescimento migratório 2007-2023.....	61
G. 21 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Figueiró dos Vinhos - 2022	62
G. 22 - Densidade de alojamentos (N.º/Km ²), Figueiró dos Vinhos, por freguesia, 2021	69
G. 23 - N.º de Edifícios por época de construção	70
G. 24 - Evolução dos edifícios de habitação familiar clássica, Figueiró dos Vinhos 2011-2021.....	72
G. 25 - Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal por freguesia 2011-2021.....	72
G. 26 - Valor dos encargos médios mensais devido a aquisição de habitação própria, 2021	73
G. 27 - Proporção de alojamentos familiares sem pelo menos uma infraestrutura básica 2011- 2021 .	74
G. 28 - Edifícios por Estado de Conservação, Concelho de Figueiró dos Vinhos e freguesias, 2021	75
G. 29 - Proporção de Edifícios muito degradados 2011-2011	76
G. 30 - Proporção de Edifícios muito degradados por freguesia 2011-2021.....	77
G. 31 - Índice de Envelhecimento dos Edifícios 2011/2021.....	78
G. 32 - N.º Habitações Apoiadas ao Abrigo do Regulamento, total e por Freguesia, 2019-2023	81
G. 33 - Evolução do N.º de alunos, 2017/18 a 2022/23	88
G. 34 - Evolução do n.º de alunos por Ciclo de Ensino, 2017/18 a 2022/23	89
G. 35 - Evolução dos alunos estrangeiros 2021/22 - 2023/24	89

G. 36 - Evolução dos alunos matriculados em português língua não materna 2021/22 - 2023/24	90
G. 37 - Evolução do Pessoal Docente, 2019/20 a 2023/24	91
G. 38 - Taxa Bruta de pré-Escolarização (%) em Figueiró dos Vinhos	93
G. 39 - Taxas de Retenção e Desistência no ensino básico, por Ciclo, Figueiró dos Vinhos (%)	94
G. 40 - Taxa Bruta de Escolarização - Ensino Básico, Figueiró dos Vinhos 2011/12 - 2021/22	95
G. 41 - População Residente Ensino Superior Completo (%), por local de Residência, aos Censos 2011 e 2021	97
G. 42 - Evolução da Taxa de Analfabetismo (%), 2011 - 2021	98
G. 43 - N.º de alunos com Necessidades Educativas - NE - 2016/17 a 2023/24	100
G. 44 - Evolução do n.º de alunos subsidiados/as (% do total), 2019/20 - 2023/24	103
G. 45 - Médicos por 1000/habitantes 2011-2021	113
G. 46 - Enfermeiros por 1000/habitantes 2011-2021	114
G. 47 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000/habitantes 2011-2021	114
G. 48 - Evolução do número de inscritos no Centro de Saúde - 2014-2024 (até julho)	115
G. 49 - Percentagem de Inscritos no Centro de Saúde por sexo 2014-2024	116
G. 50 - Percentagem de inscritos por faixa etária 2019-2024	117
G. 51 - Número de Utentes inscritos julho 2024	118
G. 52 - Distribuição de Utentes por médico de família % - 2024	118
G. 53 - Distribuição de Utentes por freguesia % - 2024	119
G. 54 - Distribuição de Utentes por sexo e faixa etária % - 2024	119
G. 55 - Índice de dependência dos utentes relativamente à saúde % - 2024	120
G. 56 - Consultas por âmbito de programa de saúde, 2023	121
G. 57 - Consultas Urgentes - Percentagem de Atendimentos por horário da consulta, 2023	121
G. 58 - Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil	122
G. 59 - Nados-vivos e Óbitos - 2001-2021	123
G. 60 - Óbitos por doenças do aparelho circulatório %, 2011-2022	124
G. 61 - Óbitos por tumores malignos %, 2011-2022	125
G. 62 - Vacinação contra a COVID-19, Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos	126
G. 63 - População desempregada por sexo, Figueiró dos Vinhos 2011 - 2021	133
G. 64 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional, Figueiró dos Vinhos, média anual, 2017 - 2023	134
G. 65 - Formandos/as Abrangidos entre 2017 e 2024 (até julho)	138
G. 66 - Resíduos Total e por tipo de recolha, 2017-2022	162
G. 67 - Resíduos urbanos produzidos: total e por tipo de operação de destino (ton.), 2017-2020	162
G. 68 - Incêndios florestais no concelho de Figueiró dos Vinhos no período 1990/2023	166
G. 68 - Taxa de cobertura e utilização das respostas sociais para idosos (centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário) Figueiró dos Vinhos (%)	179
G. 69 - Pensões da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice, Figueiró dos Vinhos 2019-2023	180
G. 70 - Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%)	181
G. 71 - Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), 2023	182
G. 72 - Evolução do valor médio anual das pensões da Segurança Social (€) por Local de residência 2019-2022	182

G. 73 - N.º de Beneficiários/as de CSI do concelho de Figueiró dos Vinhos, 2019-2023	183
G. 73 - Beneficiárias/os do RSI Em Figueiró dos Vinhos (2017-2023).....	186
G. 74 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos(%) (2011 - 2023)	186
G. 75 - Beneficiários de RSI por grupo etário em Figueiró dos Vinhos (2011 e 2023).....	187
G. 76 - Beneficiários do subsídio de desemprego no total de beneficiários ativos (%) (2001 - 2021) ..	188
G. 77 - Beneficiários de Subsídio de Desemprego, total e por sexo, em Figueiró dos Vinhos (2001 - 2023)	188
G. 78 - Taxa de Cobertura e Taxa de Utilização da Creche em Figueiró dos Vinhos (2011 - 2021) (%)..	189
G. 79 - Arquivamentos, 2018-2023.....	192
G. 80 - Crianças/Jovens acompanhados por Sexo, 2018-2023	192
G. 81 - Crianças/Jovens acompanhados por faixa etária, 2018-2023.....	193
G. 82 - Acordos de Promoção e Proteção celebrados no ano, por medida, 2018-2024	195
G. 83 - Processos Arquivados por motivo, 2018-2023.....	196
G. 84 - População residente com 5 ou mais anos que não consegue efetuar as ações, por freguesia 2021	198
G. 85 - População residente com 5 ou mais anos que não consegue efetuar as ações, por sexo, Figueiró dos Vinhos 2021	198
G. 86 - N.º de Famílias apoiadas pelo Armazém Social 2019-2024	201
G. 87 - Movimentos pendulares - População que entra e sai do concelho, 2011-2021.....	211
G. 88 - Percentagem de População que trabalha ou estuda noutro município (concelho e freguesia), 2021	211
G. 89 - Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%), concelho e freguesias, 2021	212
G. 90 - Duração média dos movimentos pendulares em minutos, concelho e freguesias, 2001, 2011 e 2021.....	213
G. 91 - Ganho médio mensal, 2011-2021.....	218
G. 92 - Proporção do poder de compra concelhio, 2011-2021	220
G. 93 - Disparidade do ganho médio mensal entre géneros 2011-2021.....	221
G. 94 - Disparidade do ganho médio mensal entre níveis de habilitação 2011-2021	221
G. 95 - Disparidade do ganho médio mensal entre profissões 2011-2021	222
G. 96 - Disparidade do ganho médio mensal entre setores de atividade 2011-2021	223
G. 97 - Poder de Compra <i>per capita</i> 2011-2021	223
G. 98 - Total de Dormidas e de hóspedes em alojamentos turísticos, 2013-2023	247
G. 99 - Total de Dormidas em alojamentos turísticos por mês, 2023.....	247
G. 100 - Taxa de Criminalidade Total (‰), 2019-2022.....	256
G. 101 - Crimes registados (N.º pelas autoridades) e Categoria de crime, em Figueiró dos Vinhos, 2022	257
G. 102 - Evolução dos crimes de violência doméstica, Figueiró dos Vinhos 2018-2023	258

ÍNDICE DE TABELAS

T. 1 - Ritmo de Crescimento da População do Concelho 1960-2021.....	42
T. 2 - Evolução da População do Concelho por Sexo e Faixa Etária - 1991-2021	44
T. 3 - Famílias Clássicas por local de Residência NUT I, II e III.....	53
T. 4 Número de Famílias Clássicas Unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos - 2001, 2011 e 2021 .	57
T. 5 - Edifícios por época de construção, Figueiró dos Vinhos, 2021	70
T. 6 - N.º de alojamentos por tipo, por freguesias Figueiró dos Vinhos, 2011 - 2021	71
T. 7 - Alojamentos Coletivos, Figueiró dos Vinhos, 2011 - 2021	71
T. 8 - Alojamentos familiares clássicos, por forma de ocupação, por freguesias, Figueiró dos Vinhos, 2021	71
T. 9 - Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados (%), por freguesia, Figueiró dos Vinhos, 2011 - 2021	73
T. 10 - Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos, por freguesia, Figueiró dos Vinhos, 2011 - 2021	73
T. 11 - N.º de alojamentos por tipo de entidade proprietária, Figueiró dos Vinhos, 2011 - 2021.....	74
T. 12 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual e lotação, Figueiró dos Vinhos, por freguesias, 2021.....	75
T. 13 - Edifícios licenciados para habitação familiar: total e por tipo de obra 2011-2021.....	79
T. 14 - Edifícios licenciados para habitação familiar por freguesia: total e por tipo de obra 2011-2021	79
T. 15 - Edifícios concluídos para habitação familiar: total e por tipo de obra, 2011-2021	80
T. 16 - População residente com 15 e mais anos segundo os censo: total e por nível de escolaridade completo mais elevado, Figueiró dos Vinhos (2011 - 2021).....	88
T. 17 - Evolução do pessoal não docente (Min. Educação), 2008/2009 a 2018/2019	91
T. 18 - Evolução do N.º Crianças em Jardim-de-Infância (Público e Privado) Idade e Ano letivo 2019/2020 - 2023/24	92
T. 19 - Alunos Matriculados/as por nível de ensino e ano letivo em Figueiró dos Vinhos 2019/20 - 2023/24	94
T. 20 - Alunos Matriculados no Ensino Secundário por ano letivo em Figueiró dos Vinhos.....	95
T. 21 - Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Secundário por Ano Letivo em Figueiró dos Vinhos..	95
T. 22 - Taxa Bruta Escolarização Ensino Secundário (%) 2011 - 2022	96
T. 23 - Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência à data dos Censos (2011 - 2021)	98
T. 24 - Evolução do Rácio Aluno/Computador, com e sem Internet (2018 - 2022).....	101
T. 25 - Serviços/Unidades Funcionais do Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos e respetivo horário	111
T. 26 - Equipamentos da Saúde no Concelho, 2017-2024	112
T. 27 - Consultas de Medicina Geral e Familiar por sexo e faixa etária - 2023.....	120
T. 27 - Taxa de Desemprego e Atividade por Freguesia 2011-2021	132
T. 28 - Taxa de Emprego por sexo 2011-2021	133
T. 29 - Taxa de Desemprego por género 2011-2021	134
T. 30 - Desempregados inscritos no centro de emprego e de formação profissional (média anual): total e por sexo, Figueiró dos Vinhos, 2017 - 2023.....	135
T. 31 - Desempregados inscritos no centro de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário, Figueiró dos Vinhos, 2017 - 2023	136

T. 32 - Desempregados inscritos no centro de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo, 2017-2023	136
T. 33 - Desempregados inscrito no centro de emprego e de formação profissional à procura de novo emprego (média anual): total e por grandes setores de atividade económica, 2017-2023.....	136
T. 34 - Desempregados inscritos no centro de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tipo de desemprego, 2017-2023	137
T. 35 - Desempregados inscritos no centro de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tempo de inscrição, Figueiró dos Vinhos, 2017-2023	137
T. 36 - Empresas com sede no Concelho de Figueiró dos Vinhos, pessoal ao serviço e volume de negócios - 2011-2021.....	144
T. 37 - Empresas e Sociedades com sede no Concelho de Figueiró dos Vinhos - 2021	145
T. 38 - população empregada por setor de atividade 2011-2021.....	145
T. 39 - Poder de Compra per capita 2011-2021	149
T. 40 - População Abastecida e Qualidade da Água para Consumo Humano, Figueiró dos Vinhos - 2022	159
T. 41 - Utentes dos Serviços da Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos (2023)	176
T. 42 - Utentes dos Serviços da Comissão de Melhoramentos e Apoio Social da Freguesia de Arega..	179
T. 43 - Evolução do número de alunos da USFIG e caraterização por género	185
T. 44 - Crianças/Famílias abrangidas do Concelho de, Figueiró dos Vinhos, ano letivo 2023/24	190
T. 45 - Caraterização processual da CPCJ, 2018-2023	191
T. 46 - Problemática Diagnosticada, 2018-2023	194
T. 47 - Apoios fornecidos pelo Balcão da Inclusão, Figueiró dos Vinhos, 2019 - 2024	197
T. 48 - Distribuição das Associações por tipo e freguesia	229
T. 49 - Equipamentos Desportivos	237
T. 50 - Pontos de Interesse Turístico do Concelho de Figueiró dos Vinhos.....	245
T. 51 - Alojamento e N.º Quartos por Freguesia	246
T. 52 - Distribuição dos Equipamentos de Restauração e similares, por freguesia.....	248
T. 53 - Equipamentos culturais.....	250

O Diagnóstico Social é por natureza um Documento que reflete um processo de elaboração e sistematização de informação em que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um determinado contexto, as suas causas e a sua evolução ao longo do tempo, bem como os fatores condicionantes e de risco e as suas tendências previsíveis.

Em teoria este trabalho visa, além do mais, discriminar esses mesmos fatores consoante a importância que revestem, tendo em vista o estabelecimento de prioridades e estratégias de intervenção, de forma que se possa determinar de antemão o seu grau de viabilidade e eficácia, considerando tanto os meios disponíveis como as forças e atores sociais envolvidos nas mesmas.

De facto, o Diagnóstico Social torna-se o primeiro instrumento de um bom plano de intervenção. O seu carácter dinâmico possibilita-nos compreender as causas dos problemas, permite ver a realidade e interpretá-la, identificar as vulnerabilidades e as ameaças, mas também as potencialidades e oportunidades.

Começaremos por aí mesmo: identificando as ameaças, as oportunidades, as forças e as fraquezas com que o nosso Território é confrontado na atualidade, detendo-nos particularmente na análise de 14 áreas de atuação, que nos parecem aquelas que melhor refletem a realidade do concelho de Figueiró dos Vinhos.

O trabalho que empreendemos em 2019 e que agora conhece uma nova atualização, resulta precisamente do carácter dinâmico deste Documento, que traduz uma outra característica da sua génese, o seu carácter inacabado. O Diagnóstico Social é um momento do processo metodológico que não se encontra fechado num tempo e numa história, na medida em que, e temos de o assumir com toda a naturalidade, nenhum diagnóstico é definitivo.

Dito isto, procuraremos ao longo das páginas subsequentes, capítulo a capítulo, sistematizar informação, analisar causas, fatores tendenciais, não deixando de refletir sobre as mesmas quando se julgar conveniente, ao mesmo tempo que apontaremos caminhos que eventualmente possam vir a ser percorridos, com a necessária conjugação de esforços de todas as Entidades e atores envolvidos neste Processo Social, desde a Administração Central à Regional e Local, para além de outras Instituições.

É esta planificação estratégica que ousamos aqui empreender, cientes que estamos, cada vez mais, da necessária conjugação de esforços, ideias e contributos devidamente articulados entre os diversos parceiros que integram a Rede Social do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Mais do que nunca, todos não somos demais para concretizarmos em conjunto esse superior objetivo de contribuir para um desenvolvimento local sustentado no combate às situações de pobreza e exclusão social com que estruturalmente ainda nos debatemos.

Estamos em crer que o trabalho em parceria que tão bons resultados tem dado, aliado ao trabalho em equipa que poderemos aperfeiçoar e consolidar, contribuirá para uma intervenção ainda mais eficaz, mobilizadora e consequente, na ação que importa prosseguir.

1. TERRITÓRIO

1.1 - APONTAMENTOS HISTÓRICOS DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

O concelho de Figueiró dos Vinhos foi fundado em 1204, por D. Sancho I, após confirmação do foral concedido por D. Pedro Afonso, baseado no foral de Tomar, redigido em 1174.

Em 1514, D. Manuel renovou-lhe o seu primeiro foral, sendo este um período em que o concelho atinge uma apreciável prosperidade económica, donde resultou o incremento urbano da vila, ainda visível nos edifícios da zona histórica e seus envolventes.

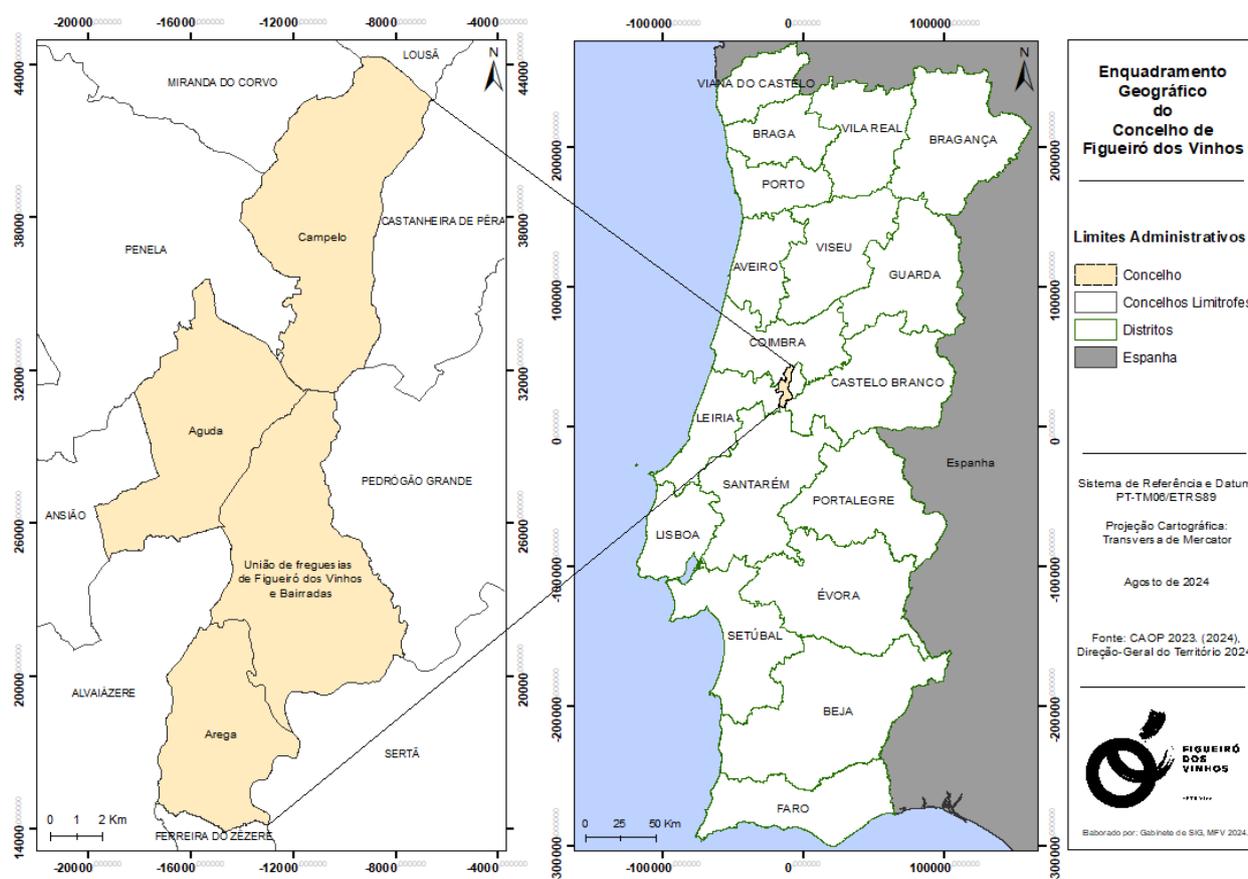
No século seguinte, foi reconstruída a Igreja Matriz, já de cunho renascentista, de traço arquitetónico cuidado, destacando-se no seu interior várias obras de arte que se foram avolumando no século XVIII, com o esplendor Barroco.

No século XIX, com as revoluções liberais, a população participa ativamente nos ideários políticos, o que provoca o desencadear de inúmeras alterações e revoltas. A nobreza e o clero perdem então o seu antigo estatuto e a nova burguesia em ascensão, adquire as grandes propriedades das antigas classes privilegiadas. O novo “regime senhorial” irá imperar até meados do século XX, sempre baseado numa economia fundiária, reanimada por um incremento comercial no final dos anos vinte e ao longo dos anos trinta, época em que o tecido urbano da vila se renova com novas construções e novas avenidas, sendo de realçar a construção do Jardim Parque, que lhe deu nova face, tanto ao gosto do estilo romântico, então ainda vigente no nosso país.

A decadência dos anos sessenta, caracterizada por forte emigração e conseqüente decréscimo populacional, provocou a desertificação das aldeias serranas e um forte desequilíbrio económico, levando ao declínio dos setores secundário e terciário e à estagnação da agricultura.

Detentor de um património natural e cultural construído e etnográfico de grande riqueza, que concilia com uma gastronomia tradicional, Figueiró dos Vinhos, designado por Malhoa como “Sintra do Norte”, elevado a “Estância de Turismo”, na década de 30 do século XX e declarado “Vila Florida da Europa” em 1998, tem conhecido nos últimos anos um processo de desenvolvimento sustentado, traduzido na resolução das necessidades básicas e na construção de equipamentos sociais, desportivos, culturais e urbanos de referência, em respeito pela preservação ambiental e pelas tradições, aliada a uma grande aposta no turismo cultural e de natureza, que se reflete na continuada melhoria da qualidade de vida das populações, permitindo receber com distinção quem visita o nosso concelho.

1.2 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



Localizado a Norte do Distrito de Leiria, do qual faz parte, o concelho de Figueiró dos Vinhos, situa-se geograficamente no centro do país (provincia da Beira Litoral), inserindo-se na sub-região do Pinhal Interior Norte (NUT III).

O concelho de Figueiró dos Vinhos, anteriormente constituído por quatro freguesias, União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, Arega, Aguda e Campelo. Com uma área geográfica de cerca de 173,44 km², o concelho possui atualmente um efetivo populacional de 5281 habitantes¹.

É limitado a Norte pelos concelhos de Miranda do Corvo e Lousã, a Sul com Ferreira do Zêzere e Sertã, a Este por Castanheira de Pera e Pedrógão Grande e a Oeste por Alvaiázere, Ansião e Penela.

Nos termos da Lei n.º 75/2013², de 12 de setembro, o concelho de Figueiró dos Vinhos, passou a integrar a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria - CIM-RL, da qual fazem parte mais 9 concelhos da região³.

Relativamente às acessibilidades, fator essencial ao desenvolvimento, beneficia de uma localização privilegiada no contexto regional, fruto das boas acessibilidades externas que o servem (IC8 e A13) permitindo a rápida ligação à A1 (Autoestrada do Norte) e à A23 (Autoestrada da Beira Interior), bem como à Linha Ferroviária do Norte em Pombal, e a

¹ INE – Censos 2021.

² Que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

³ A CIMRL é composta pelos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós.

Centros Urbanos como Coimbra, Tomar, Leiria e Castelo Branco. Pode afirmar-se que esta melhoria progressiva em termos de acessibilidades, proporcionou uma quebra significativa do isolamento geográfico de outros tempos.

O concelho de Figueiró dos Vinhos encontra-se incluído na bacia hidrográfica do Rio Zêzere, sendo atravessado quase totalmente no sentido Norte/Sul pela Ribeira de Alge, afluente do Rio Zêzere e principal curso de água do concelho.

A sua orografia acidentada, onde prevalecem montanhas com declives profundos e uma densa rede hidrográfica, favorecem a predominância da atividade florestal e agrícola, sendo esta última mais incipiente devido ao carácter acidentado do solo.

2 - AS FREGUESIAS

2.1 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E BAIRRADAS

Área Geográfica: 53,49 km²

População em 1991: 3799 habitantes*

População em 2001: 3835 habitantes*

População em 2011: 3428 habitantes*

População em 2021: 3460 habitantes

Densidade Populacional em 1991: 90,7 hab/km²*

Densidade Populacional em 2001: 91,6 hab/km²*

Densidade Populacional em 2011: 81,9 hab/km²*

Densidade Populacional em 2021: 64,7 hab/km²

Orago: S. João Baptista

*Nota: Dados referentes à freguesia de Figueiró dos Vinhos



2.1.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

Remonta ao século XII o primeiro documento referente ao território do atual concelho de Figueiró dos Vinhos, mormente a doação da Herdade do Pedrógão passada a 17 de maio de 1135. Esta doação foi feita a “Uzbert et Monioni Martiniz et Fernando Martiniz pro seruicio quod michi fecistis et facietis.”, ou seja, a “Uzbert”, a Monio Martins e a Fernando Martins, em recompensa pelos serviços prestados e a prestar.

Todavia permanece obscuro o facto de a “herdade do Pedrógão” que tinha sido doada, em 1135, a “Uzbert et Monioni Martiniz et Fernando Martiniz”, aparecer em 1200, como propriedade do rei, com a designação de Reguengo de Monsalude.

D. Pedro Afonso, senhor do grande Reguengo de Monsalude, coincidente com a antiga “hereditate” do Pedrógão, (re)organizou o povoamento de todo este espaço, nomeadamente, ao incentivar a fundação e estabelecimento de novas povoações concelhias às quais outorgou cartas de foral, como seja, Arega (1201), Figueiró (1204) e Pedrógão (1206).

Figueiró dos Vinhos foi na Idade Média uma vila que crescendo gradualmente atingiu na Época Moderna com a renovação da sua carta de Foral passada a 16 de Abril de 1514 por D. Manuel I, uma manifesta prosperidade económica, social, e cultural. Hoje podemos ainda ver no centro histórico alguns edifícios desse período, dos quais se destacam, entre outros, a Torre do Relógio ou da Cadeia, diversas casas quinhentistas, ou mesmo alguns elementos arquitetónicos ainda nesse núcleo histórico ou ainda no interior da Igreja Matriz desta vila.

Os séculos XVI e XVII foram por excelência o período mais representativo da robustez de uma economia vigorosa, através do florescimento de novas indústrias, nomeadamente das Reais Fábricas das Ferrarias Foz de Alge ou da Machuca e do fabrico do papel com Francisco Dufour e seu filho, Pedro Dufour. Algumas construções demonstram o aspeto cultural, religioso e social dessa época, tais como o Convento de Nossa Senhora da Consolação ou de Santa Clara ou Convento de Nossa Senhora do Carmo, entre tantos outros.

É com as transformações sociais e económicas ocorridas no século XIX-XX neste território que Figueiró dos Vinhos adquire uma projeção nacional com alguns vultos do mundo das Artes, nomeadamente com os escultores Simões de Almeida, Tio e Sobrinho, os pintores José Malhoa e Manuel Henrique Pinto.

Figueiró dos Vinhos continua a ser uma vila com desenvolvimento económico, social e cultural, onde o turismo, juntamente com promoção de políticas sociais consistentes, aos níveis da Educação, Saúde e Ação Social, têm contribuído para marcar a diferença no que concerne ao aumento dos níveis e indicadores de qualidade de vida e bem-estar.

Em 2013, a freguesia de Bairradas foi agregada à freguesia de Figueiró dos Vinhos, no âmbito de uma reforma administrativa nacional, tendo sido então criada a União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, com sede em Figueiró dos Vinhos.

2.1.2 - FESTAS E ROMARIAS

Festa de S. João Baptista, S. Pantaleão, Nossa Senhora dos Remédios, S. Sebastião, Nossa Senhora da Conceição, Madre de Deus, Bom Jesus da Sobreira, Nossa Senhora de Penha de França, Santa Luzia, Santa Quitéria, Nossa Senhora da Nazaré, S. Pedro, Festa de Nossa Senhora do Livramento, Santo António, Nossa Senhora de Fátima e as festividades de Carnaval.

2.1.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO

Miradouro do Cabeço do Peão, Convento de Nossa Senhora do Carmo, Igreja Matriz, Torre da Cadeia, Casulo de Mestre Malhoa, Ermida de S. Sebastião, Ermida da Madre de Deus, Nossa Senhora dos Remédios, Fonte de Guimarães, Capelinha de Nossa Senhora da Conceição, Jardim Municipal, Parque Vale da Pipa, Fonte das Freiras, Cruz de Ferro, Capela de Nossa Senhora da Penha de França, Praia Fluvial de Aldeia Ana de Aviz, Museu e Centro de Artes, Museu do Xadrez, Casa da Cultura, Barragem da Bouçã, Ponte da Bouçã sobre o Rio Zêzere, Trilhos do Vale do Rio, Cova da Eira, Provência, Igreja Matriz, Pinturas/murais - Fazunchar, entre outros.

2.1.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS

Sociedade Musical Instrução e Recreio de Figueiró dos Vinhos; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos; Grupo Coral de S. João Baptista; Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos; Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento nº 148; Grupo de Estudos e Divulgação das Artes Musical e Teatral - Jograis e Trovadores; Centro Hípico de Figueiró dos Vinhos; Clube Náutico de Figueiró dos Vinhos; Comelca - Comissão de Melhoramentos do Carapinhal; Centro de Convívio de Aldeia de Ana de Aviz; Terractividade - Associação Recreativa e Cultural de Figueiró dos Vinhos; Associação Cultural e Musical Sintonia Consequente; APEMEA - Associação de Promotores do Ensino da Música e Outras Expressões Artísticas e Associação dos Amigos de Vale do Rio.

2.1.5 - CONFRONTAÇÕES

Norte: com freguesia de Campelo,

Sul: com Rio Zêzere,

Este: com o concelho de Pedrógão Grande e Ribeira de Bouçã,

Oeste: com a freguesia de Aguda, a freguesia de Arega e o concelho de Alvaiázere.

2.1.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR (Fonte: INE, 2021)

Agria Grande - 13	Chãos (de Baixo e de Cima) - 89	Milhariça (de Cima e de Baixo) - 13
Agria Pequena - 20	Chavelho - 98	Moinho de Cima - 19
Aldeia Cimeira - 50	Colmeal - 70	Olivais
Aldeia da Cruz - 68	Corisco - 29	Pedreira
Aldeia Ana de Aviz - 149	Coutada - 27	Poisia
Aldeia Fundeira - 36	Cova da Eira - 12	Portela da Lavandeira - 42
Bairrão - 40	Douro - 72	Portelão
Bouçã - 15	Douro Fundeiro	Porto Douro
Barro Negro	Eiras Novas	Quinta do Mouchão - 75
Cabeças - 32	Enchecamas	Retiro - 46
Caldeireiro	Ervideira - 59	Ribeira de São Pedro - 135
Caparito - 24	Figueiró dos Vinhos - 1473	Ribeira do Douro
Carameleiro - 39	Fontainha	Ribeiro Travesso - 48
Carapinhal - 57	Fonte da Guisa	Salgueiro - 12
Casal da Fonte - 53	Fonte do Velho	Senhora dos Remédios
Casal de Alge - 7	Forno Telheiro - 28	Serrada
Casal de Santarém - 79	Horta do Lagar	Telhada
Casal de Santo António	Jogo da Bola	Valada
Casal dos Ferreiros - 45	Lameiras - 22	Vale da Cruz
Casal dos Ferreiros da Ribeira	Lâmpada	Vale das Zebras
Casal dos Vicentes - 30	Laranjeira	Vale de Joanas
Castanheira de Figueiró - 92	Lavandeira - 23	Vale do Rio - 11
Cerejal	Linhares	Vale Fernandes
Chãs	Marvila - 37	Várzea Redonda - 37
Chão da Vinha	Mações	Zereiro - 65

* NOTA: A população apresentada por lugar, foi retirada do site do INE e foi colocada apenas a título exemplificativo, uma vez que não retrata a realidade. Efetivamente, verifica-se (erradamente) pelos dados apresentados, que alguns lugares não têm qualquer população registada. Este facto deve-se, essencialmente, à dificuldade de delimitação dos próprios lugares, ou seja, parece-nos que a população inexistente em determinados lugares, possa estar ligeiramente inflacionada noutros. Refira-se, ainda que, relativamente à União de freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, é apresentado um valor residual de 69 habitantes, que não foram distribuídos pelos respetivos lugares.

2.1.7 - ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

FORÇAS

- Diversidade de equipamentos na área da Saúde (Centro de Saúde, Farmácias, UCCI, Fisioterapia, Análises Clínicas, Clínicas Privadas, Unidade Saúde Mental, Bombeiros Voluntários, viatura INEM, Heliporto; etc.);
- Diversidade de equipamentos e serviços de apoio social e à comunidade ERPI's, UCCI, SAD, Centro Comunitário, CACI, Creche, Lar Residencial para Deficientes, Serviço Local da Segurança Social, etc.);
- Diversidade de equipamentos culturais, desportivos e de lazer (Museu e Centro de Artes, Casa da Cultura, Biblioteca, Estádio e Piscina Municipal, Cabeço do Peão, Jardim Municipal, Praias Fluviais, etc.);
- Diversidade de serviços (Finanças, Tribunal, Conservatória, Correios, GNR, Bombeiros Voluntários, etc.);
- Património histórico, cultural e natural;
- Potencialidades turísticas (Bairro da Bouçã, zona ribeirinha, zonas de lazer, etc.);
- Parque empresarial com capacidade para atração de novas empresas/indústria;
- Centro Investe;
- IEFP e Pólo de Formação;
- Acessibilidades (IC3, IC8, A13, proximidade da A1 e A23);
- Doces conventuais – Pão-de-Ló;
- Diversidade e quantidade de ofertas de alojamento, nomeadamente no turismo rural;
- Área de Reabilitação Urbana – ARU;
- Forte concentração populacional relativamente ao resto concelho;
- Forte componente agrícola (zona de Bairradas);
- Revisão do PDM;
- Intervenções ao nível da requalificação urbana: Plano de Pormenor Centro Histórico.

FRAQUEZAS

- Comércio e indústria incipiente;
- Desemprego estrutural;
- Diminuição da população;
- Envelhecimento da população;
- Baixas qualificações escolares e profissionais da população em idade ativa;
- Dificuldade na fixação de médicos no Centro de Saúde;
- Redução do horário do Serviço de Atendimento Permanente;
- Insuficiência da rede de cobertura da fibra ótica;
- Oferta turística (capacidade das unidades existentes e insuficiência de restaurantes);
- Falta de espaços de diversão noturna;
- Dinamização dos espaços culturais existentes;
- Ausência de uma marca distintiva em termos gastronómicos;
- Insuficiência de rendimentos da população;
- Mercado imobiliário (escassez de habitação para arrendamento, inexistência de terrenos a preços acessíveis que permitam o desenvolvimento da construção, habitação para venda excessivamente cara, inexistência de habitação a custos controlados e inexistência de habitação social);
- Necessidade de requalificação da Casa do Povo (para futura instalação da Junta de Freguesia);
- Existência de barreiras arquitetónicas;
- Incêndios florestais;
- Emigração;
- Famílias em situação de pobreza;
- Desaproveitamento turístico do Bairro da Bouçã e área envolvente;

OPORTUNIDADES

- Portugal 2030;
- PRR;
- Escola Profissional Agostinho Roseta;
- Relativa proximidade dos hospitais centrais;
- Rede de Praias Fluviais;
- Turismo do Centro de Portugal;
- CIMRL, CCDRC, Pinhais do Zêzere, etc;
- Grande Rota do Zêzere;
- Projeto ALJIA;

AMEAÇAS

- Restrições orçamentais à atividade das Juntas de Freguesia;
- Contexto de crise económica e social;
- Concorrência de outros municípios na fixação da população;
- Risco de encerramento de serviços;
- Envelhecimento da população;
- Perda de população.

2.1.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

-  Reduzida cobertura da rede de saneamento;
-  Instabilidade do corpo médico e técnicos de saúde;
-  Habitação degradada;
-  Falta de habitação social/custos controlados/fraco mercado de arrendamento.

2.1.9 - PRIORIDADES

-  Habitação;
-  Alargamento da rede de saneamento.

2.1.10 - NECESSIDADES

-  Lar para Doentes de Alzheimer;
-  Reforço do combate ao isolamento da população idosa.

2.2 - FREGUESIA DE AREGA

Área Geográfica: 28,64 km²

População em 1991: 1290 habitantes

População em 2001: 1154 habitantes

População em 2011: 870 habitantes

População em 2021: 721 habitantes

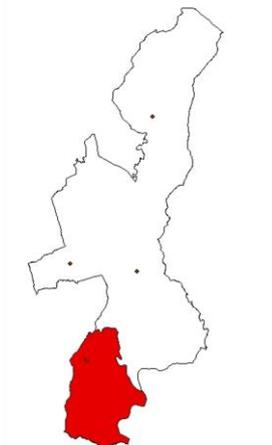
Densidade Populacional em 1991: 45 hab/km²

Densidade Populacional em 2001: 40,3 hab/km²

Densidade Populacional em 2011: 30,4 hab/km²

Densidade Populacional em 2021: 25,2 hab/km²

Distância da Sede de Concelho: 10 km



2.2.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

Em 1071 já Arega teria recebido foral de D. Afonso VI rei de Leão e Castela, mas foi em 1201 que D. Pedro Afonso lhe outorgou carta de foral, passando por isso a concelho. Foi o primeiro concelho da atual comarca de Figueiró dos Vinhos; isto sugere que na altura, Arega seria a povoação mais importante desta região.

Em 1758 Arega tinha dois Juizes Ordinários, três Vereadores, um Procurador, um Escrivão da Câmara, dois Tabeliães do Judicial e de Notas, um Alcaide, um Contador da Câmara, um Capitão de Ordenança, um Alferes e um Ajudante com uma Companhia.

Com a nova organização do país em 1836 Arega, Maçãs de Dona Maria e Aguda passam a formar o concelho de Maçãs de Dona Maria. O concelho de Chão de Couce era constituído por chão de couce, Avelar e Pousaflores. Todas estas localidades formavam a Comarca das Cinco Vilas e Arega.

Em outubro de 1855 passou para o concelho de Figueiró dos Vinhos com a extinção do concelho de Maçãs de Dona Maria.

2.2.2 - FESTAS E ROMARIAS

Festa de Nossa Senhora da Conceição, Santa Ana, S. João e Romaria de Nossa Senhora do Pranto.

2.2.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO

Foz de Alge, zona ribeirinha, ruínas da Fábrica da Fundição de Ferro da Foz de Alge e Igreja Matriz, Pinturas/murais - Fazunchar, Pista de Pesca Desportivo do Poeiro, Piscina e Rio Zêzere.

2.2.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS

ARCA - Associação Recreativa e Cultural de Arega; Comissão de Melhoramentos e Apoio Social da Freguesia de Arega e Centro Recreativo e Cultural “O Cantinho da Foz de Alge”; Parque de Campismo da Foz de Alge.

2.2.5 - CONFRONTAÇÕES

Norte: com a União das freguesias das Figueiró dos Vinhos e Bairradas e com o concelho de Alvaiázere,

Sul: com Ferreira do Zêzere,

Este: com o Rio Zêzere e concelho de Sertã,

Oeste: com o concelho de Alvaiázere.

2.2.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR* (de acordo com os Censos 2021)

Arega - 65	Foz de Alge - 35	Venda do Henrique
Brejo - 119	Casais de Arega - 21	Poeiro
Braçais - 72	Casais Fundeiros - 12	Janalvo
Carreira - 95	Casa Nova	Caboucos
Casalinho - 18	Pégudas - 11	Casalinho de Santana
Castanheira - 52	Pereiro	Lameira
Portela - 41	Brunhal - 31	Confrarias
Portela do Brás	Vale do Prado	Casal do Macedo
Jarda - 32	Valbom - 11	Casal da Eira
Avelais - 37	Lameirão	Ribeira do Brás - 21

* NOTA: A população apresentada por lugar, foi retirada do site do INE e foi colocada apenas a título exemplificativo, uma vez que não retrata a realidade. Efetivamente, verifica-se (erradamente) pelos dados apresentados, que alguns lugares não têm qualquer população registada. Este facto deve-se, essencialmente, à dificuldade de delimitação dos próprios lugares, ou seja, parece-nos que a população inexistente em determinados lugares, possa estar ligeiramente inflacionada noutros. Refira-se, ainda que, relativamente à freguesia de Arega, é apresentado um valor residual de 48 habitantes, que não foram distribuídos pelos respetivos lugares.

2.2.7 - ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE AREGA

FORÇAS

- Floresta e atividades ligadas à floresta;
- Infraestruturas de apoio à comunidade (Lar Idosos/as, SAD, Centro de Dia e Centro de Convívio);
- Oferta diversificada de serviços (ATM, farmácia, Polo de Saúde, etc.);
- Infraestruturas de apoio ao turismo (parque de campismo, pista de pesca desportiva do Poeiro, ancoradouro/plataforma náutica da Foz de Alge, percursos pedestres, oferta de alojamento, etc.);
- Gastronomia rica em peixe do rio;
- Locais de interesse turístico (Foz de Alge, zona ribeirinha, ruínas da Fábrica de Fundição de Ferro da Foz de Alge).

FRAQUEZAS

- Desemprego;
- Diminuição da população;
- Envelhecimento da população;
- Desertificação de lugares rurais;
- Incêndios;
- Comércio e indústria incipiente;
- Caminhos florestais.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2030;
- Grande Rota do Zêzere;
- Projeto para a Gestão Integrada da Ribeira de Alge – ALJIA;
- PRR.

AMEAÇAS

- Contexto de crise económica e social;
- Restrições orçamentais à atividade das Juntas de Freguesia;
- Encerramento de serviços;
- Envelhecimento da população;
- Baixa natalidade.

2.2.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

-  Desemprego (maioritário feminino);
-  Economia incipiente;
-  Emigração/ imigração (desertificação);
-  Falta de saneamento.

2.2.9 - PRIORIDADES

-  Criação de emprego;
-  Reabilitação dos caminhos florestais.

2.2.10 - NECESSIDADES

- ✚ Desenvolvimento e organização de maior número de atividades culturais e de lazer com envolvimento da população;
- ✚ Criação de emprego.

2.3 - FREGUESIA DE AGUDA

Área Geográfica: 39,67 Km²

População em 1991: 1698 habitantes

População em 2001: 1394 habitantes

População em 2011: 1106 habitantes

População em 2021: 909 habitantes

Densidade Populacional em 1991: 42,8 hab/km²

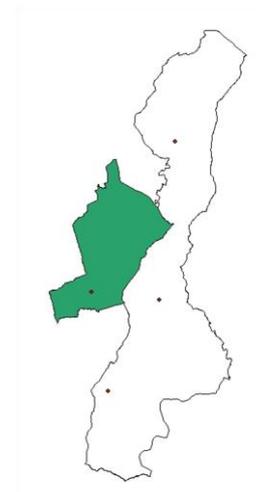
Densidade Populacional em 2001: 35,1 hab/km²

Densidade Populacional em 2011: 27,8 hab/km²

Densidade Populacional em 2021: 22,9 hab/km²

Distância da Sede de Concelho: 15 km

Orago: Nossa Senhora da Graça.



2.3.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

“Situada na Serra homónima, a sede da freguesia de Aguda dista cerca de 16 Km da sede do concelho.

Apesar da falta de documentação, sabe-se que no território da freguesia de Aguda já existia população desde o tempo dos mouros. As provas documentais referentes a este território remontam ao século XIII. Almofala de Aguda é a partir de 1221 uma vila com uma vida municipal ténue e rudimentar com Juiz e Mordomo.

Numa carta de 1434 verifica-se que o Conde de Vila Real D. Pedro de Meneses, filho do rei D. Duarte possuía os direitos da vila de Aguda. Foi-lhe concedido Novo Foral em 1514 por D. Manuel I. Em 1641 a família Meneses foi acusada de conspiração e os seus bens passaram para a Coroa do Reino de Portugal, incluindo os direitos da vila de Aguda.

Antes da divisão territorial de 1836, Chão de Couce, Avelar, Pousaflores, Mações de Dona Maria e Aguda formavam a “Comarca das Cinco Vilas”. A partir desta data as freguesias de Mações de Dona Maria, Aguda e Arega formavam o concelho de Mações de Dona Maria.

Em 1855 passou esta freguesia a integrar o concelho de Figueiró dos Vinhos”.

In <http://cm-figueirodosvinhos.pt/c/o-concelho-freguesia-de-aguda.html>.

2.3.2 - FESTAS E ROMARIAS

Festa de Nossa Senhora da Graça, S. Pedro, Nossa Senhora da Piedade e S. Simão - Feira das Nozes.

2.3.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO

Ribeira de Alge, Fragas do Cercal, Fragas de S. Simão, Casal de S. Simão, Miradouro de S. Simão, Ermida de S. Simão; Pelourinho, Igreja Matriz, Museu da Casa Agrícola Rego Vasconcelos (Almofala de Cima), Passadiços das Fragas de S. Simão e da Ermida de S. Simão, Piscina, Trilhos dos Moninhos, Percurso Fragas de S. Simão e Pinturas/murais - Fazunchar.

2.3.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS

Rancho Folclórico Flores da Alegria de Almofala de Baixo; Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda; Associação “O Convívio” da Região de Chimpeles, ARCRA - Associação Recreativa e Cultural da Ribeira d’Alge, Refúgios de Pedra - Associação de Moradores do Casal de S. Simão, Associação Cultural “Escola dos Moninhos”, Associação Colher para Semear - Rede Portuguesa de Variedades Tradicionais - Quinta do Olival, Associação Almofala Bombas Club, Associação Fragas Bike Team e Associação Pegadas e Bigodes.

2.3.5 - CONFRONTAÇÕES

Norte: com a freguesia de Campelo e com o concelho de Penela,

Sul: com o concelho de Alvaiázere,

Este: com a União das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas,

Oeste: com o concelho de Ansião.

2.3.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR (Fonte: JFA, 2024)

Abrunheira - 17	Lomba da Casa - 2
Aguda - 152	Martingago - 15
Além da Ribeira - 1	Moninhos Cimeiros - 9
Almofala de Baixo - 185	Moninhos Fundeiros - 17
Almofala de Cima - 49	Olival - 26
Azeitão - 10	Pereira - 7
Bacelo - 5	Ponte Brás Curado - 2
Bairro Industrial - 47	Ponte S. Simão - 13
Casal de São Simão - 2	Ribeira de Alge - 8
Casal Castanheiro - 17	Salgueiro da Lomba - 11
Casal do Pedro - 20	Salgueiro da Ribeira - 9
Casal S. Pedro	Saonda - 4
Casal Ruivo - 21	Sigoeira de Baixo - 17
Casal Velho - 23	Vale da Pousada - 4
Cercal - 45	Vale de Tábuas - 9
Chimpeles - 29	
Coelheira - 28	
Fato - 27	
Lameirinha	

2.3.7 - ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE AGUDA

FORÇAS

- Proximidade das principais vias de comunicação (A13, IC8, IC3; A1);
- Apoios á natalidade por parte da Junta de Freguesia;
- Equipamentos sociais de apoio à população idosa e à comunidade (SAD, CC e CATL);
- Proximidade de outros pólos de apoio à saúde (Fundação N.ª Sr.ª da Guia e hospitais centrais);
- Oferta diversificada de serviços (ATM, farmácia, Pólo de Saúde, etc.);
- Turismo
- Potencialidade para o turismo de aventura e da natureza;
- Aldeia de Xisto do Casal de S. Simão;
- Praia Fluvial das Fragas de S. Simão;
- Percursos pedestres;
- Percursos de BTT;
- Escola de Escalada (Fragas do Cercal);
- Projeto para a Gestão Integrada da Ribeira de Alge – ALJIA;
- Apoio no Município nos transportes Escolares para todos os Alunos do Agrupamento de Escolas do Município.

FRAQUEZAS

- Desemprego;
- Envelhecimento da população;
- Desertificação de lugares rurais;
- Emigração de agregados familiares jovens;
- Habitação degradada e sem infraestruturas básicas;
- Fraco tecido empresarial;
- Incêndios florestais;
- Degradação dos equipamentos desportivos;
- Idosos/as em situação de isolamento sociogeográfico;
- Famílias em situação de pobreza e/ou com insuficiência de rendimentos;
- Alcoolismo;
- Pouca oferta na rede de transportes públicos.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2030;
- PRR;
- Rede Aldeias de Xisto;
- Passadiços do Casal de S. Simão e das Fragas;
- Alojamentos Locais;
- Turismo do Centro de Portugal;
- Revisão do PDM.

AMEAÇAS

- Contexto de crise económica e social;
- Restrições orçamentais à atividade das Juntas de Freguesia;
- Eventual encerramento de escolas na freguesia devido à diminuição do número de nascimentos;
- Eventual encerramento do Pólo de Saúde;
- Concorrência de outros municípios na fixação da população;
- Envelhecimento da população;
- Baixa natalidade.

2.3.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

-  Pouca indústria e comércio;
-  Envelhecimento da população;
-  Incêndios.

2.3.9 - PRIORIDADES

- ✚ Construção da Zona Industrial (o que permitirá a criação de novos postos de trabalho e conseqüente fixação da população).

2.3.10 - NECESSIDADES

- ✚ Reabilitação dos equipamentos desportivos;
- ✚ ERPI - Estrutura Residencial para Idosos;
- ✚ Implementação da toponímia (nos lugares onde ainda não foi implementada);
- ✚ Manutenção dos percursos de trail, BTT e caminhadas.

2.4 - FREGUESIA DE CAMPELO

Área Geográfica: 51,64 Km²

População em 1991: 465 habitantes

População em 2001: 359 habitantes

População em 2011: 278 habitantes

População em 2021: 191 habitantes

Densidade Populacional em 1991: 9 hab/km²

Densidade Populacional em 2001: 7 hab/km²

Densidade Populacional em 2011: 5,4 hab/km²

Densidade Populacional em 2021: 3,7 hab/km²



Distância da Sede de Concelho: 17 km

2.4.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

Campelo é a segunda maior freguesia em extensão territorial do concelho de Figueiró dos Vinhos, era uma das mais povoadas no passado. Hoje é a freguesia mais afetada pela desertificação, tendo a maioria dos seus habitantes migrado para outras zonas do país, e alguns emigrado para o estrangeiro.

A região de Campelo pertenceu desde o reinado de D. Sancho I ao concelho de Miranda do Corvo, e desde a sua doação aos Condes de Miranda do Corvo, sempre lhes pertenceu, e só deve ter deixado de o ser depois de 1805, quando acabaram os privilégios de “juro e herdade”, altura em que certamente também passou a ser administrativamente do concelho de Figueiró dos Vinhos, talvez no começo do regime liberal.

As populações começaram a fixar-se junto da ribeira de Alge, formando pequenos povoados cristãos onde construíam simples santuários ou capelas. Toda a região era designada por “Terras da Ribeira de Alji”.

No século XII criou-se a Paróquia de Alge e o local eleito para sede da paróquia foi o Casal da Ponte pela sua situação geográfica (ficava no meio da região, muita água e boas terras) e por já ter nessa altura uma pequena capela e cemitério. No entanto, a capela era pequena para o culto, pelo que durante algum tempo este continuou a praticar-se na capela do lugar de Alge que era muito maior.

Por influência de Frei Gaspar de Campelo, mestre de noviços carmelitas, foi autorizada a construção de uma igreja com espaço suficiente para o culto dos fiéis sobre a antiga capela do Casal da Ponte, e a ampliação do cemitério; as obras foram custeadas pelos Condes de Miranda. Frei Gaspar de Campelo benzeu a nova igreja e ofereceu a imagem de Nossa Senhora da Graça, passando a ser a Padroeira. Pensa-se que foi por esta razão e também por vontade dos Condes de Miranda, que o nome da terra foi mudado de Casal da Ponte para Campelo.

2.4.2 - FESTAS E ROMARIAS

Festa de Nossa Senhora da Graça (1º domingo de agosto), Nossa Senhora da Saúde (3º domingo de julho), Nossa Senhora do Pranto (domingo de Pascoela), Divino Espírito Santo (2º domingo de agosto), Nossa Senhora de Fátima (2º

domingo de maio), Nossa Senhora da Boa Viagem (3º domingo de agosto), S. Joãozinho (dia de S. João) e S. Tiago (4º domingo de julho).

2.4.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO

Viveiro de trutas de Campelo, piscinas de Vilas de Pedro e de Campelo, piscinas fluviais de Campelo e Alge, aldeias junto à ribeira (Singral, Porto de Oliveira, Moinho Novo e Vale Salgueiro), Serra da Lousã e Pinturas/murais - Fazunchar.

2.4.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS

Campelo - O Convívio - Associação Cultural e recreativa de Campelo; Ribeira Velha - A Lareira - Associação Cultural, Recreativa e de Melhoramentos; Fontão Fundeiro - CBEFF - Centro de Bem Estar do Fontão Fundeiro; Alge - O Penico - Casa de Convívio, Desporto, Cultura e Recreio; Comissão dos Compartes dos Baldios de Alge e lugares anexos e Comissão de Melhoramentos e Apoio Social de Alge; Singral - ACCPS - Associação Casa de Convívio do Povo do Singral.

2.4.5 - CONFRONTAÇÕES

Norte: com concelho de Miranda do Corvo e Lousã,

Sul: com a freguesia de Aguda e a União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas,

Este: com os concelhos de Castanheira de Pera e Pedrógão Grande,

Oeste: com os concelhos de Penela e Miranda do Corvo.

2.4.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR* (Fonte: JFC - 2024)

Aldeia Fundeira - 5	Fontão Fundeiro - 24	Ribeiro
Alge - 14	Fonte da Corte	Ribeiro do Coito - 6
Alto do Carvalho - 2	Goladinha - 2	Searas
Barreira - 5	Linhar	Serrada - 4
Campelo - 19	Moinho Novo	Singral Cimeiro - 2
Campelinho - 6	Outeiro do Casal - 4	Singral Fundeiro
Carvalho - 3	Pé de Ingote	Torgal
Casal - 2	Pé de Janeiro	Trespostos - 4
Casas Velhas - 4	Peralcovo - 3	Vale da Lameira - 2
Castelo - 1	Poço Negro	Vale das Ameixoeiras
Coito	Poisia - 1	Vale do Salgueiro - 6
Corticinhos	Ponte Fundeira - 3	Vale Vicente - 10
Eiras - 1	Portela	Vaz Pinheira
Entre Águas - 6	Porto Oliveira	Vilas de Pedro - 19
Portela de Aldeia Fundeira	Póvoa - 20	
Fontão Cimeiro	Ribeira Velha - 25	

* NOTA: De acordo com o levantamento efetuado pela Junta de Freguesia de Campelo, por lugar, o total da população da freguesia, em 2024, é de 203 habitantes, o que diverge dos 191 registados pelos Censos de 2021.

2.4.7 - ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE CAMPELO

FORÇAS

- Floresta e atividades ligadas à floresta;
- Qualidade de vida;
- Potencialidades turísticas (turismo de natureza/rural);
- Produção de Energia Eólica;
- Movimentos populacionais sazonais (regresso de migrantes e emigrantes nos períodos de férias e fins de semana);
- Viveiro das Trutas de Campelo;
- Piscina fluvial de Campelo e Alge;
- Piscinas de Campelo e Vilas de Pedro;
- Reserva de caça.

FRAQUEZAS

- Envelhecimento da população;
- Diminuição da população;
- Desertificação de lugares rurais;
- Isolamento sociogeográfico;
- Falta de emprego;
- Dificuldades na fixação e atração de jovens;
- Habitação degradada e sem infraestruturas básicas de agregados familiares carenciados;
- Rede rodoviária;
- Distância da sede de concelho;
- Fraca rede de transportes públicos;
- Incêndios florestais;
- Limpeza, manutenção e ordenamento dos caminhos florestais;
- Emigração/migração;
- Inexistência de pequeno comércio,
- Ribeira de Alge Inexplorada.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2030;
- PRR;
- Proximidade da EN 347;
- Turismo do Centro de Portugal;
- Projeto para a Gestão Integrada da Ribeira de Alge – ALJIA;
- Projeto CRER – Criação de Trutas assilvestradas.

AMEAÇAS

- Restrições orçamentais à atividade das Juntas de Freguesia;
- Contexto de Crise económica e social;
- Envelhecimento da população.

2.4.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

-  Desertificação;
-  Falta de infraestruturas (telecomunicações, saneamento, turísticas, etc.);
-  Desemprego.

2.4.9 - NECESSIDADES

-  Turismo Rural;
-  Recuperação dos açudes ao longo da Ribeira de Alge.

2.4.10 - PRIORIDADES

-  Melhoria das infraestruturas ao nível da rede viária, telecomunicações e saneamento;
-  Fixação de indústria, que permita a criação de postos de trabalho (e fixação da população na freguesia);
-  Apoio à dinamização do pequeno comércio existente e à criação de novos estabelecimentos (nomeadamente da área da restauração).

3 - DEMOGRAFIA

3.1 - ANÁLISE SWOT DA DEMOGRAFIA

FORÇAS

- Boa oferta de equipamentos sociais, educativos, culturais e desportivos;
- Boa oferta de equipamentos públicos;
- Recursos naturais, hídricos e florestais;
- Empresa de gestão florestal Florestgal;
- Qualidade de vida;
- Custo de vida acessível;
- Condições para a fixação e aumento do número de famílias;
- Políticas de apoio à natalidade;
- Revisão do PDM;
- Área de Reabilitação Urbana - ARU;
- Operação de Reabilitação Urbana - ORU;
- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável - PAMUS.

FRAQUEZAS

- Diminuição da população (saldo natural negativo);
- Envelhecimento da população;
- Desertificação de lugares rurais;
- Isolamento sociogeográfico de alguns lugares;
- Baixa densidade populacional;
- Movimentos populacionais (emigração, migração, emigração sazonal);
- Diminuição da taxa de natalidade;
- Desemprego;
- Fraco desenvolvimento económico;
- Baixa fixação da população jovem e mais qualificada;
- Escassez de incentivos à fixação da população.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2030;
- PRR;
- Melhoria das acessibilidades com a conclusão da A13 e IC8;
- Qualidade de vida no meio rural.

AMEAÇAS

- Escassez de políticas nacionais que privilegiem o investimento nas zonas economicamente deprimidas;
- Contexto de crise socioeconómica;
- Declínio das políticas sociais nacionais;
- Aumento da tendência crescente para o envelhecimento da população e diminuição da taxa de natalidade.

3.2 - DEMOGRAFIA - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

-  Diminuição da população/Baixa densidade populacional;
-  Envelhecimento da população;
-  Desertificação e isolamento de lugares rurais;
-  Emigração/migração/emigração sazonal;
-  Diminuição da Taxa de Natalidade.

3.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

Em termos demográficos, não se observaram, desde a elaboração do primeiro Diagnóstico Social do Concelho (2002), evoluções positivas relativamente à tendência então apresentada.

O concelho de Figueiró dos Vinhos continua a acompanhar e a apresentar características e constrangimentos que são comuns a outros concelhos do interior do país, nomeadamente no que se refere à acentuada diminuição da população.

Esta realidade transversal ao interior do país é, em boa parte, explicada pelos fluxos migratórios que se têm vindo a verificar, fruto da conjuntura económica recessiva e da escassez de oportunidades de trabalho que identificamos no presente Diagnóstico.

O decréscimo populacional pode ser facilmente comprovado pela quebra significativa da natalidade, associada a uma nova mentalidade e posicionamento, no que à estrutura familiar diz respeito, a par da cada vez maior inserção da mulher no mercado de trabalho, que naturalmente condiciona a dimensão familiar.

Neste contexto e face às condições de vida atuais, os jovens casais são obrigados a ponderar e a planear o número de filhos que podem gerar, de modo a não colocar em causa a estabilidade do agregado e a qualidade de vida que ambicionam ter.

O concelho de Figueiró dos Vinhos também não está imune às vicissitudes que se fazem sentir em muitas outras regiões do País e da Europa, e que decorrem do envelhecimento da população, decorrente da necessidade sentida pela população ativa mais jovem e em regra mais capacitada, de procurar noutras regiões novos modos de vida e meios de subsistência, que legitimamente ambicionam para a sua realização pessoal, familiar, social e económica.

Noutro âmbito, tem-se assistido ao aumento da esperança média de vida, resultado do incremento de políticas de bem-estar social ao nível da higiene, saúde, salubridade e assistência social, porém, não se tem evoluído no aumento do número de nascimentos, que contribuísse para um maior equilíbrio e rejuvenescimento populacional.

Esta problemática terá necessariamente que ser equacionada numa perspetiva global e inserida, articulada e englobada em conjunto com outras matérias tratadas neste Documento, de modo a atenuar e corrigir um conjunto de consequências económicas e sociais que acabam por atingir a sociedade no seu todo.

Afigura-se preocupante a desertificação do meio rural, que associada à baixa densidade populacional, contribui para o isolamento geográfico e social, fenómeno este mais visível e acentuado na população idosa, como veremos de seguida através dos dados estatísticos.

O esforço que o concelho tem vindo a fazer no sentido de disponibilizar um conjunto de infraestruturas e equipamentos sociais diversos, não tem sido por si só suficiente para inverter esta realidade, importando uma vez mais que a administração central acompanhe solidariamente esta preocupação, contribuindo para o encontro das sinergias indispensáveis e capazes de enfrentar com vontade e determinação este grave problema, desde logo por via de uma nova estratégia no que ao ordenamento do território diz respeito, bem como adotando medidas de discriminação positiva para incentivar a fixação da população.

Importa assinalar que as preocupações deixadas no Diagnóstico Social precedente, no que há Demografia diz respeito, e que naturalmente se refletem no desenvolvimento económico desejado que permita estagnar o êxodo populacional e concomitantemente a fixação de pessoas, parecem começar a ter eco junto dos poderes públicos centrais.

Por último, não podemos deixar de reforçar que a diminuição da taxa de natalidade, quer por questões económicas quer por alteração dos padrões culturais (as famílias têm cada vez menos filhos), influencia de forma crescente o envelhecimento populacional que temos vindo a observar nas últimas décadas. Se tivermos ainda em consideração que a taxa de mortalidade tem sido superior à taxa de natalidade, tal facto origina um saldo natural negativo, o que só por si potencia o envelhecimento e a diminuição da população existente.

3.4 - ANÁLISE ESTATÍSTICA

Fazendo uma retrospectiva desde a década de sessenta até aos nossos dias, verificamos um decréscimo da população bastante acentuado entre as décadas de 60/70, fator este explicado pela forte emigração para França, Alemanha e outros países da Europa, bem como pelo êxodo rural para as grandes cidades do país. Este fenómeno, podemos dizer que foi transversal a um grande número de concelhos do interior do país, fruto da procura de melhores condições de vida.

Relativamente à evolução da população entre 1960 e 2021, verificamos nos períodos intercensitários apresentados, um decréscimo constante da população, sendo que, em seis décadas, o concelho perdeu cerca de 54,3% da sua população, não tendo havido nos anos intermédios sinais evidentes de crescimento.

T. 1 - RITMO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO 1960-2021

Freguesias	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021	% pop. perdida 1960/2021
Figueiró dos Vinhos	5781	4764	4726	3799	3835	3428	3460	-40,1
Bairradas	-	-	-	760	610	487	-	-
Aguda	2272	1653	1940	1698	1394	1106	909	-60,0
Arega	2013	1762	1440	1290	1154	870	721	-64,2
Campelo	1479	966	648	465	359	278	191	-87,1
Total Concelho	11545	9145	8754	8012	7352	6169	5281	-54,3
População perdida		-2400	-391	-742	-660	-1183	-888	

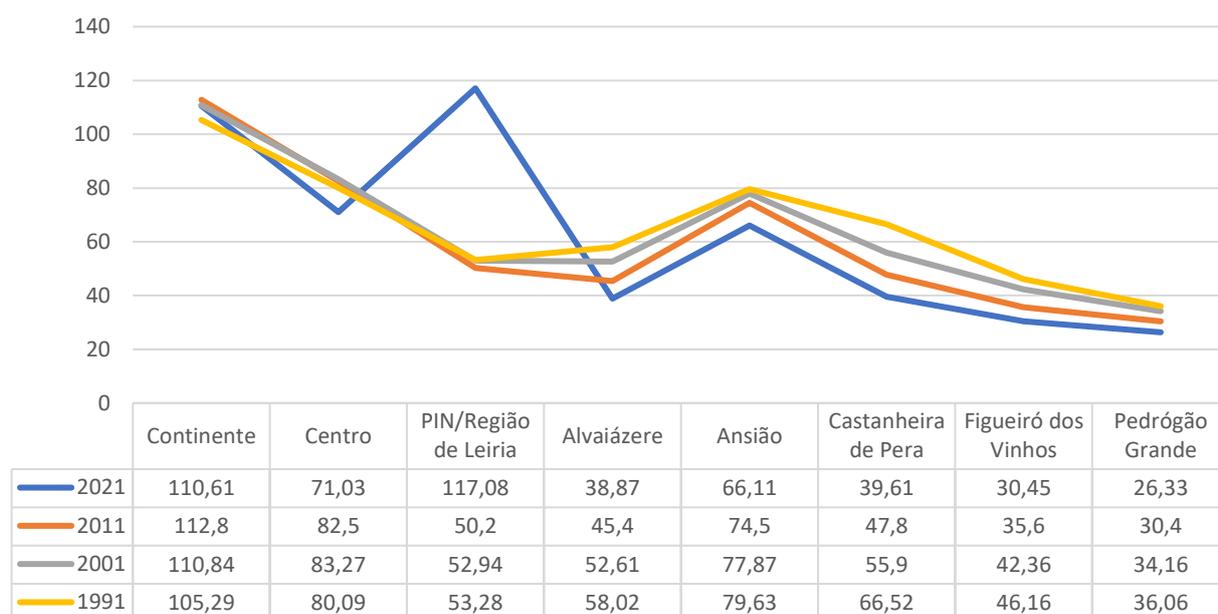
Fonte: INE - Censos (dados definitivos - vários anos).

Da análise do ritmo de crescimento da população por freguesia, verifica-se que o decréscimo da população é superior a 50% nas freguesias de Aguda e Arega, já no caso da freguesia de Campelo é onde se regista maior perda de população atingindo os 87,1%. A união das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, apesar de terem registado também uma significativa perda de população, registaram valores inferiores a 50% nestas sete décadas. No que diz respeito à freguesia de Bairradas, desde a sua fundação até ser harmonizada com a freguesia de Figueiró dos Vinhos foi a que menos população perdeu, 35,9%, devido principalmente ao período mais curto de análise (1991 -2011).

Da consulta dos dados estatísticos mais recentes publicados pelo INE no seu sítio oficial, podemos constatar que, em 2023, a estimativa da população residente no concelho é de 5270 habitantes (-11 que os registados nos últimos Censos) o que evidencia a tendência continua para a perda de população a que temos assistido nas últimas décadas ainda que nos últimos anos, o saldo migratório aumentou significativamente, devido sobretudo à vinda de imigrantes provenientes de diversos países, como vamos poder observar adiante.

Analisando a evolução da densidade populacional a nível nacional, regional e dos concelhos do norte do distrito de Leiria, onde Figueiró dos Vinhos se insere, verifica-se, em 2021, uma diminuição ainda que pouco acentuada do número de habitantes por quilómetro quadrado.

G. 1 - DENSIDADE POPULACIONAL 1991-2021



Fonte: INE - Censos 1991, 2001, 2011 e 2021.

Na NUT III, observamos um aumento atípico deste indicador, fruto da entrada em vigor em janeiro de 2015 da nova versão das NUT (NUTS 2013). Com esta alteração, a NUT anteriormente designada por Pinhal Interior Norte e da qual faziam parte 14 concelhos do interior, deixa de existir, e os concelhos que a integravam passam a fazer parte da Região de Coimbra e da Região de Leiria, conforme a localização. Da Região de Leiria (à qual o concelho de Figueiró dos Vinhos passou a pertencer), fazem parte 10 concelhos, porém, as suas características e localização são muito mais heterogéneas. Para além dos 5 concelhos do Norte do Distrito (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande), passam também a fazer parte desta NUT concelhos mais do litoral do distrito e, conseqüentemente muito mais populosos (Pombal, Leiria, Batalha, Marinha Grande e Porto de Mós), contribuindo assim para o pseudo aumento deste indicador, comparativamente aos resultados dos Censos dos anos anteriores.

Nos concelhos do norte do distrito assistimos a uma diminuição gradual e preocupante da densidade populacional nos anos em análise, registando-se nos concelhos de Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande os valores mais reduzidos (30,45 e 26,3/hab. Km², respetivamente).

A Tabela 2 demonstra a evolução da população do concelho por sexo, verificando-se uma ligeira vantagem de elementos do sexo feminino observável em todas as séries temporais apresentadas, atingindo representatividades percentuais na ordem dos 52/53% contra 47% do sexo masculino.

Relativamente à distribuição da população do concelho por faixa etária, verifica-se uma diminuição significativa da população dos 0-14 anos relativamente ao ano de 1991, representando esta, em 2021, um peso inferior a 10% da população total (9,2%), sendo que em 1991 correspondia a 17%. A representatividade de géneros é aproximada (5,1% H, 4,2% M).

T. 2 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA - 1991-2021

	1991		2001		2011		2021	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pop. resid. total	8012	100	7352	100	6169	100	5281	100
Homens	3835	47,9	3489	47,5	2892	46,9	2504	47,4
Mulheres	4177	52,1	3863	52,5	3277	53,1	2777	52,6
0-14 Total	1360	17	992	13,5	657	10,7	488	9,2
0-14 H	707	8,8	491	6,7	344	5,6	268	5,1
0-14 M	653	8,2	501	6,8	313	5,1	220	4,2
15-24 Total	1037	12,9	895	12,2	592	9,6	400	7,6
15-24 H	538	6,7	463	6,3	296	4,8	215	4,1
15-24 M	499	6,2	432	5,9	296	4,8	185	3,5
25-64 Total	3882	48,5	3592	48,9	3095	50,2	2535	48,0
25-64 H	1846	23	1755	23,9	1507	24,4	1239	23,5
25-64 M	2036	25,4	1837	25	1588	25,7	1296	21,5
65 + anos Total	1733	21,6	1873	25,5	1825	29,6	1858	35,2
65 e mais H	744	9,3	780	10,6	745	12,1	782	14,8
65 e mais M	989	12,3	1093	14,9	1080	17,5	1076	20,4

Fonte: INE - Censos 1991, 2001, 2011 e 2021.

A mesma tendência se verifica na faixa etária dos 15-24 anos, apesar da perda de população ter sido ligeiramente menor (5,3%). A representatividade entre géneros é ligeiramente diferente, tendo o sexo masculino maior representação (4,1%) do que o sexo feminino (3,5%).

Ao avançarmos na faixa etária, verificamos uma alteração da tendência até aqui demonstrada. Se antes a redução do efetivo populacional, representava também uma diminuição destes em termos percentuais, resultado da diminuição da taxa de natalidade nos anos subsequentes, quando se analisa a faixa etária dos 25-64 anos, verificamos que manteve-se ao longo dos anos, entre 48% e 50% ao nível percentual embora constatasse o decréscimo efetivo da população desde os Censos de 1991, o que evidencia o envelhecimento da população.

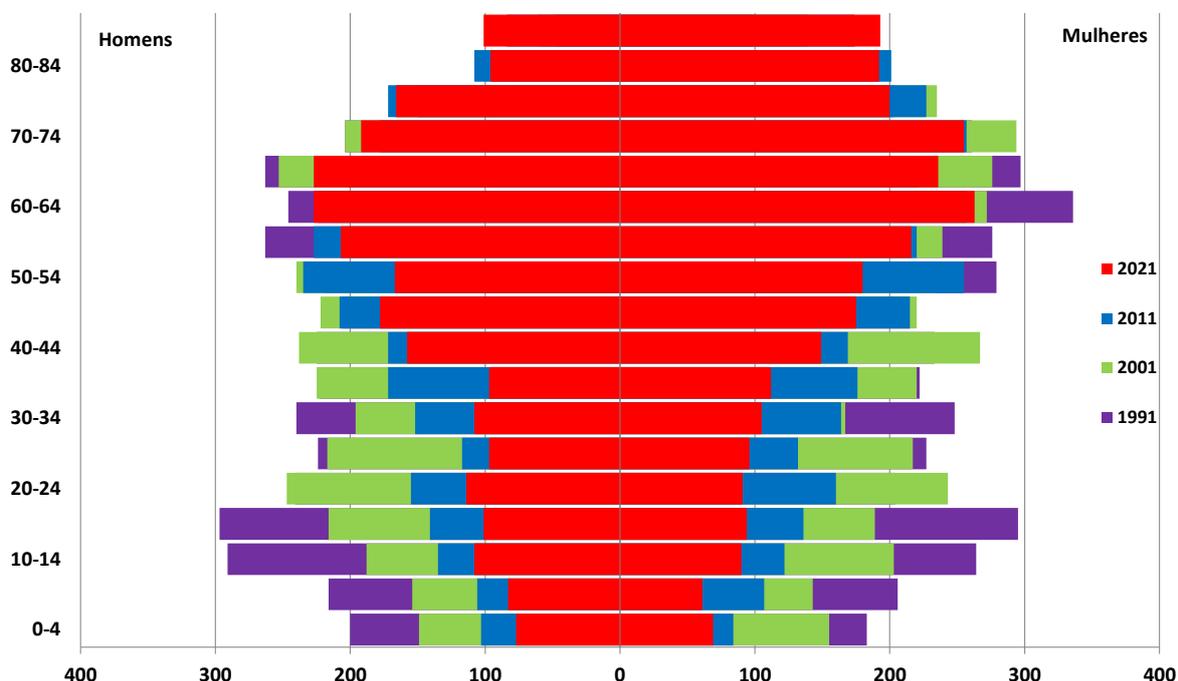
Na faixa etária dos 65 e mais anos, assistimos a um acréscimo gradual da população com algum significado quando comparadas as séries temporais apresentadas. Em termos percentuais assistimos a um aumento de 13,6%, representando, em 2021, 35,2% da população total. Verifica-se ainda uma esperança média de vida mais elevada nas mulheres.

Em suma, a população do concelho divide-se em 2021 da seguinte forma: 9,2% dos 0-14 anos, 7,6% dos 15-24 anos, 48% dos 25-64 anos e 35,2% com 65 e mais anos.

Para uma mais fácil compreensão destes dados, observe-se a evolução da população do concelho entre 1991-2021, através da pirâmide etária⁴ que a seguir se apresenta.

⁴ A pirâmide etária é uma forma de representação gráfica que pretende dar a conhecer a estrutura etária de uma população, tendo, também, em conta a divisão por géneros. Neste caso as idades da população são consideradas em grupos etários de quatro anos.

G. 2 - PIRÂMIDE ETÁRIA 1991-2021



Fonte: INE - Censos 1991, 2001;2011 e 2021, adaptado

A sua forma (pirâmide em urna) é o reflexo do comportamento populacional de uma sociedade típica dos países desenvolvidos, uma vez que “os níveis de natalidade e de mortalidade são muito baixos”⁵.

Este comportamento é facilmente comprovado aquando da análise da pirâmide, pois a tendência é no sentido do estreitamento acentuado da base da pirâmide em resultado da diminuição do número de nascimentos, uma diminuição acentuada da população em idade ativa e alargamento, ainda que pouco significativo do topo da pirâmide, consequência do envelhecimento da população.

Observando a distribuição da população inerente à pirâmide etária ao longo dos vários anos censitários, constatasse, uma ‘inversão’ progressiva da pirâmide, isto é, em 1991 existia um número maior de população nas faixas etárias mais jovens que vai perdendo expressão ao longo do tempo e conseqüente alargamento da pirâmide nas faixas etárias mais idosas, fruto dos fatores anteriormente referidos.

A perda constante de população a que o concelho de Figueiró dos Vinhos tem continuamente assistido, não evidencia que possa haver uma regeneração natural da pirâmide etária do concelho, quer devido à fraca capacidade atrativa de migrantes, quer à perda progressiva de população devido à emigração e à diminuição da taxa de natalidade.

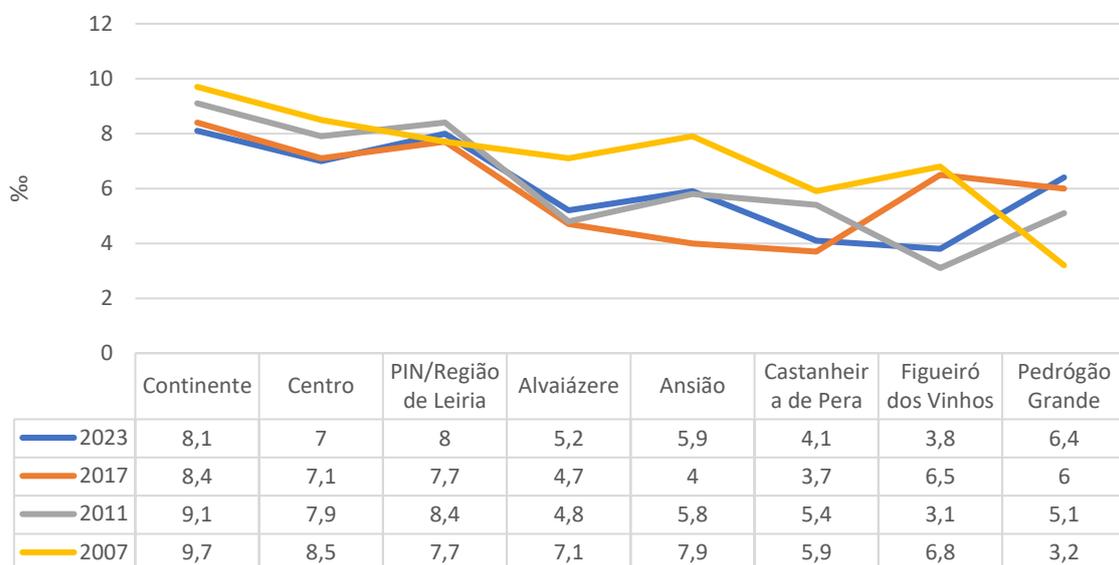
O gráfico seguinte mostra a evolução da taxa de natalidade nos últimos 16 anos.

Na NUT I e II, a taxa de natalidade tem apresentado um decréscimo gradual. Em 2023 nasceram em Portugal Continental 8,1 crianças por cada 1.000 habitantes (-1,6 que em 2007). Na NUT II (Região Centro) nasceram, em 2023, 7 crianças por

⁵ Nazareth, 2004.

cada 1.000 habitantes (-1,5 que em 2007), valor inferior ao registado a nível nacional. Na NUT III a taxa de natalidade é superior à registada na Região Centro (8 nascimentos por 1.000 habitantes).

G. 3 - TAXA BRUTA DE NATALIDADE 2007-2023 (‰)



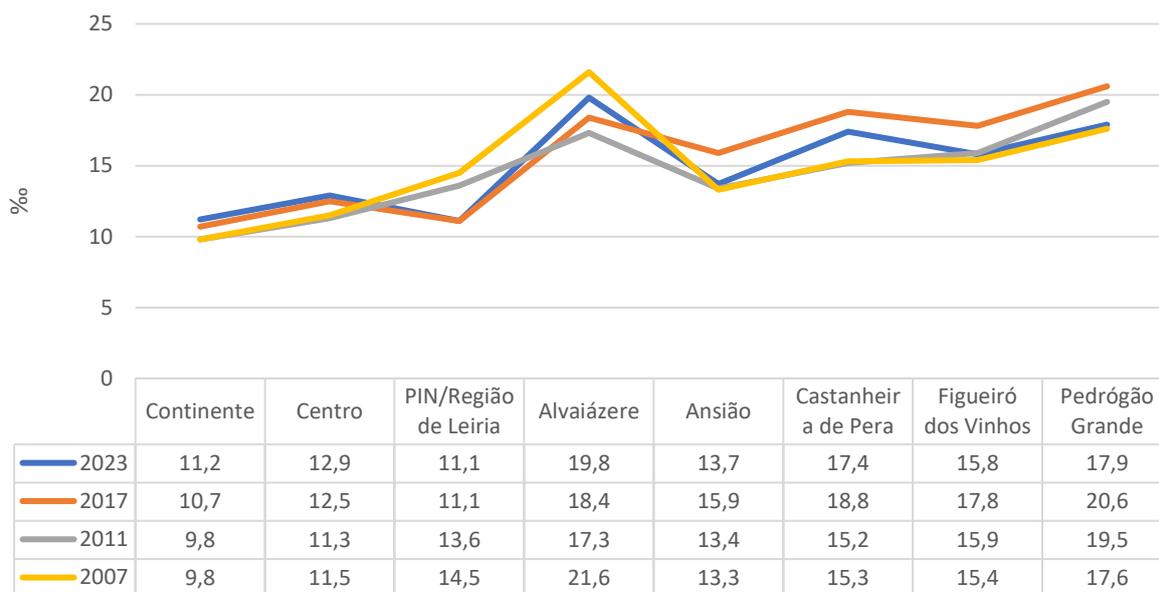
Fonte INE - Anuários Estatísticos.

Nos concelhos da zona norte do Distrito de Leiria registaram-se, em 2023, taxas brutas de natalidade bastante inferiores às registadas nas NUT I, II e III, principalmente quando nos referimos aos concelhos de Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos (esta última com a taxa bruta de natalidade mais baixa em 2023 - 3,8‰), cujo decréscimo foi oscilando, quando comparados os resultados apresentados nos vários anos em análise. Em Pedrógão Grande assistimos a um aumento gradual da taxa bruta de natalidade de 3,2‰ em 2007 para 6,4‰, em 2023. Figueiró dos Vinhos registava, em 2023, uma taxa bruta de natalidade de 3,8‰, valor bastante abaixo do registado em 2017 (6,5‰), mas ligeiramente superior do registado em 2011 (3,1‰).

Relativamente à Taxa Bruta de Mortalidade para o mesmo período, podemos verificar pelo gráfico abaixo apresentado, um ligeiro acréscimo desta na NUT I, de 9,8‰ (em 2007) para 11,2‰ (em 2023).

A NUT II regista, em 2017, uma Taxa Bruta de Mortalidade acima da registada a nível nacional (12,9‰), verificando-se também um acréscimo quando comparadas as séries temporais apresentadas.

G. 4 - TAXA BRUTA DE MORTALIDADE 2007-2023 (‰)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos.

Na NUT III verifica-se um resultado mais atípico, observando-se um decréscimo da Taxa Bruta de Mortalidade entre 2007 e 2023 de 14,5‰ para 11,1‰, quando o oposto seria mais previsível. Porém, lembre-se que os dados de 2007 e 2011 dizem respeito ao Pinhal Interior Norte, enquanto que 2017 e 2023, se refere já à Região de Leiria com o peso das assimetrias concelhias e interior/litoral.

Nos concelhos do Norte do distrito de Leiria, os picos mais elevados da Taxa Bruta de Mortalidade foram observados em 2017, com acréscimo gradual relativamente aos valores registados em 2007. Apenas entre 2017 e 2023, se observou um decréscimo desta taxa, à exceção do concelho de Alvaiázere que aumentou ligeiramente, mas ainda assim, as Taxas Brutas de Mortalidade registadas em todos eles, em 2023, centraram-se entre os 13‰ e os 20‰ (valores bastante superiores aos registados a nível nacional e regional).

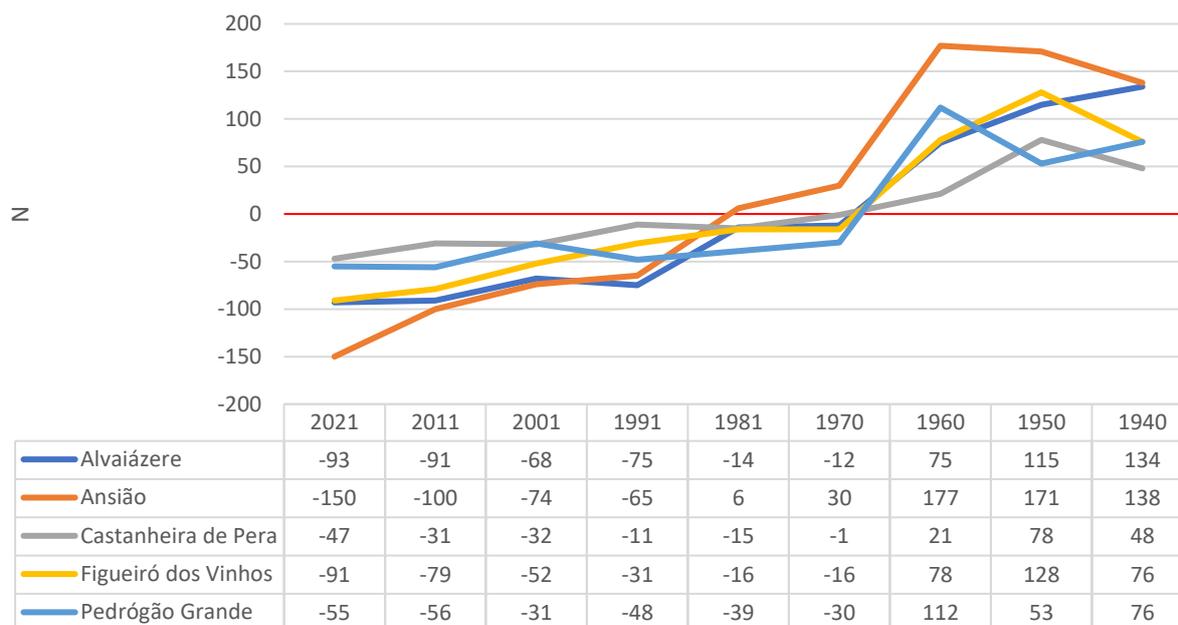
Em 2023, a Taxa Bruta de Mortalidade atingiu, em Figueiró dos Vinhos, os 15,8‰, valor bastante superior ao registado a nível nacional e regional.

Observando o gráfico seguinte verificamos que o Saldo Natural⁶ da população tem vindo a decrescer sistematicamente nas últimas décadas, em todos os concelhos do norte do distrito. A partir da década de 70, começam a registar-se os primeiros saldos naturais negativos (à exceção do concelho de Ansião que se manteve com um saldo natural positivo até à década de 80, diminuindo progressivamente a partir daí). Um Saldo Natural negativo evidencia um abrandamento no ritmo de crescimento da população.

Este decréscimo acentuado e progressivo, expressa bem a diminuição do número de nascimentos (dependente também do aumento da emigração de parte da população em idade ativa e fértil registada nesta década) e o aumento do número de óbitos.

G. 5 - SALDO NATURAL 1940-2021

⁶ O Saldo natural expressa a diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos num dado período.



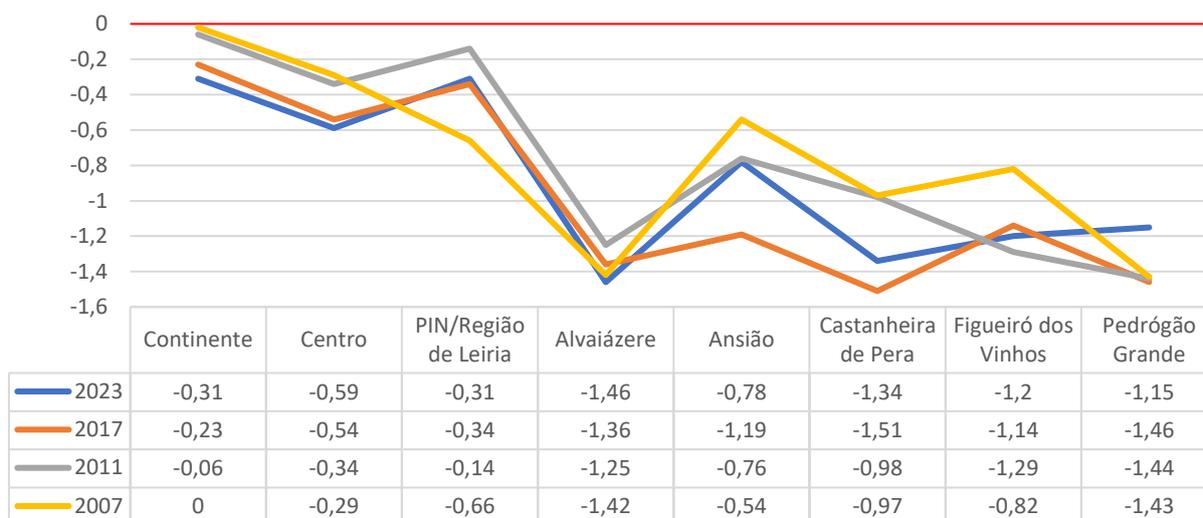
Fonte: INE

Consequentemente, a Taxa de Crescimento Natural⁷ da população, registada entre 2007 e 2023, tem vindo a diminuir e a manter-se em percentagens negativas. Efetivamente, desde 2007 que se verifica um abrandamento da Taxa de Crescimento Natural a nível nacional, que começa a apresentar, a partir deste ano, valores negativos. O mesmo se verifica nas NUT II e III e em todos os concelhos do norte do Distrito de Leiria, sem perspectivas de qualquer inversão positiva.

De facto, o envelhecimento da população apresenta-se hoje como um dos fenómenos mais complexos, preocupantes e desafiantes para a sociedade atual e pode ser analisado sobre duas grandes perspetivas: individualmente e na perspetiva demográfica. Individualmente, o envelhecimento assenta na maior longevidade dos indivíduos, ou seja, traduz-se no aumento da esperança média de vida. Na perspetiva demográfica, define-se pelo aumento da proporção de idosos/as no conjunto da população total. Esse aumento consegue-se em detrimento da população jovem e/ou em idade ativa.

G. 6 - TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL 2007-2023

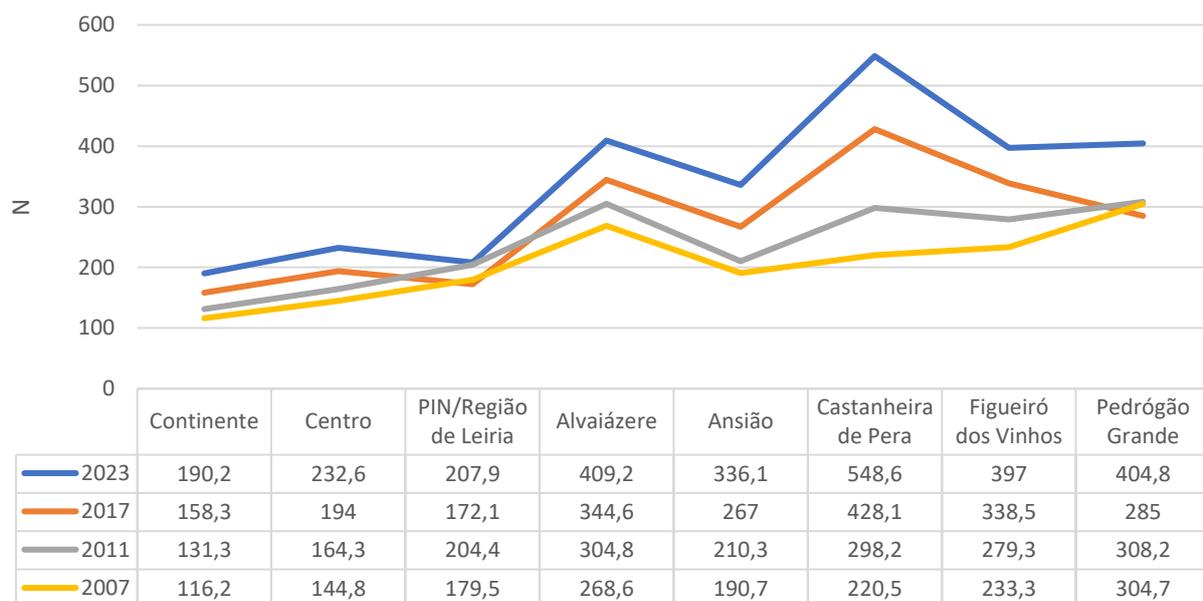
⁷ A Taxa de Crescimento Natural expressa o saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente 1 ano civil, referida à população média desse período (habitualmente expressa em % ou ‰).



Fonte: INE

No gráfico seguinte podemos observar expressamente o envelhecimento da população através da análise do Índice de Envelhecimento da População⁸ nos últimos 16 anos.

G. 7 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO 2007-2023



Fonte: INE

Se tivermos em conta que segundo os dados respeitantes aos Censos mais recentes (2023), a proporção de pessoas com 65 e mais anos atingia os 23,7% em Portugal Continental, podemos facilmente aferir que o envelhecimento da população deixou de ser um fenómeno apenas localizado no interior do país e tem vindo a ocorrer de uma forma generalizada em todo o território nacional.

De facto, e centrando-nos no gráfico acima apresentado, o índice de envelhecimento da população tem aumentado significativamente quer em Portugal Continental quer na Região Centro, nos últimos 15 anos. Em 2023, para cada 100

⁸ "Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 10²) pessoas dos = aos 14 anos)".

jovens, corresponderiam cerca de 190 idosos/as em Portugal Continental, número que viria a inflacionar quando se limita a análise à Região Centro onde, para cada 100 jovens corresponderiam 232 idosos/as. Na NUT III, salientamos novamente o enviesamento dos dados em função das alterações das NUT. A aparente diminuição observada do Índice de Envelhecimento, entre 2011 e 2017, relacionar-se-á apenas com a alteração das NUT, já referenciada.

É nos concelhos do Norte do Distrito de Leiria que se verificam as maiores assimetrias, quer nos elevados aumentos registados nos últimos anos, quer nos valores observados, que nalguns casos mais do que duplicam a média nacional.

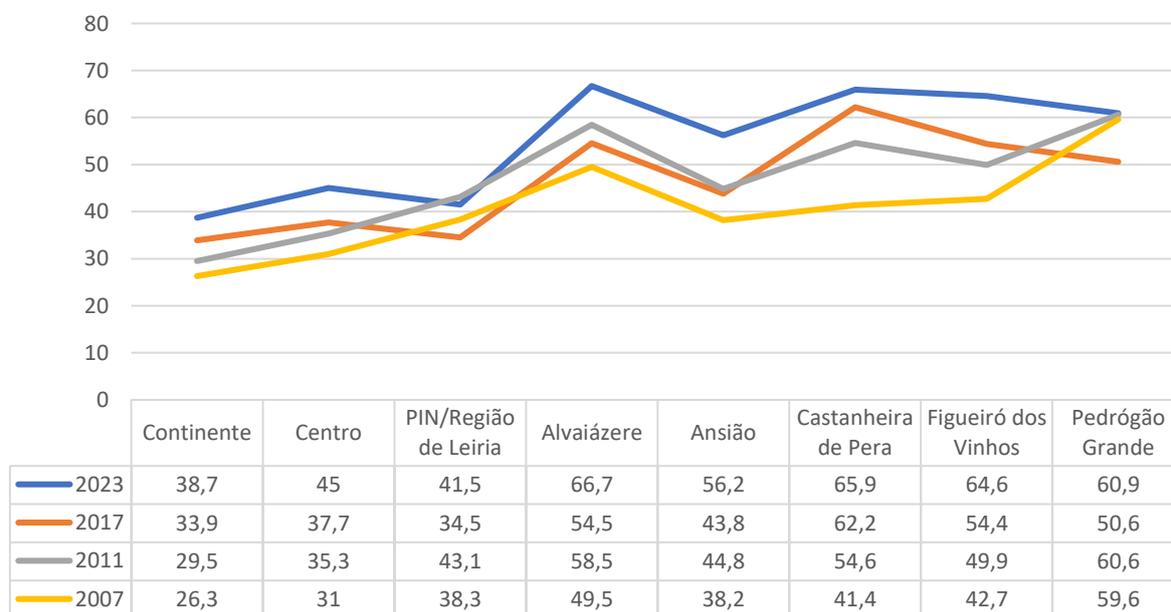
No concelho de Figueiró dos Vinhos, a percentagem de pessoas com 65 e mais anos atingiu, em 2021, os 35,2%. Segundo as estimativas mais recentes do INE (2023), o Índice de Envelhecimento registava 397, ou seja, para 100 jovens corresponderiam 397 idosos/as. Este número assume ainda maiores proporções quando comparado com o registado em 2007 - 233,3.

Nos outros concelhos observa-se também a mesma tendência idêntica à registada em Figueiró dos Vinhos, respeitante ao Índice de Envelhecimento no período em análise.

Ao observarem-se os resultados registados para o Continente, verifica-se que Portugal tem hoje mais população idosa do que jovem e percebe-se também que o ritmo de envelhecimento é bastante acelerado.

O estreitamento observado no centro da pirâmide etária atrás apresentada, pode ser facilmente explicado através do Índice de Dependência de Idosos⁹.

G. 8 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS



Fonte: INE

A diminuição da população em idade ativa apresenta-se como uma realidade incontestável em Portugal Continental, fruto dos fenómenos atrás mencionados. No período em análise, o Índice de Dependência de Idosos/as sofreu um aumento

⁹ Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 e mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^{^2}) pessoas com 15-64 anos).

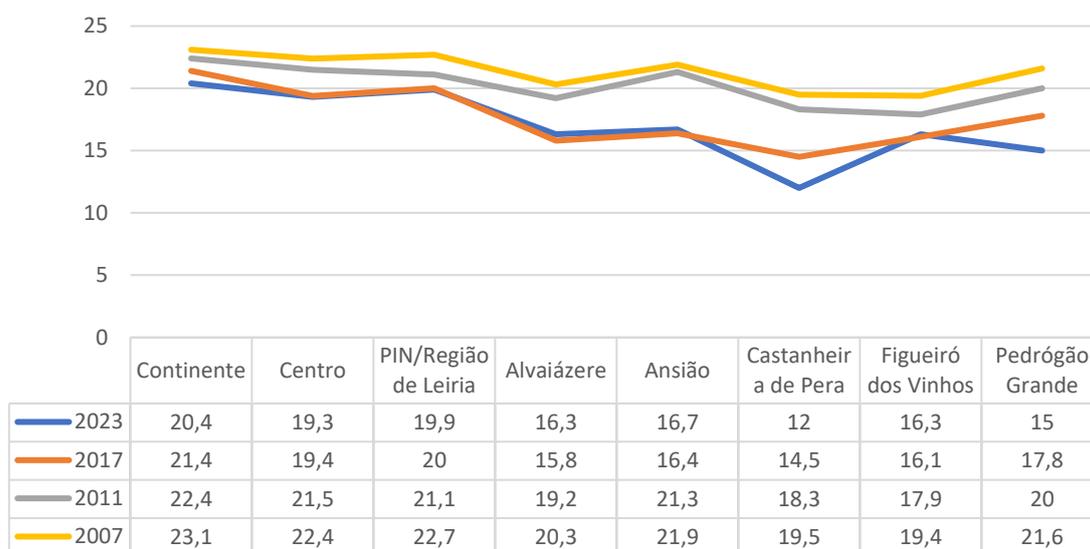
considerável, quer em Portugal Continental, quer na Região Centro. Na NUT III, observamos uma vez mais o que consideramos uma aparente melhoria, tendo em conta a já referida alteração das NUT.

Em Figueiró dos Vinhos, o Índice de Dependência de Idosos/as aumentou de 42,7 em 2007, para 64,6 em 2023. A tendência de aumento é seguida pelos outros concelhos em análise.

Quando observamos o Índice de Dependência de Jovens, verificamos uma inversão da tendência devido à diminuição progressiva do número de nascimentos. Nos últimos anos a diminuição deste indicador tem sido gradual em todas as NUT e concelhos em análise, sem perspetivas de melhoria. Mesmo na NUT III onde se têm verificado alguns enviesamentos de dados devido à alteração das NUT (enviesamentos esses que se têm manifestado em aparentes situações de recuperação), verifica-se uma diminuição deste indicador.

Em Portugal Continental, por cada 100 pessoas em idade ativa registavam-se, em 2023, apenas 20 jovens. Em Figueiró dos Vinhos o Índice de Dependência de Jovens diminuiu de 19,4 em 2007, para 16,3 em 2023 (por cada 100 pessoas em idade ativa existiam apenas 16 jovens).

G. 9 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS¹⁰



Fonte: INE

Como resultado das alterações da estrutura etária da população já apresentada, quer a nível nacional, quer das NUT II e III e concelhos do Norte do Distrito de Leiria, pudemos já aferir um aumento do Índice de Envelhecimento.

Os resultados opostos dos Índices de Dependência de Idosos/as e de Jovens explica a tendência generalizada de um duplo envelhecimento da população, mais acentuado quando observamos os resultados dos concelhos situados na zona interior norte do Distrito de Leiria, onde a população é cada vez mais envelhecida e a sua capacidade de rejuvenescimento é menor.

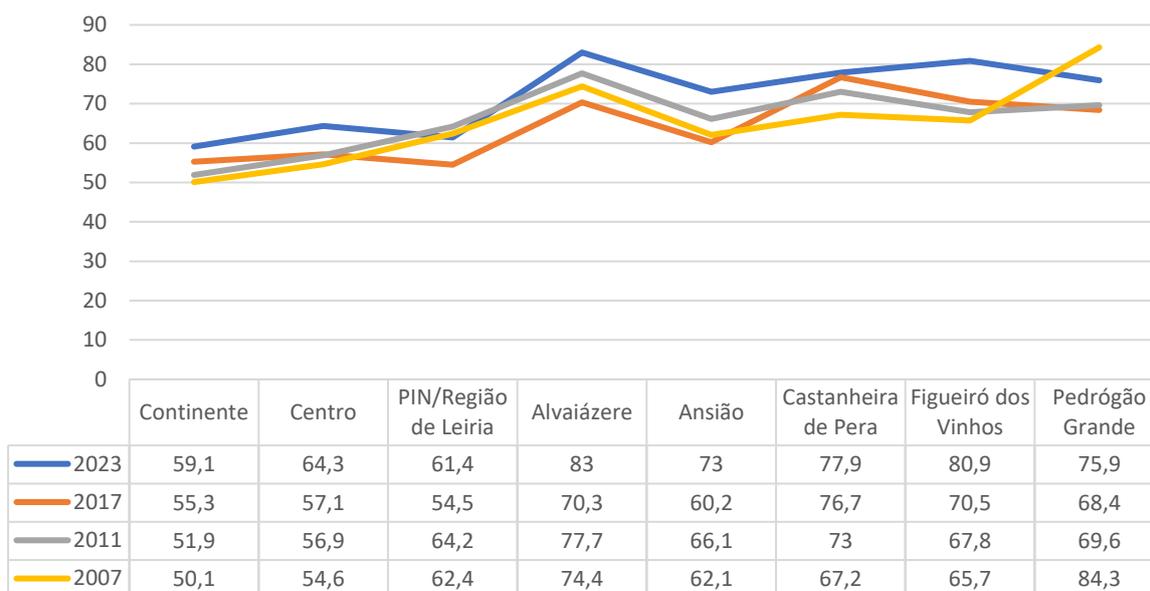
Com efeito, o aumento do número de idosos/as e a diminuição da Taxa de Natalidade reflete-se numa diminuição do número de ativos, dificultando a sustentabilidade social e económica. Por sua vez, aumentam as despesas com saúde,

¹⁰ O Índice de Dependência de Jovens expressa a relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas dos 0-14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

com o apoio a idosos/as e pensões de reforma, enquanto que diminuem as contribuições da população ativa, com consequências no desequilíbrio crescente das contas públicas em matéria de segurança social.

Observando o Índice de Dependência Total, ou seja, a relação entre a população dependente (jovens e idosos/as) e a população em idade ativa, verificamos um aumento, ainda que ligeiro, a nível nacional e da região centro nos últimos 16 anos. Em 2023, por cada 100 pessoas em idade ativa, registavam-se 59 em situação de dependência a nível nacional e 64 na Região Centro.

G. 10 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL¹¹



Fonte: INE

Nos concelhos do norte do distrito, os Índices de Dependência Total atingem um mínimo de 73 (em Ansião) e um máximo de 83 (em Alvaiázere), nas estimativas mais recentes do INE (2023).

Em Figueiró dos Vinhos, o número de jovens e idosos/as para cada 100 indivíduos em idade ativa aumentou de 65,7 em 2007, para 80,9 em 2023, valor bastante superior ao registado a nível nacional e regional.

3.5 - DINÂMICAS FAMILIARES

Independentemente do tipo de família, ela é sempre um conjunto de pessoas consideradas como um todo sistémico, onde os seus membros se relacionam uns com os outros e com o meio onde estão inseridos. A família deve ser vista como um sistema dinâmico e, por isso, sujeita à evolução e à mudança.

Fatores económico-sociais, políticos, culturais, demográficos e tecnológicos, têm contribuído de forma decisiva para as alterações na estrutura, na dinâmica familiar e na sua organização interna, como por exemplo na diminuição do número médio de filhos, diminuição da fecundidade, aumento do número de pessoas a viverem sós, diminuição das famílias

¹¹ O Índice de Dependência Total expressa a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas dos 0-14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 e mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15-64 anos.

numerosas, aumento das famílias monoparentais e recompostas em virtude do aumento do número de divórcios, aumento das uniões de facto e, mais recentemente, o aparecimento de famílias homossexuais e outras tipologias.

Em termos de análise da informação estatística, os dados relativos às famílias são apenas trabalhados pelo INE aquando da realização dos Censos, pelo que, neste parâmetro, se optou por manter a informação constante nos Censos anteriores e adicionar o ano censitário mais recente, 2021.

Assim, pode verificar-se pela tabela a seguir apresentada, que o número de famílias clássicas¹² aumentou nas últimas 3 décadas, em Portugal. No entanto, entre 2011 e 2021, esta tendência altera-se na NUT I, II, diminuindo o número de famílias clássicas, principalmente na região Centro. Já o aparente aumento apresentado na NUT III, entre 2011 e 2021, é devido à alteração administrativa da NUT.

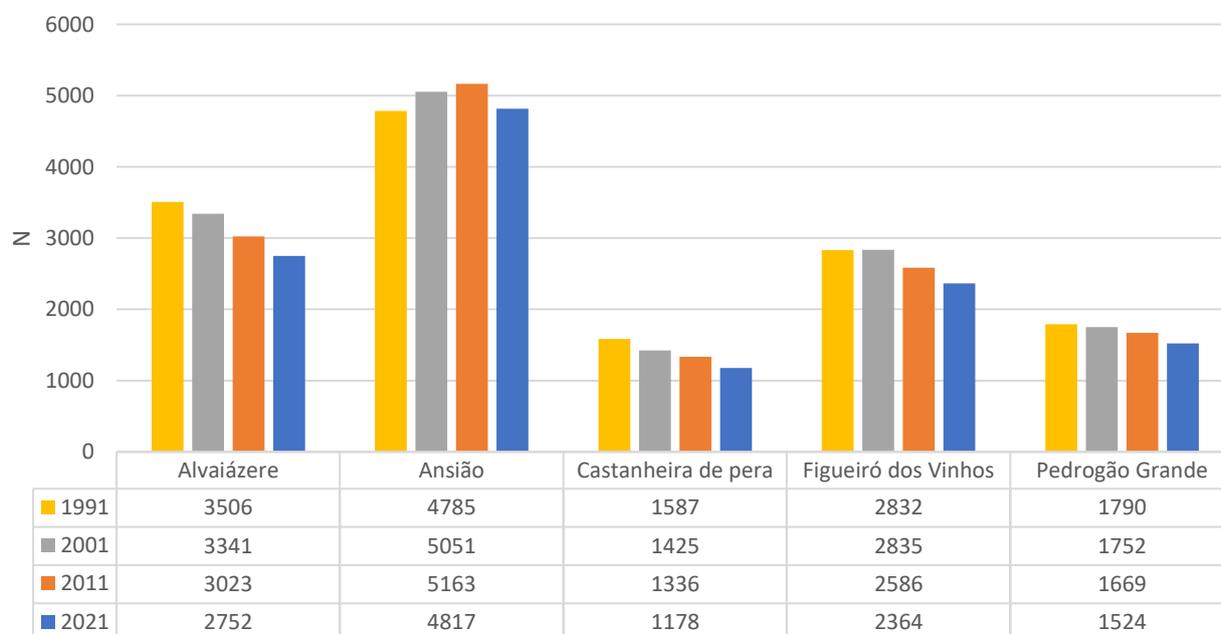
T. 3 - FAMÍLIAS CLÁSSICAS POR LOCAL DE RESIDÊNCIA NUT I, II E III

	1991	2001	2011	2021
Portugal	3147407	3650757	4043726	4149096
Continente	3018093	3505292	3869188	3968951
Centro	752866	847265	904770	675171
Região de Leiria/Pinhal Interior Norte	48529	51488	51964	116456

Fonte: INE - Censos 1991, 2001, 2011 e 2021.

Ao observarmos o gráfico que a seguir se apresenta, verificamos uma diminuição do número de famílias clássicas em todos os concelhos da zona norte do distrito de Leiria, nas últimas duas décadas. Figueiró dos Vinhos perdeu, em 30 anos, cerca de 468 famílias.

G. 11 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS (CONCELHOS NORTE DO DISTRITO DE LEIRIA) - 1991-2021



Fonte: INE - Censos

¹² Famílias Clássicas – Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também família clássica qualquer pessoa independente, que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

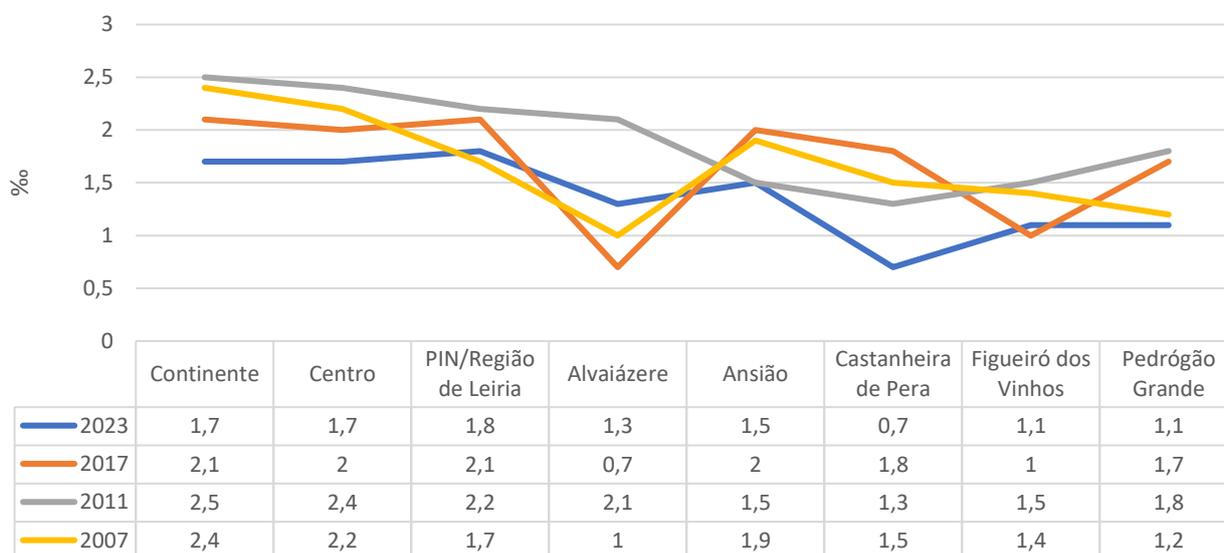
Observando a realidade dos concelhos limítrofes de Figueiró dos Vinhos, verificamos que houve também uma diminuição do número de famílias, à exceção de Ansião, relativamente aos dados de 1991.

As alterações da estrutura familiar e do próprio conceito de família, têm sofrido uma mutação ao longo dos anos e o fator divórcio tem contribuído para um acelerar destas mudanças, dando origem a outros tipos de família, que não a nuclear ou simples¹³, quer devido a transformações sociais originadas por uma mudança de mentalidade onde a vida familiar, o fator de autonomia e liberdade individual no plano da vida privada e a forma como é encarada hoje a sexualidade, quer devido ao maior protagonismo e autonomia financeira da mulher.

Analisando o gráfico seguinte, que representa a evolução da Taxa Bruta de Divórcio nos últimos 16 anos, podemos verificar um aumento desta taxa entre 2007 e 2011 em todas as NUT, seguido de uma redução da mesma entre 2011 e 2023. Em 2023 a taxa bruta de divórcio era de 1,7‰ em Portugal Continental e seguia tendência idêntica nas NUT II e III.

Esta tendência assume menor proporção quando analisamos a realidade dos concelhos do norte do distrito de Leiria. De facto, em meios predominantemente rurais, podemos observar que o número de divórcios, para além de ser um pouco inferior à média nacional, nalguns concelhos até teve uma ligeira descida, como é o caso de Figueiró dos Vinhos (de 1,4‰ para 1,1‰) e Castanheira de Pera (de 1,5‰ para 0,7‰). Apesar de tudo, são valores que vão oscilando de modo residual de ano para ano, mas mantendo-se dentro da norma.

G. 12 - TAXA BRUTA DE DIVÓRCIO¹⁴ 2007 - 2021



Fonte: INE

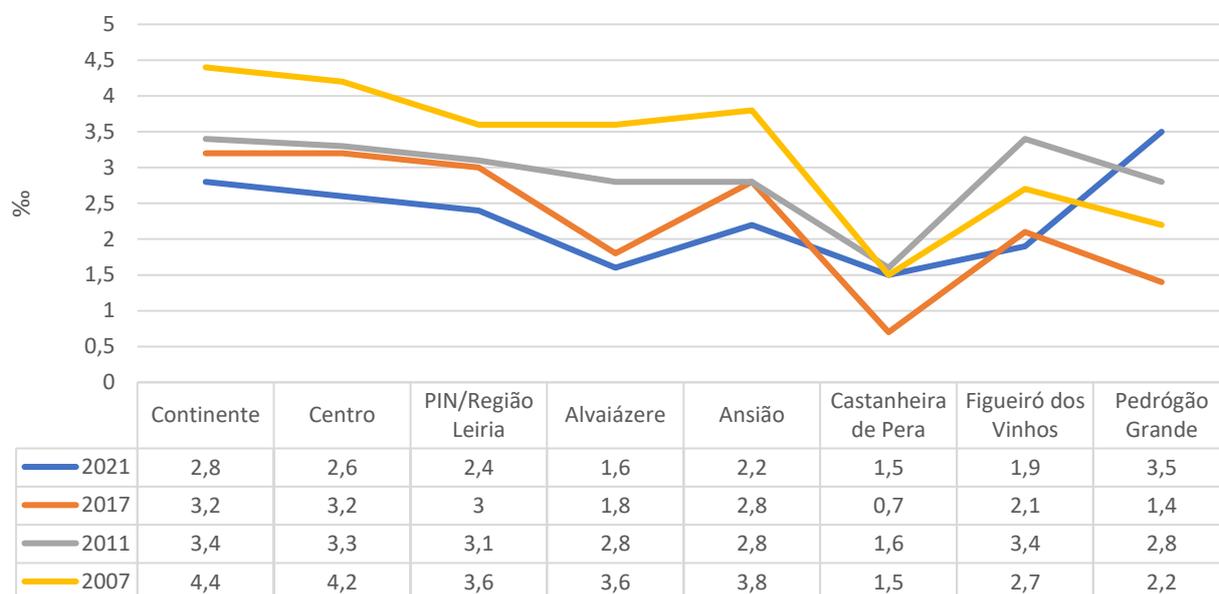
Para melhor entender o padrão de divórcio, importa também observar a evolução da Taxa Bruta de Nupcialidade para o mesmo período, procurando aferir se a redução da Taxa Bruta de Divórcio se deve a uma mudança de mentalidades ou, se pelo contrário, se deve também à diminuição da Taxa Bruta de Nupcialidade.

¹³ Uma só união entre adultos e um só nível de descendência, pais e seus filhos.

¹⁴ Número de divórcios observado num determinado período de tempo, em relação à população média nesse período, por 1000 habitantes.

Observando o gráfico que a seguir se apresenta, podemos verificar uma efetiva redução da Taxa Bruta de Nupcialidade em todas as NUT.

G. 13 - TAXA BRUTA DE NUPCIALIDADE 2007 - 2021



Fonte: INE

Em Portugal Continental esta taxa caiu de 4,4‰ em 2007 para os 2,8‰ em 2021. As NUT II e III seguiram a mesma tendência, o que nos leva a crer que a diminuição do número de divórcios poderá estar relacionada com a diminuição do número de casamentos.

Nos concelhos do norte do distrito de Leiria, à exceção de Pedrógão Grande, a Taxa Bruta de Nupcialidade apresenta valores abaixo da média nacional e regional, verificando-se também um decréscimo desta, quando comparados os valores registados em 2007 e 2021. O Concelho de Pedrógão Grande é o único que ultrapassa a média nacional, registando, em 2021, 3,5‰.

No Concelho de Figueiró dos Vinhos, a taxa bruta de nupcialidade atingiu os 1,9‰ em 2021.

Os divórcios dão origem a novos tipos de família, sendo as mais comuns as monoparentais¹⁵ as unitárias¹⁶ e as reconstituídas, combinadas ou recombinadas¹⁷.

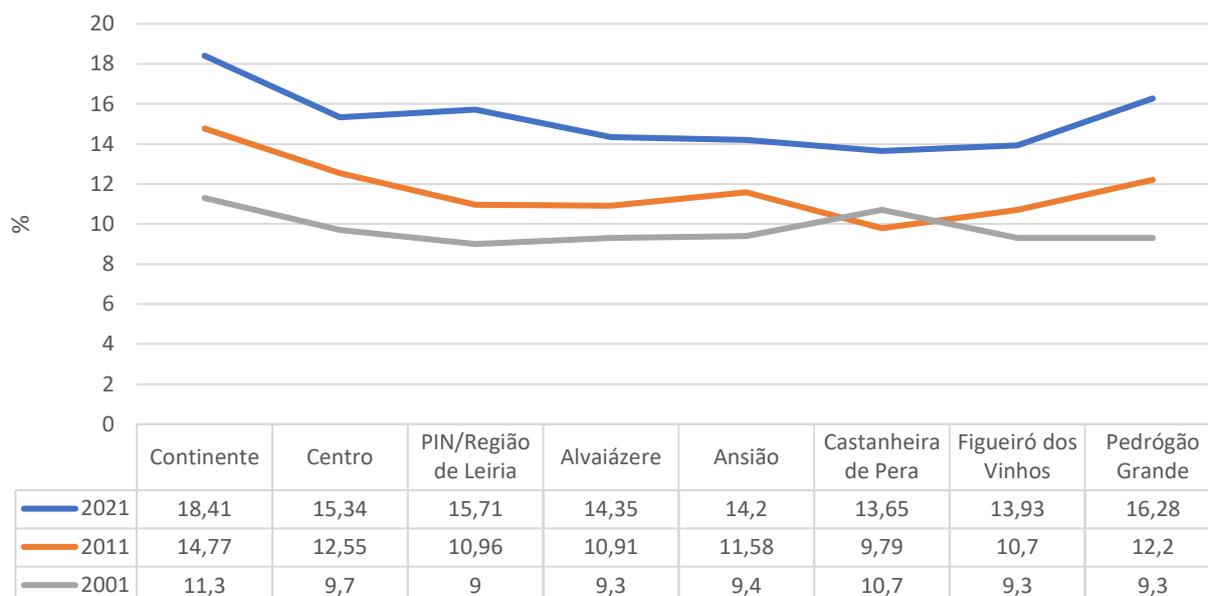
Sendo certo que as famílias ou núcleos monoparentais não dependem só do fator divórcio, o seu aumento, quando comparados os três últimos períodos intercensitários, é uma realidade e, à semelhança do divórcio, assume maiores proporções a nível nacional, perdendo expressão nas NUT II e III. Todavia, em todos concelhos do norte do distrito de Leiria, observa-se um aumento significativo deste tipo de família entre 2011 e 2021, sendo que Pedrógão Grande regista o valor mais elevado, 16,28%, valor superior ao verificado na NUT III.

G. 14 - PROPORÇÃO DE NÚCLEOS FAMILIARES MONOPARENTAIS - 2001, 2011 E 2021

¹⁵ Famílias constituídas por um progenitor que coabita com o(s) filho(s) seus descendentes

¹⁶ Família constituída por uma pessoa que vive sozinha, independentemente da relação conjugal, sem coabitação.

¹⁷ Famílias em que existe uma nova união conjugal, com ou sem descendentes de relações anteriores, de um ou dos dois cônjuges.

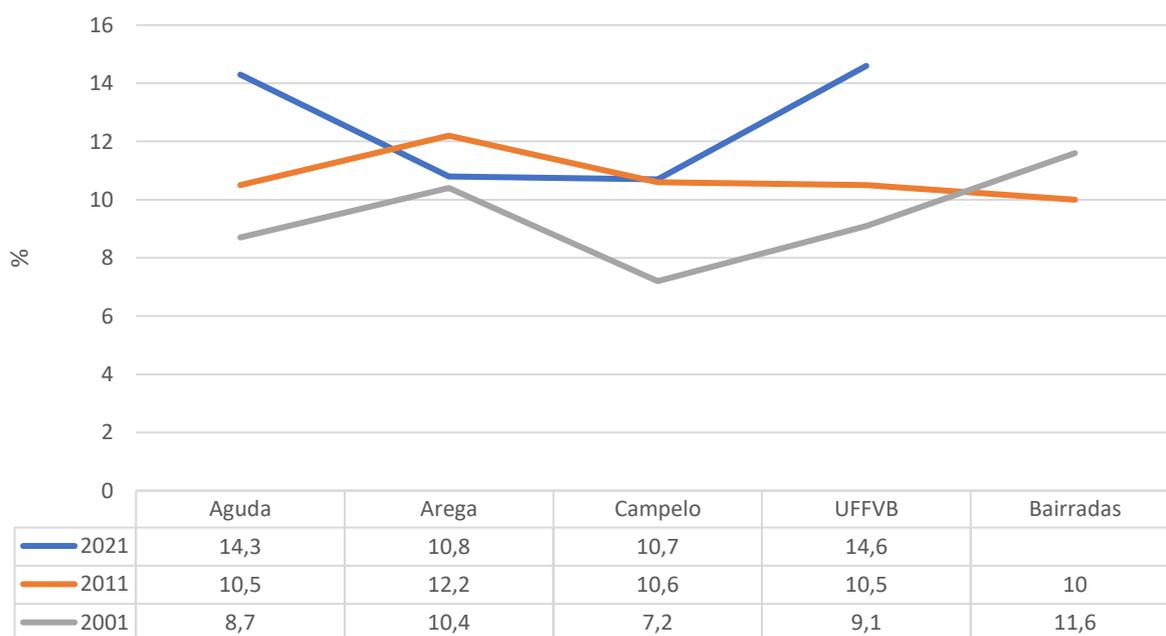


Fonte: INE

No concelho de Figueiró dos Vinhos, o número de famílias monoparentais aumentou no período em análise, de 9,3% para 13,93%. Apesar de não se conseguirem dados atualizados que nos permitam relacionar o aumento da proporção de famílias monoparentais com a Taxa Bruta de Divórcio atual, podemos avançar com a possibilidade de uma eventual relação com o óbito do cônjuge (tendo em conta o envelhecimento da população) ou com situações de separação de facto.

Fazendo uma análise mais detalhada desta realidade a nível concelhio, verificamos que, entre 2001 e 2021, a tendência é de aumento generalizado do número de famílias monoparentais em todas as freguesias, à exceção de Arega, onde se verificou um ligeiro decréscimo entre 2011 e 2021.

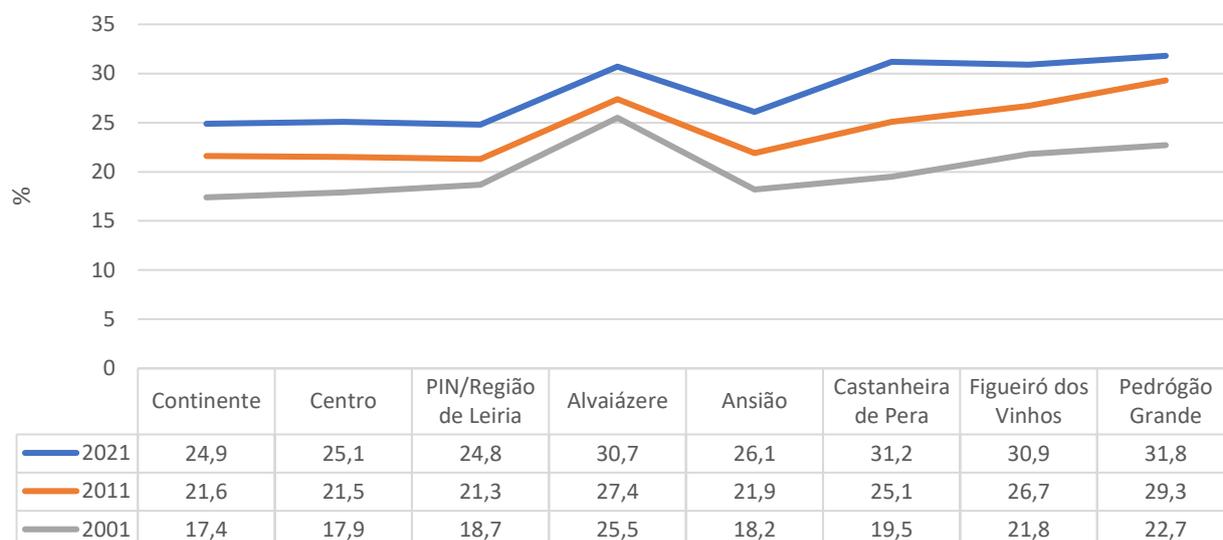
G. 15 - PROPORÇÃO DE NÚCLEOS MONOPARENTAIS POR FREGUESIA - 2001, 2011 E 2021



Fonte: INE

A proporção de famílias unipessoais ou unitárias sofreu também um aumento generalizado nos períodos intercensitários em análise, sendo que a média verificada a nível nacional é acompanhada pelas NUT II e III.

G. 16 - PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS UNIPESSOAIS - 2001, 2011 E 2021



Fonte: INE

A nível concelhio, verifica-se um aumento considerável deste tipo de famílias em todos os concelhos do norte do distrito, sendo este mais evidente nos concelhos de Castanheira de Pera e Pedrógão Grande, cuja proporção de famílias unitárias era, em 2021, de 31,2 e 31,8%, respetivamente.

Ao analisarmos a tabela a seguir apresentada verificamos que entre 2001 e 2021, estas famílias tiveram uma tendência generalizada para aumentar em todas as áreas geográficas apresentadas, no entanto, os concelhos do norte do Distrito de Leiria apresentam um aumento do número de famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos.

Em Figueiró dos Vinhos, o número de famílias clássicas unipessoais com indivíduos com 65 ou mais anos aumentou progressivamente, ou seja, surgiram mais 46 famílias, entre 2001 e 2021.

T. 4 NÚMERO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS UNIPESSOAIS DE PESSOAS COM 65 OU MAIS ANOS - 2001, 2011 E 2021

	2001	2011	2021
Continente	310860	393590	499571
Centro	66579	79232	94075
PIN/Região de Leiria	10132	12557	15522
Alvaiázere	602	603	588
Ansião	656	717	818
Castanheira de Pera	204	216	245
Figueiró dos Vinhos	431	438	477
Pedrógão Grande	284	333	295

Fonte: INE

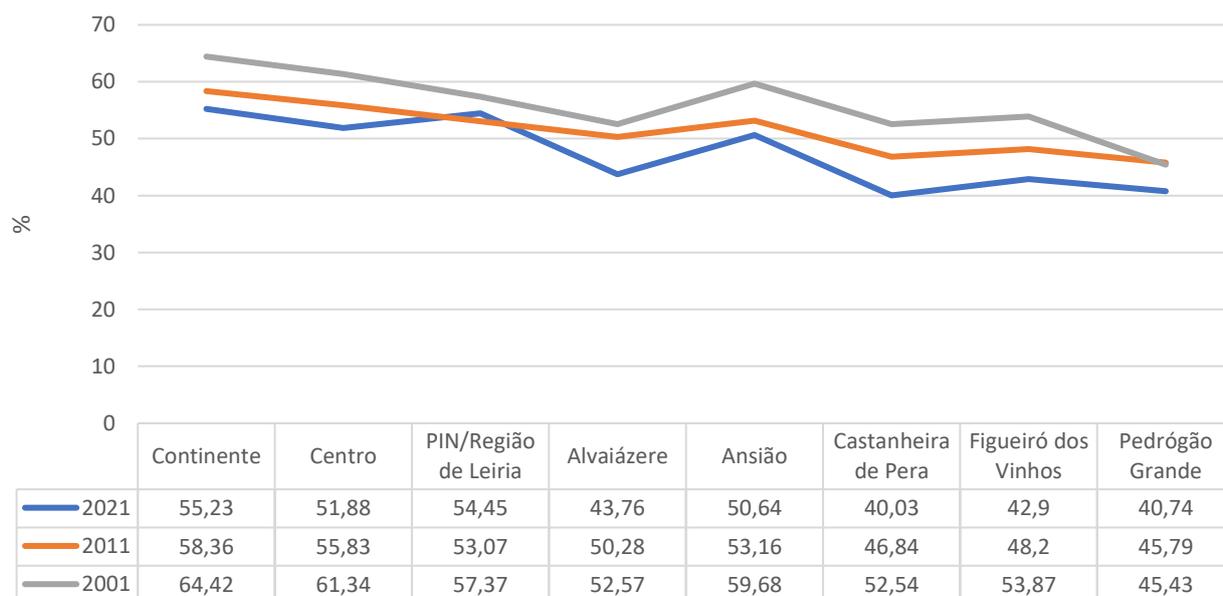
Uma das consequências da diminuição da Taxa de Natalidade e da própria conceção do modelo e dimensão da família prende-se, não só com a redução do número de famílias com filhos, como também com a diminuição do número de filhos por família. Consequentemente, assistimos à diminuição das chamadas famílias com prole extensa ou numerosa¹⁸.

¹⁸ São consideradas famílias com prole extensa ou numerosa, aquelas com crianças e jovens de idades muito diferentes, independentemente da restante estrutura familiar.

Ao analisarmos o gráfico que a seguir se apresenta, podemos verificar que no período em análise, houve uma diminuição significativa do número de núcleos familiares de casais com filhos nas NUT I, II, III e também nos concelhos do norte do distrito de Leiria, sendo que, neste caso, a proporção destes núcleos se apresenta sempre inferior à média nacional.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, assistimos a uma diminuição da proporção de núcleos familiares de casais com filhos na ordem dos 10,9%, entre 2001 e 2021. Em 2021 a proporção de núcleos familiares de casais com filhos atingiu os 42,9%, valor abaixo do registado a nível nacional e regional.

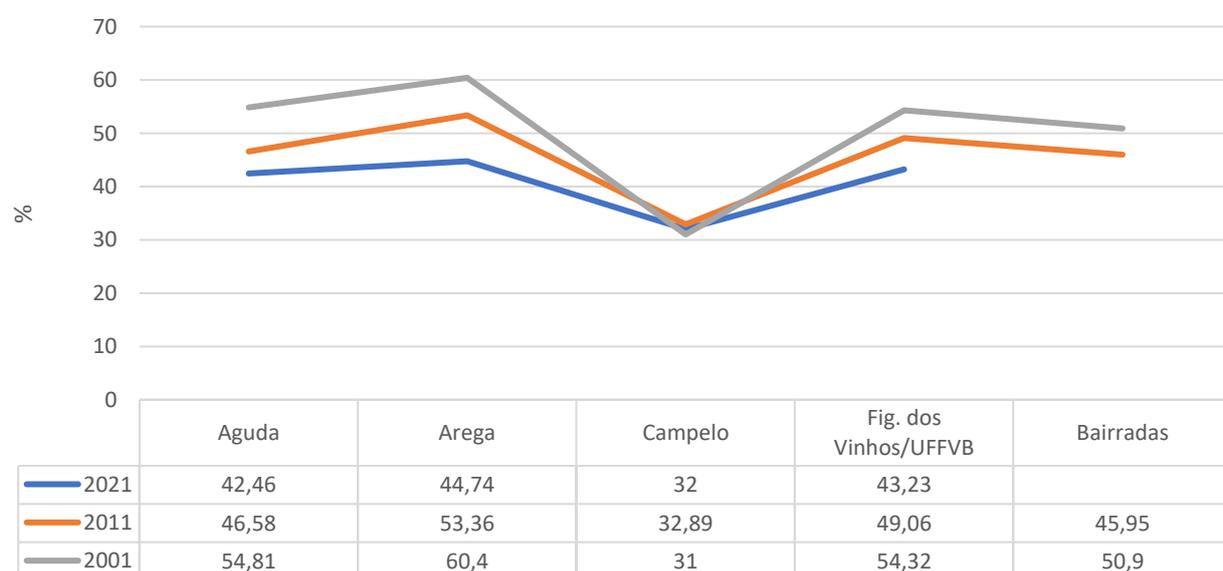
G. 17 - PROPORÇÃO DE NÚMEROS DE NÚCLEOS FAMILIARES DE CASAIS COM FILHOS - 2001, 2011 E 2021



Fonte: INE

Empreendendo uma análise mais detalhada à situação concelhia, por freguesia, verificamos que a proporção de núcleos familiares de casais com filhos diminuiu consideravelmente em todas as freguesias no período em análise, à exceção da freguesia de Campelo, onde se verificou um aumento residual de 1% durante este período.

G. 18 - PROPORÇÃO DE NÚCLEOS FAMILIARES DE CASAIS COM FILHOS POR FREGUESIA - 2001, 2011 E 2021

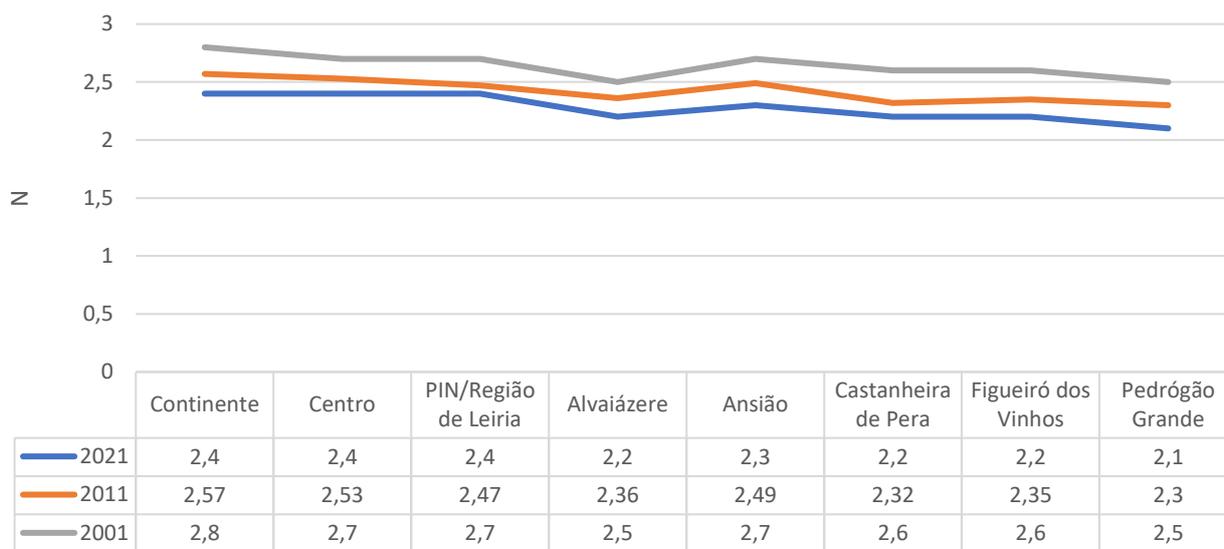


Fonte: INE

Apesar de se ter verificado, entre 2001 e 2011, um aumento do número de famílias clássicas (essencialmente quando nos referimos às NUT I, II e III), a dimensão média das famílias diminuiu no mesmo período, como se pode verificar no gráfico seguinte.

Este indicador demonstra a alteração da estrutura familiar verificada no país e comum também a quase todos os concelhos.

G. 19 - DIMENSÃO MÉDIA DAS FAMÍLIAS - 2001, 2011 E 2021



Fonte: INE

A variação da dimensão média das famílias dos concelhos da zona norte do Distrito de Leiria segue a tendência nacional e regional, se bem que com menor amplitude.

Efetivamente, o aumento do número de divórcios registado nas últimas décadas, aliado à diminuição do número de nascimentos e ao aumento do número de óbitos, ajuda-nos a compreender melhor estes números e explicam, em parte, o seu decréscimo.

3.6 - FLUXOS MIGRATÓRIOS

Designa-se por fluxo migratório, todos os grupos de pessoas que se deslocam do seu país de origem para outros locais, à procura de melhores oportunidades e condições de vida.

Até meados dos anos 60, Portugal era um país de emigrantes, sobretudo de emigrantes transoceânicos levados para o Brasil, devido à falta de oportunidades e ao clima de pobreza que pontificava no auge do antigo regime.

A partir dos anos 60 estes fluxos começaram a centrar-se nas economias em franco crescimento da Europa Ocidental, carentes de mão-de-obra não especializada e com condições laborais mais atrativas que as existentes em Portugal. França, Alemanha e Suíça passaram então a ser o destino dos emigrantes portugueses. Foi também nesta altura que o Estado português abriu as portas aos imigrantes das colónias portuguesas (sobretudo de Cabo Verde).

Em 1975, cerca de meio milhão de portugueses radicados principalmente em Angola e Moçambique regressaram a Portugal para, 11 anos depois, com a entrada de Portugal na então CEE, se voltar a incentivar a saída de trabalhadores nacionais para um espaço europeu comum que continuava com carência de mão-de-obra.

Apesar de se ter verificado, nesta altura, um novo aumento da emigração, a integração de Portugal na União Europeia fez com que o país se tornasse especialmente atrativo como destino de imigrantes oriundos do Brasil, dos PALOP e da Europa Central e Oriental. Na década de 90 a imigração volta a mudar de rosto, e começam a chegar a Portugal imigrantes provenientes dos países de Leste e Ásia.

Na viragem do século assistiu-se a uma nova vaga de imigração, desta vez, proveniente do Brasil.

Assistiu-se também a um aumento da emigração, essencialmente nas últimas duas décadas, para alguns países da União Europeia, países africanos, Brasil e Médio Oriente, devido à crise económica que se veio a instalar no país, mais acentuada a partir de 2011. Porém, esta emigração representa contornos mais prejudiciais para o país, quer em termos de fuga de “cérebros”¹⁹ por se tratar de uma emigração mais qualificada, quer em termos de diminuição da população ativa que, conjugada com a baixa natalidade e o aumento da esperança média de vida, pode, a longo prazo, comprometer a renovação das gerações²⁰ e colocar em risco o nosso sistema de Segurança Social.

Nos últimos anos, Portugal passou de ser considerado um país de emigração na UE, para ser considerado um país de imigração, recebendo cada vez mais imigrantes e estrangeiros provenientes de diversas origens, na procura de trabalho e para viver.

De facto, a tendência nos últimos anos, demonstra o crescente número de imigrantes residentes em Portugal. Segundo o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2020, em 2020 verificou-se um acréscimo da população estrangeira residente, com um aumento superior a 12% face a 2019, sendo que o Brasil, Reino Unido, Cabo Verde, Roménia e Ucrânia eram as principais nacionalidades dos imigrantes recebidos em Portugal.

Os fluxos migratórios, como não podia deixar de ser, fazem parte da história do concelho de Figueiró dos Vinhos.

A vaga de emigração que se registou nas décadas de 60/70 a nível nacional, fez-se sentir também no concelho, tendo-se registado, nesta altura, uma grande diminuição da população em idade ativa e fértil, bem assim como um aumento circunstancial da população envelhecida, que se mantém até aos dias de hoje. Verificou-se também um aumento da migração para centros mais atrativos, com mais oferta de emprego e de condições de vida, essencialmente para Lisboa e outras cidades do país.

O gráfico que a seguir se apresenta mostra-nos a evolução da Taxa de Crescimento Migratório²¹ nos últimos 16 anos.

Numa primeira análise verificamos um decréscimo considerável dos resultados apresentados em todas as NUT, quando comparadas as séries temporais apresentadas, ou seja, entre 2008 e 2011 assistimos a uma redução da taxa de

¹⁹ Brain drain

²⁰ Para que possa haver uma renovação de gerações, é preciso acima de tudo que haja um valor de nascimentos superior ao valor de óbitos.

²¹ Saldo migratório (diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo) observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, por 100 habitantes.

crescimento migratório para valores negativos. Portugal atinge os -0,21%, a Região Centro -0,32% e a Região de Leiria -0,23%, o que significa que, neste período de tempo, o número de emigrantes superou o número de imigrantes.

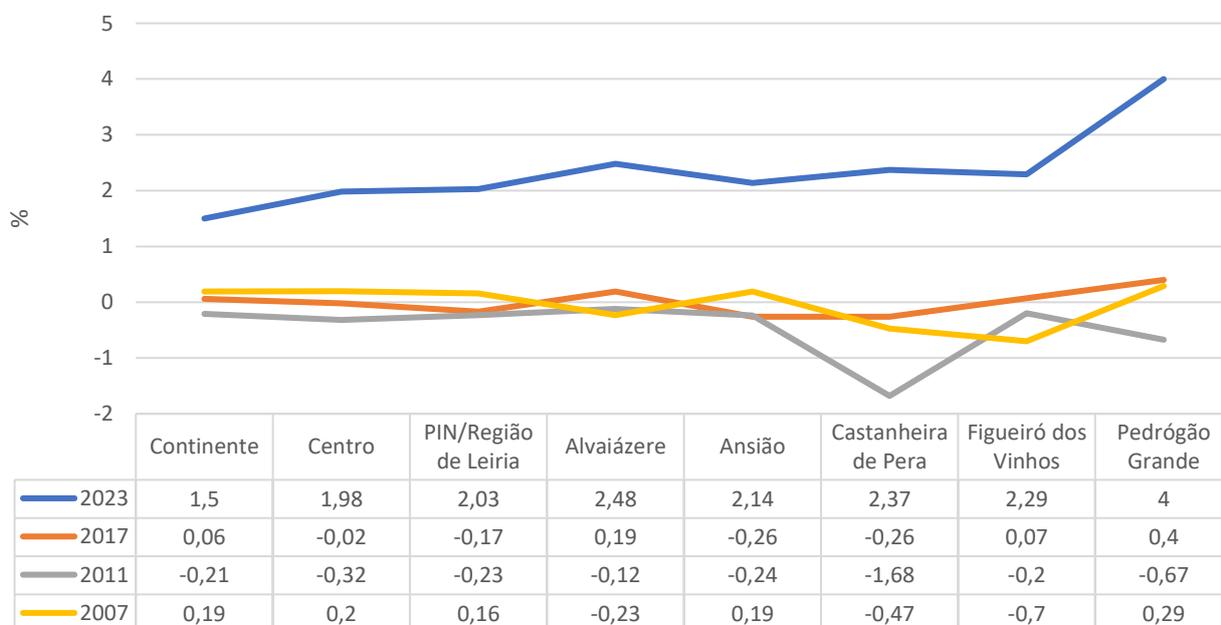
Nos concelhos do norte do distrito de Leiria, as Taxas de Crescimento Migratório já registavam valores negativos em 2008 na maioria dos concelhos (exceto no concelho de Ansião e Pedrógão Grande) e, em 2011, o cenário mantém-se, mas com descidas ainda mais acentuadas em Castanheira de Pera (que atinge o valor mais elevado -1,68%), Pedrógão Grande e Ansião (que passam a registar taxas negativas). Em Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere, apesar de se continuarem a registar Taxas de Crescimento Migratório negativas, os dados apresentados revelam alguma melhoria.

Em 2017 observam-se alguns sinais de recuperação. Portugal Continental apresenta uma Taxa de Crescimento Migratório positiva de 0,06% e a Região Centro de -0,02%. Nos concelhos em análise e pese embora a dificuldade que se reconhece aos territórios do interior na atração de população, salientamos Figueiró dos Vinhos, com uma taxa de 0,07%, valor bastante aproximado do registado a nível nacional, o que revela, por um lado a diminuição da emigração e, por outro, algum retorno de imigrantes.

Em 2023, o valor da taxa de crescimento migratório sobe abruptamente em todas as NUT, bem como nos concelhos em análise. Portanto, a NUT II regista 1,98% e a Região de Leiria atinge os 2,03%, valores superiores ao registado ao nível de Portugal Continental (1,5%).

Relativamente aos concelhos do norte do distrito de Leiria, em 2023, todos eles apresentam valores acima do registado na NUT III, sendo que Pedrógão Grande destaca-se com o maior aumento (4%), já em Figueiró dos Vinhos a taxa de crescimento migratório atinge os 2,29%.

G. 20 - TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO 2007-2023²²



Fonte: INE

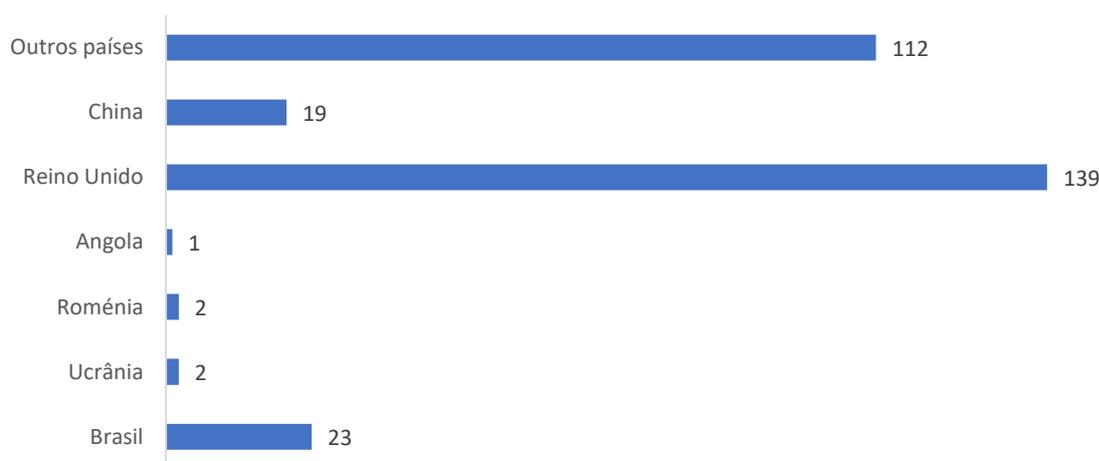
²² A Taxa de Crescimento Migratório é o saldo migratório (diferença entre as pessoas que entram e as que saem do país) observado num determinado período de tempo (geralmente um ano civil), relativamente à população média desse período. Geralmente é expressa por 100 ou por 1000 habitantes.

De acordo com os dados do INE, em 2022, a percentagem da população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Figueiró dos Vinhos era de 5,7%.

Relativamente à nacionalidade dos imigrantes residentes no concelho, o gráfico seguinte mostra as principais origens da imigração, ou seja, os imigrantes que residem no concelho de Figueiró dos Vinhos são sobretudo provenientes do Reino Unido, Brasil e China.

Apesar de carecer de dados mais recentes, nomeadamente, do ano de 2023, no qual sobressaía ainda mais o número de imigrantes no concelho bem como as suas diversas proveniências.

G. 21 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS - 2022



Fonte: INE

3.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais, o cenário do concelho de Figueiró dos Vinhos, no que aos aspetos demográficos diz respeito, continua a assumir contornos de envelhecimento e desertificação preocupantes, marcados não só pela diminuição da natalidade, mas também pelos fenómenos de emigração/migração, que têm levado, nos últimos anos à desertificação de lugares e à diminuição da densidade populacional no seu todo.

O envelhecimento da população e o seu isolamento sociogeográfico assume, como não pode deixar de ser, fator de preocupação, não só pelas carências desta população em termos de recursos, serviços e acessibilidades aos mesmos, como também pelo “abandono”, que tem de ser dirimido, através da oferta de serviços e atividades de proximidade dirigidas a esta faixa etária, numa lógica de retardamento do envelhecimento e de envelhecimento ativo, saudável e mais autónomo.

Sendo certo que no curto/médio prazo, não se torna possível reverter a realidade da recessão populacional, quer em termos concelhios, quer nacionais e europeus, tornar-se-á certamente fundamental acatar um conjunto de estratégias e medidas que permitam o seu regresso aos locais de origem ou a sua manutenção nestes, só possível se forem criadas, nestes meios mais rurais, condições de atratividade, emprego, dinamismo cultural e qualidade de vida.

Efetivamente, as dinâmicas migratórias observadas nos últimos anos, bem como, as oportunidades que surgiram com a pandemia, nomeadamente, a modalidade de teletrabalho, mudaram de certa forma o paradigma do Concelho, no qual suscita uma oportunidade conjuntural única para reverter a tendência que se tem vindo a acentuar em termos demográficos.

A produção legislativa a que tivemos oportunidade de nos referir, que finalmente parece apostar numa estratégia de desenvolvimento que atenuar definitivamente as assimetrias existentes há décadas entre o Litoral e o Interior, constituem indicadores muito positivos que uma vez potenciados e consubstanciados na prática, poderão rasgar novos horizontes, contribuindo para uma maior esperança para este território, invertendo o ciclo recessivo a que gerações sucessivas têm vindo a assistir.

A Autarquia não deixará de pugnar para que esta nova realidade assente numa nova visão Estatal relativamente aos territórios de baixa densidade, possa ser prosseguida com a coragem e determinação que se impõem, tendo em linha de conta os desafios presentes e futuros que se nos colocam.

4 - HABITAÇÃO

4.1 - ANÁLISE SWOT - HABITAÇÃO

FORÇAS

- Serviços técnicos e administrativos da Câmara Municipal;
- Revisão do PDM;
- Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação,
- Programa de Incentivos à recuperação de habitações na zona histórica;
- Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada;
- Conferência de S. Vicente de Paulo.
- Regulamento Figueiró Habita+

FRAQUEZAS

- Existência de habitações degradadas, devolutas e sem infraestruturas básicas;
- Desinvestimento dos proprietários na reabilitação/recuperação das suas habitações;
- Inexistência de Habitação Social ou a custos controlados;
- Elevado custo da habitação/terrenos;
- Fraco mercado de arrendamento;
- Rendas elevadas;
- Inexistência de financiamento/projetos que permitam fazer face às situações mais urgentes;
- Baixos rendimentos das famílias;
- Barreiras arquitetónicas em habitações e área urbana.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2030 – Programas Operacionais Temáticos no Continente;
- Plano de reabilitação urbana (ARU e ORU);
- Programa Solarh;
- Programa Porta 65 (arrendamento jovem);
- Área de reabilitação Urbana – ARU.
- Programa Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível;
- Bairros Saudáveis;
- IFRRU 2030 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas;
- Novas políticas de habitação;
- Estratégia Local de Habitação – Programa 1.º Direito;
- Carta Municipal de Habitação
- PRR.

AMEAÇAS

- Dificuldades acrescidas no recurso ao crédito à habitação;
- Aumento das taxas de juro;
- Fim do crédito bonificado;
- Contexto de crise económica e social.

4.2 - HABITAÇÃO - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

-  Existência de habitações degradadas e sem infraestruturas básicas;
-  Inexistência de habitação social;
-  Mercado de arrendamento escasso e de custos elevados;
-  Emigração/migração (dificuldade em manter a população no concelho);
-  Habitações devolutas.

4.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

Durante a década de 90 do séc. XX, o parque habitacional do concelho de Figueiró dos Vinhos conheceu um significativo incremento, materializado no número de novos fogos habitacionais construídos, no número de habitações recuperadas e

na crescente oferta de terrenos loteados e infraestruturados colocados no mercado. Na sede do concelho e em diversas zonas rurais, demonstrou-se essa realidade, associada à importância económica do setor da construção civil, através da existência de empresas geradoras de emprego e de negócio.

Atualmente assiste-se a uma grande dificuldade no acesso ao crédito, aliado ao custo extremamente elevado de terrenos para construção, que se traduz na diminuição da procura de habitação própria, que justifica a recessão que se tem vindo a verificar no setor da construção civil, determinando o encerramento de pequenas empresas que se movimentavam na economia local e que beneficiava desse dinamismo.

O setor do arrendamento é pouco expressivo no concelho. A oferta é escassa e os preços praticados são, por norma elevados.

Tem-se também assistido à degradação de alguns dos edifícios mais antigos existentes no centro histórico da vila e a um decréscimo acentuado das condições de habitabilidade dos mesmos, quer devido à saída de efetivos e conseqüente aumento dos fogos devolutos, quer devido ao natural envelhecimento estrutural dos edifícios e à falta de intervenção urbanística para a recuperação dos mesmos, apesar dos incentivos colocados ao dispor da população, para esse fim. Esta realidade verifica-se um pouco por todo o concelho, com o aumento do número de habitações desocupadas e/ou em ruína e a quase desertificação de algumas povoações rurais. Acresce ainda que, muitos dos prédios devolutos são propriedade de cidadãos ausentes do concelho e que residem noutras regiões ou até noutros países, o que muitas vezes dificulta todo este processo.

Noutro segmento, persistem na área do concelho casos em que se assinalam habitações desprovidas de infraestruturas básicas e de deficientes condições de habitabilidade, por habitações com décadas de existência, que nunca mereceram por parte dos seus proprietários intervenções de beneficiação ou modernização, porventura resultado de incapacidade financeira, ou ainda falta de motivação pessoal para o efeito, não considerando este tipo de investimento prioritário ou reprodutivo, pese embora o investimento contínuo e crescente da Autarquia nos últimos anos, para dirimir este tipo de situações.

Constata-se a existência de um outro segmento da população desprovida de recursos económicos que não tem capacidade de aceder à aquisição de habitação própria, nem aos valores praticados atualmente no mercado de arrendamento, impondo-se por essa circunstância a necessidade da promoção de medidas materializadas em investimentos na área da Habitação Social ou políticas de arrendamento a custos controlados, que, apesar de já realizados, na área do Cabeço do Peão com a construção de Habitação a Custos Controlados, ainda se revelam insuficientes face às necessidades a satisfazer, uma vez que já se encontram atribuídos a famílias.

Ainda neste segmento refira-se a intervenção das entidades locais com responsabilidade em matéria de ação social e habitação (Câmara Municipal e Santa Casa da Misericórdia), que procuraram dar o seu contributo e a sua particular atenção, através da promoção e execução de projetos comunitários²³, dirigindo de forma coerente e articulada, grande parte do seu investimento para a resolução de situações mais problemáticas previamente diagnosticadas e sinalizadas, em matéria de reabilitação/melhoria das condições habitacionais.

²³ Projeto de Luta Contra a Pobreza, PROGRIDE e, Programa de Conforto Habitacional para Idosos/as – PCHI.

Importa acrescentar a esta realidade agora descrita, que também o parque habitacional sofreu com os incêndios de 2017, com repercussão, uma vez mais, nas zonas rurais. Falamos obviamente da perda total ou parcial de primeiras habitações²⁴ cuja reabilitação foi efetuada através do programa REVITA, bem como doutras entidades.

Noutro âmbito, a revisão do **Plano Diretor Municipal** do concelho, aprovado pela Assembleia Municipal, tem-se revelado um instrumento fundamental e imprescindível para potenciar investimentos particulares na área da Habitação.

Os objetivos estratégicos deste Plano são os seguintes:

- a) *Promover o desenvolvimento sustentado de áreas de localização empresariais, articulado com a potencialidade das acessibilidades existentes, designadamente a A13 e o IC8;*
- b) *Promover a aplicação da estratégia de desenvolvimento, incentivando modelos de atuação baseados na concertação entre a iniciativa pública e privada;*
- c) *Concretizar a aposta nos setores do turismo (natureza, ativo e cultural), na floresta e património natural (biodiversidade, entre outros), no turismo, na saúde e nas atividades ligadas aos produtos endógenos, promovendo novas oportunidades de investimento e apoio ao empreendedorismo;*
- d) *Reforçar o potencial dos espaços de ocupação turística, em particular os de forte relação com os recursos hídricos (rios e ribeiras), com o restante património natural, cultural e construído;*
- e) *Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, educativo e de saúde, às necessidades da população;*
- f) *Reforço e manutenção da política de infraestruturação e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais, conciliado com sistemas intermunicipais;*
- g) *Consolidar a vila de Figueiró dos Vinhos enquanto sede de município, reforçando a sua função urbana. (artigo 2º do Regulamento - do Plano).*

Todos estes objetivos se encontram interligados e se consideram forças e oportunidades de desenvolvimento para a habitação, podendo criar novas condições de fixação de pessoas no concelho e de criação de novas oportunidades de trabalho permitindo uma melhoria da qualidade de vida das famílias.

A expansão dentro da vila da zona urbana e de outras áreas do concelho vai permitir ainda uma maior oferta e disponibilização de terrenos urbanizáveis podendo favorecer o mercado de arrendamento escasso e de baixar os seus custos.

Para fazer face a alguns dos constrangimentos já identificados em termos habitacionais, a Câmara Municipal, no âmbito das suas competências, definiu alguns programas/regulamentos de apoio à reconstrução de habitação degradada:

-  *Através de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana na vila de Figueiró dos Vinhos, é pretendido contribuir para reforçar a política de reabilitação urbana, no sentido de melhorar a atratividade e qualidade urbana e paisagística, a partir da qual se estabelecerá um quadro adequado, coerente e consistente de medidas de*

²⁴ Nos incêndios de junho de 2017 foram afetadas 30 habitações próprias permanentes (8 com perda total e 22 com danos parciais).

gestão e de incentivo à reabilitação urbana. Esta forma de intervenção, não se limita à reabilitação das estruturas físicas componentes das áreas urbanas, compreende medidas de incentivo direto, através do processo que culmina na execução de obras, e indireto, por via da criação de um ambiente favorável ao investimento e à atividade económica. Permitindo a reabilitação integral de edifícios de habitação ou para outros usos, a qual traz benefícios para os particulares e para o Município integrando um conjunto de apoios e incentivos de diversa natureza, nomeadamente:

1 - Isenções de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT);

2 - Benefícios fiscais (IRC);

3 - Benefícios financeiros e outros apoios e incentivos (isenção em 75% das taxas urbanísticas referentes ao controlo prévio de operações urbanísticas de reabilitação urbana e isenção em 100% da taxa referente a ocupação da via pública durante o decorrer das obras).

✚ Através do programa de incentivos criado pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos para a **“Recuperação de Habitações na zona Histórica da Vila”**, procura-se preservar o património edificado na zona urbana mais antiga da Vila, através da recuperação de habitações na zona histórica, mantendo a sua arquitetura e materiais originais. Este sistema de incentivos, apesar de não financiar a totalidade das obras a realizar, pretende estimular o interesse dos proprietários e inquilinos para a recuperação das habitações, tanto no que respeita ao aspeto exterior como interior, por forma a melhorar as condições de conservação e habitabilidade.

✚ **Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação**, que permite a isenção total ou parcial do pagamento de taxas previstas no regulamento quando efetuarem pedidos referentes a operações urbanísticas, a ocupação da via pública para efeitos de obra, a vistorias e outros atos administrativos associados.

✚ A Constituição da República Portuguesa consagra no artigo 65.º o Direito à Habitação, estabelecendo que todos têm direito, para si e sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. **O Regulamento Municipal de Habitação - Figueiró Habita+** visa proceder à adaptação do novo enquadramento legal, no que diz respeito, nomeadamente, às normas sobre as definições, as condições de acesso e procedimentos de atribuição das habitações em regime de arrendamento apoiado, ao contrato de arrendamento e respetivas condições contratuais, em que se inclui, naturalmente, a renda e a cessação do contrato. Em resposta ao direito à habitação condigna a todos os cidadãos, o Município de Figueiró dos Vinhos procura assegurar um melhor, mais justo e mais transparente apoio às famílias carenciadas, mas também exigir do cidadão ou candidato apoiado uma maior consciência e responsabilidade, devendo os inquilinos contribuir, proporcionalmente às suas capacidades financeiras, para as receitas públicas do Município, bem como zelar pela conservação e bom estado das habitações que lhe sejam atribuídas, lembrando que estão a usufruir de um bem que representa um investimento da sociedade.

✚ **O Regulamento Municipal de Apoio à Família - Figueiró Cuida+** agrega vários apoios concedidos pelo município, um deles é o apoio ao arrendamento. Este é um apoio de carácter temporário e tem como objetivo apoiar o arrendamento no mercado privado a famílias com dificuldades económicas.

✚ Também o **Cartão Sénior+** tem na sua lista de apoios o apoio ao arrendamento urbano, nos contratos com duração mínima de um ano, sob a forma de reembolso.

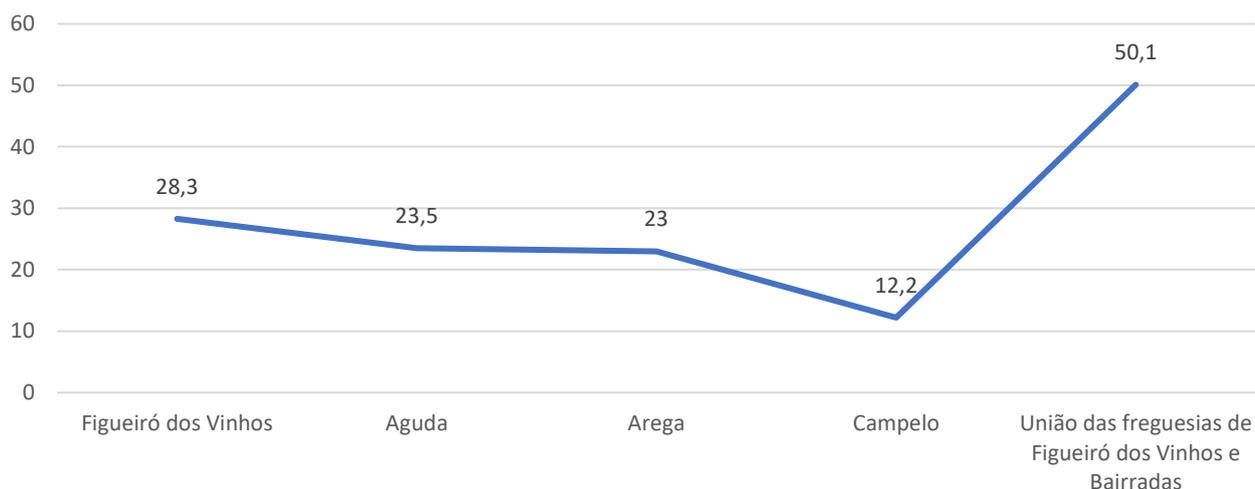
✚ Noutra vertente foi criado, em 2004, o “**Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada**”, como forma de garantir a existência de habitação condigna, como um dos fatores essenciais para a qualidade de vida dos munícipes que não disponham de recursos económicos que lhes permitam suportar o custo das obras necessárias à criação de condições mínimas de conforto e salubridade. Sensível a esta problemática e face ao grande número de pedidos que surgem nos serviços para apoio habitacional, o Município de Figueiró dos Vinhos não pôde ficar alheio a esta realidade, e optou por tomar medidas visando minorar tais dificuldades, intervindo no presente domínio, através da concessão de apoios que permitam uma resposta adequada que contribua para a melhoria das condições habitacionais de munícipes carenciados, promovendo por esta via a diminuição de edifícios degradados e sem condições mínimas de habitabilidade no concelho. Este regulamento viria a ser alterado em abril de 2017 passando a designar-se **Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas**. Esta alteração procurou definir critérios mais abrangentes de forma a aumentar a elegibilidade dos destinatários, ampliar a natureza e a tipologia dos apoios a conceder e, por outro lado, clarificar e simplificar o processo de candidatura, análise e tomada de decisão, bem a assim como a definição de um limite para a concessão dos apoios às famílias. As situações apoiadas em cada ano civil dependem da dotação financeira para o efeito.

✚ A candidatura “Casas do Bairro ... com Dign(IDADE)” aprovada no âmbito do **Programa Bairros Saudáveis** permitiu a conclusão das obras de reabilitação nas 6 habitações previstas. Este projeto resultou de uma parceria com o Município de Figueiró dos Vinhos e a Terratividade – Associação Recreativa e Cultural, sendo a Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos a Entidade Promotora da candidatura. Esta candidatura teve aprovado um valor de investimento de 49.832 euros, financiado a 100% pelo PRR - Plano de Recuperação e Resiliência e pela União Europeia através do FUNDO AMBIENTAL, e permitiu a intervenção em 6 habitações no Bairro S. João Batista, possibilitando a resolução de situações de efetiva necessidade, devidamente identificadas. Foi também realizada uma atividade comunitária de informação para cuidados básicos de saúde e organização do espaço habitacional, bem como disponibilização de apoio na qual participou também a Terratividade – Associação Recreativa e Cultural enquanto entidade parceira e o Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos. O Programa Bairros Saudáveis funciona como instrumento participativo que promove iniciativas de saúde, sociais, económicas, ambientais e urbanísticas, junto das comunidades locais mais atingidas pela pandemia ou por outros fatores que afetam as suas condições de saúde e bem-estar.

4.4 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DISPONÍVEL

No concelho de Figueiró dos Vinhos, a densidade de alojamentos era, em 2021 28,3. A freguesia com maior número de alojamentos por km², a mais urbana, é a União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, com 50,1. No polo oposto, encontra-se Campelo, com 12,2.

G. 22 - DENSIDADE DE ALOJAMENTOS (N.º/Km²), FIGUEIRÓ DOS VINHOS, POR FREGUESIA, 2021



Fonte: INE

4.5 - EDIFICADO

T. 5 - EDIFÍCIOS POR ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2021

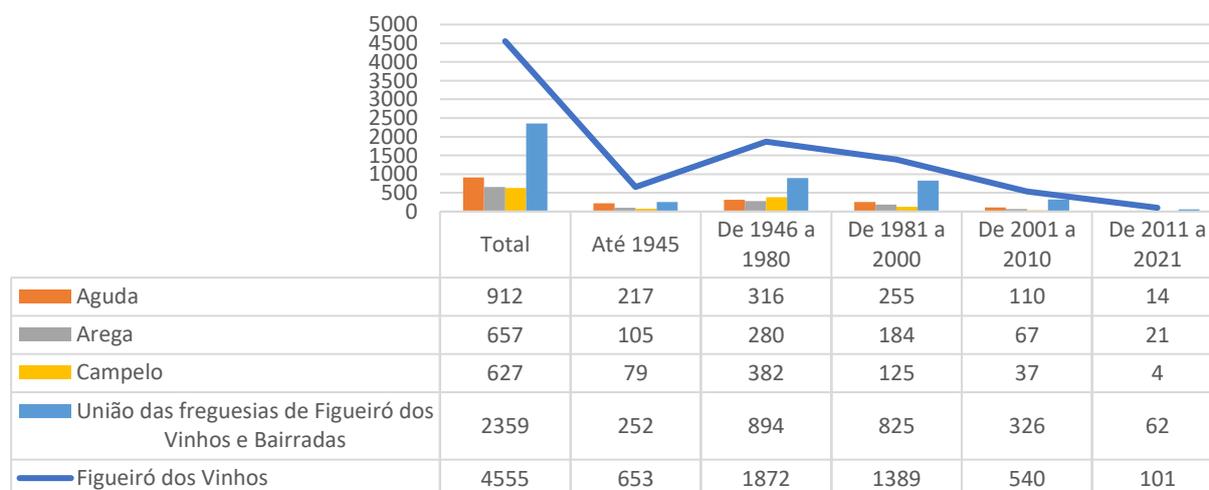
	Total	Anterior a 1919	1919 - 1945	1946 - 1960	1961 - 1980	1981 - 1990	1991 - 2000	2001 - 2010	2011 - 2021
Figueiró dos Vinhos	4555	240	413	621	1251	689	700	540	101

Fonte: PORDATA

As décadas mais prósperas em termos de construção foram as de 70, 80 e 90, começando a observar-se um decréscimo a partir dessa data até 2021. Entre 2011 e 2021 foi registado o número mais baixo de edifícios construídos.

Se centrarmos a nossa análise nos 4555 edifícios identificados pelos Censos de 2021 no concelho de Figueiró e nas suas freguesias, podemos verificar, no gráfico seguinte, a sua evolução relativa à época de construção. De uma forma geral, a freguesia com maior crescimento ao longo das épocas é a União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas.

G. 23 - N.º DE EDIFÍCIOS POR ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO



Fonte: INE

4.6 - ALOJAMENTO E FORMA DE OCUPAÇÃO

Para uma melhor compreensão das considerações que temos vindo a empreender relativamente ao setor habitacional do concelho de Figueiró dos Vinhos, e no que aos alojamentos diz respeito, sugerimos a análise dos gráficos a seguir apresentados, segundo informações mais recentes do INE (Censos 2021).

Entre 2011 e 2021 o número de alojamentos em Figueiró dos Vinhos teve um crescimento pouco significativo, passando de um total de 4871 em 2011, para 4905 em 2021. A freguesia com maior número total de alojamentos é a União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas. Em todo o concelho, o alojamento familiar é o mais expressivo.

T. 6 - N.º DE ALOJAMENTOS POR TIPO, POR FREGUESIAS FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2011 - 2021

	2011			2021		
	Total	Alojamentos familiares	Alojamentos colectivos	Total	Alojamentos familiares	Alojamentos colectivos
Figueiró dos Vinhos	4871	4858	13	4905	4894	11
Aguda	972	972	0	931	931	0
Arega	634	632	2	660	659	1
Campelo	693	693	0	632	632	0
União das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas	2572	2561	11	2682	2672	10

Fonte: INE

Relativamente aos alojamentos coletivos e a sua tipologia, a tabela a baixo concentra informação mais detalhada dos mesmos. Importa referir que o conceito de alojamento coletivo foi alterado, passando nos censos de 2021 a ser considerados apenas os alojamentos que à data do recenseamento são residência habitual de pelo menos uma pessoa. Até 2011 entendia-se por alojamento coletivo, aquele que se destinava a albergar um grupo numeroso de pessoas ou mais do que uma família e que no momento da referência estaria em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes.

T. 7 - ALOJAMENTOS COLETIVOS, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2011 - 2021

	Total	Alojamentos coletivos - Hotéis	Alojamentos coletivos - Convivências	Convivências - Apoio	Convivências - Saúde	Convivências - Religiosa	Convivências - Prisional	Convivências - Outras
2011	13	6	7	6	0	0	0	1
2021	11	6	5	4	1	0	0	0

Fonte: PORDATA

Os alojamentos familiares clássicos podem subdividir-se pela sua forma de ocupação. A residência habitual é, na maior parte do território municipal, aquela que tem maior expressão. Sendo certo que o território de Figueiró dos Vinhos oferece um conjunto de características atrativas para a instalação de segunda residência, (condições naturais, procura de um estilo de vida de características mais rurais, fatores emocionais e familiares, etc.), ao longo das últimas décadas, o concelho tem sido bastante fustigado pela emigração/migração. Deste modo foram muitas as habitações que passaram a constituir uma segunda habitação, de férias e fins-de-semana. Há também, um número significativo de alojamento vago. A freguesia de Campelo é aquela onde há uma maior expressão da diferença entre a residência habitual e a residência secundária.

T. 8 - ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, POR FORMA DE OCUPAÇÃO, POR FREGUESIAS, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2021

	Total	Residência habitual	Residência secundária	Vago para venda ou arrendamento	Vago por outros motivos
Figueiró dos Vinhos	4892	2356	1643	523	370
Aguda	931	398	335	182	16
Arega	659	314	259	80	6
Campelo	630	94	420	47	69
União das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas	2672	1550	629	214	279

Fonte: INE

Efetuada uma análise mais detalhada dos resultados dos últimos Censos, pode verificar-se no gráfico seguinte, um aumento muito ligeiro e progressivo do número de alojamentos familiares no concelho.

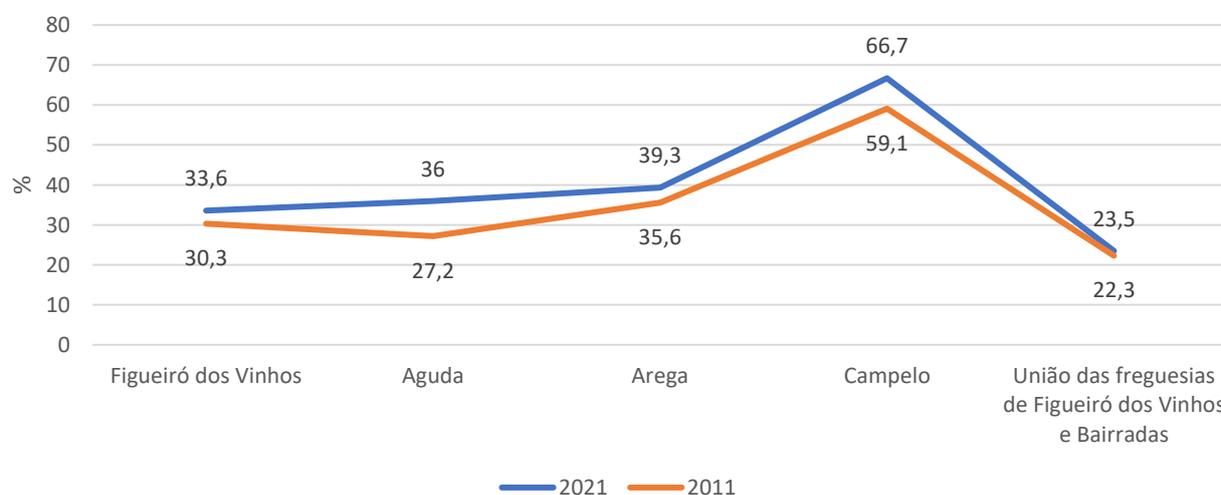
G. 24 - EVOLUÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO FAMILIAR CLÁSSICA, FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2011-2021



Fonte: PORDATA

O gráfico seguinte, que evidencia a proporção de alojamentos familiares clássicos para uso sazonal, ilustra bem os fenómenos já mencionados. Efetuando uma comparação dos resultados entre Censos, verificou-se um aumento da proporção de alojamentos familiares de uso sazonal em todas as freguesias, no período em análise, muitas famílias continuam a sair do concelho, em busca de oportunidades de trabalho, regressando apenas nos períodos de férias.

G. 25 - PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE USO SAZONAL POR FREGUESIA 2011-2021



Fonte: INE

4.7 - MERCADO DE ARRENDAMENTO

Quanto ao mercado de arrendamento, efetuando uma análise das freguesias de Figueiró dos Vinhos, verifica-se um crescimento da proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados.

T. 9 - PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS ARRENDADOS OU SUBARRENDADOS (%), POR FREGUESIA, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2011 - 2021

	Figueiró dos Vinhos	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas	União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas
2011	7,27	1,72	0,84	0	12,37	1,4	-
2021	10	2,5	1,6	2,1	-	-	14,1

Fonte: PORDATA

Quanto ao valor médio das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados, a tendência de aumento das últimas décadas mantém-se. Em 2011, o valor médio mensal das rendas de casa do concelho situava-se nos 206,53€, passando para 239,12€ em 2021. Refira-se, neste âmbito, que o mercado de arrendamento não é muito vasto no concelho de Figueiró dos Vinhos. A oferta é limitada e o valor das rendas não é muito acessível, principalmente quando falamos de famílias de baixos recursos.

T. 10 - VALOR MÉDIO MENSAL DAS RENDAS DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, POR FREGUESIA, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2011 - 2021

	Figueiró dos Vinhos	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas	União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas
2011	206,53	170,94	74,17	0	212,11	114,17	-
2021	239,12	242,5	247	180	-	-	239,33

Fonte: INE

4.8 - RECURSO A HABITAÇÃO PRÓPRIA

O crédito para aquisição ou construção de habitação própria ainda constitui, em Portugal, a principal fonte de endividamento das famílias, pese embora algumas reservas colocadas pela banca nos últimos anos no acesso ao crédito à habitação.

Em 2021, o valor médio mensal dos encargos por aquisição de habitação própria em Portugal Continental era 360,15€, o que representa uma fatia considerável no orçamento das famílias, tendo como referência o salário mínimo nacional (665€) naquela altura. Olhando para a NUT II, o valor reduz (337,88€) e sobe ligeiramente na NUT III (344,03€). Figueiró dos Vinhos é o concelho que apresenta o valor mais elevado de encargos médios mensais nos concelhos da zona norte do distrito de Leiria (232,55€) sendo a Castanheira de Pera o concelho com valor mais baixo.

G. 26 - VALOR DOS ENCARGOS MÉDIOS MENSAIS DEVIDO A AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA, 2021



Fonte: INE

Na tabela que se segue podemos consultar os dados relativos ao número de alojamentos e a sua entidade proprietária. Nos dois períodos analisados, o maior número refere-se ao proprietário ocupante.

T. 11 - N.º DE ALOJAMENTOS POR TIPO DE ENTIDADE PROPRIETÁRIA, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2011 - 2021

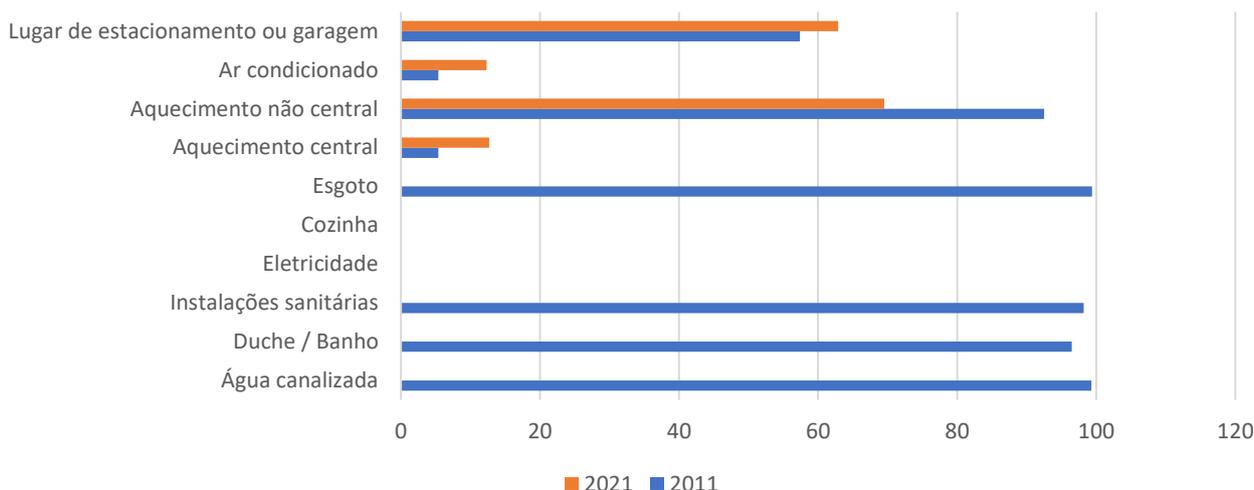
	2011	2021
Ocupante proprietário	2.218	1.950
Total Outra entidade proprietária	339	406
Outra entidade proprietária - Ascendentes, descendentes de 1º ou 2º grau	111	112
Outra entidade proprietária - Particulares ou empresas privadas	209	283
Outra entidade proprietária - Estado, institutos públicos autónomos, instituições s/ fins lucrativos, empresas públicas	14	3
Outra entidade proprietária - Autarquias Locais	2	5
Outra entidade proprietária - Cooperativas de habitação	3	3
Total	2.557	2.356

Fonte: PORDATA

4.9 - INDICADORES DE CONFORTO, HIGIENE E SALUBRIDADE

Relativamente aos indicadores de conforto e condições de habitabilidade, podemos afirmar que, nas últimas décadas, se tem vindo a assistir a melhorias consideráveis das condições de higiene e salubridade do parque habitacional no país, como se pode observar no gráfico seguinte. De tal forma que, tendo em conta que os níveis de cobertura dados pela operação censitária de 2011 eram muito perto de 100%, algumas variáveis foram retiradas da recolha dos censos de 2021. Quanto a outros indicadores de conforto, verificamos pelo gráfico seguinte que apenas os valores do aquecimento não central diminuíram de 2011 para 2021.

G. 27 - PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES SEM PELO MENOS UMA INFRAESTRUTURA BÁSICA 2011- 2021



Fonte: Pordata

As condições habitacionais da população podem também aferir-se pelo número de edifícios superlotados, que evidencia a dificuldade, ou não, de aceder a habitação mais adequada à dimensão da família. Relativamente aos edifícios sobrelotados no concelho de Figueiró dos Vinhos, os números apresentados, ainda que não tenham uma dimensão muito elevada no todo dos alojamentos, não deixam de ser preocupantes se pensarmos que existem 35 famílias com pelo menos duas divisões em falta. Na perspetiva contrária, são muitos os alojamentos que têm divisões em excesso, facto que pode ser justificado pela diminuição do número médio de elementos por família nas últimas décadas.

T. 12 - ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL E LOTAÇÃO, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, POR FREGUESIAS, 2021

	Figueiró dos Vinhos	Aguda	Arega	Campelo	União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas
Alojamento sublotado com três ou mais divisões em excesso	572	91	90	22	369
Alojamento sublotado com duas divisões em excesso	651	118	99	21	413
Alojamento sublotado com uma divisão em excesso	610	102	81	23	404
Alojamento sem divisões em falta nem em excesso	385	63	32	18	272
Alojamento sobrelotado com uma divisão em falta	103	18	8	7	70
Alojamento sobrelotado com duas divisões em falta	29	6	2	2	19
Alojamento sobrelotado com três ou mais divisões em falta	6	0	2	1	3

Fonte: INE

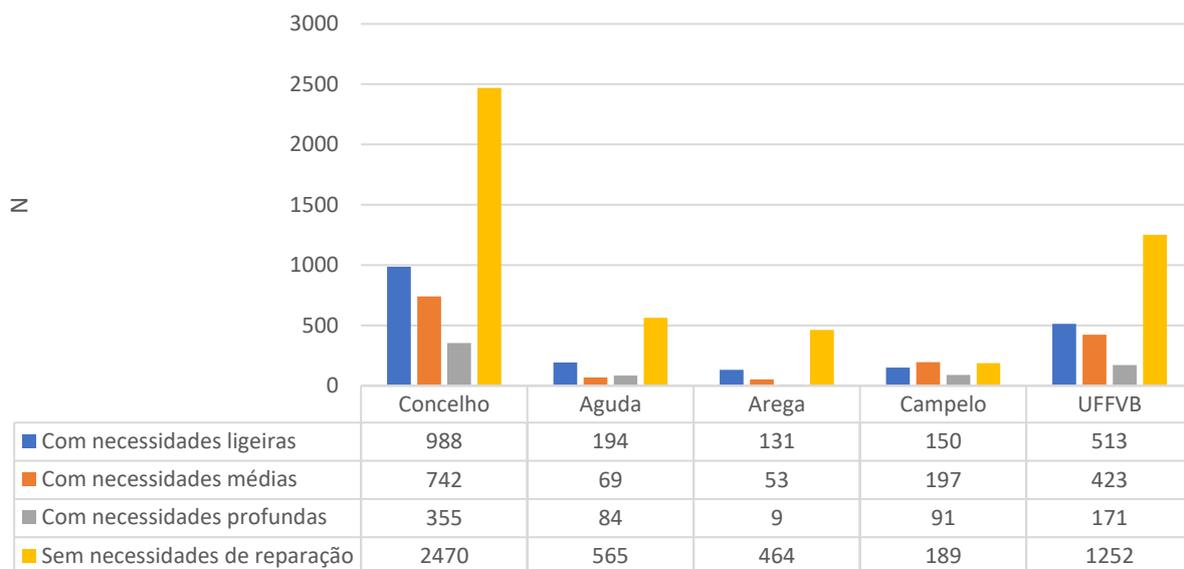
4.11 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

Independentemente das melhorias registadas em termos habitacionais nos últimos anos, refira-se que o parque habitacional do concelho continua a evidenciar sinais preocupantes quanto à sua conservação.

No gráfico a seguir apresentado, podemos observar que existe no concelho um número considerável de edifícios a necessitar de ligeiras reparações (2085).

As freguesias mais afetadas são a União de Freguesia de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, Aguda e Arega.

G. 28 - EDIFÍCIOS POR ESTADO DE CONSERVAÇÃO, CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E FREGUESIAS, 2021



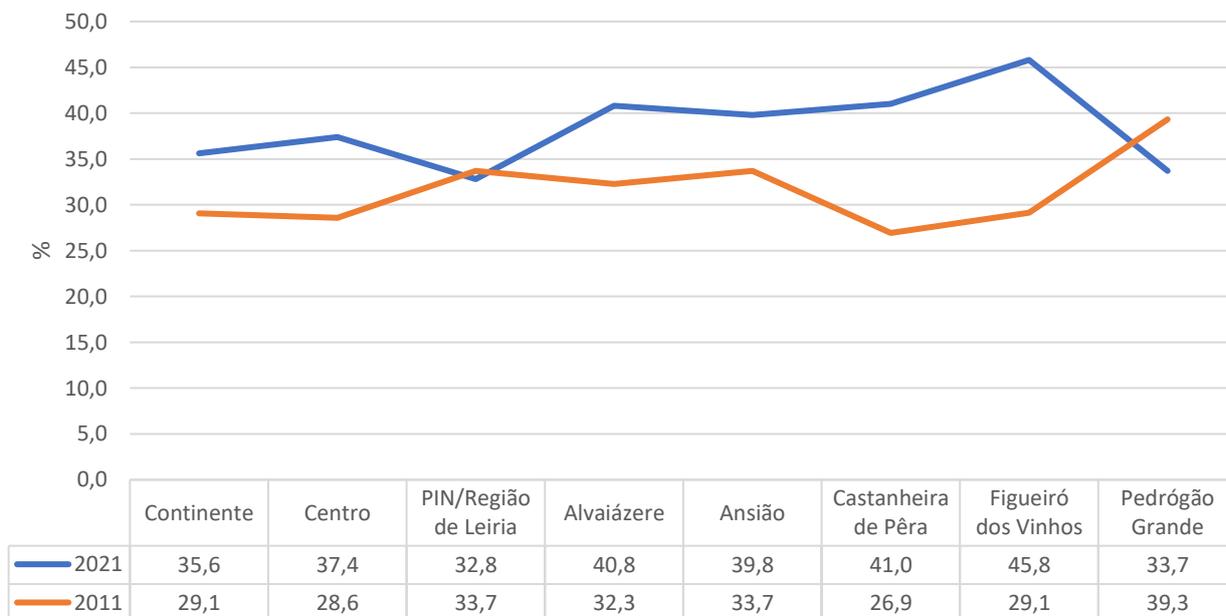
Fonte: INE - Censos 2021

Segundo um estudo do INE, mais de um terço (35,8%) dos edifícios em Portugal necessitam de reparações.

Efetivamente, através da observação do gráfico que a seguir se apresenta, podemos verificar de forma generalizada que a proporção de edifícios com necessidade de reparação aumentou, no período intercensitário em análise, de 29,1% para 35,6%.

As NUT II e III, apresentavam valores próximos da média nacional. Na NUT III, a proporção de edifícios muito degradados era, em 2021, de 32,8%.

G. 29 - PROPORÇÃO DE EDIFÍCIOS MUITO DEGRADADOS 2011-2011



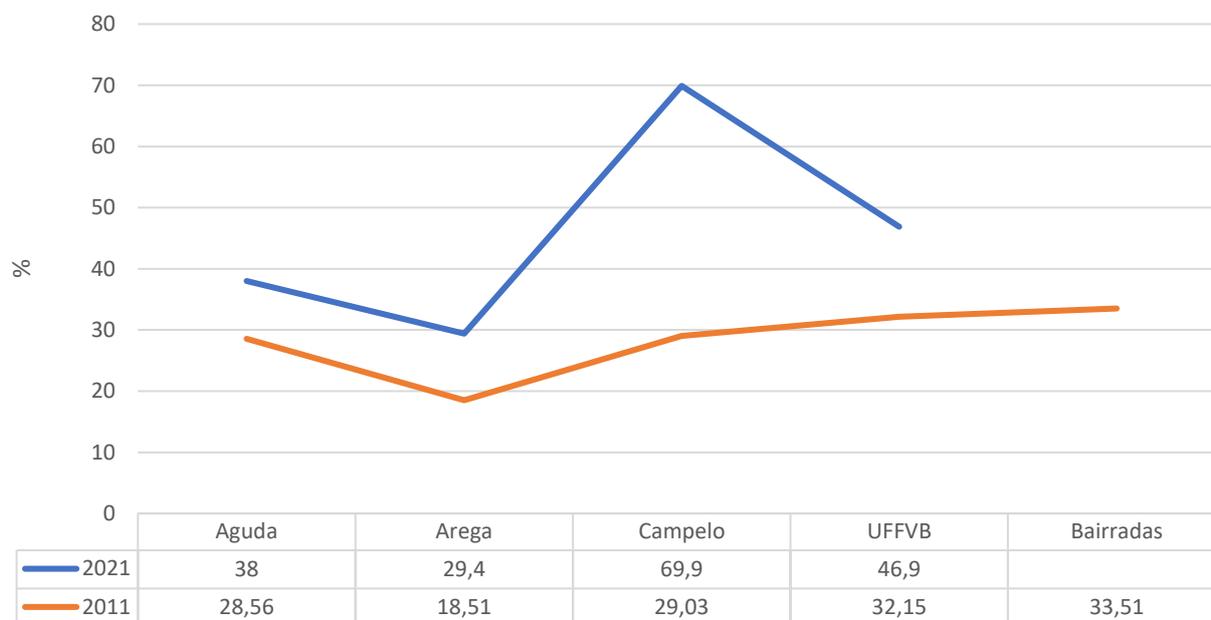
Fonte: INE - Censos 2011 e 2011.

Nos concelhos da zona norte do distrito de Leiria, apenas em Pedrogão Grande se registou um decréscimo da percentagem de edifícios com necessidade de reparação.

Os concelhos de Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, foram os que apresentaram maior aumento, 14,1% e 16,7%, respetivamente. Portanto, Figueiró dos Vinhos em 2011 registava 29,1%, já em 2021, atingiu os 45,8%, ultrapassando inclusive, a média nacional do último ano censitário.

O gráfico seguinte permite-nos aferir a evolução da proporção de edifícios muito degradados no concelho, por freguesia.

G. 30 - PROPORÇÃO DE EDIFÍCIOS MUITO DEGRADADOS POR FREGUESIA 2011-2021



Fonte: INE - Censos 2011 e 2021.

Relativamente ao concelho de Figueiró dos Vinhos e, apresentando uma leitura dos resultados por freguesia no mesmo horizonte temporal, podemos também observar um agravamento transversal, com particular destaque para a freguesia de Campelo que apresenta o valor mais elevado (69,9%) de edifícios com necessidade de reparação, devido a um conjunto de fatores já mencionados em outros capítulos, como por exemplo, a população envelhecida, desertificação, etc... A união de freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas apresenta também um aumento significativo de 14,7%, embora seja inflacionado pela harmonização das freguesias. Por outro lado, a freguesia da Arega é aquela que apresenta um valor mais baixo (29,4%), relativamente, às outras freguesias.

4.12 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DOS EDIFÍCIOS

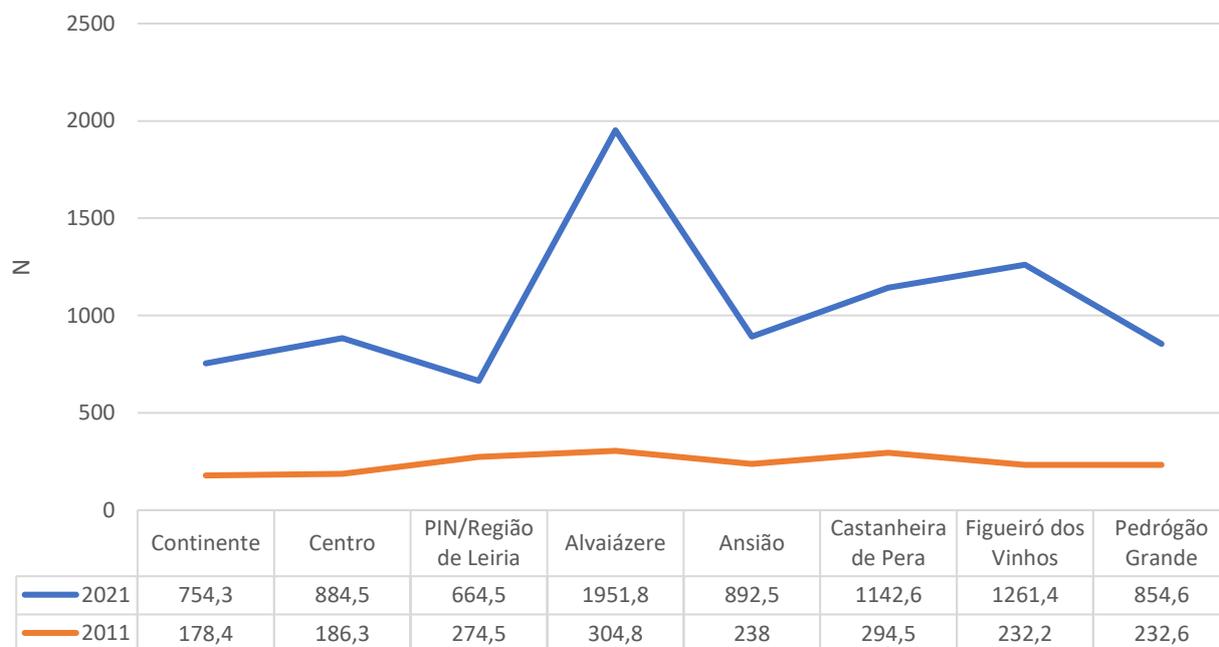
O gráfico seguinte - Índice de Envelhecimento dos Edifícios - mostra-nos a relação entre o número de edifícios construídos até 1960 e o número de edifícios construídos após 2001.

Sucintamente, todas as regiões apresentadas demonstram um aumento abrupto deste índice.

A nível nacional, o índice de envelhecimento dos edifícios apurado em 2021 foi de 754,3%, valor bastante superior ao registado em 2011 (178,4%).

Na Região Centro deparamo-nos já com um aumento em relação à média nacional (884,5%) uma vez que, para além da região abranger uma faixa litoral significativa, onde o desenvolvimento habitacional e urbano é superior, engloba também uma zona de interior considerável. Como é sabido, o parque habitacional nas regiões do interior, encontra-se, por norma, mais envelhecido do que na zona do litoral. Na NUT III, o índice de envelhecimento dos edifícios, apesar de ser inferior à média nacional e regional, também aumentou relativamente a 2011, situando-se nos 664,5%.

G. 31 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DOS EDIFÍCIOS 2011/2021²⁵



Fonte: INE - Censos 2011 e 2021.

Efetuada uma análise dos concelhos do norte do Distrito de Leiria, verifica-se a tendência de aumento do índice de envelhecimento do parque habitacional acima dos 800% em todos eles. Alvaiázere, que em 2011 apresentava um índice de envelhecimento dos edifícios de 304,8%, foi o que atingiu o valor mais elevado em 2021(1951,8%).

Figueiró dos Vinhos é dos concelhos que apresenta o índice de envelhecimento dos edifícios mais elevado em 2021 (1261,4%) comparativamente ao registado em 2011 (232,2%), o que mostra a degradação gradual do parque habitacional do concelho, justificando grande preocupação e necessidade de intervenção a curto prazo, neste domínio.

4.13 - EDIFÍCIOS LICENCIADOS E CONCLUÍDOS PARA HABITAÇÃO

Noutro âmbito, quando nos referimos ao número de edifícios licenciados para habitação familiar, podemos verificar através da leitura da tabela seguinte, um ligeiro aumento destes na NUT I, com maior expressão nas construções novas. Por outro lado, nas ampliações, alterações e reconstruções, verifica-se um decréscimo, quando comparados os anos de 2011 e 2021.

A nível nacional o total de obras de edificação aumentou ligeiramente, em termos de variação percentual, cerca de 2,5% no período em análise. Na NUT III também se verifica um ligeiro aumento de 6%, embora este valor seja inflacionado pelos aglomerados populacionais do litoral onde, naturalmente, são licenciadas mais obras do que nos concelhos do

²⁵ O Índice de Envelhecimento dos Edifícios é expresso pelo n.º de Edifícios construídos até 1960/Edifícios construídos após 2001x100.

interior. Em contrapartida, a NUT II apresenta uma diminuição considerável, cerca de 20%. Quando nos centramos apenas no total de obras de edificação para habitação familiar, a tendência é a mesma, ou seja, em termos de variação percentual, na NUT I aumentou 11%, na NUT II diminuiu 12% e na NUT III aumentou quase 30%. Como já foi acima referido, segue-se a mesma tendência nas construções novas, no entanto, no que diz respeito às ampliações, alterações e reconstruções o panorama muda, isto é, nas diferentes NUTS verifica-se um decréscimo face ao ano de 2011.

Os concelhos em análise seguem a tendência observada na NUT II, assistindo-se a um decréscimo do número total edifícios licenciados em todos os concelhos, exceto no concelho de Ansião que registou um aumento de cerca de 15%, quando comparados os dados relativos a 2011 e 2021.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, a diminuição observada no mesmo período não atinge grande expressividade (-12%) quando comparada com os outros concelhos, no entanto, quando observamos os valores absolutos apresentados, verificamos que o concelho é um dos que regista o menor número de licenciamentos.

Referindo-nos ainda ao concelho de Figueiró dos Vinhos, registou-se, em 2021, um ligeiro decréscimo do número de licenciamentos para construções novas. Do total de 16 edifícios licenciados em 2017, 16 eram para construções novas (menos 2 que em 2011), sendo 12 para habitações do tipo familiar (mais 3 que em 2011).

T. 13 - EDIFÍCIOS LICENCIADOS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR: TOTAL E POR TIPO DE OBRA 2011-2021

	Total de obras de edificação				Construções novas				Ampliações, alterações e reconstruções			
	Total		Habitação familiar		Total		Habitação familiar		Total		Habitação familiar	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Continente	22500	23078	16061	18064	15385	18532	11317	14780	7115	4546	4744	3284
Centro	5835	4678	3866	3387	3931	3623	2704	2712	1904	1055	1162	675
Região de Leiria	971	1037	579	817	688	756	488	640	283	281	91	177
Alvaiázere	29	22	22	17	16	13	13	9	13	9	9	8
Ansião	55	63	38	43	51	47	35	32	4	16	3	11
Cast. de Pera	15	8	12	6	10	2	8	1	5	6	4	5
Figueiró dos Vinhos	18	16	15	12	11	16	9	12	7	0	6	0
Pedrógão Grande	37	9	18	8	15	4	4	3	22	5	14	5

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Efetuada uma análise do mesmo indicador, por freguesia, verificamos no gráfico seguinte que os 16 edifícios licenciados em 2021, 7 localizavam-se na União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, 6 na freguesia de Arega, 2 na freguesia de Aguda e 1 em Campelo.

Dos 7 edifícios licenciados na União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, em 2021, todos eram construções novas e para habitação familiar.

Os 6 edifícios licenciados na freguesia de Arega, eram também todos construções novas, sendo 3 para habitação familiar.

Os 2 edifícios licenciados em 2021 na freguesia de Aguda, eram ambos construções novas, sendo uma delas para habitação familiar.

Por último, Campelo apenas apresenta um edifício licenciado, sendo construção nova e para habitação familiar.

T. 14 - EDIFÍCIOS LICENCIADOS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR POR FREGUESIA: TOTAL E POR TIPO DE OBRA 2011-2021

Freguesia	Total de obras de edificação				Construções novas				Ampliações, alterações e reconstruções			
	Total		Habitação familiar		Total		Habitação familiar		Total		Habitação familiar	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021

Aguda	2	2	2	1	2	2	2	1	0	0	0	0
Arega	5	6	5	3	3	6	3	3	2	0	2	0
Campelo	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0
UFFVB	10	7	8	7	5	7	4	7	5	0	4	0

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Pese embora a diferença pouco expressiva registada no número de edifícios licenciados no concelho, no período em análise, a sua diminuição e, como se constatará a seguir, a dos edifícios concluídos para habitação familiar, expressa bem o abrandamento do setor da construção civil, não só no concelho de Figueiró dos Vinhos, mas em todo o país.

Relativamente ao número total de obras de edificação concluídas, assistimos a um decréscimo em todas as áreas geográficas em análise, quando comparados os totais registados no ano de 2011 e 2021. Em termos de variação percentual, assistimos a uma diminuição entre os 30% e os 46% em todas as NUTS no período em análise, variação esta que apresenta valores similares quando nos referimos a habitação concluída do tipo familiar, cujo decréscimo prende-se entre os 25% e os 49% nas NUTS.

A nível concelhio, verificamos decréscimos acentuados no número de edifícios concluídos em 2021, em todos os concelhos.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, foram concluídos apenas 12 edifícios em 2021 (menos 17 que em 2011), todos construções novas e destes, apenas 5 para habitação familiar.

T. 15 - EDIFÍCIOS CONCLUÍDOS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR: TOTAL E POR TIPO DE OBRA, 2011-2021

	Total de obras de edificação				Construções novas				Ampliações, alterações e reconstruções			
	Total		Habitação familiar		Total		Habitação familiar		Total		Habitação familiar	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Continente	24756	15528	18876	11504	18460	12343	14596	9392	6296	3185	4280	2112
Centro	8278	4425	5893	2975	6175	3511	4610	2450	2103	914	1283	525
Região de Leiria	989	688	672	500	751	464	589	364	238	224	83	136
Alvaiázere	26	21	18	13	13	8	9	5	13	13	9	8
Ansião	56	37	43	20	53	22	41	13	3	15	2	7
Cast. de Pera	12	7	10	3	10	3	9	1	2	4	1	2
Figueiró dos Vinhos	26	12	19	5	11	12	8	5	15	0	11	0
Pedrógão Grande	29	5	18	3	15	3	9	1	14	2	9	2

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

4.14 - RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS

Como foi referido no início deste capítulo, o Município de Figueiró dos Vinhos, no âmbito das suas competências em matéria de habitação e ação social, tem vindo, ao longo dos últimos anos, a prestar apoio na melhoria das condições habitacionais, a famílias com comprovada carência económica, através da aplicação do “Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas”.

Os apoios atribuídos são sempre concedidos em espécie (num valor máximo por obra de 5.000,00€), nomeadamente através da cedência de materiais de construção; disponibilização de mão-de-obra da Autarquia ou contratualização com entidade externa; elaboração de projetos ou estudos de natureza técnica que se revelem necessários ao licenciamento de obras, nomeadamente na elaboração de projetos de arquitetura e especialidades por técnicos da Autarquia e

acompanhamento técnico e/ou ações de vistoria que se integrem na disponibilidade dos serviços técnicos da Câmara Municipal.

O número de intervenções efetuadas tem sido variável e depende de candidatura dos interessados efetuada nos primeiros meses do ano, mas destacou-se o ano de 2021 e 2022, com a intervenção em 8 e 7 habitações, respetivamente.

Nos anos em análise, verifica-se uma predominância das intervenções na União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas. Na freguesia de Aguda e Arega foram efetuadas intervenções apenas em 3 habitações e, na freguesia de Campelo, registou-se apenas 1 intervenção.

G. 32 - N.º HABITAÇÕES APOIADAS AO ABRIGO DO REGULAMENTO, TOTAL E POR FREGUESIA, 2019-2023



Fonte: CMFV, 2024

Refira-se ainda que nem todos os pedidos são passíveis de apoio, dependendo de análise prévia dos serviços.

Por último, o município conta ainda com o Programa de Incentivos dirigido à zona histórica da Vila, concedendo apoio técnico e financeiro a proprietários e inquilinos (desde que autorizados pelo respetivo senhorio). Aprovado em 2005, o Regulamento já possibilitou, até final de 2023, a intervenção em 78 habitações.

4.15 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No último período intercensitário verificou-se no concelho de Figueiró dos Vinhos um ligeiro crescimento do número de alojamentos.

Ainda que, nos Censos de 2021, tenha de deixado de ser recolhida a informação sobre a falta de infraestruturas básicas justificada pela taxa de cobertura perto de 100%, a nível nacional. Importa em sede deste Diagnóstico constatar com o

pragmatismo e a objetividade que se impõe, resultante da análise levada a efeito, que parecem subsistir parcelas importantes da comunidade que ainda vivem/vivem em condições precárias e indesejáveis, ocupando habitações em avançado estado de degradação física, o que se reflete naturalmente nos índices de conforto que importa melhorar, em nome da defesa da dignidade da pessoa humana, aliás assumida na Lei Fundamental do nosso País. Referimo-nos essencialmente a famílias com elevadas carências económicas, que as impedem de realizar por si só as obras que permitam melhorar as condições habitacionais de que dispõem. Por outro lado, a falta de recursos financeiros elimina-lhes a possibilidade de sonhar com a aquisição ou arrendamento de espaços de habitação condignos.

Este Diagnóstico Social tem naturalmente a função também neste domínio de não escamotear a realidade com que todos nos confrontamos, sendo nossa convicção que também neste domínio de atuação, só a necessária e urgente convergência entre as diversas entidades públicas e privadas, locais e nacionais, poderá dar resposta efetiva aos anseios e dificuldades dos aglomerados mais vulneráveis.

Só com uma conjugação de esforços e de estratégias assertivas se conseguirá intervir neste vetor, seja por via de programas que estimulem o investimento em habitação social, seja por via de programas que tornem a habitação acessível a custos controlados ou em domínios que permitam o realojamento daqueles que vivem em situação de precariedade extrema.

Esta nossa convicção parece começar a ganhar forma tendo em linha de conta a produção Legislativa que desde 2018 vem sendo empreendida e que merece natural destaque pela atualidade de que se reveste, no contexto deste trabalho. Deste modo, importará referenciar desde logo o Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, que cria o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Este Decreto-Lei cria um novo programa de apoio ao acesso à habitação para pessoas que vivem em condições indignas dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a habitação adequada. Estabelece ainda que os Municípios devem planear as soluções de habitação que preferem para o seu território, identificando as pessoas que vivem em más condições e gerindo os seus pedidos de apoio.

Por outro lado, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2018, de 8 de Maio, veio aprovar o programa Chave na Mão - Programa de Mobilidade Habitacional para a Coesão Territorial, que visa promover mecanismos de facilitação da mobilidade habitacional, tanto ao nível territorial, como no que respeita ao regime de ocupação da habitação, de agregados familiares atualmente residentes em áreas de forte pressão urbana em matéria de mercado habitacional, que se queiram fixar em territórios de baixa densidade, favorecendo, simultaneamente, a atração e fixação de população, nomeadamente de jovens famílias no interior e a oferta de habitação para arrendamento a custos acessíveis nas áreas de maior pressão da procura.

A Lei n.º 56/2023 de 6 de outubro estabelece medidas com o objetivo de garantir mais habitação. Procede, entre outras coisas, à criação de um apoio à promoção de habitação para arrendamento acessível; à definição de regras excecionais e transitórias quanto ao valor das rendas nos novos contratos de arrendamento; à aprovação de medidas fiscais de incentivos e apoio ao arrendamento; etc.

Dito isto, importará reconhecer que a aprovação destes instrumentos legais pode abrir portas e constituir uma importante oportunidade para promover a mudança de paradigma que se deseja vir a ser consubstanciada no futuro próximo, cumprindo-se no essencial o que neste domínio a Constituição da República Portuguesa já consagra.

Efetivamente, é essencial mudar o paradigma da abordagem desta temática, refletindo e equacionando medidas que possam contrariar a escassez de fogos para arrendamento a preço acessível ou numa outra vertente, criar condições para que a habitação própria no concelho possa ser adquirida com mais facilidade, por parte de quem dela precisa.

A nível local, o município continua a evidenciar esforços, por via de projetos com financiamento comunitário e de regulamentos próprios da sua esfera de competência, a fim de dar resposta a casos mais problemáticos identificados nesta área.

O Município através do compromisso traçado como objetivos estratégicos e da proposta de expansão urbana, vertidos na 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal e perante a definição de programas e regulamentos, irá proporcionar uma melhoria das fraquezas habitacionais do concelho, criando condições de infraestruturas básicas, potenciando o desenvolvimento económico das famílias através da criação de oportunidades de trabalho e através de criação de Áreas de Reabilitação Urbana - ARU, capazes de potenciar a reabilitação urbana de habitação degradada.

Mais recentemente, o município tem vindo a produzir diversas ferramentas de apoio social que incidem na matéria da habitação, como é o caso, do apoio 'Figueiró Cuida +', que procura responder às necessidades das pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social, sempre com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida das famílias. Dentro deste regulamento, existem várias modalidades de apoios, entre as quais, é importante realçar o apoio ao arrendamento urbano. Também nos apoios concedidos aos beneficiários do Cartão Sénior+, existe um apoio ao arrendamento urbano.

O município dispõe também de outra ferramenta de apoio que atenta à temática da habitação, intitulada de 'Figueiró Habita+'. Este apoio, criado em 2023, pretende promover o acesso e a atribuição de habitações sociais em regime de arrendamento apoiado, sendo que as habitações em causa são financiadas ou cofinanciadas, construídas, requalificadas e/ou arrendadas pelo município.

Atualmente, o município tem já aprovada a Estratégia Local de Habitação (EHL), em vigor desde 2022, que define a estratégia de intervenção dada em matéria de política de habitação, sobretudo no acesso aos apoios concedidos pelo 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Estes apoios podem ser concedidos diretamente às famílias com o apoio técnico do município, como também à autarquia para projetos ligados à promoção de habitação adequada para famílias carenciadas.

O município tem já identificados para reabilitação, 17 fogos habitacionais para futura e breve disponibilização a famílias previamente sinalizadas com as mais diversas condições habitacionais indignas, verificando-se, ainda, a reabilitação de 6 habitações submetidas a financiamento por parte de beneficiários diretos.

Para terminar a análise que encetámos ao capítulo da Habitação, não podemos deixar de referir que em janeiro de 2019 os Órgãos Autárquicos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) deliberaram aceitar a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais neste domínio. Esta decisão consubstanciou-se no facto do Município de Figueiró dos Vinhos ter concretizado, em auto de cessão datado de 9 de agosto de 2011, a transferência de determinados imóveis para a sua posse e gestão, no âmbito do processo de transferência de património entre o IHRU e a Câmara Municipal.

De acordo com a análise efetuada ao parque habitacional disponível no território do concelho de Figueiró dos Vinhos e observados os termos do Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro, constata-se atualmente a inexistência de imóveis destinados a habitação social que integrem o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado.

5 - EDUCAÇÃO

5.1 - ANÁLISE SWOT - EDUCAÇÃO

FORÇAS

- Corpo docente experiente e qualificado;
- Cultura de autoavaliação e autorregulação para melhoria dos desempenhos pedagógicos;
- Cultura de inclusão, traduzido no trabalho consistente articulado do Agrupamento;
- Valorização do mérito escolar, através dos quadros de mérito e excelência;
- Diversidade da oferta educativa e formativa, incluindo a Educação Pré-escolar e todos os níveis de ensino da esc. Obrigatória;
- Dedicção e profissionalismo do pessoal não docente, propiciando ambientes favoráveis à aprendizagem e às relações interpessoais, facilitando a deteção e resolução de problemas;
- Espírito de iniciativa na adesão a projetos de qualidade e a programas inovadores com impacto na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem;
- Inexistência de abandono escolar;
- Dinamização e eficácia dos SPO, e outros técnicos especializados, no apoio aos alunos e na articulação e parceria com as demais estruturas educativas;
- Bom sistema de comunicação, facilitador do acesso às informações do Agrupamento, em tempo útil;
- Parque escolar do AE com boas instalações e condições privilegiadas em termos de espaço e equipamentos adequados, face às exigências do currículo;
- Rede de BE, com bibliotecas nas escolas do AEFV e articulação com a rede de Bibliotecas Monsalude e plano de atividades atrativo, enriquecedor e de proximidade com todos os estabelecimentos de ensino do AE e com as necessidades dos alunos;
- Desenvolvimento e divulgação de protocolos de cooperação e parcerias com instituições que prestam os serviços necessários para a formação e acompanhamento da comunidade educativa (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia; Instituições de Saúde; empresas e outras organizações);
- Participação da Associação de Pais e da Associação de Estudantes em atividades escolares, promovendo interação entre a escola e a comunidade envolvente.
- Estrutura organizacional do Agrupamento de Escolas que favorece o percurso sequencial e articulado na transição entre níveis e ciclos de ensino;
- Polo de Formação e Cursos do IEFP;
- GAAF – Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família e GAJ – Gab. Apoio ao Jovem;
- Conselho Municipal de Educação;
- Carta Educativa;
- Cobertura e gratuitidade da rede de transportes escolares;
- Oferta de manuais escolares e fichas de trabalho aos alunos;
- Parceria com CIM-RL em vários projetos intermunicipais na área da Educação;
- Rede de equipamentos de apoio (Casa da Cultura, Biblioteca Municipal, Museu, Piscinas Municipais e outros equipamentos culturais e desportivos);
- Articulação entre as entidades que atuam no âmbito da educação e da ação social.

FRAQUEZAS

- Diminuição do número de alunos que optam, muitas vezes, por outros estabelecimentos de ensino existentes nos concelhos limítrofes;
- Heterogeneidade do perfil socioeconómico e cultural da comunidade, podendo criar baixas expectativas em alguns alunos;
- Indisciplina e défice de valores de cidadania revelados por alguns alunos;
- Ausência de comprometimento, por parte de alguns discentes, na construção das suas aprendizagens;
- Práticas de trabalho pedagógico colaborativo entre docentes pouco desenvolvidas;
- Débil operacionalização das competências transversais estabelecidas nos currículos;
- Insuficiente formação para pessoal docente e não docente;
- Falta de assunção de competências por parte de algumas estruturas de liderança intermédia;
- Excessiva burocracia imposta pelos diversos diplomas legais;
- Baixa perceção social da escola atual e deficitária cultura de escola;
- Frágil reflexão sobre os dados recolhidos, e dispersão dos mesmos, com vista à futura planificação e gestão das atividades, da organização da escola e das suas práticas;
- Baixos índices de escolaridade, a par da falta de competências parentais e das perspetivas negativas de muitas famílias face ao sistema de ensino;
- Baixos rendimentos das famílias;
- Baixa qualidade do sucesso escolar;
- Iliteracia;
- Conservação do parque escolar;
- Insuficiente acompanhamento familiar às crianças e jovens em idade escolar e suas famílias.

OPORTUNIDADES

- Situação geográfica privilegiada da vila de Figueiró dos Vinhos, equidistante das outras vilas da região, favorável ao acolhimento de alunos de outros concelhos;
- Boa Rede de Transportes que serve as necessidades dos alunos;
- Encaminhamento de Jovens em risco sócio emocional por estreita ligação entre o AE e a CPCJ;
- Relevância do AE na empregabilidade do Concelho;
- Participação em campanhas de solidariedade e voluntariado com a colaboração de diferentes instituições sociais;
- Relativa estabilidade do corpo docente;
- Renovação de equipamentos escolares;
- Desenvolvimento de uma rede de cooperação com empresas, instituições e outras organizações do concelho de carácter artístico e cultural;
- Património Histórico e Cultural associado a José Malhoa e Escola Naturalista, com tradições ligadas às artes;
- Equipamentos culturais (Museus, Clube Figueirense e Biblioteca Municipal);
- Potencial de desenvolvimento por explorar (turismo, floresta, entre outros);
- Portugal 2030;
- Proximidade de outros polos de formação (ens. Prof., politécnico e superior);
- Escola Profissional Agostinho Roseta;
- Definição de um sistema de apoios sociais a alunos do concelho e reforço dos apoios prestado no âmbito da Componente de Apoio à Família;
- Aposta na diversificação das AEC;
- CLDS 5G.

AMEAÇAS

- Falta de oferta de emprego o que leva à desertificação e perda de alunos;
- Desvalorização dos saberes e da cultura por algumas famílias, condicionando baixas expectativas e alguma desmotivação dos seus educandos face à escola;
- Pouca resiliência, de alguns alunos, e consequente ausência de comprometimento com a vida escolar;
- Envelhecimento do material informático, face às rápidas transformações informáticas;
- Restrição de recursos financeiros, dificultando a gestão do Agrupamento nas diferentes vertentes;
- Desmotivação do pessoal docente face às políticas educativas e ao contexto socioeconómico do país;
- Falta de pessoal docente;
- Disparidades significativas na formação e habilitações académicas dos encarregados de educação nos diferentes territórios educativos do Agrupamento;
- Inexistência de um Lar para crianças e jovens;
- Crise económica e social vivida a nível nacional e seus reflexos na organização das famílias;
- Risco de perda de alunos devido à existência de uma oferta educativa muito diversificada na região.

5.2 - EDUCAÇÃO - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:

- ✚ Baixos índices de escolaridade, a par da falta de competências parentais e das perspetivas negativas de muitas famílias face ao sistema de ensino;
- ✚ Baixa qualidade do sucesso escolar;
- ✚ Iliteracia;
- ✚ Pessoal não docente com formação deficitária;
- ✚ Desmotivação do pessoal docente.

5.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise dos indicadores educativos de um concelho, assume particular relevância no contexto do processo de revisão do Diagnóstico Social, considerando a estreita correlação detetada entre a educação, a pobreza e a exclusão social.

A leitura atenta de vários dados existentes permite concluir que o nível de educação e formação de uma população é um importante fator explicativo dos níveis de pobreza registados no país e que, uma aposta consensual neste domínio, constituirá um requisito fulcral em qualquer processo de desenvolvimento local, na medida em que uma população com maiores índices de qualificação estará, indiscutivelmente, mais bem preparada para enfrentar os desafios quotidianos. A aposta na qualificação da população residente, e em particular da ativa, conduzirá à especialização das atividades económicas e, logo, ao desenvolvimento territorial conseguido através do crescimento económico.

Neste âmbito, pretende-se apresentar a evolução do nível de instrução da população residente, da rede escolar, e da oferta educativa nos estabelecimentos de ensino concelhios, abordando as questões da educação não formal, da formação profissional e analisar os fenómenos do analfabetismo e do abandono escolar.

Durante a pandemia, escolas e universidades fecharam fisicamente, levando à implementação do ensino à distância, criando novos desafios para alunos, professores e famílias, acentuando as desigualdades no acesso à educação. A nível local, foi feito um esforço em apoiar as escolas na transição para o ensino à distância, incluindo a disponibilização de equipamentos tecnológicos e acesso à internet para estudantes com poucos recursos.

5.4 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Os dados fornecidos pelos Censos permitem o acesso às estatísticas da população residente por nível de instrução completo mais elevado. Relativamente a dados mais antigos, importa referir que o conceito de população residente sofreu uma alteração, sendo considerada, até 2001, indivíduos que, independentemente de no momento censitário estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitava a maior parte do ano com a família ou detinham a totalidade ou a maior parte dos seus haveres. Passou depois a ser considerado a intenção de residir por um período mínimo de um ano e com isto, a população residente é desde então definida como o conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento

de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Na tabela seguinte é possível perceber que a população sem nenhum nível de ensino, diminui consideravelmente no período em análise. Os graus académicos mais elevados, ensino secundário, nível médio²⁶ e ensino superior foram os que apresentaram crescimento no período intercensitário.

T. 16 - POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS SEGUNDO OS CENSOS: TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO, FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2011 - 2021)

	Total	Sem nível de escolaridade	Básico 1º Ciclo	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secundário	Médio	Superior
2011	5512	1037	1934	626	860	634	56	365
2021	4793	459	1674	451	761	907	57	484

Fonte: INE

Estes resultados que são dignos de registo, são reflexo de um novo paradigma da educação e formação de adultos, preconizado no “Memorando da Aprendizagem ao Longo da Vida”, da Comissão das Comunidades Europeias e implementado, desde o início de 2000, através dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, mas são também explicados pelo reforço significativo do ensino profissionalizante qualificante, com a efetivação dos cursos de educação e formação, para além do que significam em termos da valorização por parte das famílias e dos jovens, no investimento na educação e na formação, numa sociedade tão competitiva como aquela em que nos inserimos.

5.5 - REDE ESCOLAR E OFERTA EDUCATIVA

Valorizar a diversidade é o grande desafio do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos ao caminhar e convergir para o mesmo fim, o de uma escola inclusiva, promovendo a pedagogia, a eficácia, a qualidade e inovação e tendo como principal desígnio o sucesso educativo de todos e de cada um dos alunos, bem como, a sua formação para a cidadania, tendo em conta o aperfeiçoamento de competências numa perspetiva global da pessoa no seu todo.

Com referência ao ano letivo 2023/2024 a rede educativa concelhia era constituída por 3 jardins-de-infância, 3 escolas primárias do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 1 escola que ministra o Segundo e Terceiro Ciclo e Ensino Secundário. O setor privado oferece ainda 1 creche e Jardim de Infância, da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia.

Atualmente, o jardim de infância de Figueiró dos Vinhos tem o seu funcionamento na escola Básica José Malhoa.

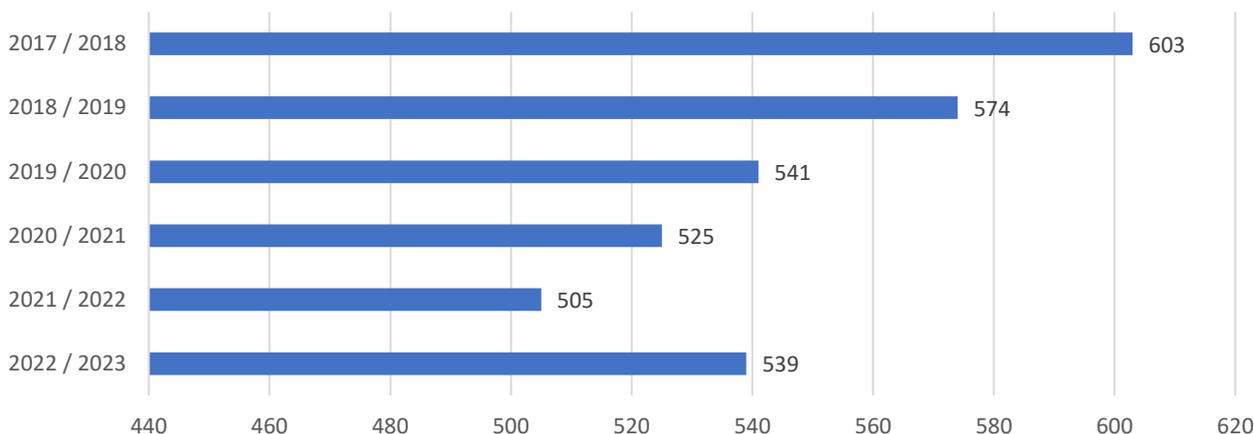
5.6 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NO CONCELHO

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução, em termos globais, do número de alunos no concelho de Figueiró dos Vinhos nos últimos 6 anos letivos.

Contrariando a tendência de diminuição que já vinha sendo habitual nos últimos anos, o ano letivo 2022/2023 registou um aumento no número de alunos matriculados.

G. 33 - EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS, 2017/18 A 2022/23

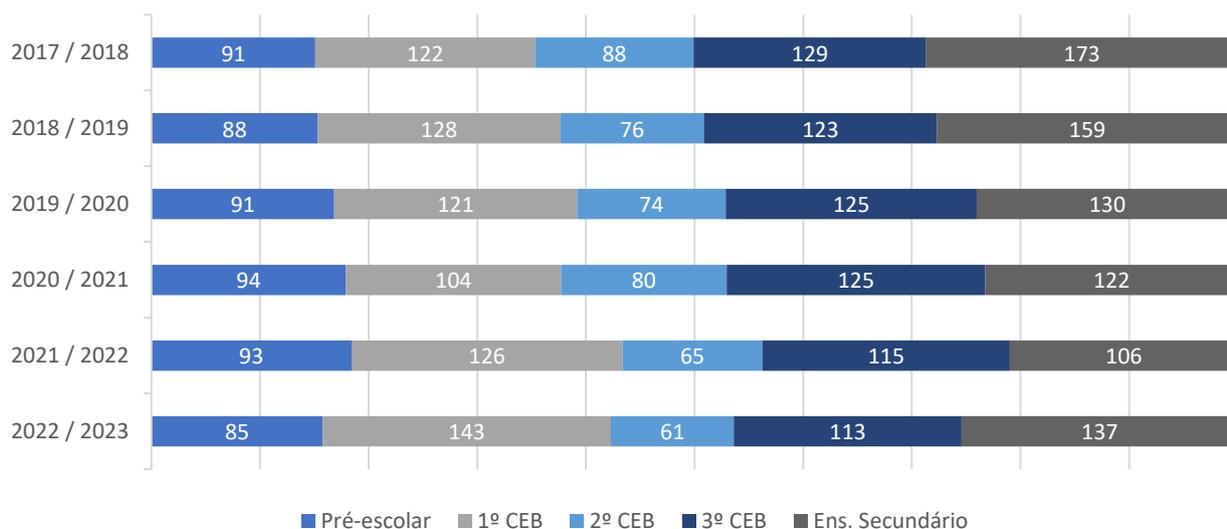
²⁶ Nível Médio refere-se a um nível pós-secundário.



Fonte: INE

No intuito de perceber qual o ciclo de ensino que influenciou os resultados do gráfico acima apresentado analisaram-se os mesmos dados por ciclo de ensino e nível de escolaridade, pelo que, o gráfico seguinte representa a população por cada ciclo de ensino, no mesmo período.

G. 34 - EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS POR CICLO DE ENSINO, 2017/18 A 2022/23

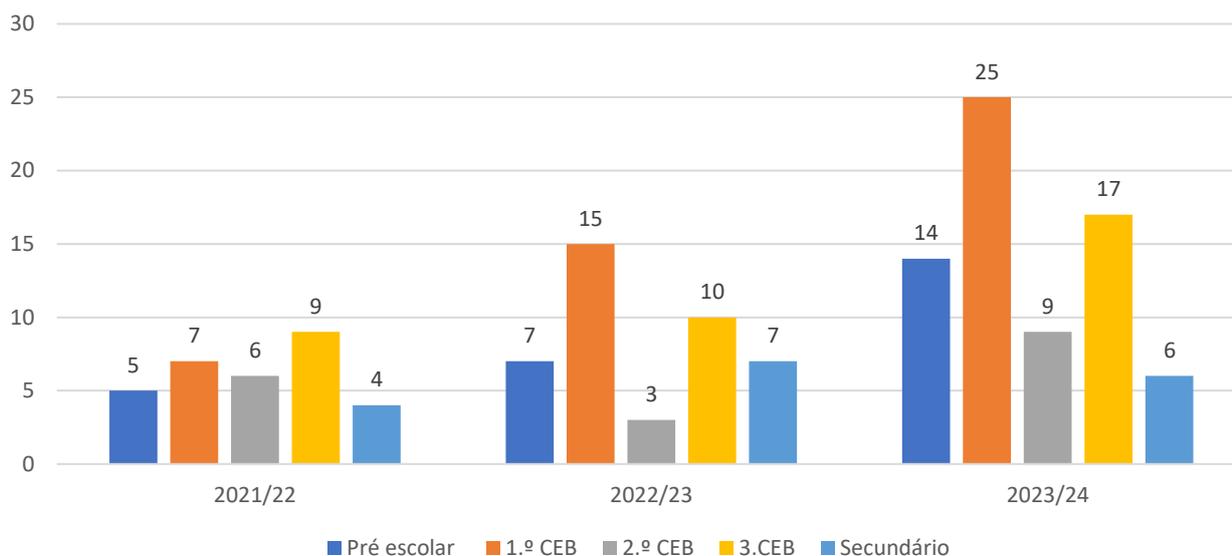


Fonte: INE

Efetuada uma análise por ciclos de ensino é possível observar que, ainda que com algumas oscilações, os valores se foram mantendo semelhantes de ano para ano. Concentrando a análise nos últimos anos (2022/23 e 2021/22), apesar da ligeira diminuição no número de alunos matriculados no pré-escolar, 2º e 3º Ciclos de Ensino Básico (CEB), o 1º Ciclo e o Ensino Secundário tiveram um aumento. O 1º CEB passou de 126 aluno, em 2021/22, para 143 em 2022/23, e no Ensino secundário, nos mesmo períodos passou de 106 para 137 alunos.

Este aumento de alunos poderá dever-se ao aumento de famílias estrangeiras que começaram a fixar-se em Figueiró dos Vinhos. E por esse motivo, iremos analisar de seguida a evolução do número de alunos estrangeiros no Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos e, dentro destes, os alunos matriculados na disciplina Português Língua Não Materna.

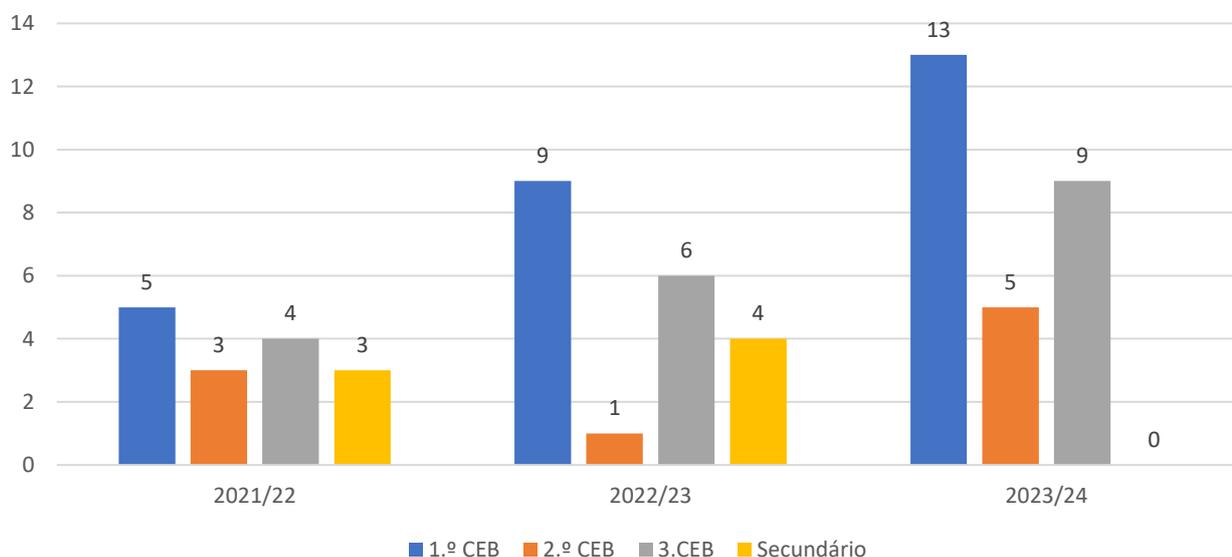
G. 35 - EVOLUÇÃO DOS ALUNOS ESTRANGEIROS 2021/22 - 2023/24



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos

É notório o crescimento de alunos estrangeiros no Agrupamento de Escolas nos últimos anos letivos. Passando de um total de 31 alunos estrangeiros em 2021/22 para 71 em 2023/24. Neste último, a maior concentração de alunos estrangeiros encontra-se no ensino pré-escolar e no 1.º ciclo de ensino básico.

G. 36 - EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS EM PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO MATERNA 2021/22 - 2023/24



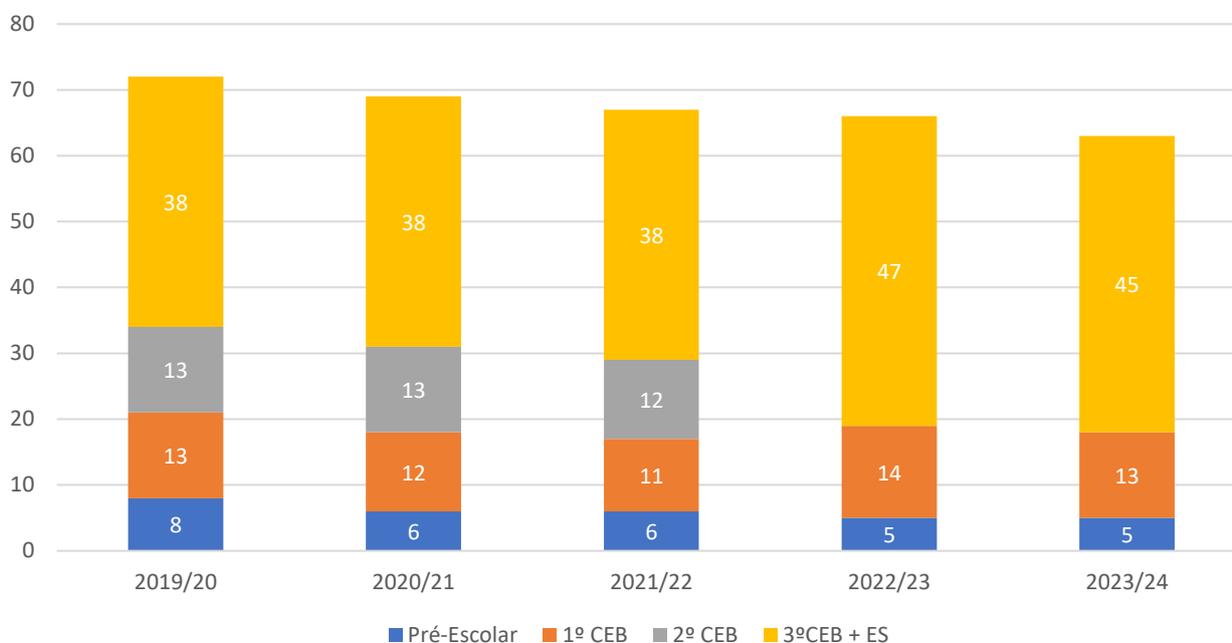
Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos

Analisando o gráfico acima, é perceptível o aumento exponencial de alunos matriculados na disciplina Português Língua Não Materna. Que passou de um total de 15 alunos em 2021/22, para 27 em 2023/24. O primeiro ciclo é aquele onde se encontra um maior número de alunos e onde o crescimento tem sido constante.

5.7 - POPULAÇÃO DOCENTE E NÃO DOCENTE

Através da informação disponibilizada pelo Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, foi possível realizar uma análise sobre a evolução do número de docentes e não docentes, no concelho de Figueiró dos Vinhos, nos últimos anos letivos.

G. 37 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL DOCENTE, 2019/20 A 2023/24



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos

Durante o período em análise temos vindo a assistir a uma diminuição do número total do pessoal docente. De um total de 72 docentes no ano letivo de 2019/20, registam-se, 63 em 2023/24. Esta redução é explicada pela diminuição do número de alunos que frequentavam os vários níveis de ensino, pelo aumento do número de horas letivas aos docentes e redução das horas equiparadas a letivas e também pelo aumento do número de alunos por turma, ao nível do Ensino Secundário. Relativamente ao número de docentes de 2.º Ciclo, estes passaram a estar agrupados aos dados de 3.º Ciclo e Ensino Secundário, uma vez que este Ciclo de Ensino passou a ser lecionado na Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos no ano letivo 2022/23. Em qualquer ano em análise a Educação Pré-escolar é o nível de ensino onde se verifica o menor número de educadores, o que é também justificável pelo facto de assinalar o menor número de alunos.

T. 17 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL NÃO DOCENTE (MIN. EDUCAÇÃO), 2008/2009 A 2018/2019

	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
Pessoal não docente	58	60	56	67	65

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos

Relativamente ao pessoal não docente, importa referir que o número de profissionais não docentes inclui o número de auxiliares da ação educativa, assistentes técnicos/as, assistentes operacionais entre outros profissionais.

O Agrupamento de Escolas dispõe ainda, enquadrado nos dados de pessoal não docente, de serviço de psicologia. Em 2019/20 estavam disponíveis 2 psicólogos, que aumentou para 3 no ano letivo seguinte e se manteve até ao presente ano letivo.

5.8 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Dispõe a Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, que a Educação Pré-escolar enquadra um subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico, é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário..

Realiza-se em estabelecimentos próprios designados por jardins-de-infância, ou incluídos em unidades escolares onde também é ministrado o Ensino Básico.

O desenvolvimento da Educação Pré-escolar tem-se materializado através da criação de uma rede alargada que integra a rede pública, constituída a partir da iniciativa da administração central e local, e uma rede privada desenvolvida a partir da iniciativa das instituições particulares de solidariedade social, dos estabelecimentos de educação e ensino de natureza particular e/ou cooperativa, e de outras instituições sem fins lucrativos que desenvolvam a sua atividade na área da educação²⁷.

Com a publicação da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, consagra-se a universalização da Educação Pré-escolar para crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos, implicando ao Estado o dever de garantir a existência de uma rede de Educação Pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas, e o de assegurar que essa frequência se efetue em regime de gratuidade da componente educativa.

O investimento na Educação Pré-escolar torna-se assim imperativo quer para a prevenção do insucesso escolar e da exclusão social, quer para a aquisição das bases necessárias para a prossecução da aprendizagem e para uma boa integração no sistema escolar durante o ensino básico e secundário.

Ao analisar-se a tabela seguinte verificamos que nos 5 anos em análise, o número de crianças em jardim de infância teve um aumento. Os jardins de infância com maior número de crianças são os que se encontram na sede do concelho.

T. 18 - EVOLUÇÃO DO N.º CRIANÇAS EM JARDIM-DE-INFÂNCIA (PÚBLICO E PRIVADO) IDADE E ANO LETIVO 2019/2020 - 2023/24

	Idade	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
JI Arega	3	5	7	6	5	-
	4	3	2	4	6	7
	5 ou +	3	1	1	1	6
	Total	11	10	11	12	13
JI Aguda	3	5	6	4	4	1
	4	1	4	5	3	6
	5 ou +	-	1	-	3	5
	Total	6	11	9	10	12
JI Almfala Baixo	3	2	-	-	-	-
	4	2	-	-	-	-
	5 ou +	1	-	-	-	-
	Total	5	-	-	-	-

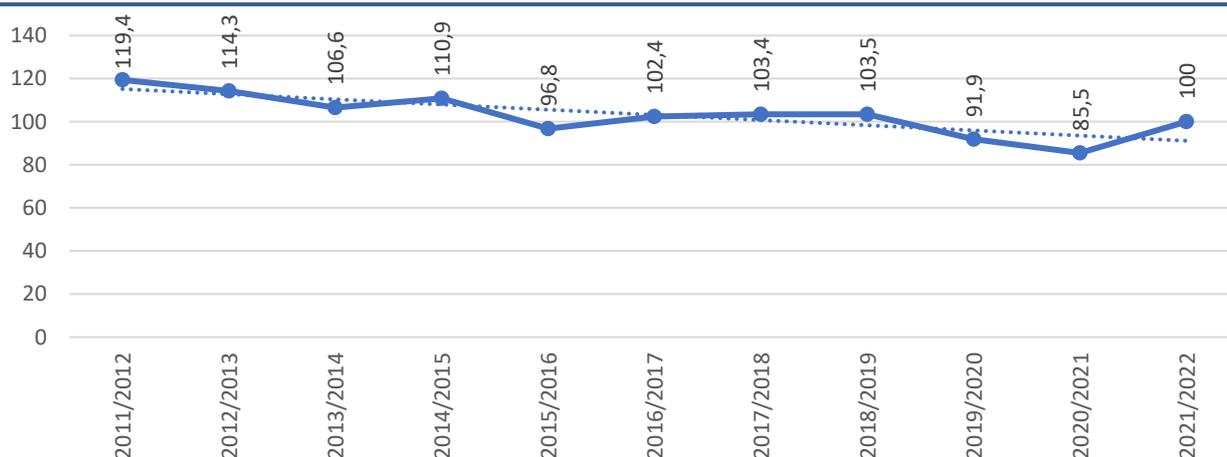
²⁷ In Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho.

JI Figueiró dos Vinhos (público)	3	18	16	12	20	9
	4	17	11	15	12	21
	5 ou +	4	15	15	12	22
	Total	39	42	42	44	52
JI Figueiró dos Vinhos (privado)	3	1	0	4	5	2
	4	15	10	6	7	11
	5 ou +	18	24	23	13	10
	Total	34	34	33	25	23
Total ano letivo Pub. + Priv.		95	97	95	91	100

Fonte: Agrupamento de Escolas e Santa Casa da Misericórdia, julho/2024

Os dados relativos à Taxa Bruta de Pré-Escolarização²⁸ no concelho de Figueiró dos Vinhos têm vindo a oscilar nos últimos anos. Sofreram uma redução mais acentuada nos anos letivos de pandemia por COVID-19, sendo notório o crescimento nos últimos dados, referentes ao ano letivo 2021/ 2022. O registo de uma Taxa Bruta de Pré-escolarização superior a 100% traduz a qualidade dos serviços prestados às crianças e respetivas famílias, tornando-se um fator de atratividade de crianças providas de outros concelhos, o que pode constituir-se como um fator potenciador de crescimento e mais-valia para o concelho.

G. 38 - TAXA BRUTA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO (%) EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS



Fonte: DataCentro, CCCR

5.9 - ENSINO BÁSICO

A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece que o Ensino Básico assume a duração de 9 anos e compreende três ciclos de ensino sequenciais, sendo o 1º Ciclo de 4 anos, o 2º Ciclo de 2 anos e o 3º Ciclo de 3 anos. Ingressam no Ensino Básico as crianças que completem 6 anos até ao dia 15 de setembro.

Ao nível da rede escolar, o 1º Ciclo é ministrado em 3 estabelecimentos de ensino, a EB José Malhoa, EB de Almofala de Baixo e EB de Arega. O 2º Ciclo era ministrado nas instalações da EB2 de Figueiró dos Vinhos, passando em 2022/23

²⁸ Taxa Bruta de Escolarização – Relação percentual entre o número de alunos matriculados/as num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade, e a população em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

para a Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos, onde já era lecionado o 3º Ciclo. Todas as instalações referidas pertencem ao Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos (rede pública de ensino).

Em termos de apreciação global e no que respeita à evolução do número de alunos matriculados/as no Ensino Básico, aferimos uma progressiva diminuição do total de alunos inscritos até ao ano letivo 2021/22. Desde então, no ano letivo 2022/23 e 2023/24 existiu um crescimento, contrariando a diminuição que vinha a ocorrer nos últimos anos. Este crescimento poderá ser justificado pelo aumento de alunos estrangeiros no Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos.

T. 19 - ALUNOS MATRICULADOS/AS POR NÍVEL DE ENSINO E ANO LETIVO EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2019/20 - 2023/24

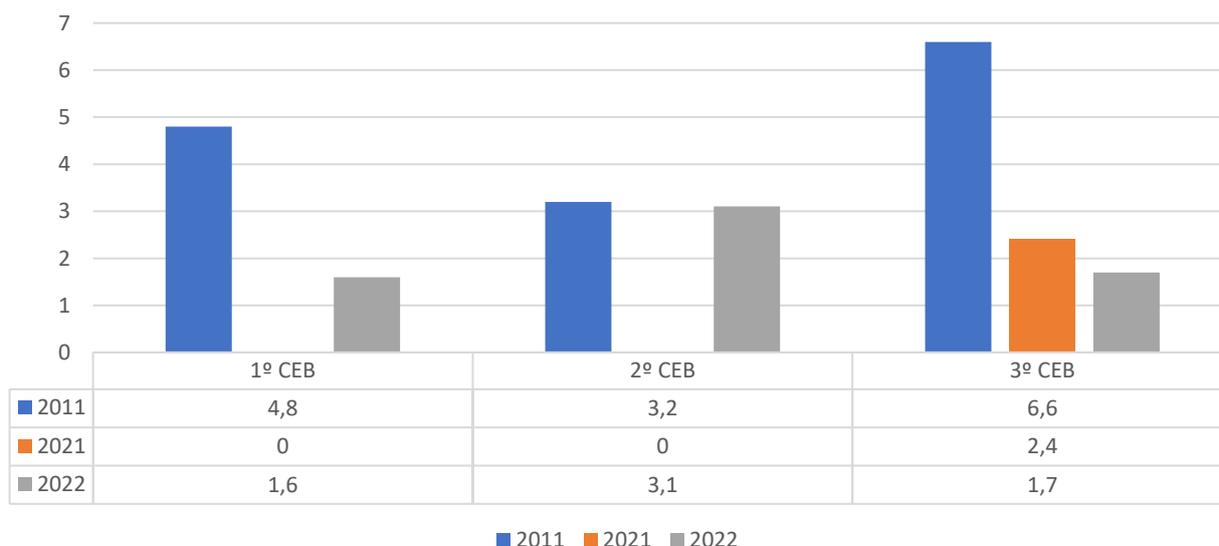
	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
1º CEB	121	104	126	143	145
2º CEB	74	80	65	61	68
3º CEB	125	123	115	113	112
Total Ensino Básico	320	307	306	317	325

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2024

Esta realidade da redução progressiva do número de alunos matriculados/as no Ensino Básico não é mais do que o reflexo, já analisado, do envelhecimento populacional, do baixo nível de natalidade e das condições socioeconómicas que não têm favorecido a fixação de famílias, levando à perda de população e à progressiva desertificação humana, como já se referiu.

Analisando as Taxas de Retenção e Desistência para os anos 2011, 2021 e 2022, no gráfico abaixo, é possível constatar que o ano com taxas mais elevadas foi 2011. De 2011 para 2021 a redução foi significativa. Ainda assim, em 2022 as taxas do 1º e 2º Ciclos saíram do zero.

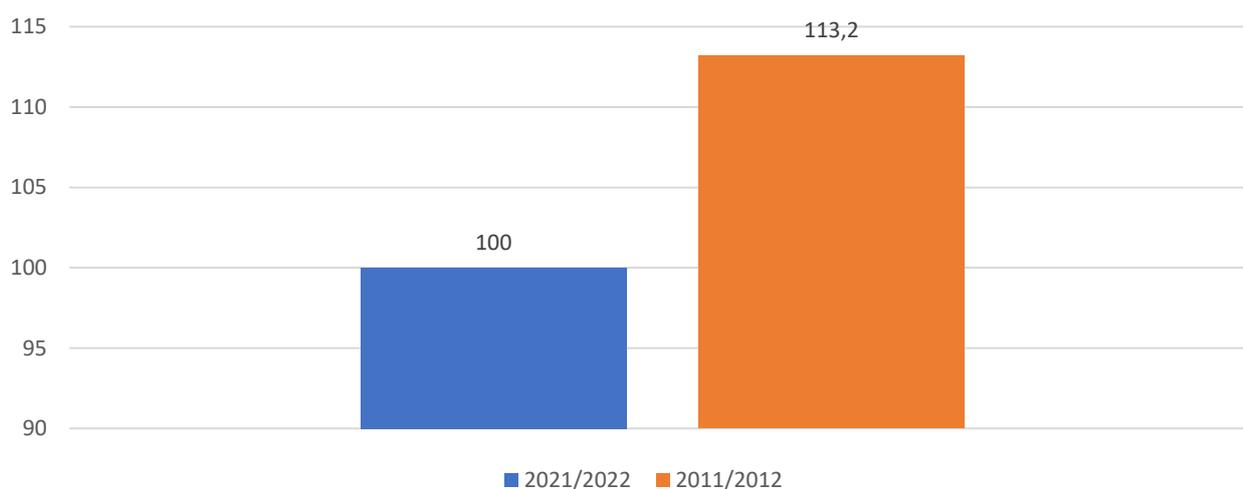
G. 39 - TAXAS DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO, POR CICLO, FIGUEIRÓ DOS VINHOS (%)



Fonte: PORDATA

Por outro lado, e no que respeita à evolução da Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Básico, aferimos uma diminuição na década em análise.

G. 40 - TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO - ENSINO BÁSICO, FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2011/12 - 2021/22



Fonte: Datacentro CCDR

5.10 - ENSINO SECUNDÁRIO

O Ensino Secundário tem a duração de 3 anos (10º, 11º e 12º ano) e organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para o prosseguimento dos estudos ou para a vida ativa, garantindo-se a permeabilidade entre ambos os tipos de curso.

Podem frequentar este nível de ensino todos os alunos que completarem, com aproveitamento, o Ensino Básico, sendo que a sua conclusão com aproveitamento confere direito à atribuição de um diploma que certificará a formação adquirida e, no caso dos cursos predominantemente orientados para a vida ativa, a qualificação obtida para efeitos do exercício de atividades profissionais determinadas.

O Ensino Secundário concelhio é ministrado na Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos que, em termos de oferta formativa tem disponibilizado cursos nas áreas de Ciências e Tecnologia, Ciências Socioeconómicas e de Línguas e Humanidades, essencialmente vocacionados para o prosseguimento dos estudos.

No ano letivo de 2023/24, encontram-se matriculados no Ensino Secundário 117 alunos. Analisando a tabela seguinte, é possível perceber que, depois da redução de alunos neste ciclo de ensino entre 2020 e 2021, em 2022 existiu um ligeiro aumento do número de matriculados no ensino secundário.

T. 20 - ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO POR ANO LETIVO EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS

	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
Ensino Secundário	116	104	103	122	117

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos

A taxa concelhia de retenção e desistência no Ensino Secundário atingiu os 21,9% em 2011, registando uma diminuição acentuada, se compararmos com os últimos dados disponíveis, 5,7% em 2022.

T. 21 - TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO SECUNDÁRIO POR ANO LETIVO EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Ensino Secundário	2011	2021	2022

Figueiró dos Vinhos	21,9	5,8	5,7
---------------------	------	-----	-----

Fonte: PORDATA

Os dados estatísticos demonstram de forma clara o resultado dos esforços institucionais desenvolvidos nos últimos anos, para a qual pode também ter contribuído a medida de alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos ou à conclusão do Ensino Secundário, preconizado pelo Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto. Esta medida tenciona contrariar a desvantagem estrutural portuguesa relativa às qualificações da população, que constituem uma clara desvantagem para o país. Considera-se que o cumprimento da escolaridade de 12 anos é relevante para o progresso social, económico e cultural e que, como tal, é necessário assegurar que todos os cidadãos até aos 18 anos devem receber uma educação e formação de qualidade. Ainda assim, neste domínio, e apesar de nos últimos anos averiguarmos uma evolução positiva no âmbito da redução das Taxas de Retenção e Desistência no Ensino Secundário e, em certa medida, no Ensino Básico, os dados colhidos remetem-nos para a necessidade de continuar a apostar numa estratégia local de combate ao insucesso escolar que incida, particularmente, no 3º CEB e no Ensino Secundário.

Por sua vez, a Taxa Bruta de Escolarização do ensino secundário fixou-se no ano letivo de 2021/2022 em 97,2%, o que significa uma redução relativamente aos dados em análise, onde a Taxa Bruta de Escolarização do ensino secundário era superior a 100%, demonstrando a capacidade de atração de alunos provenientes de concelhos limítrofes. Este facto traduz-se numa progressiva e preocupante perda de alunos deste nível de ensino no concelho. Ainda assim, como já foi referido, nos anos letivos mais recentes, existiu um crescimento, ainda que não muito expressivo, do número de alunos neste ciclo de ensino.

T. 22 - TAXA BRUTA ESCOLARIZAÇÃO ENSINO SECUNDÁRIO (%) 2011 - 2022

	2011/12	2020/21	2021/22
Figueiró dos Vinhos	134,2	103,4	97,2

Fonte: DATACENTRO

5.12 - ENSINO PROFISSIONAL

Os cursos de Ensino Profissional constituem uma realidade recente, com duas décadas de existência. Atualmente, para além do ensino regular, os jovens podem frequentar os Cursos Profissionais, os Cursos de Educação e Formação, Cursos de Aprendizagem, Cursos de Ensino Artístico especializado e Cursos de Especialização Tecnológica.

Os Cursos Profissionais são uma modalidade de educação de nível secundário que privilegiam uma maior articulação entre a teoria e prática e permitem corresponder de uma forma mais adequada, às expectativas e interesses de muitos jovens, promovendo uma estreita relação com o mundo do trabalho. Conferem diploma de equivalência ao Ensino Secundário, “(...) permitindo o prosseguimento de estudos/formação num curso de especialização tecnológica pós-secundário ou o acesso ao Ensino Superior, mediante o cumprimento de requisitos previstos no regulamento de acesso a este grau de ensino. Os cursos profissionais proporcionam ainda uma certificação profissional, conferindo o nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações”, que permite e facilita a entrada no mercado de trabalho com uma formação adequada, para aqueles que o desejem, após a conclusão do 12º ano.

Já os Cursos de Educação e Formação são "(...) percursos formativos e são uma oportunidade para se concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos interesses dos jovens, ou para prosseguir estudos ou formação que permita uma entrada qualificada no mundo do trabalho.". Destinam-se preferencialmente a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, com habilitações escolares inferiores ao 2.º e 3.º ciclos ou ensino secundário ou o ensino secundário já concluído, que não possuam uma certificação profissional ou que tenham interesse na obtenção de uma certificação profissional de nível superior", para o ingresso no mercado de trabalho.

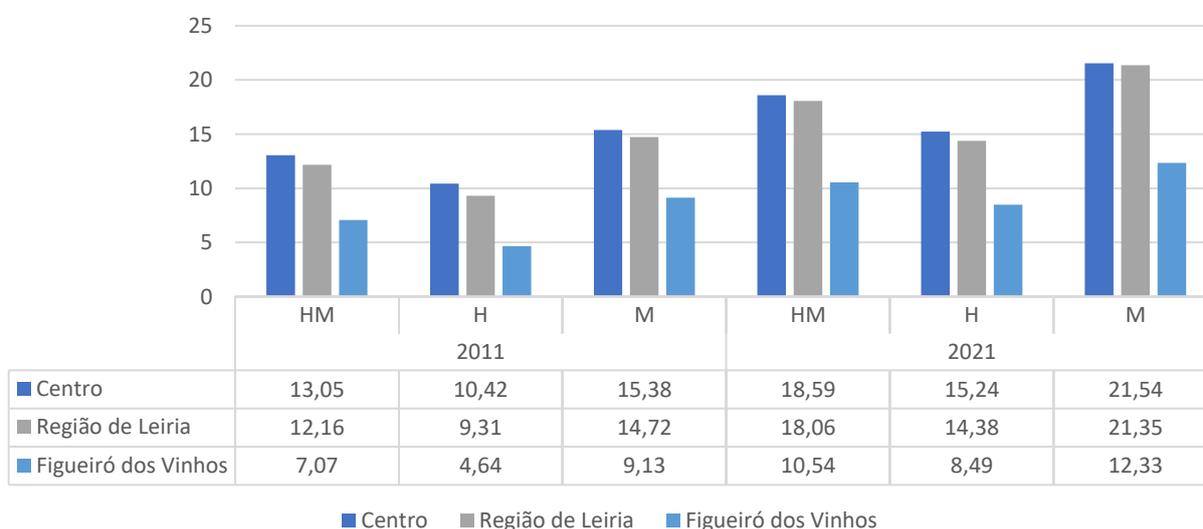
No concelho, esta tipologia de cursos foi ministrada na Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos desde o ano letivo de 2005/2006, dando equivalência ao Ensino Secundário., até ao ano letivo 2019/2020.

A implementação de uma Escola Profissional no concelho, que aguarda parecer favorável do Ministério da Educação para a sua aprovação, irá contribuir para uma maior oferta educativa aos jovens do concelho e para a atração de outros jovens provenientes de outros concelhos e, quem sabe, para a sua fixação no concelho e dinamização do tecido económico e social.

5.13 - ENSINO SUPERIOR

Comparando com os valores do Centro e da Região de Leiria, a percentagem de população com ensino superior completo em Figueiró dos Vinhos, é consideravelmente mais baixa. Assiste-se a um aumento generalizado destes valores no ano 2021, comparando com os dados dos Censos anteriores. Além disso, continua a existir uma predominância de mulheres com este nível de ensino.

G. 41 - POPULAÇÃO RESIDENTE ENSINO SUPERIOR COMPLETO (%), POR LOCAL DE RESIDÊNCIA, AOS CENSOS 2011 E 2021



Fonte: Censos 2011 e 2021 (adaptado)

5.14 - ANALFABETISMO

No que diz respeito à Taxa de Analfabetismo, temos assistido a um decréscimo da mesma durante o período em análise. As mulheres continuam a ser as mais penalizadas, e o número de mulheres que não sabe ler nem escrever continua a representar uma maior fatia da população.

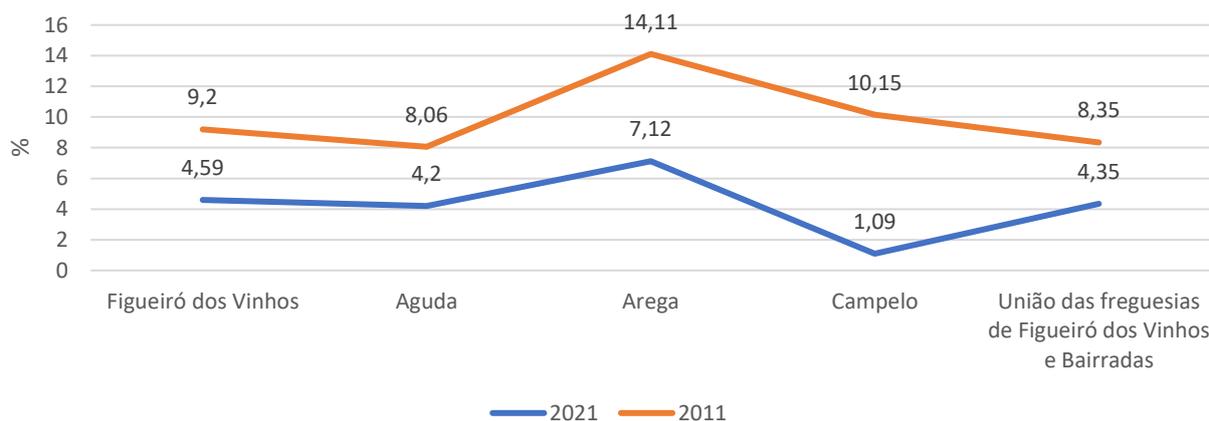
T. 23 - TAXA DE ANLAFABETISMO (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA À DATA DOS CENSOS (2011 - 2021)

	2011			2021		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Figueiró dos Vinhos	9,2	5,11	12,77	4,59	2,52	6,42

Fonte: INE

O gráfico que seguidamente se apresenta, compreende os valores referentes à Taxa de Analfabetismo, aferidos nos censos de 2011 e 2021 relativos a Figueiró dos Vinhos e às suas freguesias.

G. 42 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE ANLAFABETISMO (%), 2011 - 2021



Fonte: INE

Como se pode observar, temos assistido a um decréscimo no que diz respeito à Taxa de Analfabetismo, que se verifica ser transversal em todas as áreas geográficas aqui mencionadas. Num território que apresenta características marcadamente rurais, as condições de acesso à escolarização sempre se revelaram difíceis e a educação nem sempre teve um valor superlativo.

O concelho de Figueiró dos Vinhos apresentava uma Taxa de Analfabetismo, em 2011 de 9,2%, que passou, em 2021, data dos últimos censos, para 4,59%.

5.15 - NECESSIDADES EDUCATIVAS

Sendo a Educação um direito de todos, cabe à escola proporcionar uma educação inclusiva e ser um espaço promotor da igualdade na diferença.

O Decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de julho, veio revogar o Decreto-lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, e, no seu artigo 1.º "(...) estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa."

Este Decreto-lei "(...)identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação", e tem como princípios orientadores da educação inclusiva no artigo 3.º, a educabilidade universal; a equidade; a inclusão; a

personalização; a gestão flexível do currículo; a autodeterminação; o envolvimento parental e a interferência mínima ao nível da intervenção técnica.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são: as medidas universais que “(...)correspondem às respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens”; as medidas seletivas que “(...)visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais” e as medidas adicionais que “(...)visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão.”

São consideradas medidas universais, entre outras: a diferenciação pedagógica; as acomodações curriculares; o enriquecimento curricular; a promoção do comportamento pró-social e a intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

Entre as medidas seletivas constam: os percursos curriculares diferenciados; as adaptações curriculares não significativas; o apoio psicopedagógico; a antecipação e o reforço das aprendizagens e o apoio tutorial. Integram as medidas adicionais: a frequência do ano de escolaridade por disciplinas; as adaptações curriculares significativas; o plano individual de transição; o desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado e o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

No que respeita à intervenção dos docentes do AEFV para com os alunos com necessidades educativas, esta assenta em estratégias de diferenciação pedagógica e numa intervenção especializada através do acompanhamento das crianças/jovens por parte de profissionais do ensino, de forma a dotá-los/las de competências fundamentais para a sua autonomia pessoal e social com o desígnio da inclusão. Em bom rigor, a intervenção dos docentes de educação especial e apoio educativo abrange as diferentes escolas do concelho que integram alunos com necessidades educativas. Para além dos referidos docentes, os técnicos especializados e os assistentes operacionais, preferencialmente com formação específica funcionam também como recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão.

Como uma resposta educativa específica que visava sobretudo, melhorar a qualidade de vida das crianças/jovens com Perturbações do Espectro do Autismo, foi ministrado na EB José Malhoa e na Escola Secundária o ensino estruturado em “UEEA - Unidade de Ensino Estruturado para alunos com Autismo- sala TEACCH²⁹”, sendo que esta última UEEA apenas funcionou no ano letivo de 2017/2018. Ambas as UEEA dispunham de recursos humanos, equipamentos e de algum material didático e pedagógico, essenciais para facilitar um ensino de qualidade, constituindo-se, assim, num recurso pedagógico de excelência de qualquer escola que se assuma como inclusiva.

No ano letivo de 2018/2019, o AEFV deixa de ter as UEEA e, de acordo com preconizado no novo Decreto-lei, passa a possuir como recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, uma Equipa Multidisciplinar e

²⁹ O Modelo TEACCH (tratamento e Educação para Autista e Crianças com Deficiências relacionadas com a Comunicação), foi criado em 1966 pelo professor norte-americano Eric Schopler e sua equipa. Este modelo surgiu com o propósito de promover respostas eficazes de aprendizagem de crianças com autismo, apelando assim a uma intervenção específica, caracterizada por uma adequação do ambiente, no sentido de reduzir a ansiedade e, deste modo, potenciar aprendizagens. Uma sala TEACCH está organizada de modo a aumentar o trabalho independente da criança e, ao mesmo tempo, fornecer padrões de referência que serão garantidos pela estruturação da sala de aula. Para esta estruturação é bastante utilizado o recurso à imagem e a estímulos visuais. In <http://conheceroautismo.blogspot.pt/2009/01/ensino-estruturado.html>.

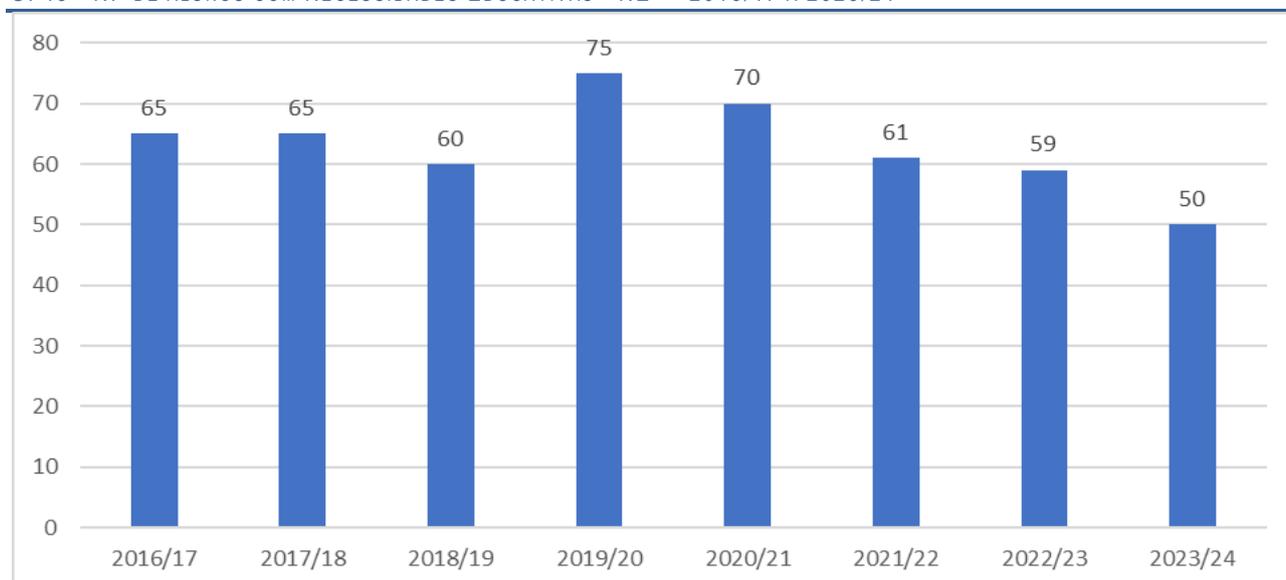
o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), “(...) funcionando este centro como uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola.”

Este Centro de Apoio à Aprendizagem em colaboração com os demais serviços e estruturas da escola, tem como objetivos gerais de acordo com o artigo 13.º: apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo; promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar; promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

Nos últimos anos letivos existe também a realidade de ensino individualizado, sendo um aluno beneficiário do mesmo, devido a limitações de saúde.

O gráfico seguinte remete-nos para a evolução dos alunos com necessidades educativas do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, desde 2016/17 até à atualidade.

G. 43 - N.º DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS - NE³⁰ - 2016/17 A 2023/24



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos

São vários os fatores que podem contribuir para a justificação de um número significativo de alunos com NE, no entanto, salientamos os seguintes: baixas condições socioeconómicas e culturais das famílias; turmas com número “excessivo” de alunos com necessidades educativas em contexto de sala de aula, que nem sempre permitem implementar práticas de prevenção antecipadas e de apoio mais individualizado. Também, o reduzido número de docentes do ensino regular e do crédito horário atribuído ao Agrupamento impossibilitam a implementação extra aula de apoios individualizados e a criação de processos de diferenciação curricular que permitam atender, de forma adequada a toda a diversidade existente de alunos com estilos de aprendizagem diferentes.

De acordo com o Decreto Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, “(...) as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno/a e a garantia das condições da sua

³⁰ Dec.-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro e Dec.-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho – medidas seletivas e adicionais.

realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.”

5.16 - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Para que a escola possa preparar os cidadãos para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, é desde logo necessária uma visão modernizadora aliada a objetivos e linhas orientadoras claras no que às tecnologias de informação diz respeito.

No que aos alunos e professores/as diz respeito, é importante continuar a apostar na formação em tecnologia, antecipando no tempo o contacto dos alunos com as ferramentas básicas TIC e assegurando que a utilização das TIC não está confinada a disciplinas específicas, mas que faz parte do dia-a-dia da escola e do método de aprendizagem de todas as disciplinas.

A inclusão das TIC nas escolas, tem tido também um importante papel na redução das desigualdades de acesso às novas tecnologias, assumindo-se cada vez mais como um pilar da inclusão digital dos alunos e da difusão das TIC junto das famílias.

No que respeita aos principais indicadores de modernização tecnológica (número de alunos por computador e número de alunos por computador com ligação à internet), apresentamos na tabela seguinte a evolução registada no concelho nos últimos 5 anos, de acordo com os dados estatísticos mais recentes, disponibilizados pelo PORDATA.

Com efeito, e em relação ao número de alunos por computador, observamos nos últimos 5, sendo evidente que no período de pandemia e pós pandemia (2020 e seguintes), o acesso a computador e computador com internet foi praticamente universal. Como foi referido no início deste capítulo, durante a pandemia, com o fecho dos estabelecimentos de ensino e com a obrigatoriedade do ensino à distância, foi necessário garantir que todos os alunos tinham acesso a computador com internet.

T. 24 - EVOLUÇÃO DO RÁCIO ALUNO/COMPUTADOR, COM E SEM INTERNET (2018 - 2022)

	2018	2019	2020	2021	2022
Rácio aluno/computador Total	1,6	1,6	1,4	0,9	0,9
1º CEB	2,6	2,7	2	1	1,1
2º CEB	2,4	2,5	1,8	0,9	0,9
3º CEB	1,2	1,2	1,2	0,9	0,8
Ensino Secundário	1,2	1,2	1,2	0,9	0,7
Rácio Aluno/com. Intern. Total	1,6	1,6	1,5	0,9	0,9
1º CEB	2,7	2,8	2,1	1,1	1,1
2º CEB	2,4	2,5	1,8	0,9	0,9
3º CEB	1,2	1,2	1,2	0,9	0,8
Ensino Secundário	1,2	1,2	1,2	0,9	0,7

Fonte: PORDATA

5.17 – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC)

As Atividades de Enriquecimento Curricular inserem-se numa estratégia alargada de articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio à família. As AEC configuram um importante

instrumento de política educativa orientado para promoção da igualdade de oportunidades, a redução das assimetrias sociais e o sucesso escolar. Um exemplo disso mesmo foi o projeto implementado em 2023 no Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, em parceria com a Câmara Municipal, “O Voo da Coruja”. Este permitiu ensinar crianças e jovens sobre literacia financeira digital. Foram cerca de trinta, as crianças que se puderam familiarizar com novos conteúdos num modelo de atividades extracurriculares. Todos os anos, são várias as Atividades de Enriquecimento Curricular disponibilizadas aos alunos.

Reportando-nos ao período pós pandémico e à nova realidade vivida durante a mesma, a escola digital tornou-se um desafio a vários níveis o que levou ao reforço da oferta de atividades nesta área no âmbito das AEC's ao nível da oferta aos alunos de programação informática, literacia digital, esta última, garantida também aos professores titulares de turma. São ainda oferecidas neste âmbito, o Inglês, a atividade física e desportiva e as expressões artísticas.

5.18 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

As medidas de combate à exclusão social e ao abandono escolar e de promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao sucesso escolar são da responsabilidade dos municípios e do Ministério da Educação, abrangendo todos os níveis de ensino. Estas medidas compreendem a atribuição de benefícios em espécie ou de ordem pecuniária onde se inserem, entre outros, o apoio alimentar, transporte, alojamento e a atribuição de subsídios de auxílio económico.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da educação é uma realidade com mais de três décadas e um dos fatores decisivos na melhoria da escola pública, nomeadamente na promoção do sucesso escolar e na subida constante da taxa de

escolarização ao longo desse período de tempo. As autarquias locais foram essenciais na expansão da rede nacional da educação pré-escolar, na construção de centros escolares dotados das valências necessárias ao desenvolvimento qualitativo dos projetos educativos, na organização dos transportes escolares e na implementação da escola a tempo inteiro, respostas que concorrem decididamente para o cumprimento da garantia constitucional do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

O novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de educação concretiza um modelo de administração e gestão do sistema educativo que respeita a integridade do serviço público de educação, a equidade territorial e a solidariedade intermunicipal e inter-regional no planeamento das ofertas educativas e formativas e na afetação dos recursos públicos no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, bem como a tomada de decisões numa lógica de proximidade.

O Despacho Conjunto n.º 300/97, de 4 de setembro define as normas que regulam a comparticipação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de Educação Pré-escolar. Apenas as refeições são comparticipadas, em parte, pelas próprias famílias em função do escalão.

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação procedeu ao reforço das áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios conferindo-lhes, também, novas competências e organizando num único diploma legal as competências das autarquias locais e entidades intermunicipais nas vertentes de planeamento, investimento e

gestão no domínio da educação e regulando o funcionamento dos conselhos municipais de educação. A este respeito, destaca-se a manutenção da carta educativa municipal e do plano de transporte escolar como instrumentos de planeamento e a consagração da participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação. As competências das autarquias locais no domínio do investimento, equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares são alargadas a todo o ensino básico e ao ensino secundário, com exceção das escolas cuja oferta de educação e formação abranja, pela sua especificidade, uma área territorial supramunicipal. No âmbito das competências de gestão, realçam-se as novas competências de organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada, sendo o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar estabelecido em diploma próprio. Exclui-se, no entanto, a organização, desenvolvimento e execução de programas de distribuição gratuita e reutilização de manuais escolares, cuja competência se mantém sob alçada do departamento governamental com competência na área da educação e dos órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. Também o fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário passa a ser gerido pelos municípios. Na lógica da correspondência entre o exercício das competências e a escolaridade obrigatória acima referida, a competência para o recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente, de todos os níveis e ciclos de ensino, passa para as câmaras municipais.

A Câmara Municipal tem vindo a implementar nos últimos anos o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar e 1º CEB ao nível da Componente de Apoio à Família - CAF, que tem como fundamento a prestação de serviços vocacionados para o atendimento à criança, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família: serviço de refeições escolares e serviço de complemento de horário.

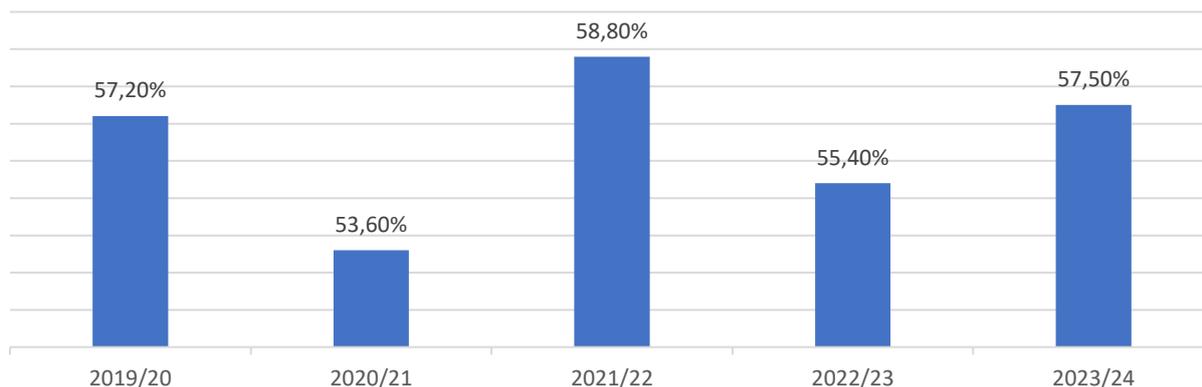
Acresce referir que todas famílias beneficiam de apoios económicos por parte da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, não pagando na totalidade o valor proposto para a componente socioeducativa de apoio à família. Ademais, a Câmara Municipal assegura gratuitamente a cobertura, em todo o concelho, da rede de transportes escolares e assegura o funcionamento, em parceria com o Agrupamento de Escolas, das Atividades de Enriquecimento Curricular.

A ação social escolar desenvolvida de acordo com Artigo 30º da Lei de Bases do Sistema Educativo - Decreto-Lei nº 49/2005, de 30 de agosto, é concretizada através da aplicação de critérios de discriminação positiva, que têm como objetivo a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados/as.

Assim sendo, aos alunos é atribuído um escalão da Ação Social Escolar (A,B ou C), de acordo com a regulamentação da aplicação das medidas de ação social escolar, preconizada pelo Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho.

A tabela seguinte demonstra a evolução da percentagem de alunos subsidiados/as, nos últimos anos letivos.

G. 44 - EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS SUBSIDIADOS/AS (% DO TOTAL), 2019/20 - 2023/24



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos

O Município de Figueiró dos Vinhos, ciente da importância em promover uma resposta social eficaz a todas as famílias e crianças que frequentam o ensino escolar no concelho, tem vindo a implementar, continuamente, um conjunto variado de ações neste âmbito. Assim, na abertura do ano letivo 2023/2024, o Município garantiu, tanto a já habitual atribuição gratuita dos cadernos de atividades/fichas de trabalho aos alunos do 1.º, 2.º e 3.º CEB matriculados no concelho, como a distribuição diária de lanches aos alunos do ensino pré-escolar. A implementação da nova medida municipal “Lanches Escolares” pretende uniformizar a oferta alimentar e promover um consumo alimentar mais equilibrado, diversificado e completo. Além disso, constitui, igualmente, uma mais-valia, não só pela resposta social, mas também pela forma como auxilia as famílias na organização das refeições diárias das crianças.

O trabalho feito localmente tem trazido frutos e sido reconhecido, tendo em consideração que a Escola de Figueiró dos Vinhos ficou em 1º lugar no ranking nacional do Ministério da Educação no indicador de equidade do 9º ano. Este indicador pretende observar em que medida os agrupamentos escolares têm conseguido promover o sucesso dos alunos com situações socioeconómicas mais vulneráveis.

5.19 - OUTROS APOIOS

Importa no âmbito da Educação, realçar ainda um conjunto de apoios dignos de destaque e que têm contribuído sobremaneira para a dignificação da qualidade do ensino no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Falamos por exemplo na isenção dos transportes escolares em vigor desde o ano letivo 2017/2018. Para além de se manterem os apoios da Câmara Municipal na isenção do pagamento dos transportes escolares a todos os alunos até ao 3º CEB, a Câmara Municipal passou a assumir os encargos de todos os alunos do Ensino Secundário com os transportes públicos (situação que já se aplicava em anos anteriores neste nível de ensino para alunos oriundos de famílias de comprovada carência económica que o solicitassem), assumindo assim os encargos suportados por todos os alunos servidos pela rede pública de transportes escolares.

Relativamente aos alunos oriundos de outros concelhos, este apoio implica também a comparticipação do passe escolar em cerca de 50% por parte da Câmara Municipal (encargo esse que seria da responsabilidade dos Encarregados de Educação) sendo os outros 50% assumidos pelos municípios dos concelhos de origem.

Por outro lado, a Câmara Municipal deixou de compartilhar os transportes dos alunos do concelho para escolas de concelhos limítrofes, como forma de desencorajar o êxodo destes.

Ainda no que concerne aos transportes escolares, no ano letivo 2016/2017 e 2017/2018, foram adquiridos pela Câmara Municipal 2 novos autocarros para assegurar os transportes escolares, garantindo assim um maior conforto e segurança.

Noutros âmbitos, não podemos deixar de destacar a colaboração da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, no âmbito da sua parceria com o Agrupamento de Escolas, em todas as atividades para o qual é solicitada, das quais salientamos:

- ✚ A atribuição de subsídios para o desfile de Carnaval;
- ✚ A dinamização pela Autarquia (CLDS) das atividades dos campos de férias realizadas nas pausas letivas (Natal, Páscoa e Férias de Verão), entre outras;
- ✚ O apoio financeiro aos alunos para visitas de estudo;
- ✚ A colaboração no âmbito da gemação com Saint Maximin no intercâmbio de jovens;
- ✚ Coadjuvação de professores titulares do 1º CEB na atividade física e desportiva e literacia digital;
- ✚ O Protocolo celebrado no âmbito das AEC, entre o Agrupamento de Escolas e a Associação Cultural e Musical Sintonia Consequente, para o ensino da Música;
- ✚ A atribuição de Prémios de Mérito aos alunos do 2º, 3º Ciclo e Secundário;
- ✚ A disponibilização de Recursos Humanos (Técnico Superior de Educação Social) quando necessário para assegurar o funcionamento do GAAF;
- ✚ Desporto Escolar;
- ✚ Programação Informática e literacia digital;
- ✚ Atividades na Biblioteca Municipal;
- ✚ Participação em espetáculos musicais; workshops; concertos didáticos e pedagógicos;
- ✚ Participação nas festas do concelho;
- ✚ Concurso Intermunicipal de Ideias de Negócio;
- ✚ A Hora dos Super Quinas;
- ✚ Entre outros.

5.20 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação e a formação são fatores de extrema relevância para o desenvolvimento dos indivíduos, para a competitividade dos países e para a participação ativa nos processos de mudança social.

Sendo a educação, a qualidade e a inovação elementos centrais para o desenvolvimento económico de um país ou região, a aposta na excelência constitui um aspeto decisivo em qualquer estratégia de desenvolvimento sustentado.

A diminuição da natalidade, fenómeno já abordado e desenvolvido, aliada a fenómenos de emigração/migração, tem contribuído para severas alterações no domínio da educação, não só no concelho, mas também um pouco por todo o país, preconizado pelo encerramento de escolas em virtude da diminuição do número de alunos.

Por outro lado, em termos da educação e formação de adultos, assistimos ainda à existência de uma franja considerável da população ativa que procura uma segunda oportunidade, que lhes permita aumentar as suas qualificações escolares e profissionais e que lhes possibilite, por essa via, outras condições em termos de competitividade no mercado de emprego.

Sendo certo que muito se tem avançado em termos da qualificação da população, fruto da escolaridade obrigatória, da aprendizagem ao longo da vida e conseqüente diminuição da Taxa de Analfabetismo, muito haverá ainda a fazer. Referimo-nos, por exemplo, a uma maior valorização da escola por parte da família, à necessidade de criar uma escola atrativa e de qualidade em termos de oferta e de recursos, à diversidade de percursos formativos que vão ao encontro das necessidades dos alunos, enriquecimento de atividades extracurriculares (artes, competências sociais e comportamentais), mas também das eventuais ofertas de emprego existentes nas respetivas áreas de influência, entre outros.

A nível da equipa multidisciplinar presente nas escolas, e pese embora as dificuldades sentidas no recrutamento de técnicos especializados cujos concursos tem ficado desertos, como é o caso da terapia da fala, é intenção da autarquia manter o esforço para garantir o reforço de técnicos especializados designadamente na área já mencionada, cujo trabalho e acompanhamento será uma mais valia para o desenvolvimento integral das crianças e jovens.

6 - SAÚDE

6.1 - ANÁLISE SWOT DA SAÚDE

FORÇAS

- Centro de Saúde e Polos;
- Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos;
- Farmácias;
- Unidade de Cuidados Continuados Integrados;
- Laboratórios de Análises Clínicas;
- Consultórios Médicos e Clínicas particulares;
- Meios para Telemedicina na área da imagem;
- Teleconsulta;
- Integração na Unidade Local de Saúde de Coimbra;
- Estatuto do Cuidador informal;
- Equipa de Saúde Mental Comunitária Leiria Norte;
- Heliporto;
- SAC – Serviço de Atendimento Complementar;
- UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade;
- ECL – Equipa Coordenadora Local;
- Parcerias Comunitárias;
- Cartão Sénior+;
- Boas acessibilidades.

FRAQUEZAS

- Envelhecimento da população;
- Necessidade de alargamento do horário do SAC;
- Instabilidade do corpo médico;
- Insuficiência de especialidades médicas;
- Fisioterapia;
- Falta de viaturas para deslocações;
- Insuficiência de equipamentos e material médico;
- Dificuldades económicas das famílias;
- Falta de suporte familiar dos mais idosos;
- Inexistência de Lar para portadores de doença de Alzheimer;
- Diminuição do horário de cobertura assistencial.

OPORTUNIDADES

- Cartão Sénior+;
- Reconfiguração dos Cuidados de Saúde Primários;
- Articulação/envolvência com a administração local (Câmaras Municipais e Juntas de freguesia);
- Relativa proximidade dos hospitais centrais;
- Complemento Solidário a Idosos/as;
- Protocolo com ULS-Coimbra no sentido de viabilizar projetos;
- Transferência de competências para os Municípios no domínio da Saúde;
- Cooperação/colaboração com outras entidades (C.M, Santa Casa da Misericórdia, IPSS, etc...);
- Colaboração com as escolas de enfermagem;
- Boa articulação com Ação Social do Município.

AMEAÇAS

- Restrições orçamentais na área da saúde;
- Encerramento de Polos e Serviço de Atendimento Complementar;
- Envelhecimento da população;
- Envelhecimento/reforma dos profissionais de saúde e a não substituição dos mesmos;
- Dificuldade de fixar profissionais de saúde;
- Diminuição e dispersão da população;
- Cortes nas Isenções das Taxas Moderadoras e nas credenciais de transporte;
- Emigração da população ativa;
- Recursos financeiros insuficientes face às necessidades decorrentes da transferência de competências dos Municípios no domínio da Saúde.

6.2 - SAÚDE - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

-  Envelhecimento da população e consequente aumento da procura em consultas médicas;
-  Insuficiência de equipamentos (viaturas para domicílios e material médico diverso);
-  Insuficiência de médicos e outros profissionais de saúde;

- ✚ Fisioterapia;
- ✚ Psicologia clínica;
- ✚ Terapia da Fala.

6.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

A reforma dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), da qual resultou a reconfiguração dos Centros de Saúde (CS), iniciou-se em 2005.

No sentido de mediar e orientar a reforma, cujo objetivo principal é a centralização do sistema de saúde nos Cuidados de Saúde Primários, a tutela do Ministério da Saúde criou a Missão para os Cuidados de Saúde Primários, entidade responsável pela conceção e implementação das medidas políticas.

A primeira concretização da reforma, no decurso do ano de 2006, resultou na criação das Unidades de Saúde Familiar (USF), um novo e complexo modelo de organização do trabalho que emergiu dos princípios da Nova Gestão Pública.

A reestruturação mais profunda dos Cuidados de Saúde Primários surge em 2008, com a publicação do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, que determina a agregação dos Centros de Saúde em Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), com base em critérios geodemográficos, e a criação de novas unidades de cuidados e serviços: a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC); a Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP); a Unidade de Apoio à Gestão (UAG); a Unidade de Saúde Pública (USP) e a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP).

Em consequência da reforma dos Cuidados de Saúde Primários, o Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos foi integrado no ACES do Pinhal Interior Norte (ACES PIN), inicialmente ACES PIN II, posteriormente englobado pelo ACES PIN I, e reorganizado em Unidades Funcionais (UF). Neste Centro de Saúde, foram criadas duas Unidades Funcionais que iniciaram formalmente as suas funções no decurso de 2014, nomeadamente uma UCC e uma UCSP. Além destas duas Unidades Funcionais, existem profissionais que pertenciam a URAP³¹, a UAG³² e a USP, estando as referidas UF representadas no CS de Figueiró dos Vinhos.

No Centro de Saúde está ainda a ECL (Equipa Coordenadora Local) da Rede de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Atualmente, o Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos está inserido na Unidade Local de Saúde de Coimbra (ULS de Coimbra) com o modelo: USF-B³³.

Finalmente, importa referenciar que o horário de funcionamento em vigor no Centro de Saúde, estando aberto ao público atualmente de segunda a sexta-feira das 8h às 20h. Nos feriados e fins de semana, funciona o regime de serviço de atendimento complementar das 10h às 18h.

³¹ A URAP (Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados) deixou de existir a 1/01/2024, atualmente, estes profissionais pertencem à ULS Coimbra.

³² A UAG (Unidade de Apoio à Gestão) deixou de existir a 1/01/2024, atualmente, estes profissionais pertencem à ULS Coimbra.

³³ As USF de modelo B são constituídas por equipas de médicos, enfermeiros e secretários clínicos, que contratualizam com os respetivos Agrupamentos de Centros de Saúde a resposta a prestar a uma determinada população (Portaria n.º 454-A/2023, de 28 de dezembro).

O Polo de Aguda encontra-se em funcionamento de somente à terça-feira das 8:00h às 13:30h e o Polo de Arega está disponível à segunda-feira das 14:00 às 17:00h.

Os utentes oriundos da freguesia de Campelo que outrora eram atendidos nas extensões de Campelo e Vilas de Pedro, têm de se deslocarem ao Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos.

6.4 - PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE

O Centro de Saúde é a unidade básica do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para atendimento e prestação de cuidados de saúde à população.

A intervenção do Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, bem como dos seus dois Polos, com recurso as UF que o constituem, é assegurada aos três níveis de prevenção (primária, secundária e terciária), por forma a garantir uma prestação adequada e eficiente de cuidados, de acordo com as necessidades da população.

Desta forma, os utentes têm ao seu dispor os seguintes serviços no âmbito de consultas específicas: Vigilância de Saúde Infantil/Juvenil, Vigilância de Saúde Materna, Revisão de Puerpério, Vigilância de Saúde da Mulher, Vigilância de Saúde do Adulto, Vigilância de Diabetes, Vigilância de Hipertensão e Cessação Tabágica.

Na promoção da saúde, oferece os seguintes serviços:

- 🚩 Implementação do Plano Nacional de Saúde Escolar junto do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos e da Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos (Jardim de Infância);
- 🚩 Implementação do Plano Nacional de Saúde Oral junto do AEFV e de SCMFV (Jardim de Infância);
- 🚩 Implementação do Programa Nacional de Vacinação ao longo do ciclo de vida;
- 🚩 Implementação da vacinação sazonal Gripe/SNS e Covid19 nos grupos etários recomendados e grupos de risco;
- 🚩 Colaboração na Implementação do Rastreio da Mama;
- 🚩 Colaboração na implementação do Rastreio Visual Infantil, para deteção precoce de fatores de risco de ambliopia em crianças com 2 e 4 anos inscritas no centro de saúde de Figueiró dos Vinhos;
- 🚩 Colaboração no rastreio da Retinopatia Diabética;
- 🚩 Implementação do programa de Rasteio do Colo do Útero;
- 🚩 Implementação do programa de Rasteio do Cólon Rectal;
- 🚩 Intervenção Comunitária no âmbito dos cuidados de saúde primários;
- 🚩 Monitorização da qualidade da água de abastecimento público, praias fluviais e piscinas públicas;
- 🚩 Implementação de Programas de Saúde da área da Saúde Pública, nomeadamente Pão.come, Sopa.come, Legionella e REVIVE- Rede de Vigilância de Vetores.

Nos tratamentos e outras atividades:

- 🚩 Vigilância e monitorização de parâmetros no âmbito das doenças crónicas;

- ✚ Execução de técnicas médicas e de enfermagem do âmbito dos cuidados de saúde primários;
- ✚ Gestão de produtos de apoio;
- ✚ Acompanhamento de utentes da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) em contexto domiciliário pela Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI);
- ✚ Referenciação de utentes para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI);
- ✚ Consultas de enfermagem, na unidade de saúde e domiciliárias, no âmbito dos vários programas de saúde;
- ✚ Consultas médicas, na unidade de saúde e domiciliárias, no âmbito dos vários programas de saúde;
- ✚ Consultas de serviço Social, na unidade de saúde e domiciliárias;
- ✚ Acompanhamento de indivíduos/famílias sinalizados pela Ação Social do Município de Figueiró dos Vinhos, na unidade de saúde ou no domicílio, no âmbito do Conselho local de Ação Social de Figueiró dos Vinhos;
- ✚ Acompanhamento de indivíduos/famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI), no âmbito do Núcleo Local de Inserção (NLI) de Figueiró dos Vinhos;
- ✚ Acompanhamento dos cuidadores informais no âmbito dos processos de atribuição do Estatuto do Cuidador Informal (ECI);
- ✚ Acompanhamento de Crianças dos 0-6 anos no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI);
- ✚ Acompanhamento de Crianças dos 0-18 anos no âmbito dos processos de promoção e proteção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Figueiró dos Vinhos;
- ✚ Acompanhamento de Crianças dos 0-18 anos no âmbito dos planos individuais de intervenção do Núcleo de Acompanhamento de Crianças e Jovens em Risco (NACJR) de Figueiró dos Vinhos;
- ✚ Representação da saúde junto dos parceiros locais (CPCJ, CLAS, NLI, SNIPI, CME, entre outros).

O quadro seguinte apresenta os Serviços/Unidades Funcionais existentes no Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos e o seu respetivo horário.

T. 25 - SERVIÇOS/UNIDADES FUNCIONAIS DO CENTRO DE SAÚDE DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E RESPETIVO HORÁRIO

SIGLA	Nome da Unidade Funcional	Dias Úteis			
		Horário de Funcionamento		Horário de Atendimento	
USFFV	Unidade de Saúde Familiar de Figueiró dos Vinhos	8H00	20H00	8H15	19H45
USPFV	Unidade de Saúde Pública de Figueiró dos Vinhos	10H00	19H45	10H00	19H45
UCCFV	Unidade de Cuidados na Comunidade de Figueiró dos Vinhos	3ª, 4ª e 5ª Feira			
		8H00	20H00	8H15	19H45
		2ª e 6ª Feira			
		10H00	12H00	14H30	16H30
USP	Unidade de Saúde Pública	2ª a 6ª Feira			

Os laboratórios de análises clínicas aumentaram para 3, visto que as 2 policlínicas presentes no concelho atualmente, também realizam análises clínicas. Além disso, estas policlínicas têm disponíveis um vasto leque de especialidades³⁴, bem como de exames complementares de diagnóstico³⁵ e outros serviços³⁶.

Por último, o número de consultórios médicos particulares aumentou, contando atualmente com 9, abrangendo agora essencialmente as especialidades de Clínica Geral, Medicina Dentária, Oftalmologia, Ginecologia.

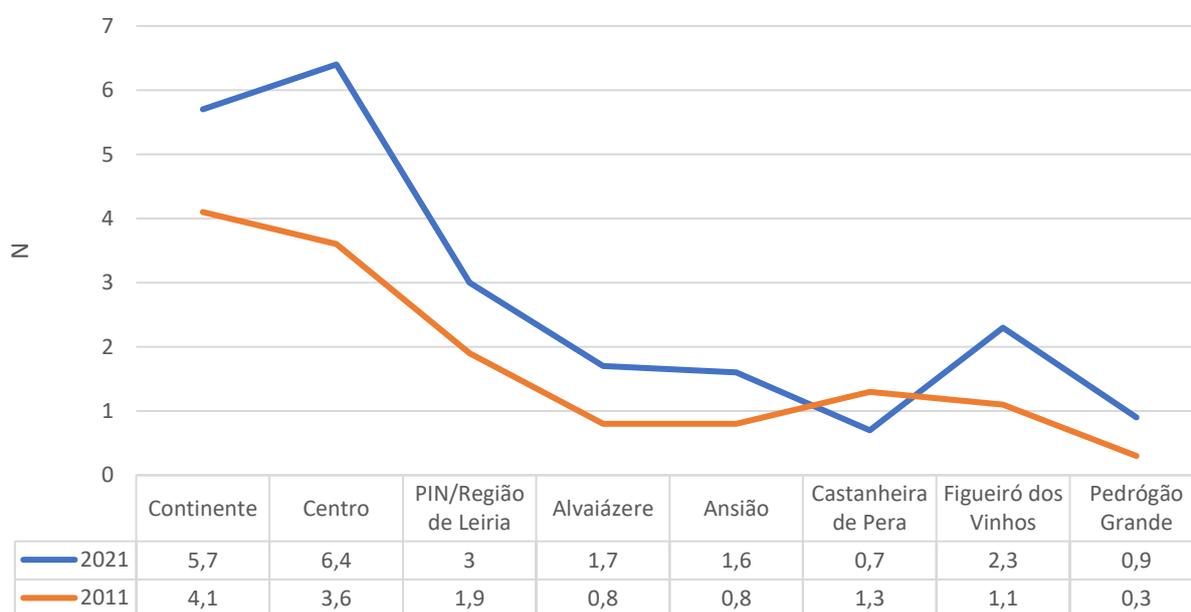
6.5 - RECURSOS HUMANOS AO SERVIÇO DA SAÚDE

De acordo com a informação estatística disponibilizada pelo INE, procurou efetuar-se uma perspetiva da evolução do setor nos últimos 10 anos, analisando-se os registos relativos ao ano de 2011 e 2021.

Relativamente à oferta do número de médicos por 1000 habitantes, podemos observar no gráfico seguinte, uma melhoria generalizada no ano de 2021, quer a nível nacional (onde se registou o maior incremento de 4,1‰ para 5,7‰), quer a nível regional e sub-regional.

Esta tendência verifica-se também nas NUT II e III. Nos concelhos do norte do distrito de Leiria, o cenário é idêntico, com ligeiro aumento em todos os concelhos, à exceção de Castanheira de Pera, que tem diminuído número de médicos por 1000 habitantes ao longo das séries apresentadas.

G. 45 - MÉDICOS POR 1000/HABITANTES 2011-2021



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

De facto, o número de médicos disponibilizados, nos concelhos do norte do distrito de Leiria, é bastante inferior à média nacional e mesmo regional, apesar de se ter verificado uma melhoria em todos eles, relativamente ao ano de 2011. O concelho de Figueiró dos Vinhos é o que mais se aproxima, com 2,3 médicos por 1.000 habitantes, porém, estes não são

³⁴ Clínica Geral, Cardiologia, Dermatologia, Medicina Dentária, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Fisiatria, Urologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Neurologia, Reumatologia, Gastroenterologia, Nutrição, Podologia, etc.

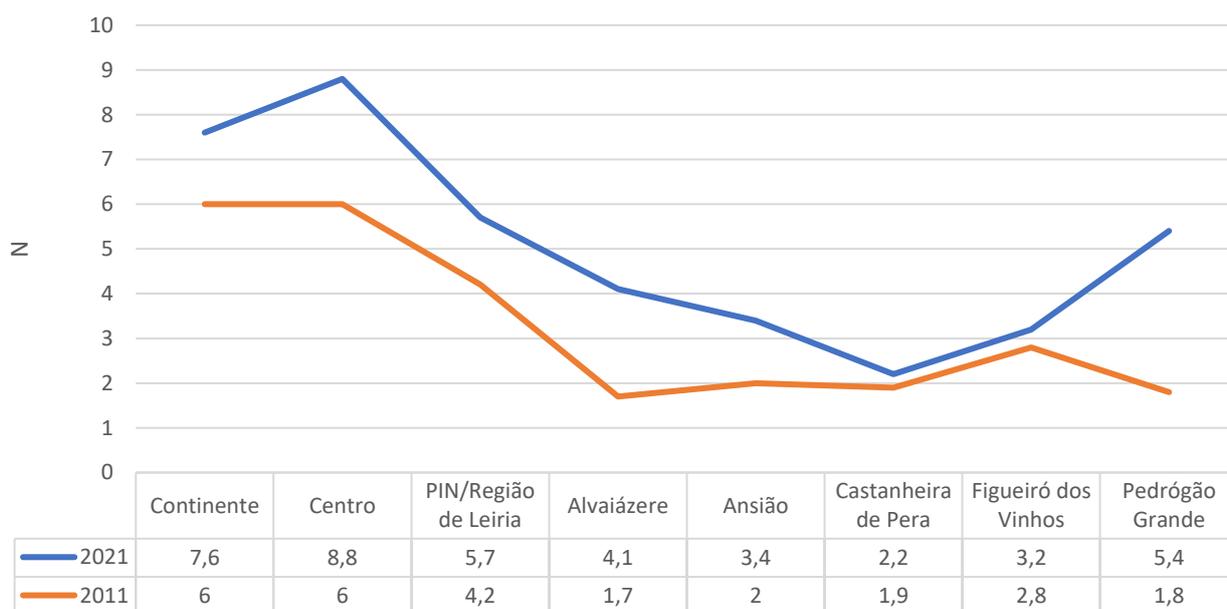
³⁵ Análises Clínicas, Eletrocardiograma, Ecocardiograma, Eco Doppler, etc.

³⁶ Fisioterapia, Terapia da Fala, Medicina Tradicional Chinesa, Serviço de Enfermagem, Rastreios, etc.

suficientes para dar resposta ao número de utentes do Centro de Saúde e suas extensões. Verifica-se também que, relativamente aos outros concelhos apresentados, Figueiró dos Vinhos apresenta a proporção mais elevada, ainda que bastante inferior à das NUT I, II e III.

Relativamente ao número de enfermeiros por 1000 habitantes, verifica-se também uma tendência de aumento em 2021 nas NUT I, II e III. Na NUT III, deve ressaltar-se que os dados disponibilizados para 2011 dizem respeito ao Pinhal Interior Norte, enquanto que os dados de 2021, dizem respeito à região de Leiria, da qual fazem parte hospitais distritais de referência e outras unidades de saúde de grande dimensão.

G. 46 - ENFERMEIROS POR 1000/HABITANTES 2011-2021



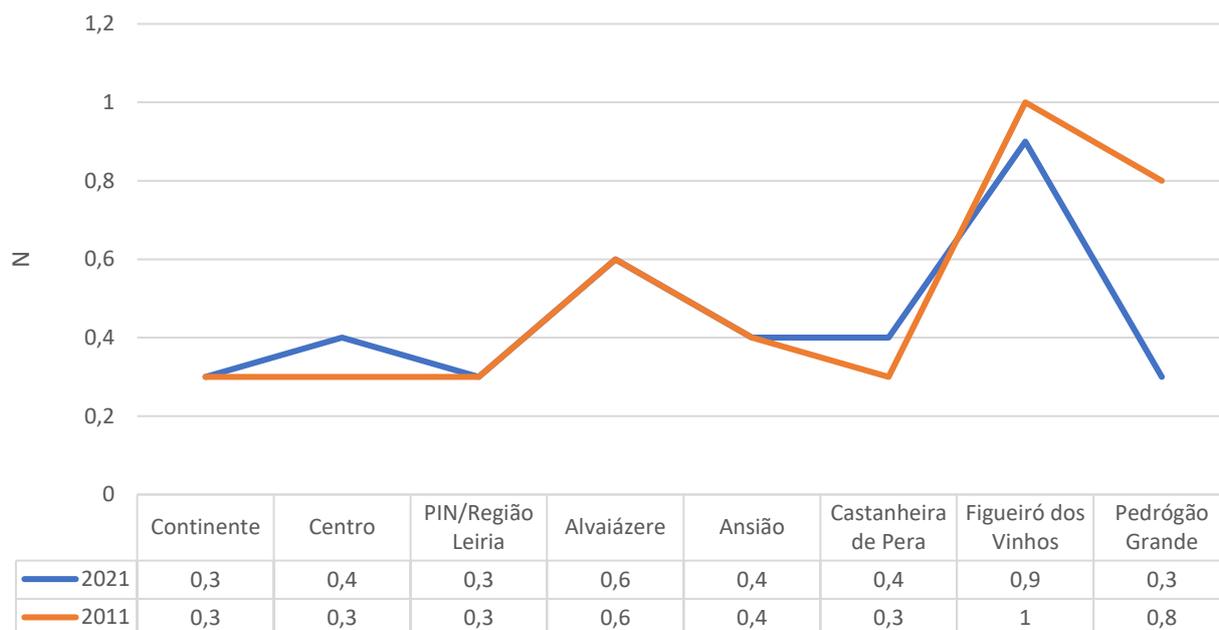
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

A nível concelhio a tendência mantém-se, assistindo-se a um aumento do número de enfermeiros/as disponibilizados por 1.000 habitantes, relativamente ao ano de 2011, sendo o concelho de Pedrógão Grande que demonstra maior evolução neste período. Em 2021, atinge cerca de 5 enfermeiros/as para cada 1000 habitantes, mesmo assim valores abaixo da média nacional e regional.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, o número de enfermeiros por 1000 habitantes que em 2011 era de 2,8‰, passou a registar, em 2021, 3,2‰, sendo que esta subida esta relacionada com a diminuição da população.

O número de farmácias por 1.000 habitantes manteve-se a nível nacional no período em análise nos 0,3‰. Na NUT II, verificou-se um ligeiro aumento de 0,3 para 0,4‰ e, na NUT III, manteve-se nos 0,3‰.

G. 47 - FARMÁCIAS E POSTOS FARMACÉUTICOS MÓVEIS POR 1000/HABITANTES 2011-2021



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Nos concelhos em análise e pese embora alguma oscilação com pouco significado no período em estudo, em vez de um efetivo aumento do número de farmácias, deverá considerar-se antes a diminuição efetiva da população e a sua influência no cálculo deste indicador.

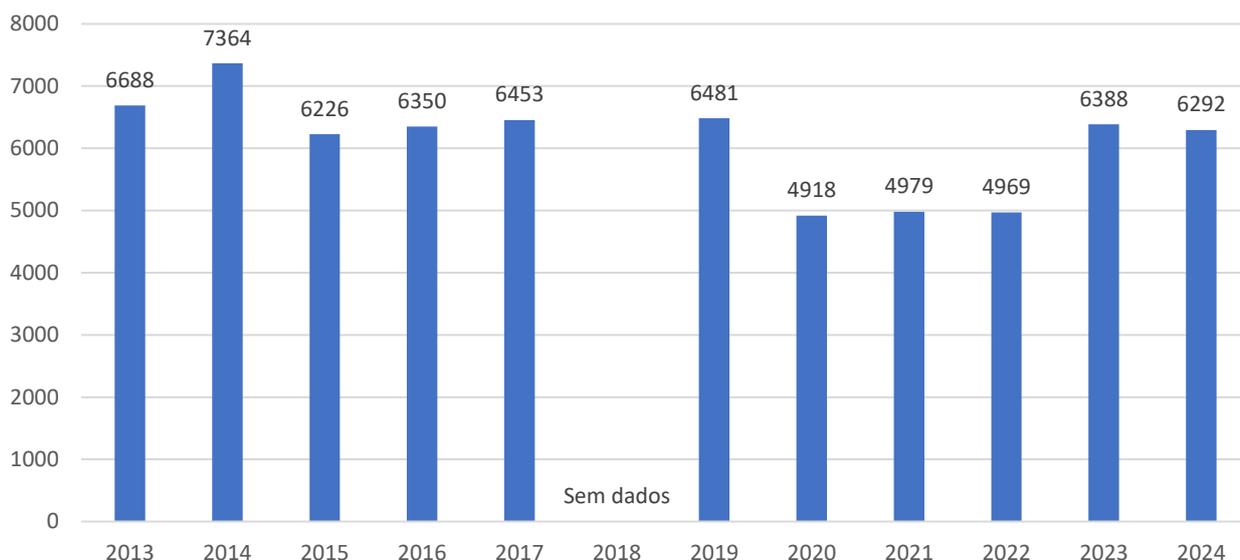
Figueiró dos Vinhos é o único que oferece aproximadamente 1 Farmácia por cada 1000 habitantes, valor acima do registado em todas as NUT e dos concelhos apresentados, não pelo aumento real do número de farmácias disponíveis, mas pela diminuição do número de habitantes.

6.6 - ESTATÍSTICAS DO CENTRO DE SAÚDE DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

As estatísticas disponibilizadas pelo Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, permitem-nos aferir a evolução do número de utentes abrangidos por esta unidade de saúde e suas extensões nos últimos 10 anos, bem como a sua divisão pelos profissionais de saúde.

No gráfico seguinte, podemos observar a evolução do número de inscritos no Centro de Saúde, de 2014 a 2024. Ainda que não foi possível obter dados para o ano de 2018.

G. 48 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSCRITOS NO CENTRO DE SAÚDE - 2014-2024 (ATÉ JULHO)



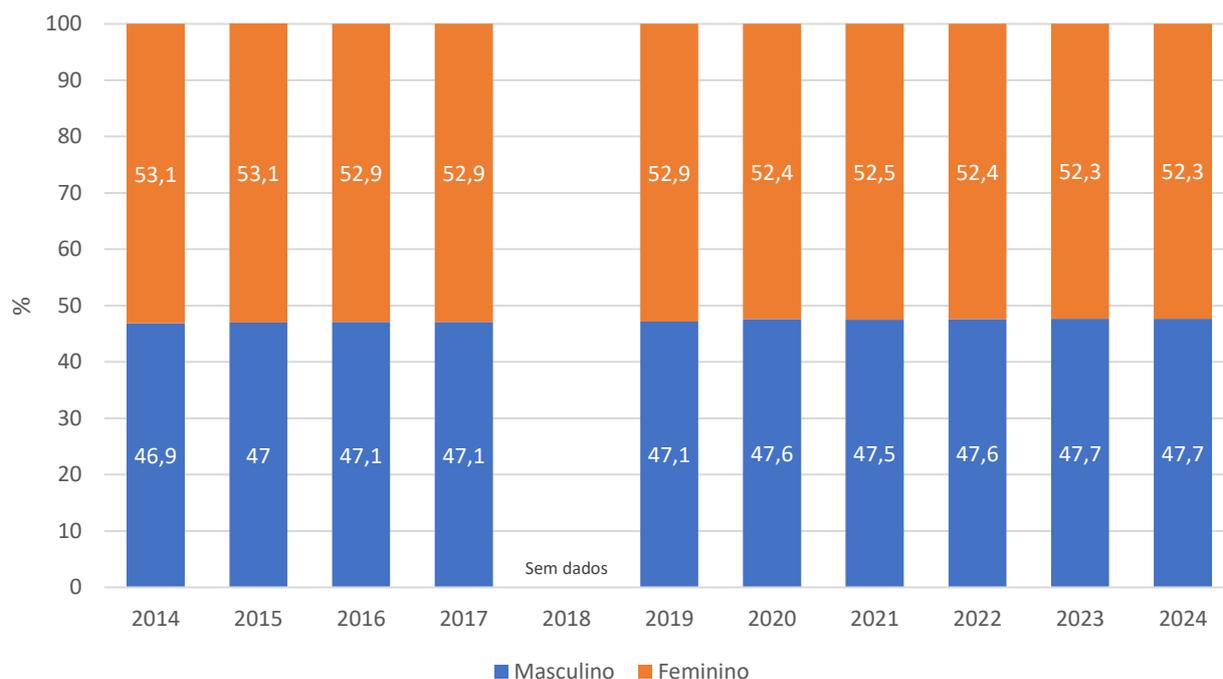
Fonte: MIMUF - Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2024

À tendência de aumento do número de utentes registada de 2014, ano em que atingiu o pico máximo (7.364 utentes), viria a seguir-se um decréscimo bastante significativo em 2015 (-1138 utentes). Nos anos de 2016, 2017 e 2019 assistiu-se a uma recuperação, ainda que pouco significativa, culminando em 2019, com 6.481 utentes acompanhados. Já em 2020, o número de inscritos diminuiu abruptamente (-1563), seguido de um ligeiro aumento residual nos anos de 2021 e 2022. Por fim, em 2023 e 2024, o número de inscritos no Centro de Saúde retoma os números 'normais', de 6388 e 6292, respetivamente.

De notar, que nem todos os inscritos são residentes no concelho de Figueiró dos Vinhos, isto é, o número de inscritos ultrapassa o número de população residente no concelho, devido ao Centro de Saúde também dar resposta a indivíduos dos concelhos limítrofes.

Quanto à distribuição do número de inscritos por sexo, observamos no gráfico seguinte uma predominância das mulheres, com percentagens acima dos 50% em todas as séries de anos apresentadas. Atenta-se que para o ano de 2018 não foi possível obter dados, como já referido anteriormente.

G. 49 - PERCENTAGEM DE INSCRITOS NO CENTRO DE SAÚDE POR SEXO 2014-2024



Fonte: MIMUF, Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2024

Relativamente à distribuição do número de inscritos por faixa etária, verifica-se, quando comparados os dados entre 2019 e 2024, uma diminuição da percentagem de inscritos na faixa etária dos 0 - 6 anos e dos 7 - 64 anos. Por outro lado, constata-se a tendência de aumento da percentagem de inscritos nas faixas etárias dos 65 - 74 anos e dos 75 e mais anos.

G. 50 - PERCENTAGEM DE INSCRITOS POR FAIXA ETÁRIA³⁷ 2019-2024

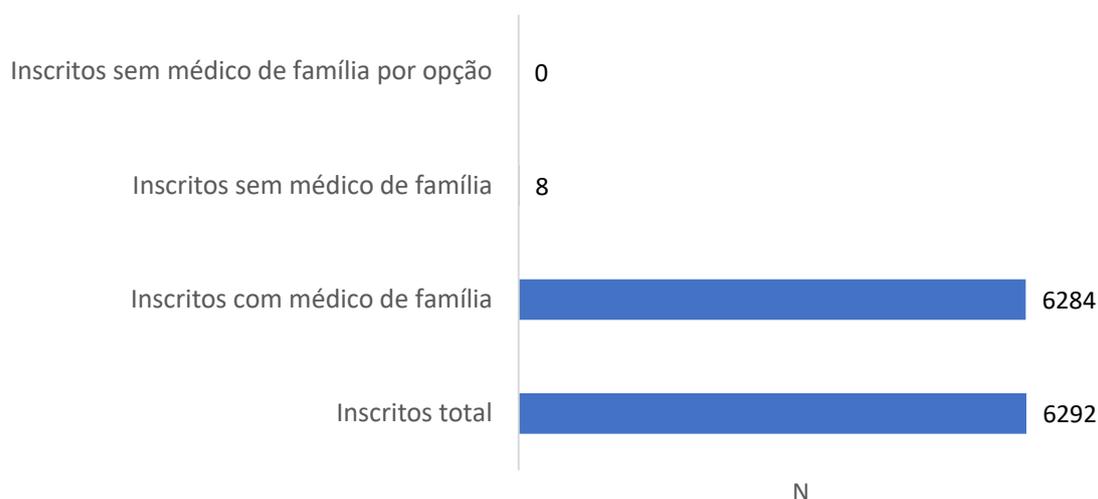


Fonte: MIMUF, Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2024

De acordo com as estatísticas mais recentes fornecidas pelo Centro de Saúde, em julho de 2024, encontravam-se inscritos, no total, 6292 utentes, 6265 dos quais com médico de família atribuído. Apenas 8 indivíduos não possuem médico de família.

³⁷ Grupos etários de acordo com Decreto-Lei n.º 298/2007

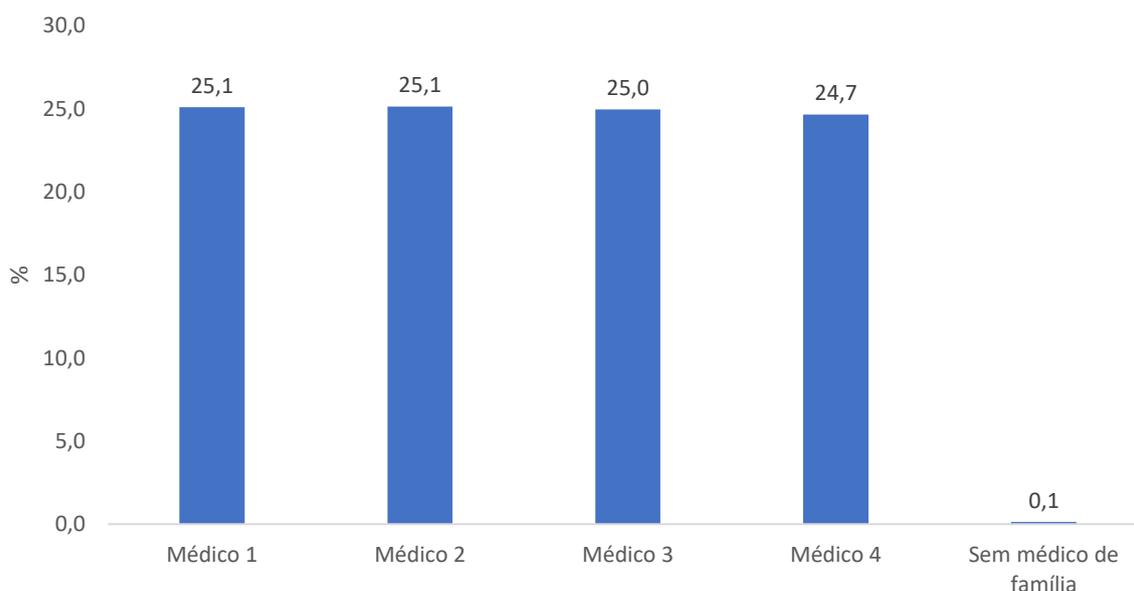
G. 51 - NÚMERO DE UTENTES INSCRITOS JULHO 2024



Fonte: SDM [ACSS] - Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2024

Quanto à distribuição dos utentes por médico, verifica-se pela análise do gráfico seguinte, que estão distribuídos equitativamente, ou seja, cada médico a exercer funções, atende cerca de 25% dos inscritos. Apenas 0,1% indivíduos não tinha médico atribuído.

G. 52 - DISTRIBUIÇÃO DE UTENTES POR MÉDICO DE FAMÍLIA % - 2024



Fonte: RNU, Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos 2024

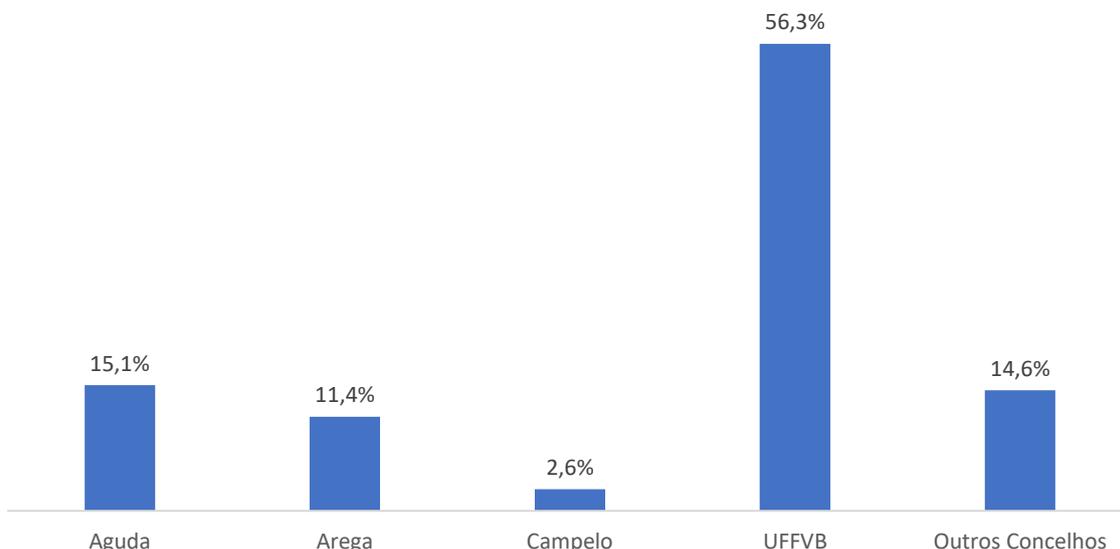
Os 6292 utentes inscritos, dividem-se pela sede do Centro de Saúde e seus dois Polos: Arega e Aguda.

Os Polos de Aguda e Arega funcionam com médicos/as com horário reduzido. Já os utentes da freguesia de Campelo, deslocam-se para o Centro de Saúde.

Relativamente à distribuição dos utentes por freguesia, podemos verificar no gráfico seguinte que, dos 6558 utentes inscritos, a maior fatia (56,3%), pertence à União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, seguindo-se a freguesia de Aguda (15,1%), Arega (11,4%) e Campelo (2,6%).

Refira-se ainda a existência de utentes inscritos provenientes de concelhos limítrofes que em julho de 2024 atingiam uma representatividade de 14,6%.

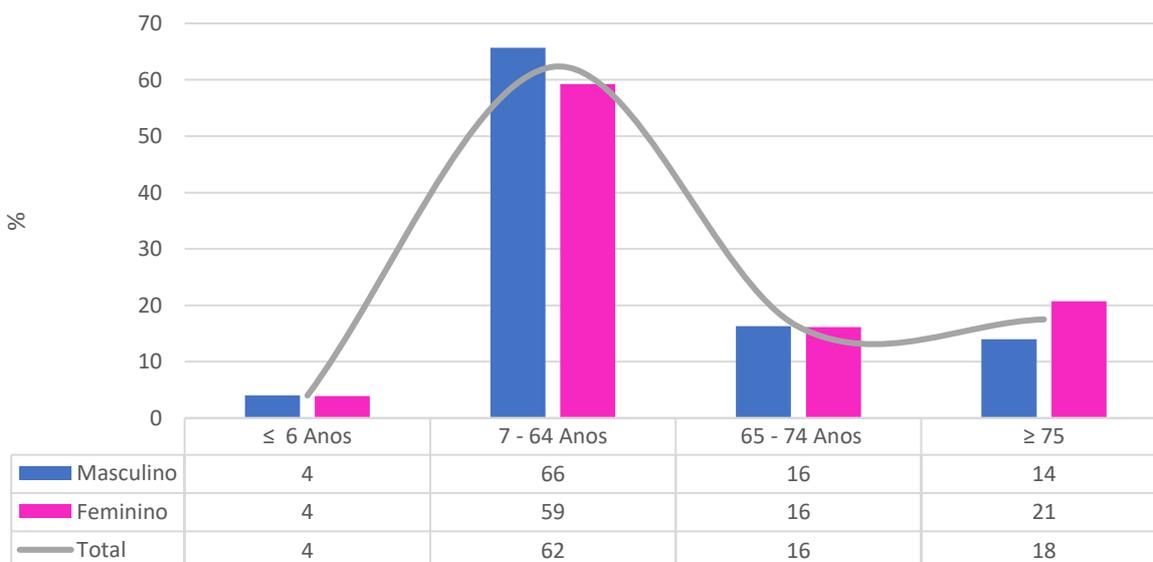
G. 53 - DISTRIBUIÇÃO DE UTENTES POR FREGUESIA % - 2024



Fonte: BICSP, Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos 2024

Efetuada uma análise da distribuição de utentes por sexo e faixa etária, verificamos desde logo uma percentagem bastante reduzida de utentes da faixa etária dos 0-6 anos, apenas 4%, fruto também da reduzida população destas idades em virtude da diminuição da taxa de natalidade. A maior fatia da população está concentrada na faixa etária dos 7 aos 64 anos (62%), com maior peso de utentes do sexo masculino (66%). Para esta elevada concentração contribui também a dimensão desproporcionada do intervalo relativamente aos restantes. De salientar neste gráfico o peso da população com 65 e mais anos que atinge os 34%, sendo que destes, 18% têm 75 e mais anos.

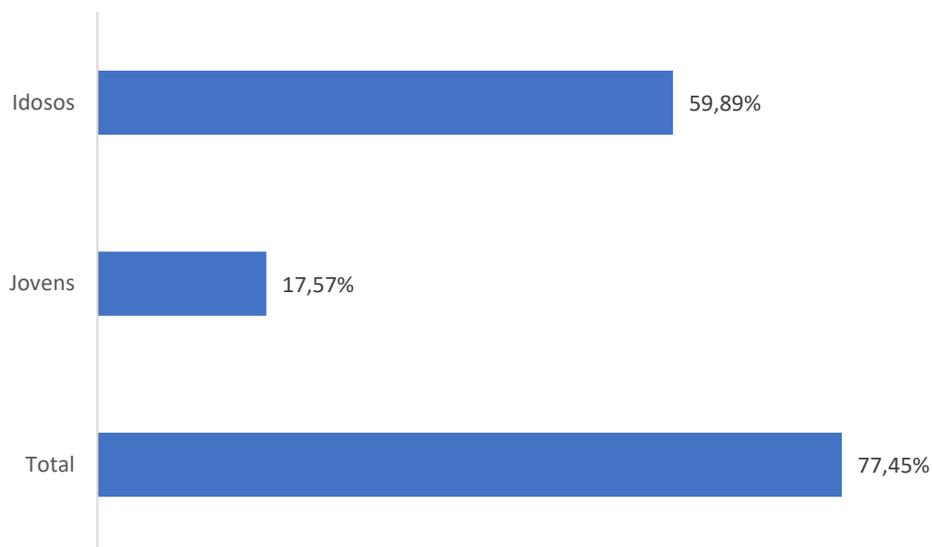
G. 54 - DISTRIBUIÇÃO DE UTENTES POR SEXO E FAIXA ETÁRIA % - 2024



Fonte: BICSP, Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos 2024

O gráfico seguinte mostra-nos o índice de dependência dos utentes relativamente à saúde. Naturalmente, o índice de dependência de idosos³⁸, muito mais elevado, cerca de 60%, enquanto que o índice de dependência de jovens³⁹ não chega a atingir os 18%, o que mostra a óbvia maior dependência dos idosos relativamente à procura de cuidados de saúde.

G. 55 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DOS UTENTES RELATIVAMENTE À SAÚDE % - 2024



Fonte: BiCSP, Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos

6.7 - CONSULTAS POR PRINCIPAIS VALÊNCIAS EXISTENTES NO CENTRO DE SAÚDE E POLOS

Reportando-nos às estatísticas mais recentes facultadas pelo Centro de Saúde, podemos aferir que, no ano de 2023, foram realizadas 23.462 consultas, no Centro de Saúde e nos polos de Aguda e Arega. Foram também realizadas 137 consultas médicas a domicílios.

No geral, o grupo etário dos 7 - 64 anos apresenta um maior número de consultas (11.201), isto é, cerca de 48% das consultas é inerente a esta faixa etária, das quais sobressai os utentes do sexo feminino com 60% das consultas. De notar que a dimensão desproporcionada dos intervalos dos vários grupos etários inflaciona, naturalmente, o número consultas realizadas.

Os indivíduos com 65 ou mais anos, em 2023, cobriam cerca de 48% das consultas, já o grupo etário dos 0 - 6 anos representa apenas 4% das consultas.

T. 27 - CONSULTAS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR POR SEXO E FAIXA ETÁRIA - 2023

Grupo Etário	Tipo Contacto	Homem	Mulher	Total
≤ 6 anos	Direto	355	341	895
	Indireto	104	95	
7 - 64 anos	Direto	1912	3103	11201
	Indireto	2611	3575	
65 - 74 anos	Direto	916	1077	5009
	Indireto	1321	1695	
≥ 75 anos	Direto	854	1332	6357
	Indireto	1584	2587	
Total		9657	13805	23462

Fonte: MIMUF, Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2024

³⁸ Idosos ≥ 65 anos

³⁹ Jovens ≤ 14 anos

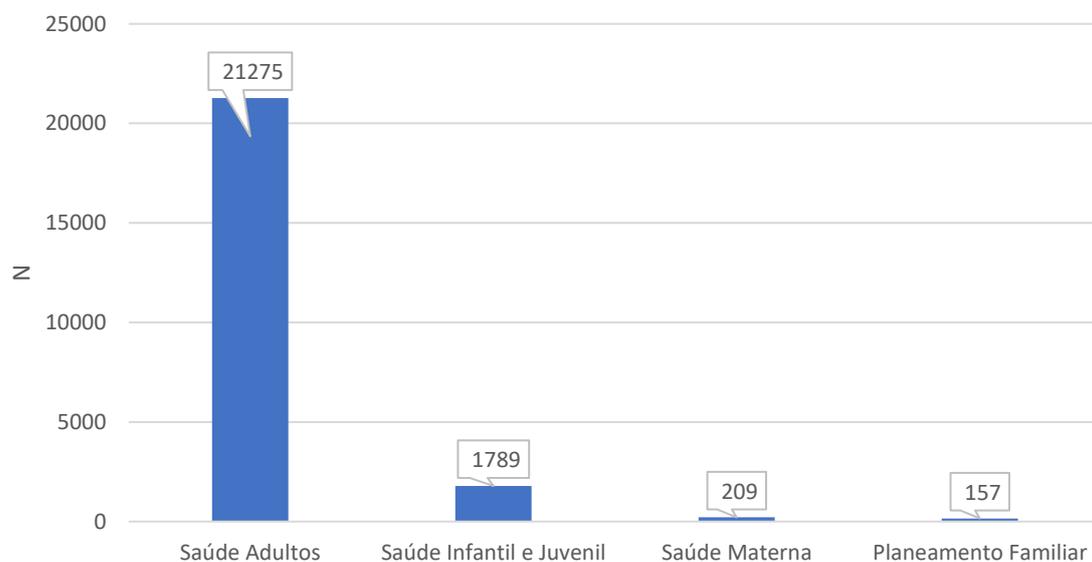
No gráfico seguinte podemos observar a distribuição de consultas por âmbito dos programas de saúde realizadas no Concelho, em 2023, com uma clara predominância das Consultas de Adultos (21275).

Quanto às consultas de Saúde Infantil e Juvenil, estas refletem a diminuição do número de crianças e jovens nos últimos anos, tendo sido realizadas, em 2023, 1789 consultas.

O número reduzido de consultas de Planeamento Familiar pode evidenciar uma diminuição das mulheres em idade fértil. No ano de 2023, foram realizadas apenas 157 consultas neste âmbito.

Por último, o número de consultas de Saúde Materna, reflete a diminuição do número de nascimentos. Em 2023, foram realizadas neste âmbito 209 consultas.

G. 56 - CONSULTAS POR ÂMBITO DE PROGRAMA DE SAÚDE, 2023

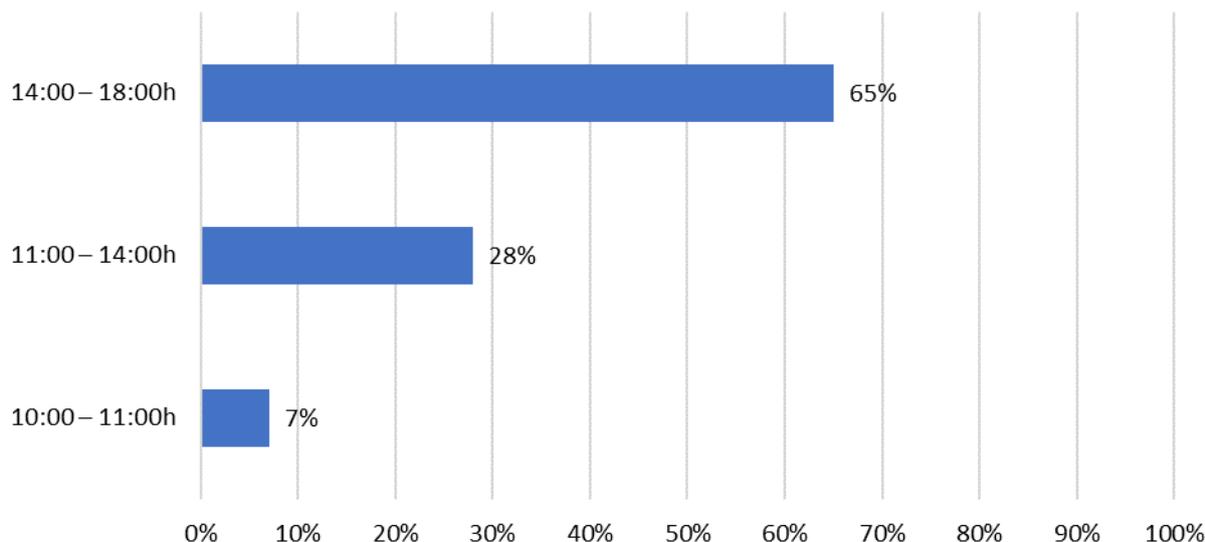


Fonte: MIMUF, Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos 2024

Relativamente às consultas urgentes (SAC - Serviço de Atendimento Complementar) foram realizadas, no ano de 2023, 1174 consultas, que ocorreram, maioritariamente, entre as 14h e as 18h (cerca de 65%).

Apesar do horário de funcionamento do SAC ser entre as 10:00h e as 18:00h, o horário de atendimento é relativamente mais curto, ou seja, das 10:15h às 17:45h. Efetivamente, seria uma mais valia para a população usufruir deste serviço com um horário mais extenso, como já foi mencionado na análise SWOT.

G. 57 - CONSULTAS URGENTES - PERCENTAGEM DE ATENDIMENTOS POR HORÁRIO DA CONSULTA, 2023



Fonte: BiCSP, Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos 2024

6.8 - INDICADORES DA SAÚDE NO CONCELHO

Efetuada uma breve análise dos indicadores da saúde, de uma forma geral, em Portugal, existe cada vez mais uma maior esperança média de vida à nascença (81,17⁴⁰ anos). Consequentemente, também se afere o aumento da longevidade que se traduz no índice de longevidade⁴¹ (50,9 em 2023, no concelho de Figueiró dos Vinhos).

É um facto indiscutível que nascem e morrem menos pessoas. O casamento é desvalorizado, há cada vez menos casamentos e mais tarde e, como já pudemos também constatar, as famílias têm cada vez menos filhos.

Estes fatores aliados a outros que anteriormente pouco ou nada se faziam notar, tais como a saúde (progressos da medicina e da melhoria da assistência médica), a escolaridade (as pessoas são “intelectualmente” mais preparadas, o que as leva a ter cuidados com a saúde) e o rendimento (apesar de existir um elevado número de desempregados/as, no geral as pessoas vivem melhor), fazem com que as pessoas consigam viver durante mais anos, contrariamente ao que acontecia no passado.

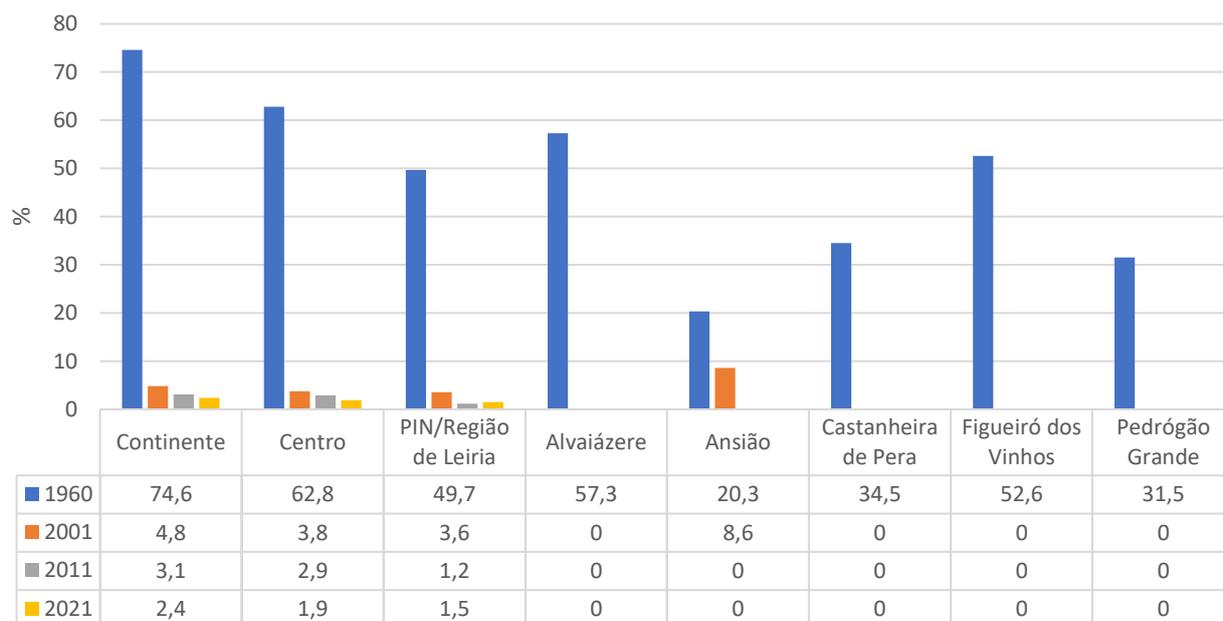
Como forma de ilustrar a melhoria progressiva dos cuidados de saúde, podemos verificar no gráfico seguinte, a evolução da Taxa de Mortalidade Infantil⁴², de 1960 até 2021.

G. 58 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

⁴⁰ Fonte: INE

⁴¹ Índice de Longevidade é a Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (INE).

⁴² A Taxa de Mortalidade Infantil corresponde ao número de óbitos em crianças com menos de um ano de idade, ocorridos num determinado período de tempo (geralmente um ano civil), relativamente ao total de nados-vivos no mesmo período. Geralmente é expressa por 1000 nados-vivos.



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

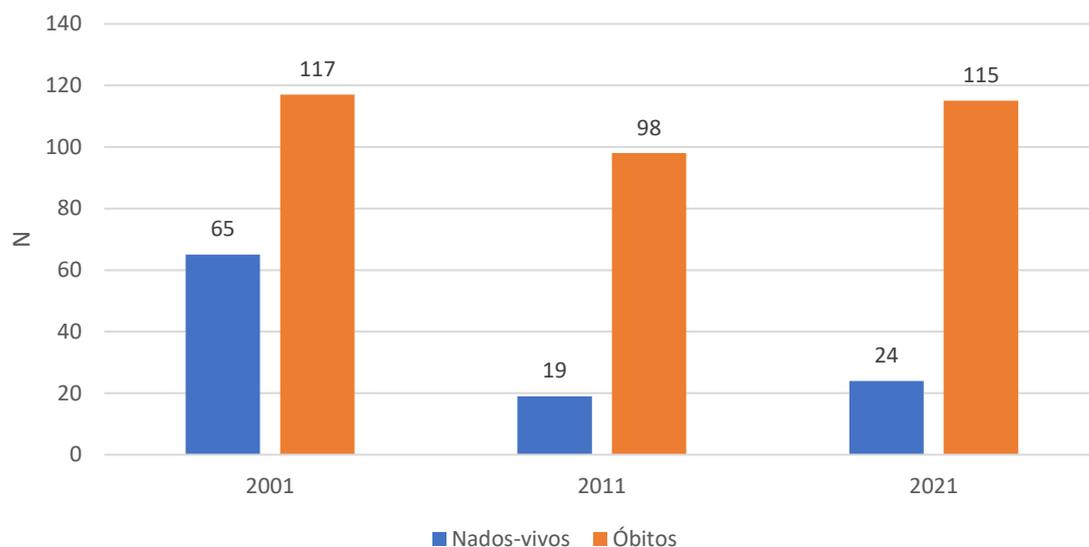
De facto, comparando os valores apresentados em 1960 com os de 2021, verificamos uma diminuição abrupta da Taxa de Mortalidade Infantil para valores praticamente residuais, em todas as NUT. Em Portugal Continental, em 1960, por cada 1000 crianças com menos de um ano de idade, morriam 74,6, o que contrasta significativamente com os 2,4/1000, registados em 2021 e mesmo com os valores dos anos intermédios.

Nos concelhos do norte do distrito de Leiria, verifica-se que, em 1960, os valores registados eram inferiores aos nacionais e regionais, porém também eles altos, sendo que Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos registaram valores superiores aos da NUT III (57,3/1000 e 52,6/1000, respetivamente) mas inferiores aos da NUT I e II. O concelho que apresentou a menor Taxa de Mortalidade Infantil, em 1960, foi o de Ansião (20,3/1000), porém, continuou a registar valores em 2001 (8,6/1000), superiores aos registados em todas as NUT na mesma altura.

A partir de 2001 até 2021, todos os concelhos (à exceção de Ansião em 2001), passaram a apresentar uma Taxa de Mortalidade Infantil de 0, influenciada, sem dúvida pela melhoria dos cuidados de saúde prestados e qualidade de vida, mas também condicionada pela diminuição do número de nascimentos.

Relativamente à relação entre o número de nados-vivos e óbitos, registados entre 2001, 2011 e 2021, verifica-se através da análise do gráfico seguinte, a já referida redução do número de nascimentos, e a diminuição do número de óbitos (se bem que residual no período em análise, mas que reflete o aumento gradual da esperança média de vida).

Deve-se também ter em consideração que no ano de 2021, o país atravessava uma pandemia de COVID-19 o que naturalmente provocou o aumento da mortalidade.



Fonte: INE - Indicadores Demográficos

Efetuada uma breve reflexão acerca das principais causas de morte, os dois gráficos que a seguir se apresentam, permitem aferir a percentagem de óbitos por incidência de tumores malignos⁴³ e por doenças do aparelho circulatório⁴⁴, que se têm afirmado ao longo de anos, como os principais flagelos em termos de saúde pública, quer pelas elevadas taxas de mortalidade, quer pelo seu peso em termos de prestação de cuidados de saúde, prevenção e mesmo em sofrimento dos doentes e familiares.

Relativamente à percentagem de óbitos por doenças do aparelho circulatório, apesar de se verificar no período em análise uma redução da sua incidência, a nível nacional e na região centro, que representavam, em 2022, cerca de 27% dos óbitos (menos 4% que o registado em 2011). Já na NUT III, a percentagem registada apresenta valores inferiores à média nacional, em 2022, atinge os 23%.

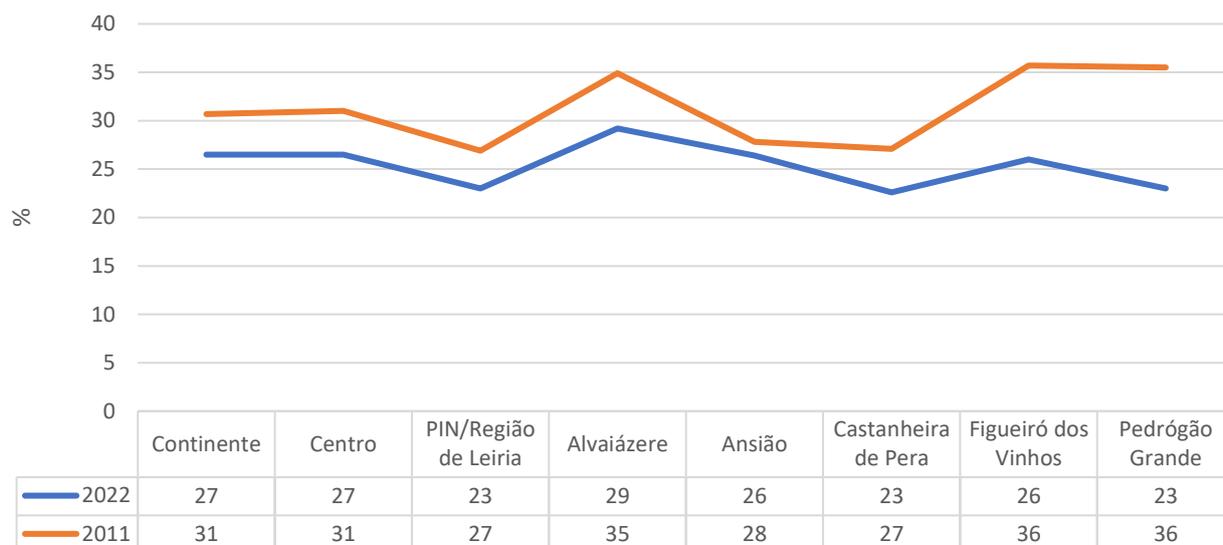
A nível concelhio manteve-se a mesma tendência de decréscimo. Dessa forma, observou-se uma diminuição da percentagem de óbitos por doenças do aparelho circulatório no período em análise, mais representativa nos concelhos de Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos. O concelho de Pedrógão Grande, foi o que registou o maior decréscimo (12%), passando de 36% em 2011 para os 23% em 2022, já Figueiró dos Vinhos, diminuiu cerca de 10%, face a 2011.

O concelho de Castanheira de Pera e Pedrógão Grandes foram os que registaram a menor percentagem de óbitos por doenças do aparelho circulatório em 2022 (23%), percentagem inferior à registada na NUT I, II e igual à Região de Leiria.

G. 60 - ÓBITOS POR DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO %, 2011-2022

⁴³ Fórmula de cálculo: (Óbitos por causa de morte no ano civil/Total de óbitos no ano civil) x 100.

⁴⁴ Idem.



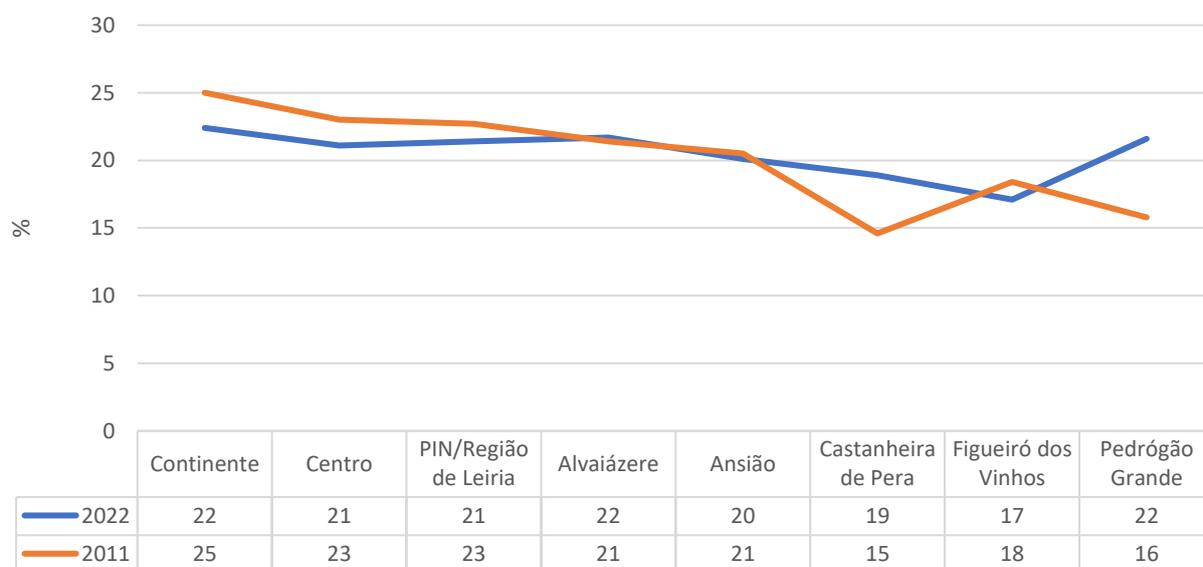
Fonte: Pordata

Quanto à percentagem de óbitos por tumores malignos, verificaram-se ligeiras alterações no período em análise nas NUT I e II, ou seja, no Continente diminuiu de 25% para 22% e no Centro de 23% para 21%. Na NUT III registou-se, em 2022, um decréscimo de 2% relativamente a 2011, apresentando, em 2022, 21% de incidência.

Nos concelhos do norte do distrito de Leiria, verificam-se algumas discrepâncias no período em análise, com um aumento da incidência nos concelhos de Alvaiázere, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande e diminuição, apesar de que pouco expressiva, nos concelhos de Ansião e Figueiró dos Vinhos.

O concelho de Figueiró dos Vinhos é o que regista a menor percentagem de incidência de óbitos por tumores malignos em 2022 - 17% - valor inferior ao registado nas NUT.

G. 61 - ÓBITOS POR TUMORES MALIGNOS %, 2011-2022



Fonte: Pordata

Da análise apresentada, verifica-se que a percentagem de óbitos por doenças relacionadas com o aparelho circulatório e com tumores malignos representaram, em 2022, cerca de 49% das causas de morte em Portugal.

Extrapolando esta preocupação para as realidades concelhias, não podemos deixar de referir a necessidade do desenvolvimento de programas intersetoriais de promoção da saúde desde a infância até à idade adulta, em áreas de intervenção chave: alimentação saudável (diminuição do consumo de sal, gordura e açúcar; aumento da ingestão de frutos e vegetais), incremento da atividade física, redução do tabagismo e do consumo de álcool, entre outras.

6.9 - IMPACTOS E ALTERAÇÕES COM A PANDEMIA DE COVID-19

A Pandemia de COVID-19 trouxe desafios sem precedentes para os cuidados de saúde em todo o mundo, que tiveram impacto significativo na população, não só a nível local, mas também a nível global. Como em muitas áreas rurais, Figueiró dos Vinhos, enfrentou diversos desafios na contenção do vírus, especialmente no início da pandemia. A nível da saúde, existiu uma pressão adicional para tratar pacientes com COVID-19, com os recursos limitados existentes. Foi necessário implementar medidas rigorosas de segurança e higiene, reorganizar espaços de atendimento de modo a evitar aglomerações e adotar as novas tecnologias, como a telemedicina, para continuar a prestar cuidados aos pacientes. Além disso, houve um trabalho acrescido na campanha de vacinação. Efetivamente, com o surgimento deste vírus e de tudo aquilo que impactou, o Centro de Saúde necessitou de adaptar-se face às adversidades ocorridas, contudo, surge também a oportunidade para utilização de novas ferramentas e recursos. À vista disso, foi implementada a teleconsulta, bem como, o recurso a reuniões e formações online.

O município durante a pandemia implementou diversas medidas de apoio tendo em conta as necessidades sentidas, sendo que à USF de Figueiró dos Vinhos foi fornecido material de proteção (máscaras cirúrgicas e viseiras) e vestuário hospitalar (calças e túnica) a todos os seus profissionais de saúde, nomeadamente auxiliares, enfermeiros e médicos.

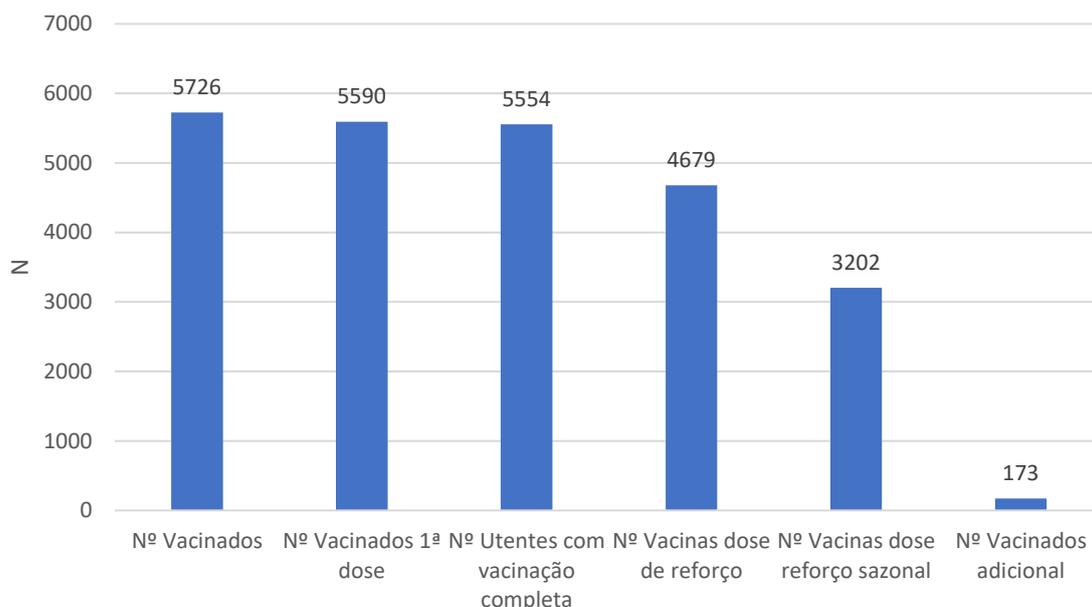
No que diz respeito à vacinação contra a COVID-19, o Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, alcançou um bom desempenho, como se pode ver no quadro seguinte.

Deste modo, o número de vacinados compreendeu 91% dos utentes inscritos, sendo que 89% foram vacinados com a 1ª dose e 88% têm a vacinação completa.

Relativamente ao número de vacinas de dose de reforço foram administradas 4679, correspondendo a cerca de 74% dos utentes.

Já o número de vacinas dose de reforço sazonal abrangeu 34% dos utentes e foram vacinados adicionalmente 173 utentes.

G. 62 - VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19, CENTRO DE SAÚDE DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS



Fonte: BICSP - Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2024

6.10 - SAÚDE MENTAL

Numa lógica de descentralização, maior acessibilidade ao serviço, envolvimento da família, comunidade e instituições e articulação com os cuidados de saúde primários, surge, no âmbito do Plano Nacional de Reestruturação de Serviços de Saúde Mental, 2007-2016, a Unidade de Saúde Mental e Comunitária Leiria Norte.

O Protocolo foi assinado com a ARS do Centro em 5/11/2010 e o trabalho clínico e assistencial teve início, no Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, em 17/03/2011, abrangendo os concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Alvaiázere, Ansião e posteriormente Pampilhosa da Serra.

Do trabalho clínico assistencialista desenvolvido pela Equipa, destacam-se as Consultas de Psiquiatria, a Intervenção Comunitária, o Treino Assertivo de Competências, a Psicoeducação, o Relaxamento, e o apoio prestado a Lares, CERCI e Escolas.

Durante a elaboração do presente documento, pese embora as várias solicitações dirigidas às Entidades Competentes, não foram prestadas quaisquer informações/dados no âmbito do trabalho desenvolvido pela Equipa de Saúde Mental Comunitária Leiria Norte, o que não permitiu um maior desenvolvimento e análise desta importante valência no nosso Concelho, como seria desejável.

6.11 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema que acabámos de abordar apresenta-se como muito sensível pela natureza que encerra, porque implica uma relação direta com a vida das pessoas e no caso em concreto com a qualidade de vida dos munícipes do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Tivemos oportunidade de deixar vertidas algumas evidências que não podem nem devem ser escamoteadas, em nome do princípio constitucionalmente consagrado, que garante um Serviço Nacional de Saúde a que todos possam ter acesso de forma tendencialmente gratuita.

É visível e deve ser reconhecido o esforço, a dedicação e o trabalho desenvolvido por todos os profissionais que trabalham neste setor e que dão o melhor de si no dia-a-dia para ir ao encontro das necessidades que a população evidencia.

Contudo, todo esse empenhamento nem sempre consegue satisfazer as necessidades diagnosticadas, em virtude da constatação da insuficiência de meios e recursos materiais e humanos que estão devidamente sinalizados.

De facto, os dados recolhidos e a informação atualizada disponível, revelam que o envelhecimento da população, que naturalmente tem maior necessidade de recorrer aos serviços de saúde, e o facto de na última década se ter verificado um aumento progressivo na procura de consultas e valências disponibilizadas pelo Centro de Saúde, tem tido por resposta a diminuição dos horários de atendimento e a redução de serviços técnicos prestado (Serviço Social, Fisioterapia e Psicologia) naquelas que ainda se encontram em funcionamento.

Acresce ainda que, em certas franjas mais desprotegidas da população (idosos e famílias com baixos rendimentos), se verifica cada vez mais a dificuldade no acesso aos serviços de saúde (essencialmente nas consultas de especialidade em Hospitais Centrais), pelas limitações em termos de transporte. A aquisição dos medicamentos merece também alguma preocupação e reflexão, sendo certo que muitos utentes não têm capacidade financeira que lhes permita adquirir toda a medicação de que necessitam.

Também a Unidade de Saúde Mental em funcionamento no Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, tem vindo a assumir uma importante relevância nesta área de atuação, preenchendo uma lacuna até há poucos anos existente, assumindo-se como uma mais-valia que se regista.

Por tudo o que tivemos oportunidade de referenciar, importa também neste domínio assinalar a importância decisiva que a administração central deveria ter neste domínio, assente na solidariedade e apoio a estas regiões, com o intuito de atenuar e corrigir as assimetrias existentes.

Em 2023 efetuou-se a transferência de competências para o Poder Local no domínio da saúde que constitui uma oportunidade única para inverter as dificuldades diagnosticadas, que se reflete na qualidade de vida das populações e que colocam em causa os princípios enunciados do Serviço Nacional de Saúde, para além do que o que refere a nossa Lei Fundamental - Constituição da República Portuguesa, ou inversamente, se as novas responsabilidades não forem acompanhadas do “envelope” financeiro que com estabilidade e segurança possam garantir a sua prossecução futura, poderemos estar perante uma ameaça que coloque em causa os objetivos preconizados e, em última instância, provoque mesmo a diminuição de serviços prestados.

Para sermos mais concretos o que se perspectiva mudar?

1 - Participar na gestão e na realização de investimentos para novas unidades de cuidados de saúde primários, bem como manter e conservar outros equipamentos de cuidados de saúde.

2 - Gerir os trabalhadores que pertencem à carreira de assistente operacional da ULS Coimbra, que pertencem ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). Os trabalhadores passam a fazer parte do quadro de pessoal das Câmaras Municipais.

3 - Gerir, em termos logísticos, essas unidades funcionais da ULS Coimbra, tais como tratar, por exemplo, de questões relacionadas com os serviços de limpeza, fornecimento de eletricidade e deslocação de doentes e profissionais de saúde.

4 - Colaborar com o SNS, tendo em vista a prevenção de doenças, promovendo uma alimentação mais saudável e a prática de exercício físico, por exemplo.

Vemos como cruciais estes princípios, para uma gestão mais eficiente e adequada dos recursos afetos a este desiderato, dada a natural proximidade e conhecimento concreto da realidade quotidiana dos cidadãos do concelho e das necessidades por eles evidenciadas. Deste modo, é importante mencionar algumas das questões que se pretende tratar num futuro próximo, portanto, pretende-se investir em viaturas de apoio ao domicílio, equipamento inerente a radiologia médica, reforço da equipa de saúde mental e reativar a fisioterapia. Mais recentemente, e já aprovado, vão ser executadas obras de climatização no Centro de Saúde.

Posto isto, concordamos que este Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, manifesta uma intenção de garantir a todos um melhor acesso ao SNS, que vimos reclamando desde o Diagnóstico precedente, a promoção da eficácia na gestão de recursos na área da saúde e a possível melhoria dos resultados em saúde no nosso concelho.

Para terminar, importa mencionar o recente regulamento concebido pelo município, com o intuito de atrair e fixar médicos no concelho através de vários incentivos. Estamos a falar de incentivos que resultam no apoio para alojamento; apoio para deslocação; acesso gratuito aos complexos e equipamentos desportivos bem como iniciativas culturais promovidas pelo município; e redução de 50% no pagamento de todas as taxas inerentes ao licenciamento ou comunicação prévia referentes a operações urbanísticas, destinadas a habitação própria e permanente (Regulamento n.º 600/2024 - Diário da República n.º 103/2024, Série II de 2024-05-28).

7 - EMPREGO/DESEMPREGO

7.1 - ANÁLISE SWOT DO EMPREGO/DESEMPREGO

FORÇAS

- IEFEP, Polo de Formação do IEFEP e CQEP;
- Oferta de formação profissional por outras entidades;
- Espaços de instalação empresarial (Parque do Caramelo, Zona Industrial da Ladeira da Calça e Complexo Empresarial SONUMA) - expansão de espaços de atividades económicas;
- CENTRO INVESTE – Centro de apoio ao investimento, empreendedorismo e incubadora;
- Diversidade de equipamentos e serviços;
- Incentivos, apoios e benefícios fiscais ao investimento e à criação de emprego.

FRAQUEZAS

- Desemprego estrutural;
- Desemprego jovens qualificados;
- Desemprego de longa duração;
- Desarticulação entre a oferta de emprego e a procura (lugares por preencher versus desemprego);
- Tecido industrial débil – falta de empresa industrial com volume de emprego significativo (>50);
- Interioridade;
- Baixas qualificações escolares e profissionais da mão-de-obra e dificuldades de adaptação a novas situações;
- Precaridade;
- Falta de consciência empreendedora;
- Dificuldades de transporte público dos lugares mais isolados, para a sede de concelho e outros polos de atração de mão-de-obra.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2030;
- Melhoria das acessibilidades;
- Possibilidade de atração de novas empresas através da requalificação do Parque Empresarial do Concelho;
- Rede de parcerias com entidades locais, regionais e nacionais (Pinhais do Zêzere, CIMRL, Dueceira, ADXTUR, AREAC, CCDRC, etc);
- CLDS-5G.

AMEAÇAS

- Contexto de crise económica;
- Regressão e envelhecimento populacional;
- Diminuição da população em idade ativa;
- Incêndios florestais.

7.2 - EMPREGO/DESEMPREGO - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

-  Desemprego estrutural;
-  Falta de consciência empreendedora;
-  Falta de mão-de-obra qualificada.

7.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

O desemprego representa uma problemática transversal e de intervenção indireta por parte da Rede Social, cujo contexto de crise económica nacional e internacional não contribui para perspetivar a inversão, a curto prazo, do cenário atual.

O emprego apresenta-se como uma das condições relevantes para a inserção social, sendo que a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho conduz a um acréscimo da procura nos serviços de ação social, IPSS e instituições de cariz religioso e humanitário do concelho, ao aumento da pobreza e exclusão social, à maior incidência de problemas de saúde mental, ao sobre endividamento das famílias, entre outros. Por todos estes motivos, deve constituir uma das principais preocupações de qualquer concelho e em particular do interior do país, uma vez que a falta de oportunidades de emprego leva ao abandono e desertificação dos territórios e a situações de exclusão e de carência social.

A Pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo no emprego, o turismo, a restauração e o comércio, principalmente os pequenos negócios locais, foram setores que sentiram grande impacto, causado por todas as restrições e confinamentos. Setores como a agricultura e a pequena indústria local enfrentaram desafios devido a interrupções na cadeia de abastecimento e dificuldades em manter as operações com as medidas de distanciamento social. Consequentemente houve um aumento do desemprego, muitas empresas fecharam ou reduziram a sua força de trabalho. O governo implementou várias medidas de apoio económico com objetivo de mitigar os efeitos nefastos dessa época.

7.4 - ESTRUTURA DO EMPREGO NO CONCELHO

Em 2021, os dados do Recenseamento Geral da População, apresentavam um total de 1915 indivíduos empregados e 132 desempregados/as no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Nesta vertente, e no intuito de analisar a população ativa e desempregada, utilizaram-se os seguintes indicadores: Taxa de Atividade⁴⁵, Taxa de Desemprego⁴⁶ e a situação perante a procura de emprego.

A Taxa de Atividade permite-nos avaliar o peso que a população ativa exerce sobre a população total. Assim, é-nos possível verificar que, entre 2011 e 2021 se observou um decréscimo residual.

A Taxa de Desemprego, traduz o total de desempregados em relação ao total de ativos. Durante o período em análise, verificou-se um crescimento bastante expressivo da Taxa de Desemprego. Durante o período em análise, verificou-se uma redução significativa da Taxa de Desemprego em Figueiró dos Vinhos.

T. 27 - TAXA DE DESEMPREGO E ATIVIDADE POR FREGUESIA 2011-2021

Freguesia	Taxa de Atividade		Taxa de Desemprego	
	2011	2021	2011	2021
Aguda	40,51	37,51	17,63	8,5
Arega	34,14	35,92	15,82	3,86
Campelo	25,18	32,98	8,57	9,52
União das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas	40,84	44,31	14,51	6,29
Total Concelho	39,13	38,76	15,08	6,45

Fonte: INE

Efetuada uma análise das Taxas de Atividade e Desemprego por freguesia, verificou-se que no período intercensitário 2011-2021, apenas a freguesia de Aguda registou uma diminuição residual da Taxa de Atividade (de 40,51% para 37,51%). As restantes freguesias registaram um aumento desta taxa, tendo sido a freguesia de Campelo a registar o crescimento mais expressivo (25,18% para 32,98%).

Relativamente à Taxa de Desemprego, houve uma diminuição da mesma, à exceção da freguesia de Campelo, onde aumentou de forma residual.

Relativamente à procura de emprego, há duas situações que é necessário clarificar: a população residente que se encontra à procura do primeiro emprego e a população que se encontra à procura de novo emprego. A população que

⁴⁵ Taxa de Atividade: Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população residente.

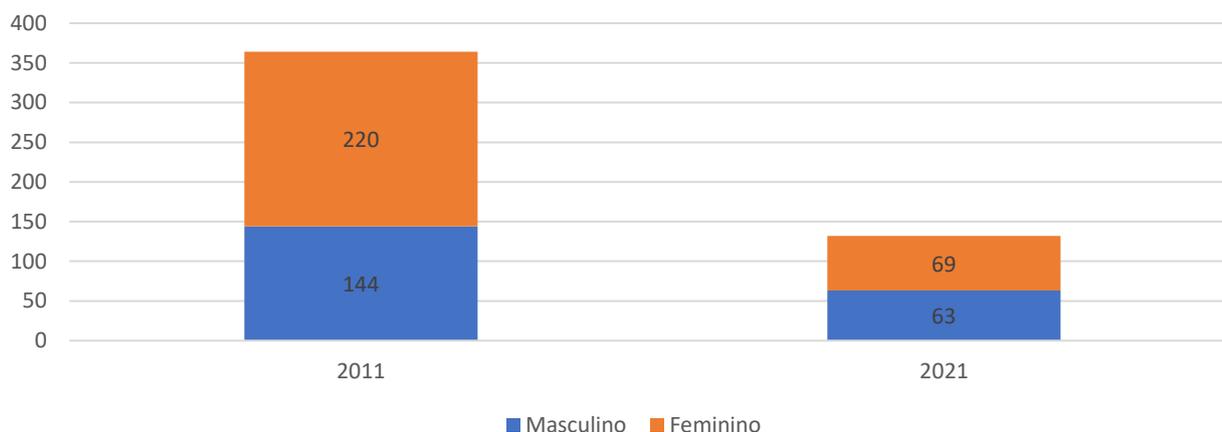
⁴⁶ Taxa de Desemprego: Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

procura o primeiro emprego é provavelmente mais jovem e será pela primeira vez integrada no mercado de trabalho. Pelo contrário, a população que procura novo emprego, é mais envelhecida, e pretende ser reintegrada no mercado laboral.

Importa ainda efetuar uma caracterização dos desempregados/as por género.

Da análise do gráfico seguinte, podemos constatar que, o desemprego feminino é em maior número nos dois períodos em análise, no entanto, a diferença entre sexos reduziu de forma significativa entre 2011 e 2021, contando, no último ano em análise, com valores de desemprego semelhantes entre homens e mulheres. Em 2021, existiam em Figueiró dos Vinhos 132 pessoas desempregadas, 69 mulheres e 63 homens.

G. 63 - POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR SEXO, FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2011 - 2021



Fonte: PORDATA

Analisando a Taxa de Emprego⁴⁷ por sexo, para as mesmas séries temporais, verificava-se, como já vem sendo habitual, uma crescente participação da mulher no mercado de trabalho, fruto da mudança de mentalidades, dos hábitos de consumo e da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego e realização profissional.

A mulher tem investido mais na sua formação, o que lhe tem permitido conquistar o seu lugar no mundo do trabalho e cada vez mais em profissões que anteriormente lhe eram vedadas e onde competem cada vez mais em igualdade de circunstâncias com os homens.

A evolução dos próprios paradigmas sociais de representação da mulher no trabalho e na família, têm permitido a consolidação desta mudança, que se conquistou com inevitáveis custos ao nível da maternidade e consequente diminuição da população.

Apesar do crescente peso da mulher no mundo do trabalho, também é verdade que a percentagem de emprego masculina mantém-se superior à feminina. No concelho de Figueiró dos Vinhos a Taxa de Emprego feminina era, em 2011, de 30,2% e a masculina de 45,3%. Observava-se um aumento da Taxa de Emprego em ambos os géneros, sendo o aumento relativo à taxa de emprego masculina, residual. Em 2021, os valores fixaram-se em 46,62% relativo ao sexo masculino e 35% no sexo feminino.

T. 28 - TAXA DE EMPREGO POR SEXO 2011-2021

⁴⁷ A Taxa de Emprego reflete a proporção da população empregada no total da população em idade ativa pelo que difere ligeiramente da Taxa de Atividade.

	2011		2021	
	M	F	M	F
Figueiró dos Vinhos	45,33	30,2	45,62	35

Fonte: INE

A tabela seguinte permite-nos aferir a Taxa de Desemprego por género registada nos mesmos períodos. Verifica-se uma diminuição da taxa de desemprego, principalmente no sexo feminino.

T. 29 - TAXA DE DESEMPREGO POR GÉNERO 2011-2021

	2011		2021	
	M	F	M	F
Figueiró dos Vinhos	11,1	19,7	5,8	7,2

Fonte: PORDATA

7.5 DESEMPREGO NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

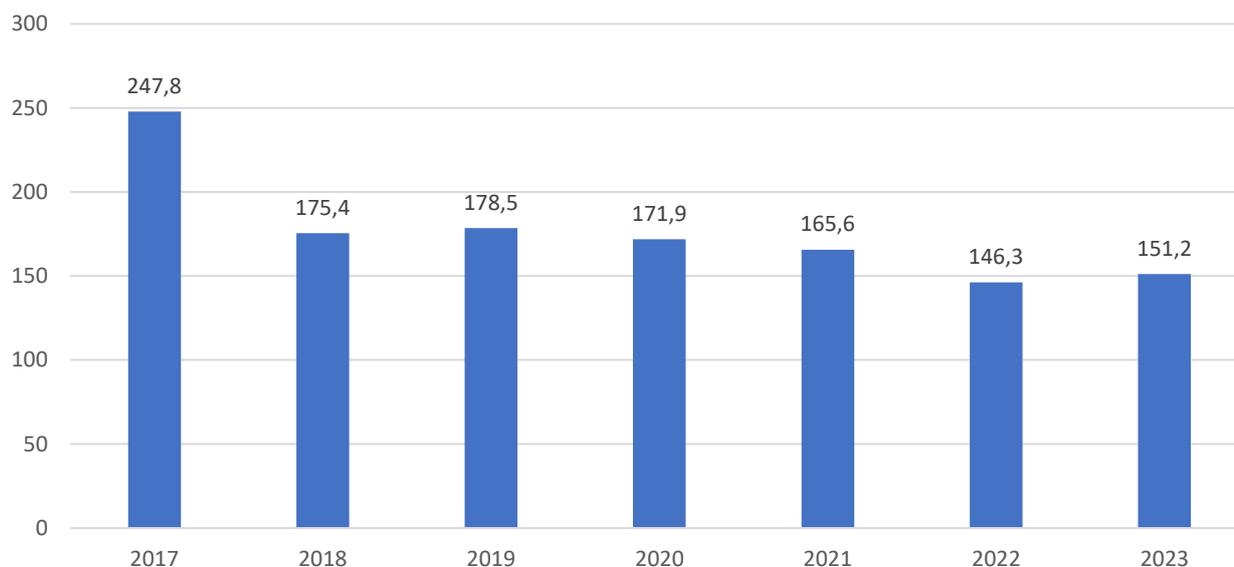
Para melhor se perceber a evolução da situação do desemprego no concelho, apresentaremos uma análise comparativa dos dados mais recentes disponibilizados pelo PORDATA, baseados nas estatísticas fornecidas pelo IEFP - MTSSS.

O Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria insere-se na Delegação Regional do Centro do IEFP, IP, integra a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), abrangendo os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande, Pombal, Leiria, Batalha, Porto de Mós e Marinha Grande. É a entidade responsável, na sua área de influência, pela implementação e execução de políticas ativas de emprego e formação profissional, e tem como missão institucional promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego. Dispõe de 3 Serviços de Emprego (Leiria, Marinha Grande, Figueiró dos Vinhos) e um Serviço de Formação, com sede em Leiria e que agrega os Polos de Formação de Marinha Grande, Figueiró dos Vinhos e S. Romão, em Leiria.

O IEFP, IP, está presente no concelho de Figueiró dos Vinhos através do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria. Este Centro desenvolve a sua atividade através do Serviço de Emprego e do Polo de Formação, ambos localizados em Figueiró dos Vinhos. Da sua área de intervenção, fazem também parte os concelhos limítrofes de Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Alvaiázere e Ansião.

O gráfico que a seguir apresentamos permite-observar a evolução da média anual do número de desempregados inscritos no centro de emprego em Figueiró dos Vinhos, desde 2017. Existiu uma descida acentuada entre 2017 e 2018, após esse período, o número médio tem oscilado de forma ligeira.

G. 64 - DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, MÉDIA ANUAL, 2017 - 2023



Fonte: PORDATA

As tabelas seguintes, permitem-nos comparar as médias anuais de desempregados/as inscritos/as no Centro de Emprego, para os vários indicadores (sexo, grupo etário, habilitações, setores de atividade, tipo de desemprego e tempo de inscrição).

Relativamente à divisão por sexos, como já foi referido, o desemprego feminino é predominante em todos os períodos em análise.

T. 30 - DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL): TOTAL E POR SEXO, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2017 - 2023

	Total	Masculino	Feminino
2017	247,8	106,8	141
2018	175,4	73,7	101,8
2019	178,5	77,4	101,1
2020	171,9	75	96,9
2021	165,6	66,8	98,8
2022	146,3	56,4	89,9
2023	151,2	55	96,2

Fonte: PORDATA

No que concerne à média de inscritos/as por grupo etário, o grupo etário com uma maior expressão de desempregados, em todos os anos avaliados, é o de 55 e mais anos, o que revela a dificuldade acrescida de acesso ao emprego nas idades mais avançadas.

No sentido oposto encontravam-se os desempregados/as inscritos/as com menos de 25 anos, cuja média assume os valores mais baixos, evidenciando também o reflexo do que tem sido a diminuição progressiva da população nestes concelhos, com consequências, no médio e longo prazo, na população em idade ativa.

T. 31 - DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL): TOTAL E POR GRUPO ETÁRIO, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2017 - 2023

	Total	<25	25-34	35-44	45-54	55+
2017	247,8	39,8	43,3	43,2	44,3	77,3
2018	175,4	28,1	29,3	27,6	33,8	56,7
2019	178,5	28,5	29,9	26,1	37,4	56,6
2020	171,9	24,9	32,3	25,7	36,5	52,6
2021	165,6	19,8	29,2	26,4	32,9	57,3
2022	146,3	16,3	27	25,4	25,9	51,7
2023	151,2	20,3	28,5	23,4	29,5	49,4

Fonte: PORDATA

A escolaridade é, a nível individual, não só um caminho para obter competências para o mercado de trabalho, mas também é uma escolha pessoal que toma em consideração mais do que um mero objetivo profissional. Adicionalmente, a escolaridade de uma população tem uma forte correlação com o nível de desenvolvimento da própria região onde se insere.

Relativamente ao nível de escolaridade completo, observava-se uma melhoria da média de desempregados/as inscritos/as sem nível de escolaridade ou com o 1º CEB em todos os anos, o que evidencia, por um lado uma melhoria em termos de qualificação e, por outro, a eventual saída de ativos menos qualificados do mercado de emprego.

Os desempregados com formação de nível superior (presumindo-se que sejam mais jovens e mais qualificados) tiveram uma diminuição gradual nos anos em análise. Espera-se obviamente que as pessoas com um nível de escolaridade mais elevado, sejam aquelas que mais participam no mercado de trabalho, porém, a colocação de mão-de-obra mais especializada/qualificada, nem sempre é fácil em territórios onde o dinamismo económico é mais débil e, por conta disso, a procura é mais limitada. O que faz com que parte desta possível mão de obra mais qualificada acaba por procurar emprego noutros locais, levando ao êxodo rural e a emigração, isto associado ao envelhecimento da população influencia o número de desempregados desta categoria.

T. 32 - DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL): TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO, 2017-2023

	Total	Sem nível de escolaridade	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário	Superior
2017	247,8	16,4	43,8	36,4	58	73,3	19,8
2018	175,4	13,4	31,2	25,6	42,5	46,1	16,7
2019	178,5	10,8	24,6	27,8	48,3	49	18
2020	171,9	9,6	22,3	28,6	43,5	52,2	15,8
2021	165,6	8,8	24,3	25,7	41,9	49,8	15,1
2022	146,3	11,6	21,8	24,2	31,8	44,1	12,8
2023	151,2	11,9	18,1	25,1	29	51,6	15,5

Fonte: PORDATA

No que concerne à inscrição de acordo com o setor de atividade, o setor primário é o menos expressivo em todos os anos em análise. O setor terciário é o que apresenta os maiores valores.

T. 33 - DESEMPREGADOS INSCRITO NO CENTRO DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL À PROCURA DE NOVO EMPREGO (MÉDIA ANUAL): TOTAL E POR GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA, 2017-2023

	Total	Primário	Secundário	Terciário	Ignorado
2017	213,9	11,8	74,7	123,9	3,5
2018	151,6	10,1	43,4	94,1	4
2019	153,6	9,5	51,4	88,8	3,9
2020	150,8	11,4	45,4	90,8	3,2
2021	150,8	11,3	37,3	99,7	2,6
2022	132,6	11,7	33,3	84,8	2,8
2023	133,5	10,1	35	87,2	1,3

Fonte: PORDATA

Relativamente ao tipo de desemprego, predominam os desempregados à procura de novo emprego, que é um reflexo da idade avançada da grande parte dos desempregados. A diminuição de desempregados à procura de 1º emprego estará relacionada com o a diminuição de população jovem.

T. 34 - DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL): TOTAL E POR TIPO DE DESEMPREGO, 2017-2023

	Total	À procura do 1º emprego	À procura de novo emprego
2017	247,8	33,8	213,9
2018	175,4	23,8	151,6
2019	178,5	24,9	153,6
2020	171,9	21,1	150,8
2021	165,6	14,8	150,8
2022	146,3	13,8	132,6
2023	151,2	17,7	133,5

Fonte: PORDATA

Por último, relativamente ao tempo de inscrição, verificou-se, em 2023 um maior número de inscritos há menos de um ano, porém, nos anos anteriores a predominância de uma ou outra categoria não é estanque, e alterando a cada ano, como é possível verificar na tabela seguinte.

T. 35 - DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL): TOTAL E POR TEMPO DE INSCRIÇÃO, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2017-2023

	Total	Menos de 1 ano	1 ano ou mais
2017	247,8	111,7	136,1
2018	175,4	83,3	92,1
2019	178,5	94,8	83,7
2020	171,9	89,3	82,6
2021	165,6	79,1	86,5
2022	146,3	70,3	76
2023	151,2	81,8	69,4

Fonte: PORDATA

Em suma, o desemprego, seja de grande, média, ou pequena dimensão, agrava brutalmente os desequilíbrios sociais ao lançar uma parte da população na precaridade, na pobreza e na exclusão. Por outro lado, apesar das melhorias registadas, as relações entre desemprego, pobreza e violência são cada vez mais claras e mais sentidas na nossa região.

7.6 - ATIVIDADE FORMATIVA DESENVOLVIDA NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, PELO CEFP DE LEIRIA - SERVIÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

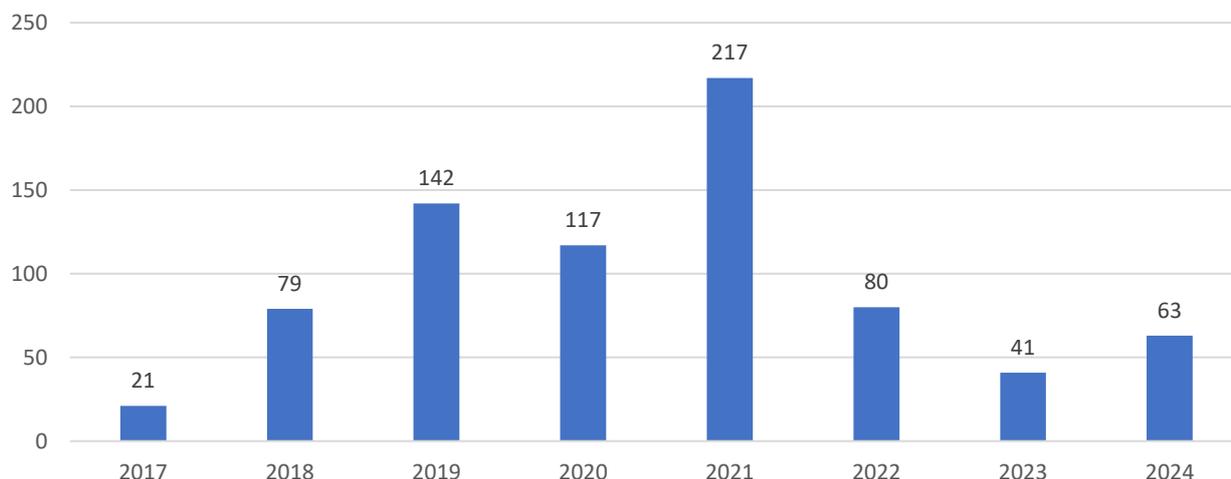
Desde 2009 que existe um Polo de Formação em Figueiró dos Vinhos, local onde desenvolve a maioria das ações de formação dirigidas a jovens e adultos, provenientes dos cinco concelhos da região norte da CIMRL, permitindo operacionalizar a oferta formativa, de acordo com o quadro nacional de qualificações, e implementar as várias modalidades de formação, em função dos diferentes públicos. No entanto, as dificuldades de acessibilidades manifestadas por alguns formandos, devido à rede de transportes precária, bem como os pedidos específicos de algumas empresas, levam à necessidade de organizar ações pontuais e específicas em cada um destes concelhos.

De referir ainda que, desde a pandemia, com a consolidação da oferta de formação à distância, é possível desenvolver ações de formação que agregam públicos oriundos de áreas geográficas diversas/dispersas, desde que detenham competências e meios tecnológicos para o efeito, pelo que os números abaixo apresentados, apenas espelham as ações que decorreram presencialmente no Pólo de Formação de Figueiró dos Vinhos.

De facto, a educação de adultos e a formação ao longo da vida constituem, como não podia deixar de ser, uma importante resposta às novas exigências da empregabilidade para os desempregados de longa duração e para os trabalhadores que não tiveram oportunidade de adquirir os níveis de qualificação indispensáveis à sua permanência no mercado de trabalho.

De 2017 até ao presente, foram desenvolvidas 42 ações de formação, no Pólo de Formação de Figueiró dos Vinhos, distribuídas pelas várias modalidades, que compõem o Plano de Formação. Foram abrangidos, neste período, um total de 760 formandos. Os dados do gráfico seguinte referem-se ao número de formandos entre 2017 e 2024 (até julho, momento em que foram solicitados os dados ao IEFP)

G. 65 - FORMANDOS/AS ABRANGIDOS ENTRE 2017 E 2024 (ATÉ JULHO)



Fonte: IEFP, 2024

Ainda de referir que, anualmente, o Plano de Atividades tem por base o levantamento de necessidades junto das empresas dos vários concelhos da área de atuação do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria, detetadas sobretudo a partir das ofertas de emprego de difícil satisfação pelos respetivos Serviços de Emprego, por défice de qualificações dos candidatos a emprego, mas também a partir da auscultação das necessidades de qualificação

profissional, indicadas pelos representantes do Conselho Consultivo do Centro e ainda em função das motivações e interesses dos públicos alvo.

7.8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em jeito de conclusão o IEFP tem contribuído para que, nesta região, o desemprego seja combatido com as melhores armas, isto é, dotando as pessoas com as competências necessárias para a sua entrada ou reentrada no mercado de trabalho, disponibilizando serviços gratuitos, presenciais e online, adaptados aos diferentes públicos.

Promove as condições de empregabilidade dos candidatos a emprego e apoia-os na sua integração no mercado de trabalho. Responde às necessidades das entidades empregadoras em termos de recrutamento e seleção de profissionais e faculta incentivos para a dinamização dos seus projetos de desenvolvimento.

A qualificação dos recursos humanos, com particular relevância para a elevação das qualificações da população ativa constitui uma das prioridades do IEFP, por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento, que assegure a renovação do modelo competitivo da nossa economia e promova uma cidadania de participação.

Neste âmbito, não podemos deixar de referir que as políticas ativas de emprego devem ser mais efetivas, seletivas e dirigidas aos segmentos e grupos mais atingidos pelo desemprego e com especiais dificuldades de entrada ou reentrada no mercado de trabalho, como os jovens e os desempregados de longa duração, realçando-se o desenho e/ou ajustamento de programas de emprego jovem que, com os recursos adequados, favoreçam a inserção sustentada dos jovens no mercado de trabalho.

A estabilidade e a promoção do emprego, o direito ao trabalho e o combate ao desemprego e à precariedade devem constituir um fator de progresso e desenvolvimento da região. Isso só se consegue com uma maior diversificação das atividades económicas e a instalação de novas empresas que criem novos postos de trabalho que permitam fixar pessoas e combater de uma forma eficaz a desertificação.

8 - ATIVIDADE ECONÓMICA

8.1 - ANÁLISE SWOT DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS

FORÇAS

- Centralidade no contexto da região e boas acessibilidades (IC8, A13, A1);
- Espaços de Instalação Empresarial (Parque do Carameleiro, Zona Industrial da Ladeira da Calça, e Complexo Empresarial - Expansão de Espaços de Atividades Económicas;
- Rede de infraestruturas, equipamentos e serviços nas áreas da educação/formação, saúde e apoio social, formação/emprego e turismo e cultura, importantes para o desenvolvimento económico;
- Existência do CENTRO INVESTE. Centro de Apoio ao Investimento, Empreendedorismo e Incubadora;
- Património Natural e Biodiversidade e diversidade paisagística: montanha, floresta, cursos de água, praias fluviais e albufeira e recursos associados ao Turismo de Natureza (Serra da Lousã, Ribeira de Alge, Praias Fluviais, Foz de Alge, etc);
- Património Histórico e Cultural;
- Diversidade e regularidade de atividades culturais e desportivas;
- Integração na Rede das Aldeias do Xisto;
- Qualidade ambiental.

FRAQUEZAS

- Tecido industrial diminuto – falta de empresa industrial com volume de emprego significativo (> 50);
- Dificuldade de atração de investimentos e de pessoas, que funciona como obstáculo a uma nova dinâmica de desenvolvimento social e económico;
- Reduzida dimensão do mercado e baixo poder de compra das famílias;
- Desarticulação entre oferta de empregos e a procura (lugares por preencher versus desemprego);
- Desemprego de jovens qualificados;
- Falta de cultura empreendedora e dinamismo económico;
- Baixas qualificações (escolares e profissionais) da mão-de-obra e dificuldades de adaptação a novas situações;
- Falta de gestão integrada dos espaços florestais;
- Declínio da atividade agrícola.

OPORTUNIDADES

- Apoios do Portugal 2030 / PRR / Turismo de Portugal, com avisos dedicados ao “interior”;
- Existência de apoios a START UPS, incubadoras, etc;
- Novo enfoque no “interior”: Plano de Revitalização do Pinhal Interior;
- Integração na CIMRL, com projetos globais;
- PDM-FV atualizado à luz das novas exigências;
- Nova imagem associada a Figueiró dos Vinhos (logomarca, site, APP’s, AX etc...) com impacto no Turismo;
- Inserção em Redes e Parcerias regionais;
- Floresta: novo ordenamento, Condomínios da Aldeia, AIGP’s;
- Proximidade com centros de ensino superior e de investigação (Univ. de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade de Aveiro, ISCTE, Institutos Politécnicos e Instituto Pedro Nunes);
- Investimentos públicos no Turismo potenciador de iniciativa privada (passadiço, CRER...) e aproveitamento do potencial turístico e atividades correlacionadas.

AMEAÇAS

- Condicionantes associadas à interioridade;
- Envelhecimento da população e consequente diminuição da população ativa;
- Reduzido espírito empreendedor e de inovação;
- Falta de RH qualificados para alimentar projetos de investimento, em áreas específicas;
- Dificuldade de fixação e atração de população;
- Falta de opções em termos de habitação;
- Concorrência com outros municípios com zonas industriais instaladas e com maior proximidade ao litoral;
- Falta de terrenos de propriedade da autarquia;
- Falta de Entidade associativa dinâmica e representativa do tecido empresarial.

8.2 - ATIVIDADES ECONÓMICAS - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

-  Tecido empresarial pouco expressivo e dificuldades na captação de novas empresas e investimentos no setor industrial.
-  Necessidade de reforçar a dinâmica empresarial, o empreendedorismo e o surgimento de novos negócios.
-  Desarticulação entre a oferta e a procura de emprego visível na existência de ofertas de emprego não preenchidas e na existência de desempregados/as.

- ✚ Baixas qualificações (escolares e profissionais) da população desempregada geradoras de dificuldade de empregabilidade;
- ✚ Dificuldade de absorver jovens qualificados, em algumas áreas, que uma vez concluídos os estudos não conseguem obter um emprego com remuneração esperada.

8.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

O concelho de Figueiró dos Vinhos, a par de outros localizados no interior do País, tem vindo a enfrentar um conjunto de condicionantes inerentes à “interioridade”, que resultaram em grande medida da ausência de uma discriminação positiva relativamente às oportunidades disponibilizadas e oferecidas aos territórios que se situam no litoral.

Esta circunstância reflete-se naturalmente no dinamismo económico a que se tem assistido ao longo dos anos, que se considera ténue e pouco expressivo, traduzido na ausência de oportunidades de emprego mais qualificado em número que pudesse contribuir para a fixação da população, nomeadamente a mais jovem, ou o seu “regresso” após conclusão dos estudos no ensino superior.

De facto, e pese embora o esforço, empenho e prioridade dada pela Autarquia a este desígnio, torna-se muito difícil competir com outras zonas do território nacional, que pela sua localização geográfica e proximidade dos grandes centros, a que se juntam excelentes acessibilidades rodoviárias, conseguem mais facilmente atrair investimento produtivo que se reflete desde logo na criação de postos de trabalho. A aposta tem que passar pela diferenciação e pelas condições oferecidas a potenciais investidores, seja em espaços de instalação complementados com benefícios financeiros e fiscais.

Com a publicação do **Programa Nacional para a Coesão Territorial**⁴⁸ e fundamentalmente do **Plano de Revitalização do Pinhal Interior** surgiu um quadro legal diametralmente oposto e agora sim com um conjunto de medidas específicas que podem contribuir para o desenvolvimento sustentado do Interior.

A título exemplificativo, a criação de novos benefícios fiscais com impacto direto na vida das pessoas e na atividade das empresas, a criação de avisos de candidaturas a fundos comunitários específicos para os promotores desta região, o reforço da dotação de verbas para programas específicos (CENTRO2030, etc), entre outros, são medidas concretas cuja implementação terá resultados no curto/médio prazo.

Mas o contexto atual ainda reflete muito do que foi a evolução com aspetos altamente penalizadores verificada nos anos passados. O concelho de Figueiró dos Vinhos consciente de toda essa realidade, tem procurado pelos seus próprios meios, dar sinais e passos no sentido de contribuir para inverter esta tendência.

A título de exemplo, o importante investimento assumido com a reconversão e ampliação do Parque Empresarial de Figueiró dos Vinhos e a criação do Complexo Empresarial SONUMA. É de realçar o elevado investimento público feito em intervenções que são potencialmente geradoras de negócios associados, ou seja, a aplicação de fundos públicos em projetos que depois podem alavancar a concretização de investimentos privados. Citamos a título de exemplo, os investimentos na área do Turismo que permitiram a criação de diversas unidades de alojamento turístico que criam dinâmica económica e desenvolvimento.

⁴⁸ Ver em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-.aspx>

Figueiró dos Vinhos dispõe de 3 áreas de localização empresarial de gestão municipal, localizadas na sede de concelho, vocacionadas para a instalação de projetos de investimento de natureza industrial, comércio e serviços, para além de lotes destinados a armazém e distribuição. Trata-se de uma oferta diversificada de lotes para a instalação de projetos de investimento com uma excelente rede de infraestruturas e equipamentos de suporte que contribuem para a decisão de investir em Figueiró dos Vinhos. As áreas de localização empresarial de Figueiró dos Vinhos contam ainda com um conjunto de serviços públicos e privados de proximidade, fundamentais no apoio ao setor empresarial e que contribuem para a criação de um ambiente favorável ao investimento. A par dos serviços e equipamentos de suporte ao investidor, a rede rodoviária (A13 e IC8), a proximidade com o porto da Figueira da Foz e com a linha ferroviária do Norte, fazem de Figueiró dos Vinhos um destino mais propício ao investimento e empreendedorismo. Os empresários e empresas têm ao seu dispor um serviço especializado e personalizado de apoio que acompanha todo o processo de instalação e licenciamento da atividade, para além de orientação na captação de apoios e incentivos financeiros, etc... É, com certeza, uma mais valia, a existência do Centro Investe, um espaço de negócios e de inovação da região Centro, que desenvolve atividades de apoio aos empresários e ao tecido económico e de capacitação de empreendedores. Tendo como missão a contribuição para a promoção da Iniciativa Empresarial, o Empreendedorismo e a criação de Emprego, através da combinação de infraestruturas dedicadas e serviços de apoio especializados.

Além do contexto local, importa referir a crise económica e financeira mundial e europeia que já vinha a atingir, nos últimos anos, o País, e que acabou por ser agravada pelo impacto da pandemia por COVID-19. A pandemia provocou uma recessão económica, com uma queda significativa do PIB em 2020. Apesar de todos os pontos negativos causados pelo contexto pandémico, durante este período, existiu uma mudança no paradigma laboral. Muitas empresas, de forma a não parar por completo a atividade e quando as funções eram compatíveis, viram-se forçados a implementar o teletrabalho, facto que acabou por mudar a dinâmica do mercado de trabalho, levando a novas formas de organização laboral. Esta mudança pode ser vista, a nível local, como um ponto positivo, podendo ser encarado como uma forma de retenção de população e de redução do êxodo rural. Pode, por isso, ser visto como um incentivo ao investimento em infraestruturas tecnológicas e serviços locais. Além de levar a uma redução das deslocações diárias para o trabalho, contribuindo não só para a poupança de tempo como para o impacto ambiental. Não obstante, a qualidade de acesso e a velocidade de internet em determinados locais pode ser limitado, o que dificulta a implementação de teletrabalho, podendo ser visto como um fator de desigualdade social.

O turismo, a restauração e o comércio, principalmente os pequenos negócios locais, foram setores que sentiram maior impacto, causado por todas as restrições e confinamentos. Setores como a agricultura e a pequena indústria local enfrentaram desafios devido a interrupções na cadeia de abastecimento e dificuldades em manter as operações com as medidas de distanciamento social. Foram implementadas medidas de apoio económico com objetivo de mitigar os efeitos nefastos dessa época.

8.4 - ESTRUTURA ECONÓMICA E EMPRESARIAL - EMPRESAS E SOCIEDADES

Analisando a informação disponibilizada pelo INE e acessível no PORDATA, comparando os dados relativos aos anos de 2011 e 2021 referentes a Empresas, Sociedades e indicadores associados. O quadro seguinte apresenta de forma resumida alguns dos principais dados.

T. 36 - EMPRESAS COM SEDE NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, PESSOAL AO SERVIÇO E VOLUME DE NEGÓCIOS - 2011-2021

Designação	2011			2021		
	N.º empresas	Pessoal ao serviço	Volume negócios	N.º empresas	Pessoal ao serviço	Volume negócios
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	25	51	6.878	46	86	7.949
Indústrias extrativas	0	//	//	0	//	//
Indústrias transformadoras	35	130	6.399	32	138	10.104
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	//	//	2
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	0	//	//	0	//	//
Construção	102	245	14.809	75	186	13.768
Comércio por grosso e a retalho (...)	161	291	31.514	130	254	30.612
Transporte e armazenagem	24	42	2.196	32	52	3.560
Alojamento, restauração e similares	54	78	2.207	60	85	2.886
Atividade de Informação e comunicação	10	12	246	9	11	208
Atividades imobiliárias	9	9	320	23
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	49	79	1.224	47	90	2.129
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	37	40	240	59	75	19.330
Educação	32	32	118	21	24	326
Atividades de saúde humana e apoio social	28	42	973	46	65	2.238
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	6	6	16	9	15	121
Outras atividades de serviços	40	47	503	36	45	434
Total	612	1 104	67 643	627	1 158	95 043

Fonte: PORDATA

Os setores que mais se destacam são a Construção e o Comércio por grosso e a retalho. Apesar de ainda serem os setores com números mais elevado, sofreram uma diminuição na década em análise. Ainda assim, na generalidade dos setores, existiu um aumento do número de empresas e do número de pessoal ao serviço entre 2011 e 2021.

A análise do quadro referente às Empresas e Sociedades sediados no concelho permite completar a visão global deste parâmetro:

T. 37 - EMPRESAS E SOCIEDADES COM SEDE NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS - 2021

Designação	2021	
	N.º empresas	N.º Sociedades
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	46	19
Indústrias extrativas	0	0
Indústrias transformadoras	32	21
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	1
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	0	0
Construção	75	29
Comércio por grosso e a retalho (...)	130	48
Transporte e armazenagem	32	19
Alojamento, restauração e similares	60	26
Atividade de Informação e comunicação	9	7
Atividades imobiliárias	23	17
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	47	16
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	59	4
Educação	21	2
Atividades de saúde humana e apoio social	46	8
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	9	3
Outras atividades de serviços	36	7
Total	627	227

Fonte: PORDATA

8.5 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETORES DE ATIVIDADE

Neste parâmetro, importa realçar que sendo nosso propósito referenciar e dar a conhecer a estrutura económica do concelho de Figueiró dos Vinhos, importa proceder a uma análise dos diferentes setores de atividade, que nos permita aferir do grau de desenvolvimento do Município nesta vertente.

Na tabela que a seguir apresentamos, podemos verificar a distribuição da população empregada pelos diferentes setores, em Figueiró dos Vinhos. De uma forma geral, podemos concluir que o setor primário é o que ocupa a menor número da população nos dois períodos, seguido do setor secundário e do terciário. A redução do número de população empregada de 2011 para 2021 é transversal aos três setores.

T. 38 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE 2011-2021

Unidade Geográfica	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Figueiró dos Vinhos	86	80	559	492	1 405	1 343	2 050	1 915

Fonte: PORDATA

O setor primário está relacionado com a exploração de recursos da natureza (agricultura, pescas, pecuária, etc.) e apresenta-se como um dos setores mais vulneráveis da economia portuguesa, que tem vindo a perder expressão ao longo dos anos. O setor secundário é o setor da economia que transforma as matérias-primas (produzidas pelo setor primário) em produtos acabados ou semiacabados (inclui atividades ligadas à indústria, construção civil, obras públicas, etc. No setor terciário, que obtém maior expressão numérica, inclui-se os serviços, tais como comércio, transportes, administração pública, educação ou saúde.

8.6 - ATIVIDADE AGRÍCOLA E FLORESTAL

A área agrícola e florestal do concelho ultrapassa os 15.000ha, correspondendo a mais de 87% da superfície total do concelho, segundo a COS de 2018.

O concelho de Figueiró dos Vinhos é um concelho predominantemente florestal, representando a superfície agrícola apenas 8,2% da área total do concelho (1424,6 ha). Tendo por referência o último Recenseamento Agrícola promovido pelo INE, a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) representava em 2019, 456 hectares, distribuída por 360 explorações agrícolas, na sua maioria de pequena dimensão. Referimo-nos concretamente a pequenas explorações do tipo familiar, que se afirmam como complemento da economia doméstica e de outras atividades exercidas nomeadamente no setor secundário e terciário. As culturas predominantes têm sido, para além dos produtos hortícolas e animais para consumo próprio, a vinha, olival e cereais de grão.

Confrontamo-nos com uma população agrícola envelhecida e com um baixo nível de instrução, onde apenas uma pequena percentagem (0,4%), exerce a atividade a tempo inteiro. Os restantes dispõem de uma atividade principal, dedicando-se à agricultura como forma de complementar os seus rendimentos.

Sendo a floresta o principal recurso natural existente no concelho, a importância das atividades que lhe estão associadas, reflete-se também no volume de emprego que se consegue promover e no volume de receitas com reflexo na economia.

Com uma área de cerca de 13.808 ha, verifica-se um domínio da cultura do eucalipto (71%) e do pinheiro bravo (21%).

O número total de trabalhadores adstritos às empresas ligadas à agricultura, produção animal, caça e floresta, era de 86 indivíduos, em 2021.

A administração Central tem assumido, nos últimos anos, a necessidade de legislar, contemplando um conjunto de domínios que poderão consubstanciar-se em oportunidade, incentivos e meios capazes de despertar em todos quantos se interessam pelas atividades agrícolas e florestais, curiosidade, interesse e motivação, nomeadamente a população mais jovem.

Destacamos para contextualizar o que nos permitimos afirmar, entre outros, os Diplomas Legais que resultam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2018, de 12 de outubro, que aprovou o Programa Nacional de Regadios, o Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto, que consagra o Estatuto da Agricultura Familiar, a Resolução da Assembleia da República n.º 270/2018, de 13 de agosto, que recomenda que se promova o acesso a produtos da agricultura de produção local às cantinas públicas e o Decreto-Lei n.º 9/2019, de 18 de janeiro, que criou o Estatuto do Jovem Empresário Rural definindo o respetivo procedimento de reconhecimento.

No domínio estritamente florestal, não podemos ficar indiferentes ou deixar de assinalar neste trabalho, matérias também elas objeto de uma nova abordagem no que se refere a esta temática, e que permitirão olhar para este setor com uma visão mais realista, racional, prudente e necessariamente ambiciosa no que respeita a uma política de ordenamento florestal mais consentânea com as alterações climáticas com que hoje as sociedades modernas se confrontam.

A este propósito, fará todo o sentido registar a disponibilidade demonstrada pelo Estado para instalar neste concelho a Empresa Pública de Gestão de Recursos Florestais Florestgal SA, que aqui se sediou e que contou com a adesão e

apoio material, logístico e financeiro da Autarquia para que esta realidade se tornasse possível, a que nos voltaremos a referir mais adiante. Trata-se de uma verdadeira descentralização de serviços em regra instalados na capital do país, para o interior, o que naturalmente merece registo e referência.

A par desta importante medida que implica criação de postos de trabalho e da definição de uma nova estratégia para a defesa da floresta contra incêndios, assistimos no ano de 2019 à publicação de Resoluções do Conselho de Ministros e Decretos-lei, na sequência de Resoluções aprovadas na Assembleia da República em 2018, que retratam novas linhas orientadoras para uma política florestal diferente, que infelizmente ao longo das duas últimas décadas não produziu os efeitos desejados, nomeadamente no que se refere à diminuição da área florestal ardida.

A título de exemplo foi aprovado o relatório de diagnóstico e as medidas de atuação para a valorização do território florestal e de incentivo à gestão florestal ativa, alteração do regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal, o regime jurídico que disciplinam as ações de arborização e re-arborização com recurso a espécies florestais, a alteração das normas até aqui aplicáveis à produção e comercialização de materiais florestais de reprodução utilizados para fins florestais, clarificando finalmente os condicionalismos à edificação no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Em 2017 através do Decreto-Lei 85/2017, de 27 de julho, já havia sido publicado um importante Diploma que criava um regime excecional que agiliza os processos aquisitivos, administrativos e financeiros para o desenvolvimento do sistema de informação cadastral simplificado. Neste seguimento foi implementado um projeto piloto no qual o Concelho de Figueiró dos Vinhos foi integrado, com a criação do BUPI - Balcão Único do Prédio.

De referir também que se encontram em execução projetos no âmbito do Programa de Transformação da Paisagem - Condomínios de Aldeia, que serão um forte contributo para o ordenamento florestal e alteração da paisagem, bem como essencialmente para a segurança das aldeias. Num futuro próximo a execução da AIGP - Área Integrada de Gestão da Paisagem de Aguda é também um forte contributo para o ordenamento do território.

8.7 - COMÉRCIO E SERVIÇOS

No que ao comércio diz respeito, verificamos que existe no concelho uma diversidade de oferta de estabelecimentos comerciais, com uma expressão mais significativa no setor do alojamento e restauração.

Assiste-se ainda ao predomínio de pequenas lojas, algumas funcionando dissociadas de modelos de gestão, por vezes como modo de ocupação dos respetivos proprietários, constatando-se a necessidade deste setor investir na imagem, modernização das instalações, qualidade dos serviços prestados e promoção dos produtos, questões que, reconheça-se, não têm constituído objeto de prioridade, tendo em vista uma melhor e maior rentabilização dos espaços existentes.

A Vila de Figueiró dos Vinhos detém a maior concentração de comércio, quer pela sua densidade populacional, quer pela sua localização e sede de concelho.

Como já foi anteriormente referido, o peso das empresas ligadas ao comércio e serviços, em termos de emprego, é também bastante significativo, salientando-se o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, nas atividades relacionadas com o alojamento, restauração e similares e nas atividades de consultoria,

científicas, técnicas e similares. As atividades administrativas e os serviços de apoio, bem como as atividades relacionadas com a saúde e apoio social, refletem também um número considerável de efetivos.

Relativamente aos serviços, são os serviços públicos que maior relevância tem, quer pela empregabilidade e pela diversidade de ofertas que apresentam, quer enquanto importante vetor de suporte às empresas e à própria dinâmica local que protagonizam. O concelho dispõe de alguns serviços de amplitude intermunicipal (Tribunal, Julgado de Paz, Serviços de Finanças e Centro de Emprego e Formação Profissional), a par com outros de elevada importância, dos quais destacamos a Câmara Municipal, Espaço do Cidadão, CENTRO INVESTE, Biblioteca Municipal, Casa da Cultura, Museu e Centro de Artes, Museu do Xadrez, Casulo de Malhoa, Turismo, Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial, Notário Privativo, CTT, Serviço Local da Segurança Social, Guarda Nacional Republicana, Agrupamento de Escolas, Centro de Saúde, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associação Produtores Agroflorestais, Terminal Rodoviário, Serviço permanente de táxis entre outros).

8.8 - MERCADO MONETÁRIO E FINANCEIRO

Instituições Bancárias

O concelho é atualmente servido por 3 instituições bancárias: Caixa Geral de Depósitos, Novo Banco e Caixa de Crédito Agrícola.

Terminais de Multibanco

Em 2024 existem no concelho 9 terminais de multibanco, 6 na sede de concelho, 2 na freguesia de Aguda e 1 na freguesia de Arega. A existência de instituições bancárias de referência com uma rede de balcões que engloba Figueiró dos Vinhos reveste-se da maior importância face ao enquadramento socioeconómico.

Por outro lado, face à existência de vias de comunicação que possibilitam o acesso fácil a centros urbanos próximos, não se efetuam análises com base em movimentos bancários ou levantamentos em Terminais Multibanco porquanto, os dados daí retirados, não configuram uma análise real dos hábitos de consumo nem da própria componente financeira associada.

8.9 - PODER DE COMPRA CONCELHO

A análise deste indicador genericamente designado Índice de Poder de Compra envolve sempre alguma celeuma uma vez que os resultados obtidos no Estudo publicado pelo INE, nem sempre são reconhecidos como consonantes com a realidade diretamente observável.

O indicador *per capita* do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional. O poder de compra concelho representa assim o peso de cada concelho no contexto do total nacional, refletindo a distribuição do poder de compra pelo país e a repartição da população.

O Poder de Compra *per capita* do concelho de Figueiró dos Vinhos, aumentou de 63,07 para 71,5 no período em análise, valor equiparado ao dos restantes concelhos do norte do distrito de Leiria, ainda que seja dos valores mais baixos.

T. 39 - PODER DE COMPRA *PER CAPITA* 2011-2021

Designação/ Valor	2011	2021
Continente	100,83	100,63
Centro	87,49	89,87
Região de Leiria	90,95	94,24
Alvaiázere	63,45	72,72
Ansião	69,1	76,15
Castanheira de Pera	60,07	72,54
Figueiró dos Vinhos	63,07	71,5
Pedrógão Grande	61,45	69,67

Fonte: INE

Comparando o poder de compra *per capita* do concelho com o poder de compra médio do país, verificamos que apesar de se ter registado um aumento considerável deste indicador no concelho, entre os anos 2011 e 2021 ainda se verifica a uma diferença considerável relativamente à média nacional.

8.10 - ESTRUTURAS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS

Neste item, a noção de “estruturas de apoio” é considerada em sentido lato, englobando não só as infraestruturas físicas, mas também os mecanismos de apoio imaterial, traduzidos em serviços de apoio ou outros que potenciam a atividade económica.

CENTRO INVESTE - Centro de Apoio ao Investimento e ao Empreendedorismo e Incubadora

No âmbito da sua estratégia para o concelho em termos do que deverá consubstanciar o desenvolvimento económico, o município de Figueiró dos Vinhos criou o CENTRO INVESTE⁴⁹ com o propósito de desenvolver um conjunto de sinergias, de apoio às iniciativas empresariais e do desenvolvimento de novas oportunidades de negócio estruturantes para o concelho, através da prestação de serviços de apoio direto ao investidor no aconselhamento, na localização empresarial, no apoio à elaboração do plano de negócio, no acesso a fontes de financiamento e apoios comunitários, partilha do networking e desenvolvimento sustentado de start-ups.

A criação de uma Incubadora de Empresas e ideias, assumiu-se como uma prioridade num quadro alargado de apoio às iniciativas empresariais, representando uma aposta do Município de Figueiró dos Vinhos num contexto de manifesta necessidade de implementar estratégias de apoio ao emprego e à economia. Mais do que a disponibilização de instalações físicas, a aposta numa vertente de empreendedorismo, incentivando a contribuir para o desenvolvimento sustentado, por via da criação de emprego, gerador de riqueza e bem-estar, proporcionando um ambiente adequado para a passagem da ideia ao negócio, apoiando o arranque através de condições físicas, apoio logístico e apoio técnico que contribuam para o sucesso da criação de empresa.

Programa de Apoio ao Investimento

O “Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento”, aprovado pelo Município em 2015, concretiza um conjunto de medidas e define as normas de gestão e de funcionamento que permitem ao Município de Figueiró dos Vinhos concretizar a sua estratégia, ao nível do empreendedorismo, da concessão de benefícios e apoio ao investimento, da dinamização da atividade económica (indústria, comércio e serviços), entre outros.

Estes benefícios traduzem-se numa primeira fase num apoio direto ao promotor no enquadramento do seu projeto de investimento, das diversas fontes de financiamento e condicionantes a cumprir. Em termos de benefícios financeiros concretos citam-se a cedência

⁴⁹ www.centroinveste.pt.

de espaços temporários, a cedência de lotes de instalação a custos bonificados, a isenção total de derrama, a isenção parcial de taxas urbanísticas e administrativas, entre outros.

ARU - Área de Reabilitação Urbana da Vila de Figueiró dos Vinhos

Consciente da necessidade de intervir sobre o edificado e numa perspetiva de valorização da Vila de Figueiró dos Vinhos, o Município procedeu à delimitação e posterior aprovação de uma ARU - Área de Reabilitação Urbana. Este processo permite a concessão de um conjunto de benefícios municipais, fiscais, financeiros e outros que constituem um atrativo para a recuperação de imóveis para fins habitacionais e para fins empresariais, inscritos/as dentro desta área⁵⁰.

Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

A Pinhais do Zêzere é uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 1994, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural da região, de uma forma integrada, através do aproveitamento e rentabilização dos seus recursos endógenos, promovendo a participação e integração da comunidade. A Associação tem ainda como objetivo a elaboração de estudos e projetos, bem como a atuação no âmbito do desenvolvimento local e regional, em cooperação com outras entidades públicas e privadas que prossigam o mesmo fim.

A Zona de Intervenção da Pinhais do Zêzere abrange a totalidade da área geográfica dos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra.

Associação de Produtores Agroflorestais do Concelho de Figueiró dos Vinhos

Esta Associação tem como objetivo um serviço de extensão agrícola e florestal que vise o desenvolvimento Agroflorestal da região na perspetiva do desenvolvimento rural integrado, através da formação e informação dos proprietários agroflorestais, da elaboração de projetos de (re)arborização, beneficiação e infraestruturas agroflorestais no concelho de Figueiró dos Vinhos, de apoio aos associados na valorização dos recursos agroflorestais e ambientais, do reforço da cooperação institucional com o Município, Juntas de Freguesia, Cooperativas Agrícolas, Corporações de Bombeiros, Técnicos Agroflorestais, e outras entidades de interesse para assegurar uma efetiva prestação de serviços de gestão agrícola e de gestão e defesa florestal, da representação dos seus associados junto da Administração Pública e de Organizações Agrícolas e Florestais similares de âmbito Regional ou Nacional, bem como em negociações com outros parceiros da Fileira Agrícola e Florestal quer diretamente quer por intermédio de estruturas associativas de grau superior e do fomento de outras iniciativas tendentes à valorização, proteção e conservação da floresta, bem como das estruturas produtivas de âmbito agrícola num contexto do desenvolvimento rural e todas as demais compatíveis com os estatutos e a legislação em vigor.

FICAPE - Cooperativa Agrícola do Norte do Distrito de Leiria

A FICAPE é uma cooperativa agrícola criada em 1980, com sede em Figueiró dos Vinhos. A sua área de intervenção abrange os concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e ainda os concelhos limítrofes e ou com eles confinantes.

⁵⁰ Ver em <http://www.cm-figueirodosvinhos.pt/index.php/reabilitacao-urbana>.

A secção florestal da FICAPE representa uma das suas principais áreas de atuação, promovendo o setor florestal na sua área de intervenção e trabalhando como intermediária entre os empresários/produtores florestais e os Grupos mais representativos da Indústria de Celulose.

A FICAPE presta serviço de consultoria técnica florestal, com apoio e assessoria à gestão de explorações agroflorestais.

Além da seção florestal, a área comercial da FICAPE disponibiliza os mais variados e diversificados fatores de produção agrícola, procurando encontrar soluções adequadas às novas necessidades dos Clientes e Associados em paralelo com a evolução dos mercados nacional e internacional.

FLORESTGAL - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal

A FlorestGal foi a primeira empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal a ser criada em Portugal.

Assume-se como um instrumento de execução de uma estratégia de valorização da floresta, necessária à preservação da biodiversidade, à conservação do solo e da água e à proteção das populações. Promove o desenvolvimento económico e social da fileira florestal. Promove a gestão participativa e o envolvimento das comunidades, essenciais para o desenvolvimento de um território equilibrado, inclusivo e resiliente. A FlorestGal estrutura a sua ação em três eixos: valorização do património próprio; criação de novos negócios; expansão territorial.

A FlorestGal tem como objetivos contribuir para a implementação da Estratégia Nacional para as Florestas; impulsionar e introduzir novas práticas de gestão florestal; ser um veículo público para a correta aplicação dos fundos comunitários; promover o emparcelamento dos territórios florestais em áreas de minifúndio; aumentar a percentagem de terrenos florestais na posse do Estado, sobretudo em áreas com elevado valor de conservação.

8.11 - ESPAÇOS DE INSTALAÇÃO EMPRESARIAL

Como já foi anteriormente assumido, a localização geográfica de Figueiró dos Vinhos no contexto regional, pode considerar-se bastante atrativa uma vez que a sua centralidade lhe confere vantagens competitivas acentuadas.

No contexto nacional, as boas acessibilidades rodoviárias que servem Figueiró dos Vinhos (A13, IC8 e IC3) permitem uma ligação rápida à A1 (autoestrada do Norte que liga Lisboa ao Porto) e à A23 (autoestrada da Beira Interior que liga a A1 à A25 e à fronteira com Espanha, sucessivamente), bem como o IC8 que permite uma ligação direta ao porto da Figueira da Foz. Figueiró dos Vinhos está ainda ligado aos principais centros urbanos do país a menos de 2 horas - Lisboa cerca de 1h45m, Porto cerca de 1h30m de viagem - e de Coimbra e Tomar a menos de 30 minutos. A par das ligações rodoviárias, merece ainda destaque a proximidade a ligações ferroviárias com a Linha do Norte e portuárias com o porto da Figueira da Foz.

Estes elementos positivos da sua localização permitem afirmar um potencial de ligação a um vasto território, proporcionando oportunidades de crescimento e de desenvolvimento económico que, num processo de desenvolvimento sustentado assume uma efetiva mais-valia aliada à presença de um ambiente favorável ao investimento, onde estão sediados um conjunto de serviços públicos fundamentais ao setor empresarial, que tornam este território especialmente atrativo ao investidor nacional e estrangeiro.

A existência de parques destinados à implementação de atividades económicas, nomeadamente o Parque Empresarial de Figueiró dos Vinhos, a Zona Industrial da Ladeira da Calça, o Complexo Empresarial Sonuma, afirmam-se como fatores importantes para o aumento da competitividade e desenvolvimento do setor empresarial.

Parque Empresarial do Carameleiro

Localizado na sede do concelho, junto ao Nó do IC8, com 35 lotes destinados a indústria, comércio e serviços devidamente infraestruturados, com novas acessibilidades e zonas de expansão, concretiza um dos vetores fundamentais da estratégia de desenvolvimento preconizada pelo município.

Zona Industrial da Ladeira da Calça

Localizada no limite poente da Vila de Figueiró esta zona industrial possui 5 lotes de terreno destinados à instalação de indústria, tendo algumas condicionantes associadas nomeadamente a falta de visibilidade e acessibilidades que tem inviabilizado a cedência de lotes e a instalação industrial.

CENTRO INVESTE - Incubadora de empresas e projetos

O CENTRO INVESTE é mais do que um edifício e um mero serviço. Constitui um espaço de incubação⁵¹ integrado no Município de Figueiró dos Vinhos, funcionado em instalações próprias, num imóvel que foi adaptado face à sua subutilização para uma incubadora de empresas e projetos e um centro de apoio ao empreendedorismo. Tem como missão a contribuição para a promoção de da iniciativa empresarial, o empreendedorismo e a criação de emprego, através da combinação de infraestruturas dedicadas e serviços de apoio especializados.

Dispõe de uma incubadora de empresas e ideai, onde empresas e empreendedores dispões, nos primeiros anos de vida, de um ambiente que proporciona aumento de conhecimentos em matérias como a gestão, marketing, acessória jurídica, entre outros. A Incubadora faz parte da Rede Nacional de Incubadoras de Empresas e participa em diversos projetos regionais para a promoção do empreendedorismo escolar.

Complexo empresarial SONUMA

Localizado a escassos metros do IC8, servido por boas acessibilidades, o Complexo Empresarial SONUMA dispõe de 7 espaços individualizados, destinados a indústria, comércio e serviços, com as infraestruturas base instaladas e com condições para uma instalação rápida. No seguimento da apresentação de uma candidatura ao CENTRO2020, foi aprovado o financiamento comunitário para a criação de uma área industrial - o Complexo Empresarial SONUMA. Esta obra traduziu-se na transformação daquele espaço devoluto e que há muito anos se encontrava ao abandono e que o Município de Figueiró dos Vinhos adquiriu. Teve um Investimento aprovado superior a 1 milhão de euros comparticipados por fundos comunitários em 85%.

Espaço de Coworking SONUMA

⁵¹ Ver em <http://www.centroinveste.pt/index.php/portfolio-2/a-incubadora>.

Tendo como objetivo central, a diversificação de espaços para o desenvolvimento de atividades empresariais, como forma de captar e atrair diversos públicos, o Município de Figueiró dos Vinhos desenvolveu um projeto para a implementação de um Espaço de coworking Complexo Empresarial SONUMA.

O Complexo Empresarial SONUMA tem agora os dispor dos interessados um espaço que permite a utilização por empresas e pessoas individuais que, no âmbito de atividades profissionais, ali pretendam desenvolver o seu trabalho, numa lógica de trabalho à distância, teletrabalho ou outras formas que a pandemia COVID-19 potenciou, mas que claramente perduram e se tornam hoje usuais em diversas áreas de atividade.

O Espaço de coworking Complexo Empresarial SONUMA dispõe de mobiliário adequado, acesso à Internet, um ambiente informal e acolhedor resultante da adaptação da sala, um espaço de reuniões, acesso a zona de serviços (cafetaria, refeitório, etc) tendo o utilizador apenas de ser portador do seu computador pessoal.

8.12 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de criar riqueza por via do emprego, apostando em projetos geradores de emprego preferencialmente jovem e qualificado, bem como em iniciativas que pelo seu potencial de crescimento possam fixar e atrair população jovem, terá que ser complementada com investimento privado em unidades produtivas nas áreas empresariais existentes e em construção, possibilitando assim o efeito multiplicador do investimento público.

Paralelamente, deverá ser assumida a necessidade de promover o emprego no setor dos serviços, mantendo e ampliando os serviços públicos, e possibilitando o incremento da iniciativa privada, incluindo a que resulta de novas formas de comércio, entre as quais o comércio online.

Em jeito de conclusão, importará reforçar a ideia da perspetiva que já havíamos defendido no Diagnóstico Social precedente, que tem vindo a alcançar eco e proatividade por parte da Administração Central, no sentido de se darem passos que permitam aos territórios de baixa densidade como o nosso, acalentar algumas esperanças no sentido da reversão de uma realidade económica que durante décadas teimou em alargar as distâncias e as assimetrias relativamente a zonas localizadas no Litoral.

9 - AMBIENTE

9.1 - ANÁLISE SWOT DO AMBIENTE

FORÇAS

- Município de Figueiró dos Vinhos;
- Juntas de Freguesia;
- Serviço Municipal de Proteção Civil (Centro Municipal de Proteção Civil);
- Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos (Equipa de Intervenção Permanente);
- Associação de Produtores Agroflorestais do concelho;
- Mata Municipal do Cabeço do Peão e outros espaços de lazer;
- Rede de Praias Fluviais;
- Recursos florestais, cinegéticos, hídricos e eólicos;
- APIN;
- Ficape – Cooperativa Agrícola do Norte do Distrito de Leiria;
- Florestgal – Empresa Pública de Desenvolvimento e Gestão Florestal;
- BUPI (Concelho Piloto na realização do cadastro);
- IEFP – Centro de Emprego e Polo de Formação;
- Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos;
- Clube de Caçadores Bairradense;
- Secção de Pesca Associativa Desportiva;
- Estrutura da GNR e UEPS no Concelho;
- Centro de meios aéreos.

FRAQUEZAS

- Falta de gestão dos espaços florestais;
- Insuficiente sistema de esgotos e tratamento de águas residuais;
- Degradação dos solos (como consequência dos incêndios);
- Falta de pontos de recolha de resíduos de construção e demolição;
- Deficit de educação ambiental da população;
- Ausência de cadastro da propriedade rústica.

OPORTUNIDADES

- Aposta da Autarquia em medidas e ações de prevenção ambiental;
- Projeto ALJIA;
- Adesão à Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior EIM, SA;
- Incentivos fiscais para o investimento e gestão sustentável da floresta;
- Lei n.º 77/2017 – Novo Regime de Arborização e Rearborização do Eucalipto;
- Adesão do Município à Carta das Cidades e Vilas Europeias em direção à Sustentabilidade (Carta de Aalborg);
- Portugal 2020;
- Parcerias com ERSUC, Sociedade Ponto Verde, AREAC, Rede das Aldeias de Xisto, etc.;
- Portugal 2030;
- PRR;
- AIGP;
- Programa Aldeia Segura Pessoas Seguras;
- Programa Condomínios de Aldeia;
- Plano Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode;
- Escola Profissional Agostinho Roseta;
- Rede NATURA 2000 – Áreas com potencial para a conservação da Natureza;
- Projeto Vale do Rio – Associação dos Amigos do lugar do Vale do Rio;
- Recuperação dos principais cursos de água (Projeto Ambiental);
- Projeto CRER – Criação de Trutas assilvestradas.

AMEAÇAS

- Alterações climáticas e sua repercussão no agravamento das condições de risco de incêndio;
- Restrições orçamentais;
- Falta de preocupação com as questões ambientais;
- Despovoamento do concelho;
- Envelhecimento da população;
- Encerramento de serviços públicos;
- Encerramento de empresas;
- Monocultura do eucalipto e perda de diversidade biológica;
- Pragas e doenças em espécies florestais de maior valor económico (pinheiro bravo e eucalipto);
- Aumento de espécies invasoras.

9.2 - AMBIENTE - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:

-  Incêndios florestais;
-  Insuficiente sistema de esgotos e tratamento de águas residuais;
-  Carência de planeamento e ordenamento florestal;
-  Aumento de espécies invasoras.

9.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

Os problemas de ordem ambiental têm constituído uma preocupação para a autarquia, que consciente da sua dimensão e do impacto que assumem na qualidade de vida da população, tem vindo a prosseguir um conjunto de investimentos ao nível das infraestruturas, nomeadamente no que se refere ao aumento da cobertura da distribuição de água ao domicílio a novos agregados, o alargamento da rede de recolha de resíduos sólidos, ampliação do número de ecopontos e sensibilização da opinião pública para as vantagens decorrentes da separação dos resíduos e da sua posterior reciclagem.

Na vertente ambiental e sendo certo que importa refletir acerca de um conjunto de questões, que desenvolveremos nas páginas seguintes, torna-se imperativo e pertinente assinalar a importância do Plano para a Gestão Integrada da Ribeira de Alge - ALJIA. Este projeto teve início em 2018 e tem como principal objetivo dinamizar e valorizar os territórios rurais associados a este curso de água. Trata-se de um projeto estrutural, que contemplou também a criação de um Centro de Reabilitação de Ecossistemas Ribeirinhos (CRER), através da reabilitação do posto aquícola de Campelo, dedicando-se à conservação das espécies com elevado impacto ambiental, promovendo a sensibilização ambiental, bem como, a melhoria da qualidade de vida em termos ambientais, beneficiando o concelho em termos económicos, por via do turismo ambiental.

Este plano de gestão integrada da Ribeira de Alge visa contribuir para a valorização sustentável do concelho, que assenta na requalificação ambiental e cultural da Ribeira de Alge e área envolvente, potenciando e promovendo a valorização ecológica, cultural, social e económica daquele curso de água e abrange infraestruturas e elementos de superior interesse natural, económico e sociocultural, destacando-se nestes domínios o posto aquícola de Campelo, as Fragas de S. Simão e a Foz de Alge.

O projeto está ainda orientado para a implementação de boas práticas de gestão e manutenção de galerias ripícolas e dos recursos piscícolas da região.

Importa por isso demarcar neste Diagnóstico este importante projeto que procura responder a todo um conjunto de deficiências e constrangimentos ambientais que têm impedido nas últimas décadas rentabilizar da melhor forma os importantes recursos naturais de que o concelho dispõe.

Na sequência do processo de investimento orientado para dotar os aglomerados populacionais do concelho de água potável nos respetivos domicílios, a taxa de cobertura da área do Município é atualmente de 100%.

Nos dias de hoje, a temática relacionada com água potável é um problema à escala global mas que deve, evidentemente, ser uma preocupação para qualquer território, a Câmara Municipal tem desenvolvido vários esforços e investimentos com o intuito de promover o uso mais eficiente deste bem natural.

Importa ainda frisar que também se deve prosseguir a mesma atitude relativamente ao sistema de esgotos e o seu tratamento através do seu alargamento a zonas do concelho que ainda não dispõem desses serviços, abrindo-se agora uma janela de oportunidade a que também já nos referimos na análise SWOT.

Efetivamente, este problema estrutural deve ser equacionado de forma racional, como uma verdadeira prioridade em termos mais vastos e abrangentes, tendo em conta o volume de investimento a realizar e a ausência de recursos financeiros próprios suficientes para lhe fazer face, sendo decisivo também neste domínio o apoio por parte das entidades nacionais e europeias, que permitam concretizar esta necessidade básica sentida por uma parte significativa da população do concelho.

De outra forma, a inexistência de saneamento básico implica à população a busca de outras soluções, que se traduzem, no caso dos resíduos domésticos, no recurso às “fossas”, com todos os inconvenientes ambientais que poderão resultar da sua existência e utilização.

Neste domínio, e pela importância que a matéria assume para o Município, importa destacar neste contexto a adesão do município de Figueiró dos Vinhos à Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior a que nos referiremos de forma mais desenvolvida e apropriada, posteriormente, enquanto instrumento capaz de responder às preocupações e necessidades diagnosticadas, pelo efeito de escala que dispõe, nomeadamente a um acesso mais facilitado ao investimento comunitário, que se considera imprescindível para reverter o quadro deficitário que nesta área se regista há décadas, justificado pela incapacidade financeira própria da autarquia para fazer face, de forma isolada, aos avultados investimentos que se colocam.

Na gestão dos resíduos sólidos urbanos, verifica-se ainda alguma necessidade de persistir na sensibilização da população, nomeadamente a mais jovem e em idade escolar, para as questões relacionadas com a defesa do meio ambiente, nomeadamente no que respeita às vantagens decorrentes da utilização dos ecopontos e dos hábitos de reciclagem.

Um outro aspeto que tem originado transformações ambientais, paisagísticas e económicas profundas ao longo dos últimos anos, são os incêndios florestais. Estes devem-se sobretudo à carência de políticas públicas concretas para esta problemática, ainda assim, a falta de limpeza das matas está intrinsecamente relacionado com o abandono dos campos motivado pelo êxodo rural que há décadas fustiga o interior onde nos localizamos e ainda, naturalmente, pela expressiva dimensão da área florestal.

Apesar disso, a ausência de planeamento da área florestal do concelho por parte da generalidade dos proprietários, constituirá um fator acrescido de perturbação neste domínio.

Por último, os incêndios florestais representam efetivamente um flagelo permanente, provocando consequências negativas no tecido económico por via do condicionamento que causa à vertente turística, na natureza e na economia doméstica, por via da destruição do património e do desemprego que gera.

9.4 - EVOLUÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Nas últimas décadas, o concelho de Figueiró dos Vinhos assistiu a um reforço significativo do alargamento da rede de abastecimento domiciliário de água, garantindo, desde 2001, o acesso a este bem essencial a toda a população.

Como forma de melhorar o sistema de abastecimento de água, a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos começou por celebrar um Protocolo com a Câmara Municipal de Ansião, aprovado em Reunião de Câmara em 30/06/1981 e revisto em 12/06/1997, para assegurar o abastecimento de água e respetivos ramais de ligação, na maioria dos lugares da Freguesia de Aguda⁵². A captação de água que abastece o concelho de Ansião, é efetuada na Ribeira d'Alge (Freguesia de Aguda - Figueiró dos Vinhos), pelo que a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, aproveitando as infraestruturas já feitas naquela zona pela Câmara Municipal de Ansião, considerou mais plausível efetuar o protocolo supracitado do que efetuar um investimento próprio de raiz, para o mesmo fim.

Posteriormente, a autarquia assinou a 7 de Julho de 2001, um protocolo de adesão ao Sistema Municipal de Abastecimento e de Saneamento de Águas Residuais (consórcio liderado pela empresa Águas do Centro, S.A), juntamente com outros 12 concelhos⁵³ da Raia/Zézere e Nabão, com vista à criação de um sistema de abastecimento de água multimunicipal, o que contribuiu para assegurar uma maior quantidade e qualidade da água, bem como para garantir a proteção dos recursos hídricos existentes⁵⁴.

Em 2019 o município de Figueiró dos Vinhos, juntamente com os municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares constituíram a Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior - APIN, com a intenção de desenvolver uma gestão mais profissional, com maior capacidade financeira, técnica e tecnológica. Portanto, a APIN pela natureza do seu propósito, assume um papel fundamental no território, com o foco traçado em reduzir as perdas de água e infiltrações através da renovação das redes de água, bem como, alargar o serviço de água e saneamento.

Atualmente, o abastecimento de água em baixa é efetuado pela APIN, sendo constituído por uma vasta rede de distribuição com 6 captações próprias (Alge, Póvoa, Azeitão, Abrunheira, Cercal e Lomba da Casa) até aos pontos de consumo, abrangendo 100% da população.

Quanto à origem do caudal captado, tanto nas captações próprias, como na água fornecida pelas Águas do Vale do Tejo, é maioritariamente captada à superfície sendo uma pequena fração proveniente de captações subterrâneas.

Relativamente à evolução da cobertura da população abastecida pela distribuição de água ao domicílio, a população servida por rede de abastecimento de água, em 2011 era cerca de 85% (PDM FV - Relatório Ambiental, 2023),

⁵² Almofala de Cima, Almofala de Baixo, Bairro Industrial, Casal Ruivo, Casal do Castanheiro, Mosqueiros, Quinta da Ribeira, Olival, Lameirinha, Fato, Casal de S. Simão, Sigoeira, Pereira, Ponte Brás Curado, Bacelo, Além da Ribeira e Saonda.

⁵³ Este sistema abrange também os concelhos de Alvaiázere, Castanheira de Pera, Castelo Branco, Ferreira do Zézere, Idanha-a-Nova, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Proença-a-Nova, Sertã, Tomar e Vila Velha de Ródão.

⁵⁴ Fonte: Notícias do Pinhal, Julho 2001, P:3.

atualmente, segundo os dados mais recentes, disponibilizados pela ERSAR, em 2022, indicam que a população abrangida é de 100%, o que revela uma boa qualidade de serviço.

Como podemos observar na tabela seguinte, em 2022, a população servida é mesmo superior à população residente, visto que, a população flutuante tem vindo a aumentar.

No que diz respeito ao volume de água distribuído, em 2022, registou-se em média o valor de 1696 m³ por dia.

T. 40 - POPULAÇÃO ABASTECIDA E QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, FIGUEIRÓ DOS VINHOS - 2022

2022	
Análise realizadas (%)	100%
Análise em cumprimentos VP (%)	99,23%
Água segura (%)	99,23%
População Residente	5239
População Servida (Hab.)	6201
Volume de água distribuído por dia (m ³)	1696 m ³

Fonte: ERSAR, 2024

Quanto ao cumprimento dos valores paramétricos e, conseqüentemente à qualidade da água para consumo, verifica-se que a percentagem de água controlada e de boa qualidade é de cerca de 99,23% em 2022, evidenciando que a qualidade da água na torneira dos consumidores apresenta um nível de excelência para consumo humano.

Refira-se que em Portugal Continental, a percentagem de água segura registada em 2022 atingiu os 98,88%.

9.5 - DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS⁵⁵

Inicialmente, concelho de Figueiró dos Vinhos integrava o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais de Raia, Zêzere e Nabão, no qual a empresa Águas do Centro, S.A. detinha a conceção da exploração e gestão deste sistema. O sistema de saneamento era constituído, na altura, por uma rede de coletores e emissários de 202 km com 81 ETAR.

Este sistema foi dimensionado para uma população de 5571 habitantes-equivalentes com um caudal tratado médio diário de 804 m³/dia. Deste sistema fazem parte duas ETAR: ETAR de Figueiró dos Vinhos e a ETAR de Vale Tábuas, que serve as freguesias de Avelar e Chão-de-Couce do Município de Ansião e serve a freguesia de Aguda do Município de Figueiró dos Vinhos.

A ETAR de Figueiró dos Vinhos foi projetada para proceder à recolha e tratamento dos efluentes das localidades de Castanheira de Figueiró, Carameleiro, Colmeal, Figueiró dos Vinhos, Ribeira de São Pedro, Douro, Lavandeira, Portela, Quinta do Mouchão, Santarém e Várzea Redonda. Dimensionada para servir uma população de 2876 habitantes-equivalentes, a ETAR tem uma capacidade de tratamento de 418 m³/dia de águas residuais.

⁵⁵ Dados relativos ao ano 2001. Fonte: GADEL - Câmara Municipal Figueiró dos Vinhos.

O tratamento e destino final de águas residuais constituem, conjuntamente com a drenagem e coleta, um serviço público de importância vital em diversos domínios, nomeadamente no sanitário.

O sistema de recolha de águas residuais era constituído por uma rede de 25 Km de condutas e 1088 ramais que, naturalmente, tem vindo a ser expandido e desenvolvido, dentro das possibilidades, ao longo dos anos. As restantes habitações possuem um sistema de rede e de tratamento privado de esgotos, fossas sépticas ou outras situações. Apenas as habitações mais recentes detêm fossas sépticas adequadas (capazes de tratar o efluente residual doméstico), as mais antigas requerem limpeza frequente por parte da APIN (fossas sépticas estanques). Em determinados casos, as fossas sépticas têm necessariamente de ser estanques para evitar contaminação das águas subterrâneas ou fluviais, como é o caso de zonas perto da Albufeira de Castelo de Bode, aglomerados urbanos compactos, ou habitações cujos terrenos não possuem espaço suficiente para a construção de fossas sépticas adequadas.

Nesta matéria, o concelho tem sofrido um desenvolvimento nos últimos anos, uma vez que em 2001, só 20% dos alojamentos era servido por sistema de águas residuais, já em 2021, esse valor é de 28% (PORDATA, 2024).

A fim de expandir a rede de saneamento básico, bem como melhorar a qualidade do serviço através da captação de investimento, o município integrou a APIN, como já referido anteriormente. Consequentemente, os serviços de saneamento de águas residuais, no concelho de Figueiró dos Vinhos, encontram-se a cargo da APIN.

Atualmente, a APIN, já realizou vários projetos apoiados através de financiamento comunitário (POSEUR), como por exemplo a operação “Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais - Ligação à ETAR de Vale de Tábuas”, que executou 26756,23 ml de coletores gravíticos, 2 sistemas elevatórias e respetivas condutas elevatórias numa extensão de 550,00 ml e 140 ramais de ligação, com ligação ao Subsistema de Saneamento de Vale de Tábuas e tratamento final na ETAR de Vale de Tábuas, com descarga do efluente na linha de água localizada na proximidade da ETAR. Logo, esta operação tem como objetivo principal a conceção de um sistema de drenagem público de águas residuais dos lugares de Aguda, Almofala de Baixo, Almofala de Cima, Casal do Castanheiro, Casal do Pedro, Casal Ruivo, Lameirinha, Martingago, Mosqueiros, Olival, Bairro e Casal de S. Pedro.

Outro projeto realizado no município foi o “Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais- Ligação à ETAR de Vila de Figueiró dos Vinhos”. Esta operação efetuou 42,91 km's de rede de drenagem, 670 ramais de ligação e 12 Estações Elevatórias com ligação ao Subsistema de Saneamento da ETAR da Vila de Figueiró dos Vinhos e tratamento final na ETAR da Vila de Figueiró dos Vinhos, onde é assegurado um nível de tratamento secundário, com descarga para a linha de água que se encontra nas imediações da ETAR. Assim, esta operação contempla a construção de sub-bacias que irão drenar os lugares de Zereiro, Coutada, Chão de Baixo, Chãos de Cima, Forno Telheiro, Carapinhal e Laranjeira.

Por meio destas intervenções que permitiram otimizar a utilização da capacidade instalada e a adesão ao serviço, através da execução de ligações entre os sistemas em alta e os sistemas em baixa e da extensão do serviço a populações ainda não servidas na área de influência dos sistemas, bem como a gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade e a sustentabilidade dos mesmos no âmbito do ciclo urbano da água.

Portanto, mediante estas obras foi possível a melhoria dos sistemas de saneamento já existentes e sobretudo a expansão da rede a populações do concelho ainda não servidas pelo mesmo, alcançando uma taxa de cobertura de saneamento próxima dos 55%⁵⁶.

Concluindo, a problemática do tratamento dos efluentes líquidos requer uma abordagem mais integrada e abrangente que também se encontra diagnosticada. De facto, devido à orografia deste extenso território, os projetos são de difícil execução. Ao nível do Ordenamento do Território, a ocupação dispersa contribui para o aumento de custos e ineficiência das redes. Acresce aquele que nunca deixará de ser o principal constrangimento e que se traduz na escassa disponibilidade financeira. Os custos inerentes e calculados fazem aumentar a dificuldade de avançar com as obras necessárias à melhoria e alargamento da rede de saneamento básico. Assim, grande parte da população continua a utilizar fossas sépticas e a aguardar pela recolha feita pelos serviços da entidade gestora, APIN.

9.6 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Manter um eficaz Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos, implica um forte investimento ao nível de recursos humanos, logísticos, equipamentos e infraestruturas, devidamente organizados, estruturados e articulados de modo a realizar com sucesso e eficiência todo um conjunto de operações inerentes à gestão dos resíduos urbanos produzidos.

De acordo com informação disponível no Naturlink, "...até ao final dos anos 90 a gestão de resíduos urbanos em Portugal resumia-se à recolha de resíduos e à sua deposição nas mais de 300 lixeiras distribuídas pelo país, pelo menos uma por cada concelho". Na sequência da aplicação do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), as lixeiras foram encerradas e construídas novas infraestruturas de tratamento, valorização e deposição final de resíduos. Ao contrário das lixeiras geridas individualmente por um único município, as novas infraestruturas são utilizadas simultaneamente por vários concelhos.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, o tratamento dos resíduos sólidos urbanos compreende os indiferenciados, assegurado pela APIN e os diferenciados pela ERSUC (Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos do Centro), empresa multimunicipal, desde 1997.

Os resíduos indiferenciados (resíduos não recicláveis) são depositados pelos munícipes nos contentores para o efeito, que estão distribuídos nos aglomerados populacionais e noutras locais onde se considere necessária a sua colocação. Estes resíduos são recolhidos pela APIN, através de camiões, e entregues na Estação de Transferência de Ansião. O Município de Figueiró dos Vinhos tem disponível um sistema de circuitos de recolha composto por um total de 7 circuitos, com frequência de recolha trissemanal (2.ª, 4.ª e 6.ª feira) em horário noturno na zona urbana e periférica da vila, sede de concelho (envolvendo habitações, comércio e serviços) e frequência semanal em todas as freguesias (Figueiró dos Vinhos/Bairradas Aguda, Arega e Campelo). Ao Sábado é efetuada no comércio e mercado da Vila de Figueiró dos Vinhos.

Relativamente à recolha seletiva, podemos afirmar que esta tem evoluído nos últimos anos devido, em grande parte, à grande sensibilização por parte da autarquia e das escolas conjuntamente com as diversas entidades relacionadas com as questões ambientais. Para este tipo de recolha diferenciada, o concelho é servido por 44 Ecopontos (papel,

⁵⁶ Em Foco – Revista Informativa Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, Edição 16.

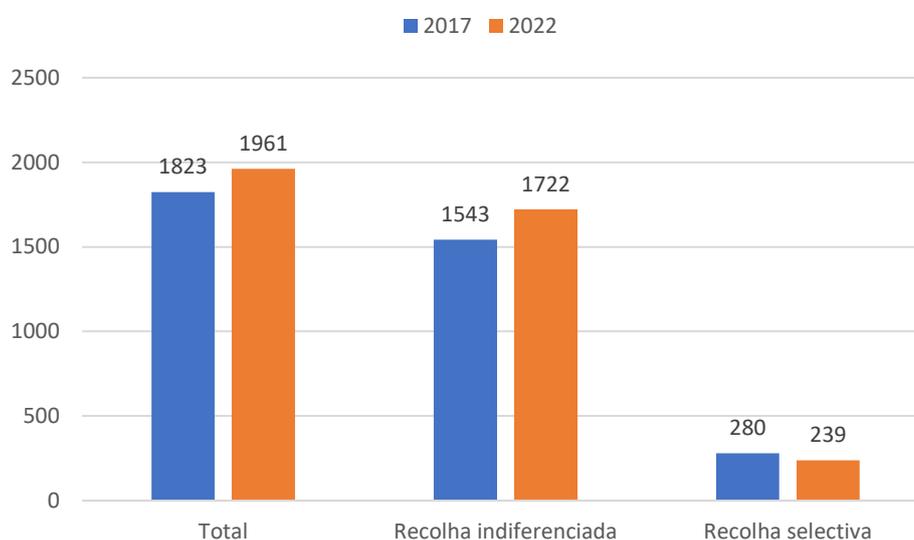
embalagens e vidro) completos e 21 vidrões isolados, e 1 papelão. A gestão dos ecopontos, destinados à recolha seletiva de resíduos de papel/cartão, vidro e embalagens de plástico e metal, para reciclagem, é da responsabilidade da ERSUC.

O gráfico seguinte permite efetuar uma comparação da evolução da recolha em 2 períodos distintos, 2017 e 2022. Em termos globais, verifica-se em 2022 um aumento do total de resíduos recolhidos, face a 2017. Em 2022 foram recolhidas 1961 toneladas de resíduos, mais 138 toneladas que em 2017.

Relativamente ao tipo de recolha, predomina a recolha indiferenciada e verificou-se, também em 2022, um aumento pouco eloquente relativamente ao período anterior (+179 toneladas).

Na recolha seletiva, registou-se um decréscimo com pouca expressão, de 280 toneladas em 2017, para 239 toneladas em 2022.

G. 66 - RESÍDUOS TOTAL E POR TIPO DE RECOLHA, 2017-2022



Fonte: INE

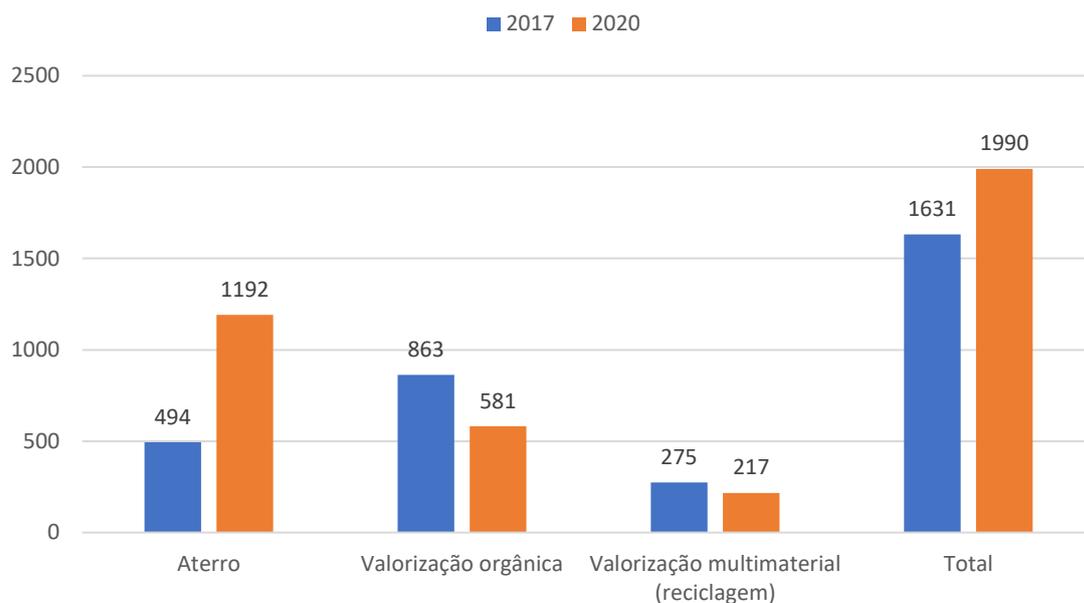
O gráfico seguinte permite-nos aferir a evolução entre 2017 e 2020 da quantidade de resíduos urbanos produzidos e respetiva operação de destino.

No intervalo em análise, verificou-se um aumento do número total de toneladas de resíduos urbanos produzidos. Em 2020, foram produzidas no concelho 1990 toneladas de resíduos urbanos, mais 359 toneladas que no ano de 2017.

Quanto ao destino dos resíduos produzidos, verificou-se um aumento bastante acentuado dos resíduos enviados para aterro (+698 toneladas). Por outro lado, a quantidade de resíduos para reciclagem diminuiu ligeiramente registando, em 2022, 217 toneladas (-58 que em 2017).

Os resíduos para valorização orgânica também diminuíram, cerca de 282 toneladas, no período em análise.

G. 67 - RESÍDUOS URBANOS PRODUZIDOS: TOTAL E POR TIPO DE OPERAÇÃO DE DESTINO (TON.), 2017-2020



Fonte: INE

Tendo em conta fatores que se prendem com a diminuição da população e alteração de hábitos de consumo que a crise económica global tem vindo a impor, arriscamo-nos a afirmar que a tendência será de diminuição.

De facto, a natureza dos materiais utilizados na vida quotidiana doméstica permite que os resíduos daí resultantes e que assumem uma expressiva percentagem, possam e devam ser rentabilizados e valorizados, aumentando de forma racional o tempo de vida no circuito de consumo a que acresce ganhos em termos energéticos.

A política traçada pelo PERSU vai diretamente ao encontro desse superior objetivo, introduzindo o conceito que deve mobilizar a comunidade no sentido de uma consciência ambiental assente nos princípios de Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

Ora, estes novos hábitos traduzem-se na prática, na necessidade de reduzir a produção de resíduos em casa, na escola, no trabalho, reutilizando um produto para o fim para que foi criado mais do que uma vez ou para outro que se julgue conveniente e ajustado e que finalmente se assuma a reciclagem como o método mais eficaz de recuperar e valorizar componentes dos RSU, que uma vez regenerados originam novos produtos.

Esta nova consciência ambiental permitirá que por via da reciclagem se obtenham ganhos significativos ao nível da poupança energética, da rentabilização de matérias-primas e preservação de recursos naturais e naturalmente, na significativa redução de resíduos sólidos urbanos direcionados para aterros sanitários, prolongando desta forma a vida útil dessas mesmas infraestruturas.

Quanto à média de resíduos sólidos urbanos recolhidos por habitante no concelho de Figueiró dos Vinhos, a quantidade recolhida por habitante em 2017 atingiu os 328,7 kg. Em 2021 a média aumentou substancialmente para 377,5 Kg (cerca de 49kg).

Não podemos deixar também de salientar a parceria com outras entidades na recolha de outros tipos de resíduos. Referimo-nos concretamente à recolha de roupa e calçado, com diversos pontos de recolha (roupões) distribuídos pelo concelho, à distribuição de pontos de recolha de óleos alimentares usados (Oleões) na Vila de Figueiró dos Vinhos e nas sedes das restantes freguesias, à disponibilização de um oleão para a recolha de óleos lubrificantes usados e, também

no estaleiro municipal um local para a deposição de resíduos verdes. Estas parcerias com entidades privadas, para além de promoverem uma maior consciência ambiental retirando este tipo de resíduos de difícil tratamento dos contentores de recolha indiferenciada, tem também subjacente uma perspetiva humana, através do reaproveitamento dos artigos em bom estado.

9.7 - A FLORESTA

A floresta assume-se, sem dúvida, como a grande riqueza desta região e o seu maior potencial, porém, o seu crescimento anárquico, sem um ordenamento e adequado das áreas, sem a definição das espécies alternativas ao pinheiro bravo e eucalipto, tem-na colocado perante o perigo dos incêndios.

Segundo a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de 2018, a área florestal abrange cerca de 79% da área total do concelho, daí a importância e relevo que representa para a economia local e concomitantemente para todas as atividades diretamente relacionadas com o recreio e o lazer, enquanto fatores determinantes da qualidade de vida dos cidadãos em geral.

A área florestal total corresponde a 13.809 hectares, predominantemente ocupada por eucalipto (71,4%). O pinheiro bravo outrora espécie dominante, resume-se hoje a pequenos núcleos (20,7%). Podemos ainda encontrar uma variedade de outras espécies florestais, principalmente folhosas, que ocupam uma área de apenas 7%.

Deve-se também dar ênfase ao aparecimento e aumento de espécies invasoras, nomeadamente, *acacia dealbata*, *hakea sericea*, entre outras, difundidas por todo o concelho.

Neste contexto, e em sede de elaboração deste Documento, importa assumir que a situação florestal do concelho e os processos de desertificação física e humana do mundo rural que lhe estão associadas, implicam uma atuação profunda e cada vez mais articulada, enfrentando este desígnio com medidas à escala regional e municipal de carácter estrutural, visando naturalmente a sustentabilidade das florestas e o seu enquadramento no meio agrícola e rural.

Ao nível do Ordenamento e Gestão Florestal, afigura-se cada vez mais premente a necessidade dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal enquanto instrumentos estruturantes para a definição da política florestal que se encaixem definitivamente e se articulem de modo cada vez mais próximo com os outros instrumentos de planeamento e ordenamento, nomeadamente com o PDM recentemente revisto e aprovado para o concelho de Figueiró dos Vinhos.

A este propósito, importa referenciar a publicação em fevereiro de 2019 no Diário da República da Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro, que aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL) que abrange o território do Concelho de Figueiró dos Vinhos, que expressamente, concretiza, no seu âmbito e natureza, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do território, compatibilizando-se com os demais programas setoriais e com os programas especiais, assegurando a contribuição do setor florestal para a elaboração e alteração dos restantes instrumentos de gestão territorial.

As normas do PROF Centro Litoral que condicionam a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, são obrigatoriamente integradas nos planos territoriais de âmbito municipal e nos planos territoriais de âmbito intermunicipal.

Nesta matéria, importa mencionar o instrumento criado recentemente com a finalidade de promover a gestão e exploração comum dos espaços agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio, as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP). No concelho de Figueiró dos Vinhos foi constituída a AIGP de Aguda com uma área de 942,60 ha, através do Despacho n.º 7109-A/2021 de 16 de julho. Posteriormente, foi também constituída a AIGP Baldios de Alge e Lugares Anexos com área aprovada de 939,45ha, através do Despacho n.º 12447-D/2021 de 21 de dezembro.

As AIGP são uma ferramenta preponderante na mudança de paradigma no que diz respeito à dinâmica da paisagem, assim, oferecem um conjunto de recursos, dos quais salienta-se o financiamento do Fundo Ambiental, no âmbito do PRR, para apoio à transformação da floresta a longo prazo, através da reconversão de culturas e de ações que promovam a valorização e revitalização do território.

No seguimento da estratégia de ordenamento do território e reordenamento florestal, o município de Figueiró dos Vinhos, já realizou e prevê continuar a realizar “Condomínios de Aldeia”. Este programa promovido pelo Fundo Ambiental procura apoiar as aldeias em territórios florestais. Na sequência de várias candidaturas efetuadas pelo município, foi possível intervir em diversas aldeias em todo o concelho. No fundo este programa tem como objetivo a valorização da paisagem e proteção contra incêndios, através de ações de gestão, ordenamento e reconversão florestal para outros usos, quer para a defesa contra incêndios rurais, quer para a proteção de pessoas e bens em faixas em volta das aldeias.

Também de salientar o esforço que a Câmara Municipal tem vindo a fazer, para com os seus parceiros fundamentar uma proposta de classificação da Serra da Lousã como área de paisagem protegida regional.

Este diagnóstico deseja ainda assinalar a necessidade de desenvolver fórmulas específicas para as áreas públicas e baldias, para a obtenção da dimensão ótima à boa gestão florestal, encontrando-se formas de associação flexível com áreas privadas confrontantes. O Emparcelamento de áreas florestais contíguas poderá assumir neste contexto uma importante dimensão, convidando os agentes locais a abraçar uma nova estratégia e uma abordagem mais racional e eficiente do uso dos solos, tendo em vista criar as necessárias condições para uma prevenção mais eficaz dos incêndios florestais e ao mesmo tempo uma gestão equilibrada e controlada do território, para além do retorno económico e sustentável que daí advirá.

Por outro lado, a reforestação das áreas ardidas deve constituir uma prioridade da política florestal, devendo ser planeada por equipas multidisciplinares e enquadrar-se nos respetivos Planos Municipais.

É importante e decisivo continuar com o cadastro predial da propriedade rústica, sendo porventura essencial aproveitar o potencial de proximidade das associações e dar prioridade às áreas organizadas. Atrevemo-nos a sugerir a necessidade do reforço na prioridade ao associativismo florestal, cabendo naturalmente ao Estado, promover maior estabilidade e maior responsabilidade no que concerne às Associações de Produtores Florestais, através de um regime de contratualização com o estado, em “modelo de subvenção global”, com plafonamento e autorregulação, criando concomitantemente um sistema de certificação e avaliação de desempenho das atividades.

9.8 - INCÊNDIOS FLORESTAIS

Ano após ano, Portugal continua a ser flagelado por vagas de grandes incêndios que têm vindo a consumir uma parte significativa da floresta nacional. Na Zona do Pinhal também os grandes incêndios têm feito enormes devastações causando a desmotivação económica dos proprietários para novos investimentos.

“Os incêndios ocorridos na Região Centro, no período compreendido entre os dias 17 e 21 de junho, atingiram grandes dimensões com efeitos particularmente graves nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Sertã, Góis e Penela. Ilustrativo dessa gravidade foi a ocorrência de 64 vítimas mortais, a elevada extensão da área ardida e o elevado impacto na vida e bens da população das áreas atingidas.

No que respeita a estimativas de áreas ardidas, segundo dados publicados pelo ICNF, os cinco grandes incêndios ocorridos em 17 de junho, contabilizam de forma conjunta cerca de 45.979 hectares, em: Sertã, Góis, Pampilhosa da Serra, Penela, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

Dos 9 concelhos referenciados no Relatório do ICNF, 7 foram particularmente afetados e alvo de inventariação particular de danos e prejuízos. Os concelhos de Alvaiázere e Ansião registaram uma área ardida com pouco significado, cerca de 3% da área florestal ardida e 1% de área agrícola ardida.

Por outro lado, no concelho de Pedrógão Grande ardeu 81% da sua floresta, sendo este valor de 66% para Figueiró dos Vinhos e de 56% para Castanheira de Pera. Nos restantes concelhos, embora em termos absolutos a floresta ardida corresponda a valores significativos, representa, no entanto, uma percentagem menor da respetiva área de floresta.

Para além da área florestal ardida com maior impacto, os concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande verificaram igualmente uma área agrícola ardida com significado (25% em média, sendo de 40% no concelho de Pedrógão Grande)⁵⁷.

De acordo com dados da Autoridade Nacional da Proteção Civil, as causas dos incêndios florestais são várias, mas na sua grande maioria estão relacionadas com fatores de origem humana, quer por negligência e acidente (queimadas, queima de lixos, lançamento de foguetes, cigarros mal apagados, linhas elétricas, etc), quer intencionalmente. Os incêndios de causas naturais correspondem a uma pequena percentagem do número total de ocorrências.

As condições meteorológicas e as mudanças climáticas, podem condicionar fortemente o risco de incêndio e a sua rápida propagação (direção e intensidade do vento, humidade relativa do ar, temperatura), do grau de secura e do tipo do coberto vegetal, bem assim como a orografia do terreno e acessibilidades ao local do incêndio.

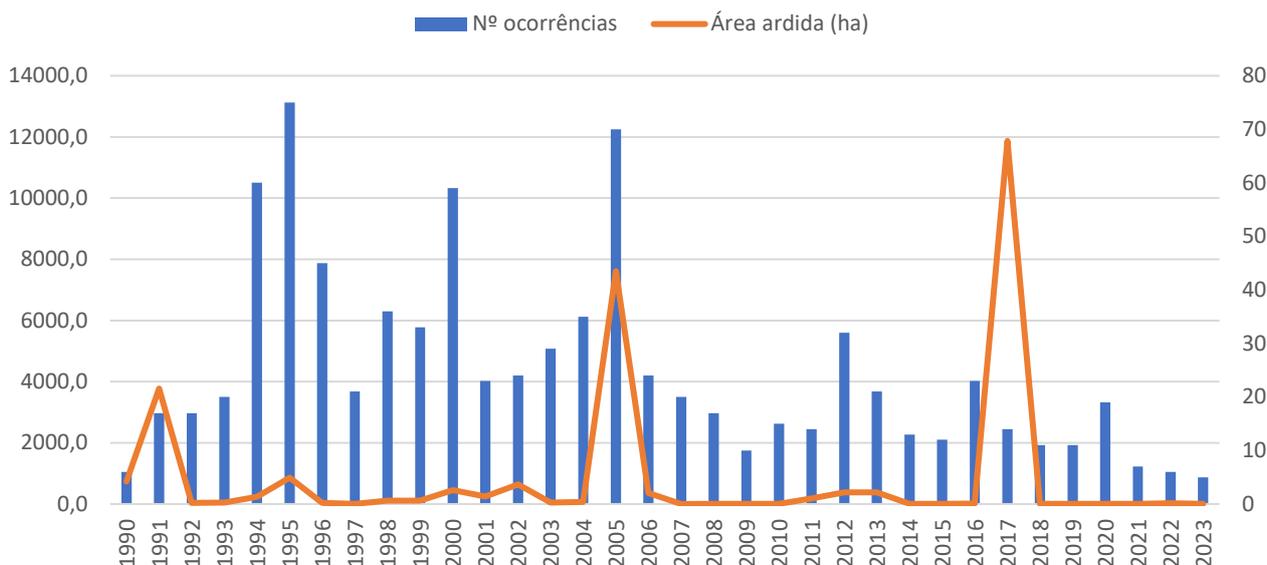
Em termos de acessibilidades às zonas florestais, o concelho de Figueiró dos Vinhos é servido por 186 troços de caminhos florestais, com larguras cujos valores variam num intervalo entre os 3 e os 5m, totalizando uma extensão de cerca de 285 Km, acrescendo ainda a rede viária classificada (IC3, IC8, EN347 e a rede de estradas e caminhos municipais), que totalizam cerca de 226 Km.

Relativamente ao número de ocorrências e áreas ardidas registadas no concelho, nos últimos anos (1990-2023), podemos verificar pela análise do gráfico seguinte que, o maior número de ocorrências registadas ocorreu em 1994 (60), 1995 (75) e 2005 (60). No total, neste intervalo temporal, foram registadas 844 ocorrências, com uma área ardida de 28.281,45 ha.

Quanto à área ardida, o ano de 2017 foi, sem dúvida, o mais devastador, tendo ardido, no total, 11.870 ha de floresta, mato e terrenos agrícolas.

G. 68 - INCÊNDIOS FLORESTAIS NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS NO PERÍODO 1990/2023

⁵⁷ In Relatório de Incêndios na Região Centro 17 a 21 de junho de 2017, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Coimbra, 30 de junho de 2017.



Fonte: INE e PORDATA

No combate e prevenção dos incêndios florestais, para além da vasta rede de caminhos já mencionada mas que é necessário manter e reforçar, a existência de estruturas de armazenamento de água, constitui um elemento absolutamente decisivo nas ações de combate a incêndios.

Os pontos de água identificados no concelho de Figueiró dos Vinhos são ao todo 39⁵⁸ e subdividem-se em estruturas de armazenamento de água fixas e planos de água. As estruturas de armazenamento de água, são estruturas cuja localização é independente da rede hidrográfica, e que no caso deste concelho correspondem a tanques construídos em exclusivo para o efeito e piscinas cujas características se tornam aptas para ações de combate a incêndios. Os planos de água são massas de água, cuja dimensão pode ser muito variável e que se encontram geralmente integradas na rede hidrográfica natural, de que são exemplo as albufeiras e os açudes.

Recentemente, foi concluído o projeto do Centro Municipal de Proteção Civil na zona do Cabeço do Peão, inserido numa área que abrange o Centro de Meios Aéreos que serve de base logística as equipas da UEPS⁵⁹, o Heliporto onde se encontra o meio aéreo de apoio ao DECIR, o posto de Vigia, a Unidade Local de Formação de Bombeiros, bem como o parque de máquinas do Município. Este espaço permite de forma autónoma e capacitada dar resposta imediata às situações de emergência, cooperando naturalmente com outras entidades, como os bombeiros e a GNR.

O Centro de Meios Aéreos no concelho, já tinha sido alvo de ampliação em 2018 e que se tem revelado sobejamente importante no combate aos fogos florestais, permitindo a presença de um helicóptero para vigilância e intervenção durante os meses de Verão.

Relativamente aos meios humanos, os Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, com sede na vila têm ao seu serviço duas EIP (Equipa de Intervenção Permanente), compostas por 10 elementos no total e atuam durante o ano inteiro. Na época estival, ou seja, no período de maior probabilidade de risco de incêndio, o quartel, conta também com duas equipas ECIN (Equipa de Combate a Incêndios) e uma equipa ELAC (Equipa Logística de Apoio a Combate) no

⁵⁸ Os pontos de água encontram-se distribuídos no concelho da seguinte forma: 11 em Aguda, 8 em Arega, 11 em Campelo, e 9 na União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas.

⁵⁹ Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS) sucedeu ao Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS).

período de 1 de julho a 30 de setembro, com 12 elementos no total, além disso, conta também com duas equipas ECIN, durante o período de 15 de maio a 30 de julho e de 1 de outubro a 15 de outubro, contando com 10 elementos que atuam 24 horas por dia. Ademais de realizarem a primeira intervenção e combate a incêndios, estas equipas realizam ainda ações de vigilância.

Paralelamente à ação dos bombeiros existe a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro que se encontra, na dependência do comando-geral da GNR e iniciou as suas funções no ano de 2006. A UEPS tem como missão específica a execução de ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente na ocorrência de incêndios florestais. Em Figueiró dos Vinhos, aquele grupo encontra-se sediado no C.M.A (Centro de Meios Aéreos) sendo constituído por 21 elementos, munidos de 3 viaturas das quais duas delas estão equipadas com kits de combate a incêndio, operando em toda a região norte do Distrito de Leiria, podendo eventualmente prestar apoio a outras regiões do Distrito ou fora deste.

Importa ainda sublinhar o papel importante dos Sapadores Florestais, sendo fundamental apostar na sua qualificação profissional e ter um protocolo claro com a ICNF, nomeadamente, ao nível das obrigações emergentes da relação laboral no período em que prestam serviço público. Os seis Sapadores Florestais que neste momento integram a Associação de Produtores Agroflorestais do concelho de Figueiró dos Vinhos, têm vindo a desenvolver um trabalho meritório traduzido na limpeza e manutenção dos espaços silvícolas e ainda do espaço florestal, procurando-se, por essa via, atenuar a tendência natural do espaço florestal poder vir progressivamente a invadir e a ocupar solo predominantemente agrícola que deverá ser salvaguardado e preservado em nome do equilíbrio ecológico e da própria economia local.

A prevenção de incêndios tem constituído uma prioridade para a Autarquia, materializada na abertura de novos caminhos florestais, construção de pontos de água, como na vigilância florestal, que se tem procurado reforçar, destacando-se neste domínio o trabalho desenvolvido pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

No entanto, o combate aos fogos florestais, como o temos vindo a assinalar, passa pela prevenção e pela sensibilização da população para a preservação deste recurso natural tão precioso.

A criação e aplicação de Planos de Ordenamento Florestal pela Câmara Municipal poderão, como já evidenciámos, contribuir para atenuar este problema e este flagelo.

Concentrando-nos neste relevante objetivo, identificados que estão os problemas e as suas causas, atrevemo-nos a deixar alguns contributos que se poderão revelar pertinentes no âmbito desta reflexão:

- ✚ Necessidade de prosseguir o propósito de sensibilizar os cidadãos para a importância do seu envolvimento, através da comunicação imediata dos alertas, utilizando para o efeito os números de emergência.
- ✚ É essencial mobilizar a iniciativa dos proprietários florestais, das suas organizações e das populações locais para a gestão ativa e defesa da floresta contra incêndios e captar novos investidores para a floresta, através de uma política fiscal desenhada pela Administração Central, que contemple a componente financeira e de garantia de risco, articulada com os novos e já existentes instrumentos de organização e gestão florestal.

- ✚ Continuar o esforço na promoção de campanhas que contrariem os comportamentos de risco durante o período crítico dos incêndios florestais, designadamente o lançamento de foguetes e a queima de sobrantes da atividade agrícola e florestal.
- ✚ Dotar de mais e melhores acessos as áreas que apresentam elevada vulnerabilidade aos incêndios, privilegiando a conservação e limpeza dos existentes, facilitando por essa via a intervenção e a operacionalização dos meios terrestres envolvidos no combate aos incêndios florestais.
- ✚ Apostar numa política de gestão de combustíveis com recurso à técnica do fogo controlado, numa perspetiva de cooperação plena, quer com a equipa de sapadores florestais, com o Poder Local, e com as populações que habitam em áreas mais expostas ao risco, quer naturalmente com os Bombeiros Voluntários, num esforço concertado e tutelado pelo ICNF, Entidade que superintende nesta matéria.
- ✚ Importará ainda assegurar e aperfeiçoar a cooperação institucional designadamente com a GNR (SEPNA/UEPS) Autoridade Nacional da Proteção Civil, Policia Judiciária e ICNF.

Dito isto, e tendo em consideração o forte impacto económico, paisagístico e social que o incêndio de junho de 2017 provocou no concelho de Figueiró dos Vinhos, permita-se-nos uma breve reflexão que tem no âmbito deste capítulo e deste trabalho interpelar o nosso futuro coletivo.

De facto, na nossa perspetiva a ameaça que incide sobre a nossa floresta tem de ser encarada como uma ameaça ao futuro do País.

Independentemente da pertinência de um conjunto de questões que se podem colocar acerca das causas que originaram esta tragédia coletiva, o País tem de ir muito para lá das perguntas de contexto.

O País precisa de agir com determinação e de um conjunto de instrumentos legislativos, que como temos vindo a observar ao longo dos últimos anos têm vindo finalmente a ser produzidos, para além de meios capazes de debelar o problema que parece estar para lá das nossas capacidades atuais e é aqui que reside o ponto em que se deve reposicionar o interminável debate em torno do ordenamento florestal, quase ausente nas últimas décadas.

O ordenamento florestal é naturalmente uma prioridade nacional, mas não deixa de ser uma medida paliativa para um problema de dimensões colossais aliado a outros fatores de ainda mais difícil controlo - o aquecimento global. O planeta está a aquecer, Portugal está a aquecer e as nossas florestas, altamente permeáveis ao fogo, parecem ser as primeiras vítimas dessas mudanças profundas.

De facto, o incêndio que atingiu o concelho em Junho de 2017 com as proporções que assumiu, era algo inimaginável há uns anos atrás e não houve defesa natural possível a um fenómeno de tal intensidade.

Portanto, os incêndios florestais tornaram-se uma preocupação continua, especialmente depois dos grandes incêndios de 2017, por tudo aquilo que acarretam, principalmente em matéria de proteção civil. Deste modo, e com o propósito de proteger as populações localizadas na interface urbano-florestal, o Governo criou dois programas, denominados “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de outubro, onde

estabeleceu um conjunto de medidas destinadas a introduzir “uma reforma sistémica na prevenção e combate aos incêndios florestais, estendendo-se a outras áreas da proteção e socorro”.

Sucintamente, estes programas têm por objetivo “a proteção de pessoas localizadas na interface urbano-florestal, através da implementação e gestão de zonas de proteção e locais de refúgio nos aglomerados, bem como da sensibilização das populações para a prevenção de comportamentos de risco e para a adoção de medidas de autoproteção e de preparação face a incêndios rurais, por forma a reforçar a sua segurança”. No caso do concelho de Figueiró dos Vinhos, foi implementado este projeto na localidade de Arega.

De modo pragmático e sabendo nós que há um terço da área do País em risco e milhares de pessoas residentes em zonas mais vulneráveis, não conseguimos aferir se teremos recursos, energia, meios humanos, ciência ou perseverança para responder a este dramático desafio.

Finalmente, e em jeito de conclusão no que a este capítulo se refere, não podemos deixar de referir que a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos atenta que está a toda esta complexa e problemática matéria, sensibilizados que estão os autarcas do concelho para a importância da floresta no contexto económico, ambiental, turístico e paisagístico, tem vindo a promover uma estratégia de gestão e ordenamento do espaço rural, nomeadamente ao nível da interface urbano-florestal, promovendo designadamente a elaboração dos pertinentes instrumentos de ordenamento do território que permitam no futuro consolidar e assegurar a concretização desses mesmos superiores objetivos.

9.9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O concelho de Figueiró dos Vinhos tem desenvolvido nas últimas décadas um esforço considerável para dotar o concelho de infraestruturas e equipamentos que correspondam às exigências impostas pelas políticas comunitárias de ambiente. Trata-se de um caminho que não está acabado, sendo que a sensibilização e consciencialização dos cidadãos para as questões ambientais deverá ter um incremento permanente.

A floresta no concelho de Figueiró dos Vinhos marca a matriz da paisagem, sendo considerada um polo fundamental para a conservação da natureza, no entanto as alterações socioeconómicas registadas nas últimas décadas, nestes territórios do interior, influenciaram alterações dos ecossistemas, e trouxeram o despovoamento humano e o aumento da carga combustível, com os inevitáveis incêndios florestais.

A floresta assume, naturalmente, um papel preponderante no âmbito dos recursos naturais, destacando-se por uma importância cada vez maior a nível ecológico, económico e social. As suas funções repercutem-se na produção de um vastíssimo número de bens com realce para a influência na regularização dos regimes hídricos, diminuição dos teores de dióxido de carbono na atmosfera, proteção do solo, habitat de animais, lazer, etc.

Estamos em crer, que neste domínio da Defesa e Proteção da Floresta que tem vindo ciclicamente a ser fustigada no nosso concelho com a propagação dos incêndios florestais a que nos temos vindo a referir noutros domínios do presente trabalho, começam a existir sinais fortes que poderão contribuir para atenuar a dimensão deste problema que tem penalizado o ambiente, a paisagem e naturalmente a economia local.

Referimos a título de exemplo duas questões que inseridas que estão na reforma do ordenamento florestal em curso, poderão constituir oportunidades de intervenção prática e consequente, tendo em vista os superiores interesses da defesa futura do património florestal.

Desde logo a vinda para o concelho de Figueiró dos Vinhos de uma Empresa Pública que supostamente poderia estar localizada na capital do País e que aqui foi implementada, para naturalmente conviver mais de perto e estar mais próxima desta realidade. A Florestgal - Empresa Pública de Desenvolvimento e Gestão Florestal, constitui só por si um excelente sinal de uma nova abordagem e visão para uma nova política de prevenção e ordenamento florestal.

Por outro lado, inserida neste contexto, sinalizámos também como uma oportunidade a importância de que se reveste a publicação da Lei 77/2017, de 19 de julho, que consubstancia um novo regime de arborização e rearborização do eucalipto e que naturalmente conduzirá à implementação de um novo mosaico neste contexto concreto, no médio/longo prazo. Sucintamente o objetivo do novo Regime aplicável às ações de arborização e rearborização, não é impedir a plantação, mas sim travar a expansão de eucalipto que como sabemos do ponto de vista técnico tem o inconveniente de possuir características intrínsecas, como óleos essenciais inflamáveis, e um tipo de casca que lança projeções incandescentes até centenas de metros e que provocam focos secundários. Não se trata, portanto, de impedir a sua plantação, mas sim obrigar a que as novas plantações sejam realizadas com a libertação dos terrenos usados para produzir eucalipto, de forma a poder albergar outro tipo de árvores.

Este é também o princípio enunciado e defendido pela Estratégia Nacional Florestal em curso que transfere a responsabilidade da gestão nacional da área global do eucalipto para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF, medida esta que nos parece assertiva.

Efetivamente, no que ao ambiente se reporta, nomeadamente ao vetor que tem reflexo imediato e direto na qualidade de vida da população do concelho e na saúde pública, e que se traduzirá, no futuro, numa mudança de paradigma que só a interação, conjugação de esforços e entendimento supramunicipal, poderão permitir e consentir.

Como já mencionado anteriormente, o concelho de Figueiró dos Vinhos integra, conjuntamente com Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Gois, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares a Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA.

Este projeto visa o desenvolvimento de uma gestão económico-financeira eficiente e sustentável dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos urbanos através de uma única entidade profissional representativa dos municípios e centrada exclusivamente neste serviço público que se pretende melhorar, otimizar ao nível dos tarifários e gerar oportunidades de atratividade para empresas ou famílias que se queiram vir a fixar neste território.

Será este o caminho desejável e do ponto de vista racional e pragmático o modelo adequado à concretização de infraestruturas básicas, entre outras a construção/reabilitação de sistemas de abastecimento de água potável e sistemas de tratamento de águas residuais, numa lógica de direcionar melhor qualidade de vida para as populações que aqui residem.

Como oferta de bens e recursos, Figueiró dos Vinhos, dispõem de diversos espaços dedicados ao recreio e lazer, inseridos na natureza, são mais utilizados na época estival (praias fluviais e parques de merendas). Dispõem de uma

rede de percursos de natureza, no sentido de proporcionar a quem nos visita uma autonomia na circulação por alguns dos sítios mais belos no nosso território.

Neste âmbito, destacamos a Grande Rota do Zêzere, projeto liderado pela ADXTUR e que conta com um traçado pedonal desde a nascente em Manteigas até à Foz em Abrantes. Esta rota percorre o concelho de Figueiró dos Vinhos na sua parte sul, moldando os contornos do Rio Zêzere.

Das paisagens panorâmicas, destacamos a parte norte do concelho que integra a Rede Natura 2000, sítio Serra da Lousã, com passagem pelas aldeias típicas de xisto em que realçamos o lugar do Casal de São Simão e a sua natureza envolvente de uma riqueza geológica e botânica ímpar.

Destacamos também as condições para a prática de BTT e TT, onde são realizados regularmente eventos e provas dinamizados por associações locais, havendo também empresas de animação turística que oferecem soluções à medida de cada grupo ou visitante.

Deixamos, no entanto, uma preocupação, que atendendo à emergência social e ambiental que acarreta não pode ser desvalorizada, trata-se do combate às alterações climáticas, como um dos desafios fundamentais do século XXI, sendo que as atividades humanas libertam para a atmosfera gases com efeito de estufa, o mais significativo dos quais é o dióxido de carbono (CO₂). O aumento da concentração destes gases está já a afetar o clima e as previsões apontam para que os efeitos sejam cada vez mais sensíveis: aumento da temperatura global, furacões mais frequentes e destruidores, retração das calotes polares do Ártico e seca extrema em algumas regiões do globo, enquanto outras são cada vez mais afetadas por inundações.

Importa por isso reforçar a qualidade ambiental do Município, participar nos compromissos do Estado Português face ao Tratado das Alterações Climáticas e promover a importância que a Floresta tem para o concelho e para a região.

10 - AÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

10.1 - ANÁLISE SWOT DA AÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

FORÇAS

- Existência de 3 instituições de cariz social dinâmicas e interventivas (Santa Casa da Misericórdia e Comissão de Melhoramentos de Aguda e Arega);
- Diversidade de equipamentos sociais (ERPI's, SAD, Cantina Social; Centro de Dia, Centro de Convívio, CACI, Lar Residencial, Centro Comunitário, Creche, Jardim-de-Infância e UCCI);
- Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos; Regulamentos de Apoios Municipais (Figueiró Cuida +, Cartão Sénior+ ...);
- Serviço Local de Segurança Social;
- Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos;
- Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos;
- Rendimento Social de Inserção, Complemento Solidário a Idosos/as e Prestação Social de Inclusão;
- Balcão da Inclusão;
- Conselho Local de Ação Social – CLAS;
- CPCJ, Intervenção Precoce e Garantia para a Infância;
- POAPMC;
- Ass. SSVF – Soc. S. Vicente de Paulo;
- IEFP e Centro de Formação Profissional do IEFP;
- Parque Empresarial.

FRAQUEZAS

- Desemprego;
- Fraco tecido empresarial estrutural;
- Falta de hábitos e oportunidades de trabalho;
- Escassez de mão-de-obra especializada/qualificada e não só;
- Insuficiência de rendimentos de algumas famílias;
- Dependência dos serviços;
- Famílias multiassistidas;
- População envelhecida e com reformas baixas;
- Falta de consciência empreendedora para a criação do próprio emprego;
- Habitação degradada;
- Barreiras arquitetónicas;
- Dependências – alcoolismo e aumento do consumo de drogas;
- Existência de listas de espera em valência de ERPI, Centro de Dia e Creche;
- Isolamento sociogeográfico de idosos/as;
- Inexistência de resposta para doentes de Alzheimer e outras demências.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2030;
- Radar Social;
- CLDS 5 G.

AMEAÇAS

- Envelhecimento e isolamento da população;

10.2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:

-  Insuficiência de rendimentos de algumas famílias;
-  Listas de espera em ERPI, Centro de Dia e Creche;
-  Insuficiência de serviços de proximidade à população mais isolada e carenciada;
-  Isolamento sociogeográfico;
-  Inexistência de resposta para doentes de Alzheimer e outras demências.

10.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

A crise económica e financeira à escala global, que atingiu nos últimos anos o País, as regiões e os concelhos; as novas dinâmicas sociais, o acentuar da desigualdade, da pobreza e da exclusão social, a falta de condições satisfatórias de vida que atinge uma multiplicidade de agregados, o desemprego, o isolamento e a solidão, a ausência de perspetivas de futuro para os mais jovens, a quebra de determinados valores assentes na justiça e na solidariedade, o aumento da violência doméstica, e uma sociedade que se revela cada vez mais materialista e egocêntrica, constituem por si só justificação para a necessidade premente de uma reflexão aprofundada que permita inverter toda esta trajetória negativa, assumindo os poderes públicos e os diversos agentes sociais com responsabilidade na sociedade civil estes enormes desafios que se colocam nos dias de hoje.

Toda esta problemática que concorre para o enfraquecimento da sociedade a todos os níveis, implica encetar um esforço coletivo, devidamente organizado e articulado e em rede, aproveitando o conjunto de sinergias existentes, no sentido de responsabilmente e com a determinação que se impõe, materializar e concretizar soluções que vão ao encontro das necessidades diagnosticadas, nomeadamente no que concerne ao empreendimento de políticas assertivas nas áreas da saúde, do emprego, da educação, da habitação e de outras correlacionadas com as preocupações evidências.

Torna-se imperativo encarar o território como um espaço de solidariedade que importa aprofundar, criando as condições indispensáveis para que na prática se torne possível o estabelecimento de formas dinâmicas de parceria que possam contribuir para a prevenção e erradicação da pobreza, onde ela subsista, e que concomitantemente possam concorrer para auxiliar os grupos de cidadãos mais vulneráveis como sejam as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência os idosos ou outros.

O contexto de pandemia levou a que a população tivesse de enfrentar, mais ainda, um isolamento social significativo devido às medidas de confinamento. Em populações onde o isolamento social já era uma problemática existente, esta acabou por se sentir de forma mais intensa. Este contexto causou um aumento da solidão, com impacto na saúde mental. As redes de apoio informal, como familiares, vizinhos e amigos, tornaram-se importantes, mas foram desafiadas por todas as restrições e distanciamento social. Os serviços de apoio domiciliário foram reforçados, como forma de garantir que a população, em especial idosos isolados, recebessem cuidados adequados e apoio necessário. Foram reforçados serviços e foi desenvolvido um trabalho de colaboração entre o município e instituições locais de modo a rentabilizar os esforços e maximizar o impacto das medidas de apoio. A resposta comunitária e o apoio mútuo demonstraram resiliência e capacidade de adaptação da população local.

Importa referenciar no enquadramento que estamos a encetar, que estes mesmos grupos vulneráveis que acabamos de descrever têm merecido do Poder Local e das Instituições existentes com responsabilidades em matéria de ação social, prioridade de atuação, através da aplicação de políticas sociais concretas e adequadas, no sentido de atenuar muitas das situações problemáticas sinalizadas, contribuindo desse modo para um desenvolvimento social mais justo e integrado, pese embora os constrangimentos financeiros conhecidos.

Como temos vindo a defender noutros capítulos e a propósito de outros temas, também neste domínio crucial para um verdadeiro desenvolvimento do concelho, importa conjugar esforços e agir concertadamente a nível local, regional e nacional.

Aliás, é a própria Lei Fundamental do País que consagra o princípio da proteção social, assumindo no seu art.º 63º, que as políticas sociais de âmbito nacional, visam garantir à população um conjunto de direitos e de proteção em determinadas situações de risco social, motivadas pelo desemprego, pela doença, pela velhice e pela falta de recursos económicos.

Desejamos neste capítulo dedicado à proteção e ação social, referenciar e dar a conhecer o trabalho levado a efeito pelas Instituições locais que prestam apoio à população do concelho, prestando ao mesmo tempo informação estatística relativa aos/às pensionistas, beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI), Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), desempregados, para além de outras medidas implementadas no âmbito da ação social, designadamente no que se refere à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

10.4 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS:

SANTA CASA DA MISERICORDIA

A Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos é uma instituição histórica, cuja existência remonta ao séc. XVI, e que tem desempenhado ao longo dos tempos, um papel essencial no apoio aos mais desfavorecidos.

Na sequência da reabilitação da sua atividade, que se registou há algumas décadas, a Santa Casa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, e tem como objetivos o apoio à família, à criança, à velhice, a pessoas portadoras de deficiência e também à comunidade em geral.

Para concretizar a sua missão dispõe das seguintes valências: Estrutura Residencial para Idosos - ERPI, ERPI - para Dependentes, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Apoio Domiciliário Integrado, Creche e Jardim de Infância, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)⁶⁰, Lar Residencial, Unidade de Cuidados Continuados e Centro Comunitário. Integra ainda, no âmbito do Programa de Emergência Social, a Rede Solidária de Cantinas Sociais e o POAMC.

T. 41 - UTENTES DOS SERVIÇOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2023)

Valência	Média de utentes 2023	Entradas em 2023
Creche	37	15
Jardim-de-Infância	24	1
ERPI'S	59	14
Centro de Dia	4	3
Serviço de Apoio Domiciliário	35	12
Serviço de Apoio Domiciliário Integrado	14	3
CACI	29	0
UCCI - UMDR	15	71
UCCI - ULDM	9	24

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos, 2018

O alargamento dos serviços prestados tem vindo a ser assegurado de forma gradual e articulada e tem acompanhado, em certa medida, o desenvolvimento que a área social tem registado nas últimas décadas, nomeadamente no que diz respeito ao investimento em novos equipamentos.

A atividade desenvolvida abrange todas as áreas de assistência e o seu alcance engloba a população do concelho e da região, conforme as atribuições que foram assumidas no âmbito dos Acordos de Cooperação, celebrados com o Instituto da Segurança Social, e da articulação de responsabilidades decorrentes da participação na Rede Social do concelho, porém, a existência de listas de espera é uma realidade nalgumas valências, com especial destaque para a ERPI, que em 2023 tinha 338 possíveis utentes em lista de espera (208 do sexo feminino e 130 do sexo masculino).

A Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos dispõe atualmente de um quadro de pessoal com 129 trabalhadores com vínculo permanente e cerca de 20 prestadores de serviços. O quadro de pessoal é estável e flexível e é composto, na sua maioria por profissionais qualificados na área de apoio direto aos utentes das diversas respostas sociais. A

⁶⁰ Criado pela Portaria n.º 70/2021, de 26 de março, sucede e substitui o antigo Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).

instituição dispõe também de um conjunto de técnicos com qualificação superior em áreas sociais e administrativas, que prestam apoio ao funcionamento das valências, de forma exclusiva ou partilhada, conforme as necessidades da instituição.

Importa ainda realçar o papel determinante desta instituição no desenvolvimento de projetos sociais de âmbito comunitário, na qualidade de entidade promotora e em parceria com a Câmara Municipal e outras instituições, dos quais salientamos o PAII, o PLCP, Ser Criança, POEFDS, Progride, CLDS, Elos com Futuro, Bairros Saudáveis, entre outros, que nas últimas décadas têm feito a diferença no apoio social aos públicos mais vulneráveis.

Relativamente à Unidade de Cuidados Continuados Integrados - U.C.C.I. da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), criada no âmbito do Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social, constitui a resposta socialmente organizada no nosso país para fazer face às necessidades das pessoas com dependência funcional, dos doentes com patologia crónica múltipla e das pessoas com doença incurável em estado avançado e em fase final de vida.

A U.C.C.I. de Figueiró dos Vinhos tem 2 tipologias: Unidade Media Duração e Reabilitação (UMDR) e Unidade Longa Duração e Manutenção (ULDM). A proveniência dos utentes é essencialmente de fora do concelho. Durante o ano de 2023, dos 71 utentes que passaram pela UMDR, 12 eram de Figueiró dos Vinhos e 59 eram de outras áreas geográficas. Relativamente aos 24 utentes que passaram pela ULDM, 10 eram de Figueiró dos Vinhos e 14 eram provenientes de outras áreas geográficas. Relativamente à média de idades, na UMDR foi de 76,25 anos, enquanto na ULDM foi de 80,5 anos. A taxa de ocupação mensal das duas unidades da UCCI é de 100%.

COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA FREGUESIA DE AGUDA

A Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda serve apenas esta freguesia e possui atualmente 2 valências: Apoio Domiciliário⁶¹ e Centro de Convívio⁶².

Noutro âmbito, a Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda oferece também à comunidade envolvente o serviço de “Loja Social” e o “Centro Local de Ajudas Técnicas”, através da cedência de ajudas técnicas a quem delas necessite.

Com estatutos aprovados e registados desde maio de 1992, constitui-se como IPSS e iniciou em fevereiro de 1994 a valência de Apoio Domiciliário, no sentido de minimizar as disfunções familiares e sociais existentes na população idosa e carenciada, quer ao nível da quebra do isolamento a que se viam confinadas, quer à melhoria da sua qualidade de vida. De um acompanhamento inicial prestado a 7 utentes, atualmente são acompanhados 56 nesta valência.

Em 2002 teve início a valência de Centro de Convívio. Com capacidade para 20 utentes presta apoio a 15 e tem-se revelado uma mais-valia para a população idosa, proporcionando-lhes a possibilidade de sair das suas casas e de conviver com outras pessoas com os mesmos problemas, numa lógica de partilha, num espaço central e privilegiado.

⁶¹ A valência de Apoio Domiciliário tem capacidade para 62 utentes e presta apoio a 56, comparticipados pela Segurança Social.

⁶² A valência de Centro de Convívio tem capacidade para 20 utentes e presta apoio a 15, comparticipados pela Segurança Social.

Ao nível dos Recursos Humanos, fazem parte dos quadros desta Instituição 14 trabalhadores (1 Técnica Superior de Serviço Social, 1 administrativa (1/2 tempo), 1 cozinheira, 1 Ajudante de Cozinha, 1 trabalhadora auxiliar (1/2 tempo), 1 lavadeira e 12 ajudantes de ação direta); 1 economato.

Importa ainda referir que a Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda, para além da sua vertente social, desenvolve também atividades noutros âmbitos, cultural, recreativo, desportivo, defesa do património e outros de interesse local.

A Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda presta assistência através do Centro de Convívio a 15 utentes e do Apoio Domiciliário a 56 utentes, num total de 71 utentes.

A capacidade total do estabelecimento é de 83 utentes dos quais 63 podem receber o apoio domiciliário (56 com acordo de participação) e 20 centro de convívio (15 com acordo de cooperação). Esta capacidade é tida como suficiente nas duas valências e, nos últimos 5 anos, não houve qualquer potencial utente que tenha ficado em lista de espera.

O estabelecimento possui 8 viaturas para o serviço de apoio domiciliário e 2 carrinhas de 9 lugares que asseguram o transporte dos utentes para o Centro de Convívio; 4 destinadas ao transporte de refeições; 1 viatura de apoio comercial e 1 de 5 lugares.

Esta IPSS tem como objetivos e projetos:

- ✚ A construção, de raiz, de uma ERPI, para a qual já existe um projeto elaborado, de acordo com a legislação em vigor;
- ✚ Obras de ampliação e reestruturação da lavandaria e cozinha existente na infraestrutura onde funcionam as valências de Apoio Domiciliário a Idosos e Centro de Convívio, de acordo com as exigências legais, com necessidade de aquisição de equipamentos e construção de balneários e sala de refeições para as funcionárias da Instituição;
- ✚ Obras de requalificação na infraestrutura do Polidesportivo existente, ao nível de reparação de estrutura de implementação, cobertura, recinto de jogos, casas de banho, balneários e pintura;
- ✚ Obras de otimização do Parque de Lazer existente em Aguda, junto do recinto das Piscinas descobertas, com aquisição de equipamentos que permitam a sua utilização.

COMISSÃO DE MELHORAMENTOS E APOIO SOCIAL DA FREGUESIA DE AREGA

A Comissão de Melhoramentos e Apoio Social da Freguesia de Arega foi criada em 1996, sendo a sua área de abrangência a freguesia de Arega.

Iniciou a sua atividade com a valência de Serviço de Apoio Domiciliário, alargando mais tarde a sua intervenção face à necessidade sentida pela população idosa, com a criação das valências de Centro de Dia, Centro de Convívio e, mais tarde, de Estrutura Residencial para Idosos/as - ERPI, tendo em conta que a maioria dos/as idosos/as permanecia sozinha e isolada, manifestando vontade de sair de suas casas.

A Comissão dispõe hoje de uma estrutura de dimensão assinalável, prestando apoio a um número crescente de utentes. Tem procurado acompanhar a evolução, modernizando-se e apostando na qualidade do serviço prestado como garante da sustentabilidade.

O conjunto de valências torna hoje a Comissão de Melhoramentos a maior entidade prestadora de serviços da freguesia de Arega e uma das maiores do concelho e integra-se plenamente no conjunto das instituições da área social, estabelecendo parcerias e participando em projetos globais.

Dispõe de um quadro de recursos humanos de 29 trabalhadores, estável, diversificado, competente e flexível, capaz de se constituir como uma mais-valia na execução das suas atividades, composto por 1 Técnica Superior de Serviço Social (Diretora Técnica), 8 trabalhadoras auxiliares, 11 ajudantes de ação direta, 1 animadora, 3 cozinheiras, 2 ajudantes de cozinha, 1 lavadeira e 2 enfermeiras.

Para além deste quadro de pessoal, existe ainda a possibilidade de recorrer a programas de emprego específicos uma vez que o âmbito da sua atuação implica a existência de pessoal operacional que se encarregue da execução de tarefas sob coordenação e orientação superiores e no cumprimento das determinações legais.

T. 42 - UTENTES DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS E APOIO SOCIAL DA FREGUESIA DE AREGA

Assistência	Utentes		Total
	Masculinos	Femininos	
Centro de Dia	3	5	8
ERPI	4	27	31
Apoio Domiciliário	31	7	38
Centro de Convívio	1	3	4
Total	39	42	81*

* Alguns utentes de SAD integram também a valência de Centro de Convívio.

Fonte: Comissão de Melhoramentos e Apoio Social de Arega - 2018.

Esta entidade presta apoio a um total de 81 indivíduos, dos quais 38 em Serviço de Apoio Domiciliário - SAD, 31 em ERPI - Estrutura Residencial para Idosos/as, 4 em Centro de Convívio e 8 em Centro de Dia.

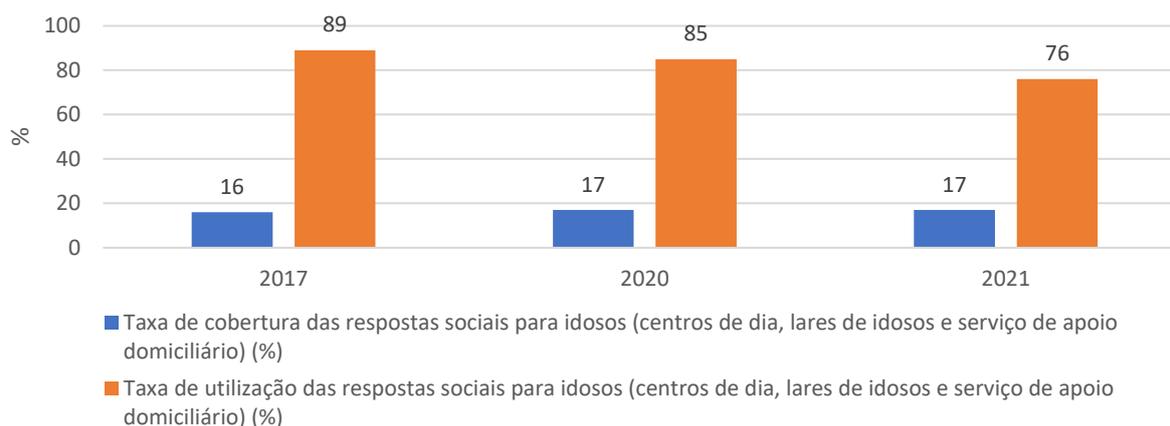
10.5 - TAXA DE COBERTURA E UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS:

De acordo com informação disponibilizada no DATACENTRO - CCDR, a taxa de cobertura⁶³ de respostas sociais para idosos (centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário) no concelho era, em 2017, de 16%, e em 2020 e 2021, 17%. Relativamente à taxa de utilização⁶⁴ das mesmas respostas sociais, esta representava, em 2021 76%, tendo sofrido uma quebra, comparando com os 89% de 2017.

G. 68 - TAXA DE COBERTURA E UTILIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA IDOSOS (CENTROS DE DIA, LARES DE IDOSOS E SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO) FIGUEIRÓ DOS VINHOS (%)

⁶³ Capacidade das respostas sociais centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário / População alvo (população com 66 e mais anos de idade) x 100.

⁶⁴ Utentes das respostas sociais centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário / Capacidade das respetivas respostas sociais x 100.



Fonte: Datacentro - CCDR

10.6 - APOIOS SOCIAIS

PENSIONISTAS

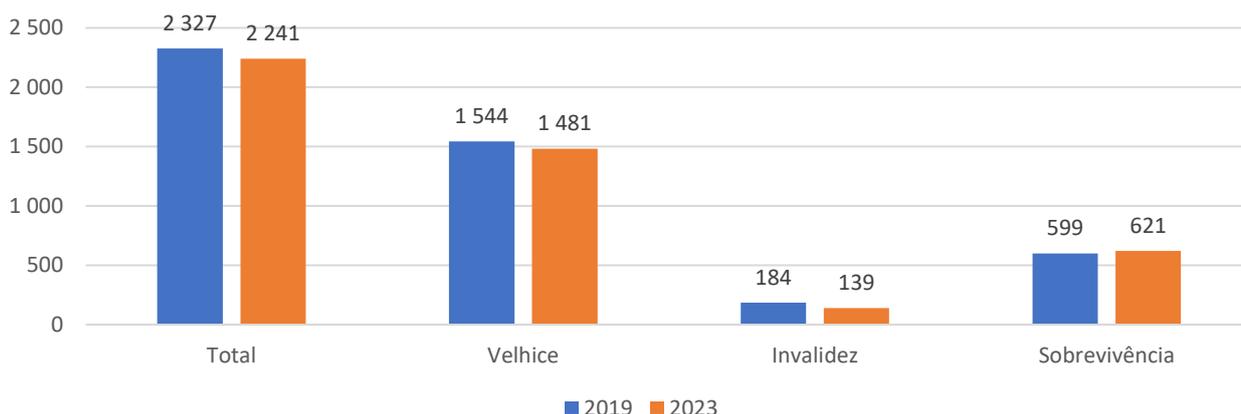
O principal desafio com que atualmente se depara o estado social português, reflete a realidade do envelhecimento demográfico, o conseqüente aumento do número de pensionistas e a sustentabilidade do próprio sistema de Segurança Social.

Por pensão entende-se todo o montante atribuído mensalmente ao beneficiário da segurança social (ou de outro regime) por velhice ou incapacidade ou a familiares após o falecimento. São consideradas pensões, todos os eventos que dão origem a pagamentos devido ao facto de a pessoa que a auferir deixar de ser capaz, por morte ou incapacidade, de proporcionar um rendimento para si próprio e para os seus dependentes.

É pensionista quem recebe uma ou mais pensões, tais como a pensão de velhice ou de sobrevivência. No caso específico da Caixa Geral de Aposentações, distingue-se entre quem recebe pensão de aposentação (aposentado), pensão de reforma (reformado) e outras pensões (pensionista).

O Regime Geral da Segurança Social estabelece, entre outros, a atribuição de pensões em caso de velhice, invalidez e morte (pensão de sobrevivência). A pensão de velhice é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos. Os idosos que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social podem aceder à pensão social de velhice. A pensão de invalidez é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem tem incapacidade permanente para trabalhar, mas não tem idade para se reformar. A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido.

O gráfico seguinte permite-nos aferir a evolução do número de pensionistas no concelho de Figueiró dos Vinhos, entre 2019 e 2023. De uma forma geral, assistimos a uma diminuição, ainda que ligeira, do número total de pensionistas no período em análise. Em 2023 o número total de pensionistas no concelho era de 2241, menos 86 que o registado em 2019.

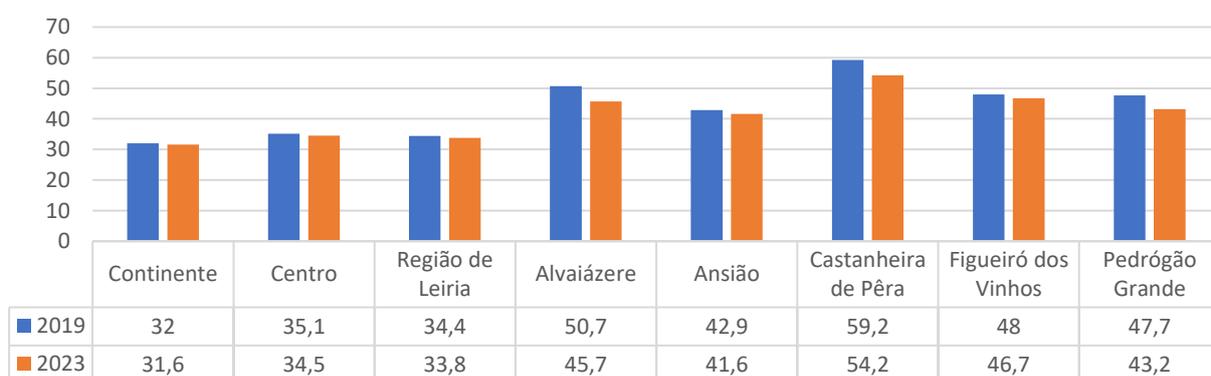


Fonte: PORDATA

Efetuada uma análise mais abrangente e comparativa da evolução do número de pensionistas relativamente à população em idade ativa, podemos verificar no gráfico que a seguir se apresenta que, em 2023, a nível nacional, a percentagem de aposentados no total da população residente com 15 ou mais anos, era 31,6%. Valores que aumentam ligeiramente nas NUT II e III. Nas três, existiu uma redução ligeira se comparado com 2019.

A nível concelhio, os valores são mais elevados do que a média nacional e regional. No concelho de Figueiró dos Vinhos, em 2023 era 46,7%, tendo reduzido ligeiramente comparando com os 48% de 2019. Nos restantes concelhos do norte do distrito de Leiria, os valores são semelhantes, sendo o município da Castanheira de Pera aquele que tem valores mais altos, ultrapassando os 50%. Em todos os concelhos existiu uma redução da percentagem de pensionistas de 2019 para 2023.

G. 70 - PENSÕES DA SEGURANÇA SOCIAL E CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS (%)

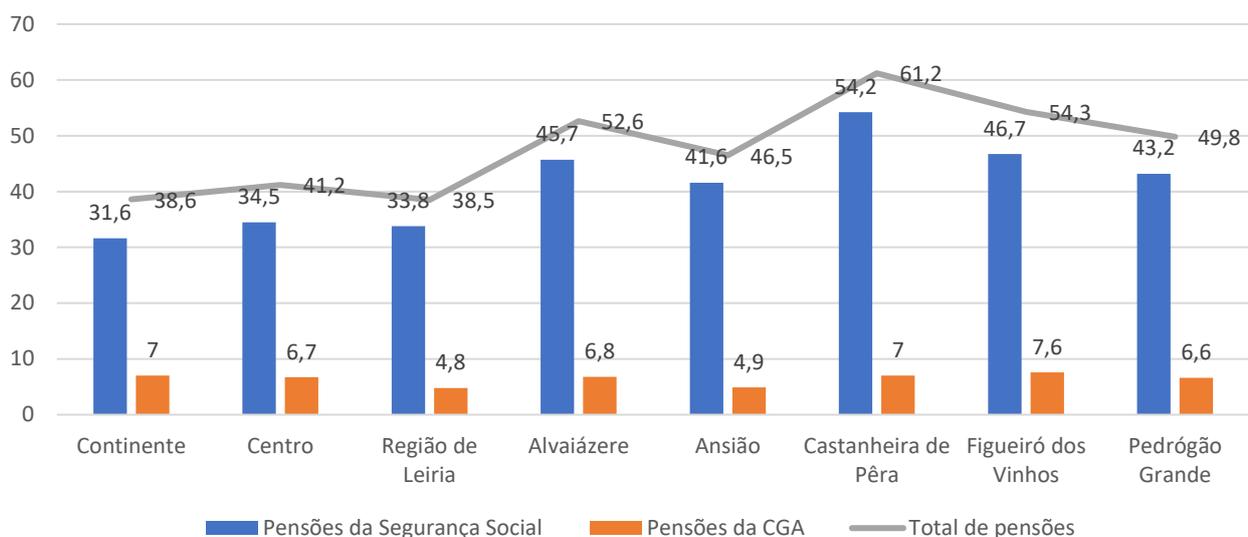


Fonte: PORDATA

Relativamente à distribuição dos pensionistas pelos regimes mais comuns (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações), verificamos no gráfico seguinte, uma predominância de pensões atribuídas no âmbito do Regime Geral da Segurança Social. A nível nacional, em 2023, no total da população com 15 ou mais anos, 7% auferiam uma pensão pela Caixa Geral de Aposentações, e 31,6% pelo Regime Geral da Segurança Social.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, dos cerca de 54% de pensionistas, 43,2% auferiam pensão pelo Regime Geral de Aposentações, e 7,6% pela Caixa Geral de Aposentações. Nos restantes concelhos do norte do distrito de Leiria, o cenário é semelhante.

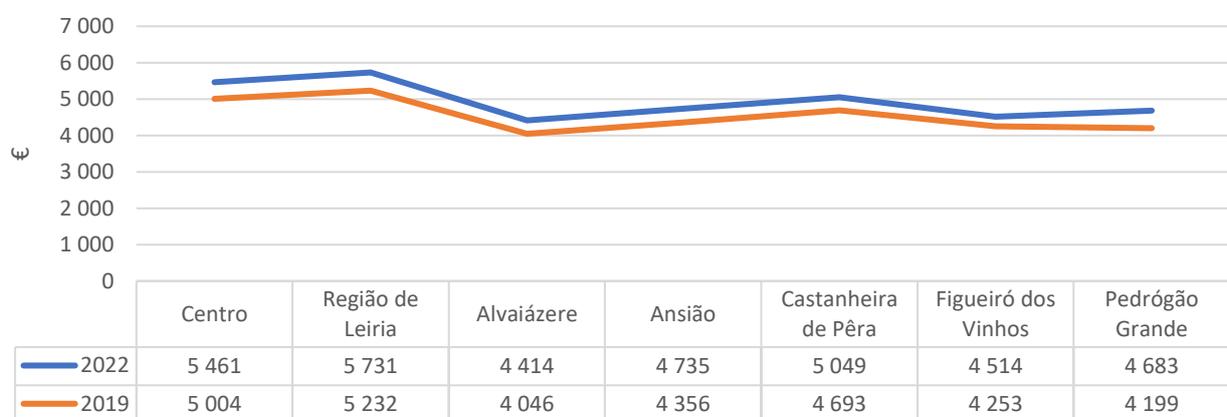
G. 71 - PENSÕES DA SEGURANÇA SOCIAL E CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS (%), 2023



Fonte: Pordata

O gráfico seguinte, permite analisar o valor médio anual das pensões auferidas pelos beneficiários em 2022, ano com dados mais recentes, e em 2019. A nível nacional, em 2019, o valor anual era de 5004€, subindo para 5461€ em 2022. No concelho de Figueiró dos Vinhos, os valores para os anos em análise são mais baixos do que a média nacional e regional. De facto, os valores médios observados nos concelhos em análise, apresentam valores abaixo dos registados a nível nacional e regional, pesando, nestes casos, as pensões provenientes do regime não contributivo e dos trabalhadores agrícolas (pensões com valores consideravelmente mais baixos). O concelho com valores mais próximos das médias nacionais e regionais é a Castanheira de Pera, que ainda assim apresenta um valor inferior. Este facto está relacionado com a proliferação de indústrias do setor têxtil, que laboraram no concelho (e cujo declínio se dá, com maior severidade, a partir da década de 90), contribuindo assim para o incremento do número de pensionistas com carreira contributiva.

G. 72 - EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO ANUAL DAS PENSÕES DA SEGURANÇA SOCIAL (€) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA 2019-2022



Fonte: CCDRC - Datacentro

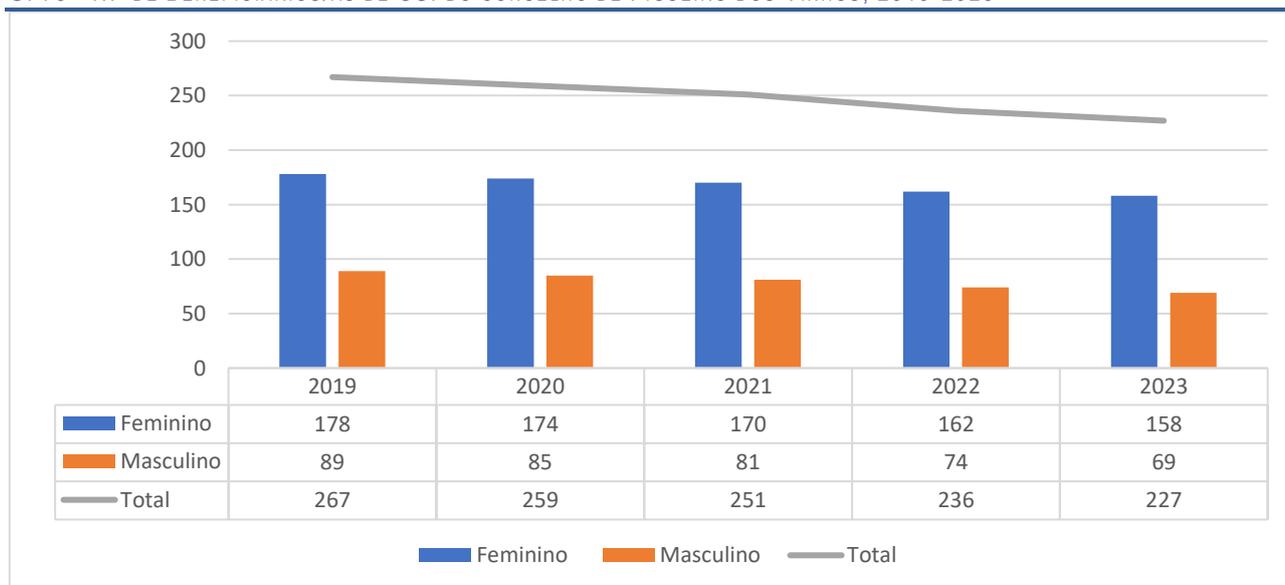
10.7 - COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS/AS - CSI

O Complemento Solidário para Idosos (CSI)⁶⁵ é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, residentes em Portugal, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 4 meses.

Têm direito ao Complemento Solidário para Idosos, os idosos titulares de pensões de velhice e sobrevivência ou equiparadas de qualquer sistema de proteção social nacional ou estrangeiro, que residam legalmente em território nacional há mais de 6 anos, de acordo com os critérios previstos na lei. Quem beneficia desta prestação tem também benefícios adicionais na área da saúde (medicamentos, óculos, lentes e próteses dentárias). Em junho do corrente ano (2024) os beneficiários deste Complemento passam a contar com importantes alterações na atribuição desta prestação. Além de um aumento extraordinário do montante do mesmo, passa a deixar de ser contabilizado na avaliação dos recursos, o rendimento dos filhos, simplificando o processo. Há ainda alteração na comparticipação de medicação prescrita aos beneficiários, que passa de 50% para 100%.

Relativamente à evolução do número de beneficiários do CSI em Figueiró dos Vinhos, nos últimos 4 anos, é possível observar no gráfico seguinte que as mulheres representam, nos anos em análise, a maioria dos beneficiários. O número total de beneficiários tem vindo a reduzir, ainda que de forma muito residual.

G. 73 - N.º DE BENEFICIÁRIOS/AS DE CSI DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2019-2023



Fonte: ISS,IP

10.8 - CARTÃO SENIOR+

O Cartão Sénior+, antigo Cartão Figueirense Sénior aprovado pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, surge como um instrumento de ação social com o objetivo de proporcionar uma maior qualidade de vida à população idosa, economicamente mais carenciada do concelho de Figueiró dos Vinhos, estimulando a sua participação ativa em atividades de cariz cultural, social, desportivo e recreativo, e concedendo apoios financeiros em encargos com saúde e bens essenciais, privilegiando a satisfação das necessidades básicas.

⁶⁵ O complemento solidário para idosos (CSI), criado em 2005, através do Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro.

O Cartão Sénior+ pode ser requerido mediante candidatura nos serviços da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos e é destinado a residentes no concelho, com mais de 65 anos e com comprovada carência económica. Entre os benefícios concedidos, destacam-se as reduções em serviços prestados pela autarquia; o apoio no arrendamento urbano; a comparticipação de medicamentos, 50% na parte que cabe ao utente; comparticipação de 25% na parte que cabe ao utente, na aquisição de fraldas, produtos de prevenção, higiene ou tratamento de situações de grande dependência ou acamados; acesso a atividades culturais e recreativas e descontos nos estabelecimentos comerciais locais aderentes. Atualmente, são apoiados 91 munícipes no âmbito deste regulamento.

10.9 - BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS

O regulamento municipal de atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos entrou em vigor a 18 de maio de 2019. Fazem parte destes benefícios, o reembolso de 50% do pagamento da taxa de IMI para os bombeiros com 2 e até 10 anos de bons e efetivos serviços de bombeiros e de 100% para os bombeiros com 10 ou mais anos de serviço; reembolso de 50 % do valor da tarifa doméstica de consumo devida pela prestação dos serviços de limpeza de fossas sépticas, abastecimento de água, de saneamento e de resíduos urbanos, até ao limite mensal máximo correspondente ao 2.º escalão do tarifário em vigor praticado pela entidade competente. Reembolso do valor pago pelas refeições escolares servidas na rede pública de ensino, para os filhos dos bombeiros que frequentam estes estabelecimentos de ensino, no valor não assegurado pela Ação Social Escolar. Apoio no pagamento de propinas, sob a forma de reembolso, aos elementos do agregado familiar que frequentem os ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado e integrados de mestrado, desde que tenham aproveitamento no ano letivo anterior, salvo se tratar de início de curso. A atribuição e/ou reconhecimento destes direitos e regalias sociais dependerão de pedido expresso através de formulário a submeter no mês de janeiro de cada ano. Os beneficiários deste regime são portadores de um cartão de identificação. No ano de 2023, no âmbito deste regulamento, foram apoiados 67 beneficiários.

10.10 - FIGUEIRÓ CUIDA+

Figueiró Cuida+ é um regulamento de apoio à família que abrange dois grandes planos de intervenção. Por um lado, estruturar mecanismos de incentivo à natalidade e apoio à infância e às famílias; por outro, reduzir as desigualdades e dificuldades no acesso à educação pré-escolar e aos cuidados para a infância. Pode ser requerido anualmente e é destinado a todos os indivíduos ou agregados familiares residentes e recenseados no Município de Figueiró dos Vinhos.

Os apoios oferecidos são o incentivo à natalidade, sob a forma de reembolso das despesas efetuadas com a aquisição de bens e /ou serviços considerados indispensáveis ao desenvolvimento saudável e harmonioso da criança, num valor até 1500€; comparticipação no pagamento da mensalidade da creche do concelho; apoio ao arrendamento urbano; atribuição de prestação pecuniária de carácter eventual; comparticipação na vacinação não inserida no plano nacional de vacinação e comparticipação na aquisição de medicamentos. Atualmente são apoiados 63 agregados ao abrigo deste regulamento.

10.11 - UNIVERSIDADE SÉNIOR

A Universidade Sénior de Figueiró dos Vinhos (USFV) é uma instituição destinada a pessoas com 50 ou mais anos. Tem como objetivo essencial, a dinamização e organização, de forma regular, de atividades socioculturais, educativas,

recreativas, de aprendizagem e ensino informal. Este projeto foi criado e é gerido pela Câmara Municipal e funciona na Antiga Escola Primária n.º 2, em Figueiró dos Vinhos.

A USFV está aberta à participação de pessoas de diferentes saberes, idades e locais, visando, entre outros, o incentivo ao voluntariado social. Tem como objetivos a estimulação da criatividade e o empenho nas atividades culturais e sociais; a promoção de conhecimentos intergeracionais; a partilha de ideias e construção de projetos; a contribuição para o enriquecimento pessoal e social da pessoa idosa; o contacto com a dinâmica social local; a manutenção de uma teia de relações sociais e empenhamento cívico solidário na comunidade; fomentação de um clima de abertura à inclusão e a formação para a participação ativa, crítica e reflexiva.

A Universidade Sénior entrou em funcionamento a 12 de novembro de 2010 e contava, na altura, com 69 alunos inscritos. No ano letivo 2023/24 contava com as seguintes disciplinas: Atividade Física; Cavaquinhos; Coro; Damas e Xadrez; Dança; Hidroginástica; Informática; Nutrição e Alimentação; Pintura; Psicologia; Saúde e Bem-estar; Sítios e caminhos; Teatro; Tradições orais e Yoga.

Para além das atividades curriculares como aulas e visitas de estudo, foram ainda implementadas atividades extracurriculares tais como: ações de promoção/sessões de esclarecimentos, concertos musicais, exposições, intercâmbios, palestras com convidados denominadas de “Quarta à tarde com...”, viagens, workshops temáticos, etc.

As atividades letivas da USFIG decorrem em horário laboral e pós-laboral de segunda a sexta-feira, entre as 10h00 e as 19h00, com interrupções letivas no Natal, Carnaval e Páscoa.

Relativamente à evolução dos alunos da Universidade Sénior, podemos verificar na tabela seguinte que, nos primeiros anos em análise, existiu uma subida no número de inscritos, que já vinha sendo hábito nos anos anteriores. Nos anos letivos entre 2020 e 2021 houve uma redução acentuada do número de inscritos, causada pelo período pandémico que se viveu. Ainda assim, no ano letivo 2021/22 houve um crescimento do número de inscritos, que se manteve nos anos letivos seguintes. No presente ano letivo, 2023/2024, a média de idades encontra-se nos 70 anos. No que concerne ao género dos alunos, pode dizer-se que o sexo feminino tem sido presença predominante. Quanto ao seu perfil por áreas de residência, Figueiró do Vinhos é mais representado, existindo também alunos de concelhos vizinhos, como Castanheira de Pera e Pedrógão Grande.

T. 43 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DA USFIG E CARATERIZAÇÃO POR GÉNERO

	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
Mulheres	45	58	29	43	41	43
Homens	16	22	13	16	17	18
Total	73	80	42	59	58	61

Fonte: Universidade Sénior

Relativamente aos professores/as que colaboraram com a USFIG, importa referir que todos eles prestam serviço em regime de voluntariado e que o recrutamento dos mesmos resultou de convite e/ou da disponibilidade manifestada.

Evidencia-se as habilitações de todos os docentes e sua experiência profissional, a partilha e colaboração dos alunos, a conquista de intercâmbios com diversas instituições, nomeadamente com o Município de Saint Maximin (França), assim como o esforço feito pelo Município de Figueiró dos Vinhos, por serem aspetos fundamentais para o sucesso alcançado.

10.10 - RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - RSI

O Rendimento Social de Inserção (RSI) foi criado em 2003, substituindo o Rendimento Mínimo Garantido (RMG)⁶⁶. É um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, constituído por uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas; e um programa de inserção que integra um contrato de inserção com um conjunto de ações estabelecido de acordo com as características do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros. Tem direito as pessoas ou famílias que necessitam de apoio para melhor integração social e profissional, que se encontrem em situação de pobreza extrema e que cumpram as demais condições de atribuição.

O Decreto-Lei 55/2020 de 12 de agosto, na sua redação atual, determina, no que se refere à transferência das competências no domínio da Ação Social para as autarquias, que cabe aos Municípios celebrar e acompanhar os Contratos de Inserção (CI) dos beneficiários do RSI. É assegurado pelo município a celebração, o acompanhamento e cumprimento de cada CI. Continua a ser responsabilidade da Segurança Social, a receção e apreciação de requerimentos do RSI; a definição da respetiva componente pecuniária; o pagamento da componente pecuniária do RSI aos beneficiários e a celebração e acompanhamento dos CI dos cidadãos beneficiários de proteção internacional (candidatos asilo e refugiados).

G. 73 - BENEFICIÁRIAS/OS DO RSI EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2017-2023)

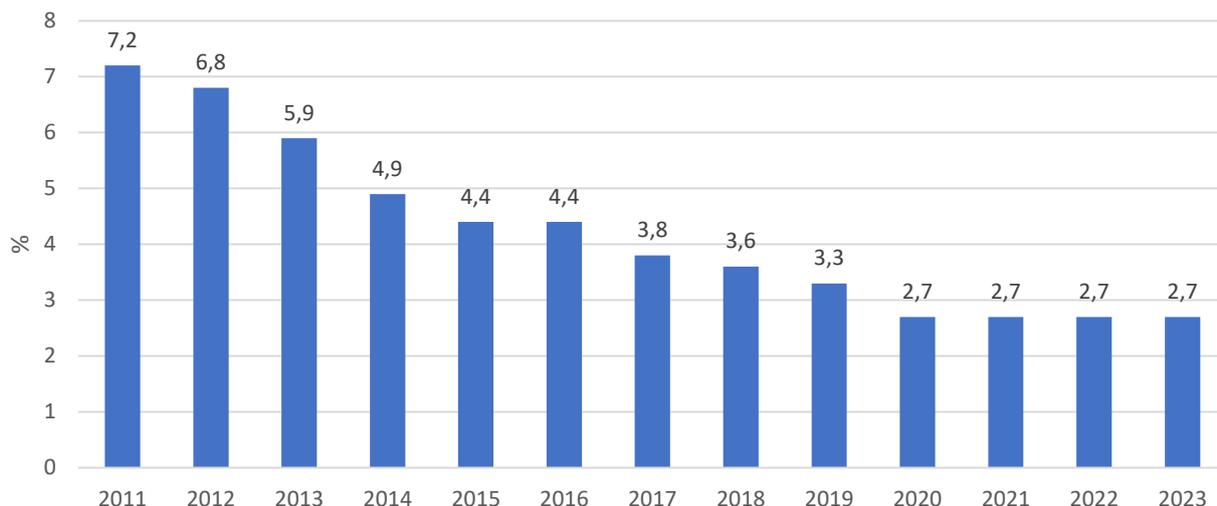


Fonte: PORDATA

No gráfico anterior pode ser visto o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, no concelho de Figueiró dos Vinhos, entre 2017 e 2020 este número foi tendo uma redução gradual. Desde 2020 que o número se mantém em valores semelhantes. Esta redução pode ser causada por uma melhoria nas condições de vida de alguns agregados; pela entrada no mercado de trabalho; por falecimento ou por migração, quer para outras zonas do país, mantendo aí o RSI, quer para o estrangeiro, deixando de beneficiar deste apoio.

G. 74 BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO E RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS(%) (2011 - 2023)

⁶⁶ A Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio, veio revogar o Rendimento Mínimo Garantido e criar o Rendimento Social de Inserção (RSI).

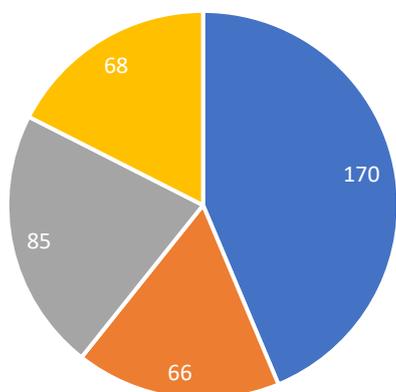


Fonte: PORDATA

Relativamente à percentagem de beneficiários do RSI na população residente em Figueiró dos Vinhos com 15 e mais anos, de acordo com o gráfico anterior, comparando os dados de 2011 com os dados de 2021, é notória a redução da percentagem de beneficiários, passando de 7,2% para 2,7%, respetivamente. Entre 2020 e 2023, esta percentagem manteve-se nos 2,7%.

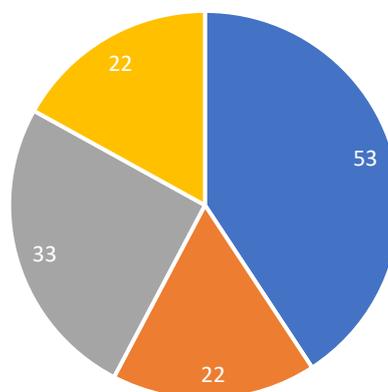
G. 75 - BENEFICIÁRIOS DE RSI POR GRUPO ETÁRIO EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2011 E 2023)

Beneficiários RSI por grupo etário, Figueiró dos Vinhos (2011)



■ Menos de 25 ■ 25-39 ■ 40-54 ■ 55 ou mais

Beneficiários RSI por grupo etário, Figueiró dos Vinhos (2023)



■ Menos de 25 ■ 25-39 ■ 40-54 ■ 55 ou mais

Fonte: PORDATA

Analisando os gráficos acima, relativos aos grupos etários dos beneficiários do RSI em 2011 e em 2023, é possível ver que a faixa etária mais jovem (menos de 25 anos) continua a representar a maior fatia de beneficiários.

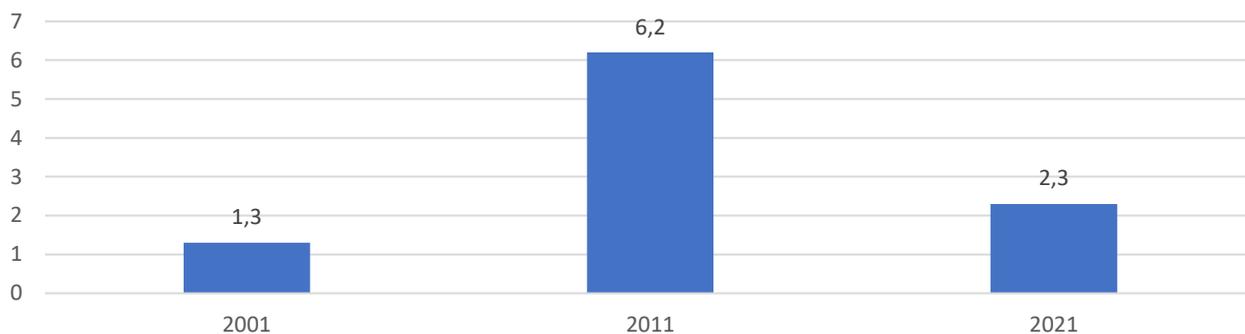
10.11 - SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

O subsídio de desemprego é uma prestação paga mensalmente a quem perdeu o emprego de forma involuntária, e que se encontre inscrito para emprego no Instituto de Emprego e Formação Profissional. O subsídio de desemprego destina-se a compensar a perda das remunerações de trabalho, devendo o requerente reunir vários requisitos previstos na lei. O subsídio social de desemprego destina-se a compensar a perda das remunerações do trabalho. Este subsídio é pago quando não estão reunidas as condições para

receber o subsídio de desemprego (subsídio social de desemprego inicial) ou já recebeu todo o subsídio de desemprego a que tinha direito (subsídio social de desemprego subsequente) e quando o rendimento mensal do agregado familiar, por pessoa, não ultrapassa 80% do IAS.

Da análise do gráfico seguinte, podemos observar que, em Figueiró dos Vinhos, a percentagem de desempregados no total de beneficiários atingiu em 2011 os 6.2%, valor bastante superior aos 1,3% de 2001, tendo, depois, voltado a reduzir, apresentando um valor de 2,3% em 2021.

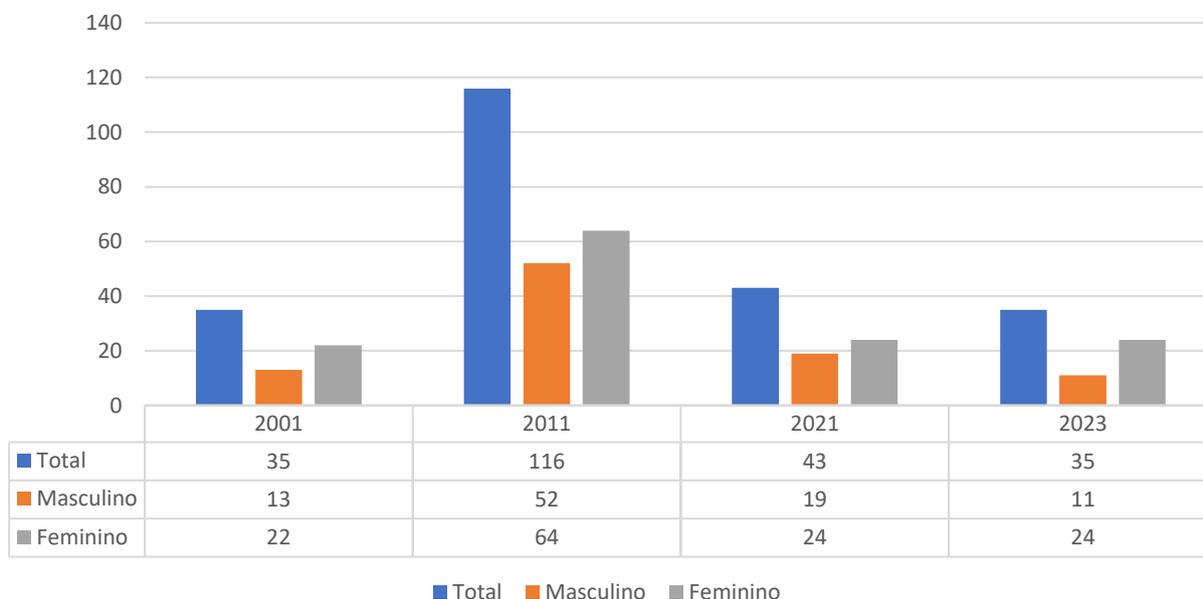
G. 76 - BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO NO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS ATIVOS (%) (2001 - 2021)



Fonte: PORDATA

Como já foi referido, no período em análise, 2011 foi o ano em que se registou um número mais elevado de beneficiários de subsídio de desemprego em Figueiró dos Vinhos, tendo sido registado um número total de 116 beneficiários, 52 do sexo masculino e 64 do sexo feminino. Em todos os anos em análise, o número de mulheres desempregadas é maior do que o número de homens.

G. 77 - BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, TOTAL E POR SEXO, EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2001 - 2023)



Fonte: PORDATA

10.13 - INFÂNCIA E JUVENTUDE

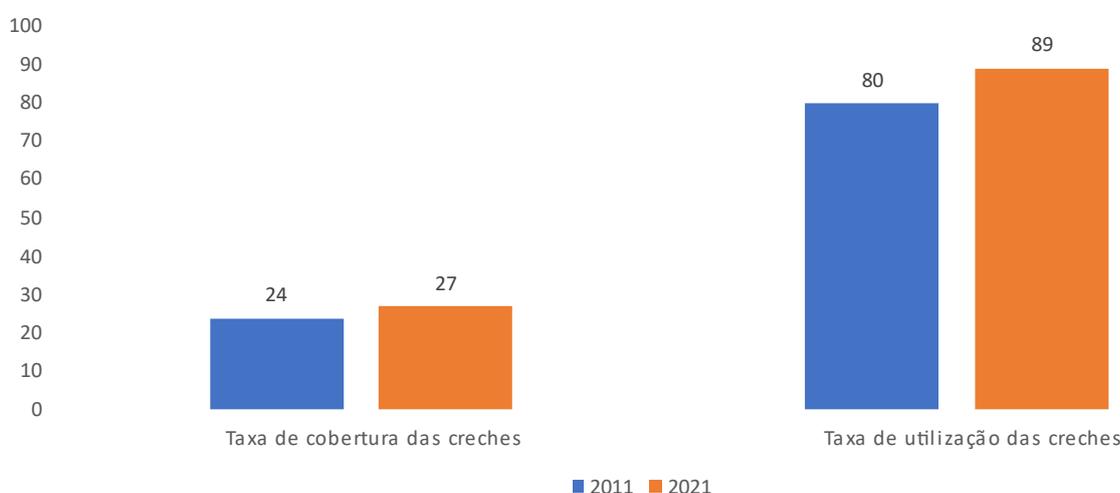
CRECHE

A creche é uma resposta social de natureza socioeducativa, desenvolvida em equipamento próprio para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário, correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionado para o apoio à criança e à família.

No concelho de Figueiró dos Vinhos existe apenas uma valência de creche (Santa Casa da Misericórdia), que dá resposta às crianças do concelho e algumas de concelhos limítrofes cujos progenitores se encontram a trabalhar em Figueiró dos Vinhos.

Desta forma, e no que concerne à taxa de cobertura⁶⁷, esta correspondia a 24% em 2011, no concelho de Figueiró dos Vinhos, subindo ligeiramente para 27% em 2021. Quanto à taxa de utilização⁶⁸, houve uma ligeira subida na década em análise, passando de 80% em 2011, para 89% em 2021.

G. 78 - TAXA DE COBERTURA E TAXA DE UTILIZAÇÃO DA CRECHE EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2011 - 2021) (%)



Fonte: Datacentro - CCDR

10.14 - INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA - IPI

A Intervenção Precoce está regulamentada pelo Decreto-lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, e é da responsabilidade do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI).

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância - SNIPI tem por objetivo “garantir condições de desenvolvimento das crianças dos 0 - 6 anos, com funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias⁶⁹”.

De acordo com o mesmo Decreto, considera-se **Intervenção Precoce na Infância - IPI**, o conjunto de medidas de apoio integrado dirigido à criança e família, incluindo ações, de natureza preventiva e reabilitativa, no campo da educação, da saúde e da ação social.

⁶⁷ Capacidade da resposta social creche / População alvo (população dos 0 aos 3 anos de idade) x 100.

⁶⁸ Utentes da resposta social creche / Capacidade da resposta social creche x 100.

⁶⁹ De acordo com o disposto no artigo 1º, ponto 1, do Dec-lei n.º 281/2009, de 6 de outubro.

O SNIPI integra, para atuação a nível local, Equipas Locais de Intervenção (ELI's), neste caso a ELI de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

São objetivos da ELI:

-  Identificar as crianças e famílias elegíveis para serem apoiadas no âmbito do SNIPI;
-  Intervir junto das crianças e famílias em função das necessidades identificadas, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso de desenvolvimento;
-  Apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas de segurança social, de saúde e de educação.

T. 44 - CRIANÇAS/FAMÍLIAS ABRANGIDAS DO CONCELHO DE, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, ANO LETIVO 2023/24

	Masculino	Feminino
>1ano	1	0
1 ano	1	0
2 anos	1	2
4 anos	5	3
5 anos	4	1
6 anos	4	1
7 anos	1	0
Total	17	7

Fonte: ELI 2024

No último ano letivo (2023/24) foram acompanhadas 24 crianças do concelho de Figueiró dos Vinhos pela ELI. A maioria das crianças acompanhadas eram do sexo masculino (17), e a faixa etária com mais crianças acompanhadas são os 4 anos, seguindo-se dos 5 e 6 anos (com 8, 5 e 5 crianças respetivamente). O contexto de intervenção decorreu maioritariamente em contexto escolar, 12 em Jardim de Infância e 9 em creche. Foi também efetuada intervenção em domicílio com 3 crianças.

10.15 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - CPCJ

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens⁷⁰ (CPCJ) são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

⁷⁰ Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro e atualizações subsequentes (Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, Lei n.º 142/2015 de 8 de maio, Lei n.º 23/2017 de 23 de maio e Lei 26/2018, de 5 de julho)

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens existe em Figueiró dos Vinhos desde 1997⁷¹ (então designada Comissão de Proteção de Menores, e abrangia, na altura, 3 concelhos: Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande). Foi reorganizada em dezembro de 2000, ficando a partir de janeiro de 2001 limitada apenas ao concelho de Figueiró dos Vinhos.

A CPCJ funciona nas modalidades Restrita e Alargada. Aos membros da Comissão Restrita, com formação interdisciplinar, compete genericamente, a intervenção nas situações identificadas como de perigo para a criança ou jovem, procedendo à respetiva avaliação/diagnóstico e instrução do processo, decisão, aplicação, acompanhamento e revisão das medidas de promoção e proteção. Aos membros da Comissão Alargada compete o desenvolvimento de ações de carácter geral de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens e, principalmente, de prevenção das situações de perigo, nomeadamente junto da comunidade local.

De acordo com a legislação em vigor, as medidas de promoção e proteção podem ser executadas em meio natural de vida⁷², ou de colocação⁷³. Existe uma outra medida de promoção e proteção - confiança na pessoa selecionada para a adoção ou na instituição com vista a futura adoção - que pode ser considerada a executar no meio natural de vida, no primeiro caso, ou medida de colocação no segundo.

Relativamente à intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem, esta deve obedecer aos seguintes princípios básicos: superior interesse da criança; privacidade; intervenção precoce; intervenção mínima; proporcionalidade e atualidade; responsabilidade parental; prevalência da família; obrigatoriedade da informação; audição obrigatória e participação e subsidiariedade.

O processo de promoção e proteção (PPP) inicia-se com a receção de comunicações escritas ou verbais ou através de factos de que a CPCJ tenha conhecimento. No cumprimento da legislação em vigor, a CPCJ na modalidade restrita, deverá proceder à apreciação liminar dessas situações de perigo sinalizadas, à instauração de processo sempre que se justifique e à consequente aplicação, acompanhamento e execução da medida de promoção e proteção.

Efetuada uma análise da intervenção da CPCJ de Figueiró dos Vinhos nos últimos 6 anos, podemos verificar na tabela seguinte a evolução do volume processual.

T. 45 - CARATERIZAÇÃO PROCESSUAL DA CPCJ, 2018-2023

	Global	Ativos	Transitados	Instaurados	Reabertos	Arq. Lim.	Arquivados
2018	38	24	15	17	5	2	14
2019	41	17	24	12	5	0	20
2020	43	22	17	23	4	0	21
2021	45	30	22	18	4	0	13
2022	53	13	30	22	0	1	37
2023	46	29	13	25	7	1	14

Fonte: CPCJFV, 2024.

O **volume global de processos**⁷⁴ acompanhados por ano tem vindo, nos últimos anos, a aumentar, com exceção para o ano de 2023, onde existiu uma redução no volume global de processos em relação ao ano anterior, mas, ainda assim superior ao ano de 2021. Em 2018 foi registado o menor número global de processos (38), e em 2022 foi o ano em que a CPCJ de Figueiró dos Vinhos acompanhou mais processos (53). Foi também o ano em que se registou um maior número de arquivamentos.

⁷¹ Instalada pela Portaria n.º 409 de 23/07/1997, publicada no DR n.º 3059. Iniciou o seu funcionamento em 25/07/1997

⁷² As medidas em meio natural de vida englobam o apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para autonomia de vida.

⁷³ As medidas de colocação podem ser de: acolhimento familiar e acolhimento em instituição.

⁷⁴ Volume de Processo Global: inclui todos os processos que foram trabalhados durante todo o ano a que a estatística diz respeito (processos ativos/pendentes do ano anterior e todos aqueles que se iniciaram durante o ano, incluindo processos reabertos no ano).

Relativamente ao número de processos ativos no final do ano, verificam-se algumas oscilações nos anos em análise, porém, quando comparados com o volume global, é notória a sua diminuição, o que evidencia um maior número de situações de arquivamento ou arquivamento liminar.

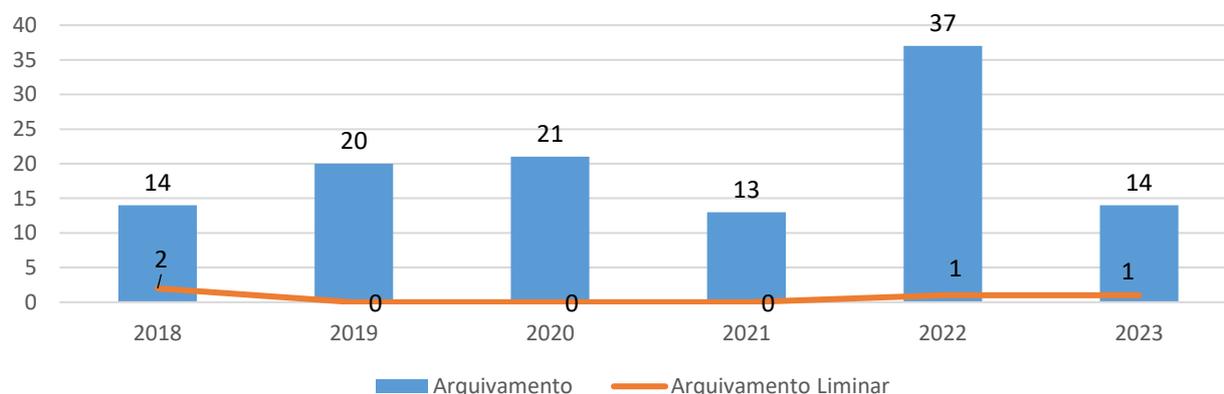
Relativamente aos processos transitados do ano anterior, 2022 foi o que registou um número mais alto (30), seguido de 2019 (24). Em 2023 foi o ano que registou um maior número de processos reabertos (7), estes são processos onde a CPCJ já teve intervenção e que já haviam sido arquivados e onde voltou a ser necessária a intervenção.

Do número total de processos sinalizados, nem todos se mantêm ativos ao longo do ano, podendo, no decurso da sua apreciação liminar, ser efetuado o seu arquivamento liminar⁷⁵ ou o seu arquivamento⁷⁶, na sequência do acompanhamento efetuado após o consentimento dos pais, representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto (e verificando-se a não oposição da criança ou jovem com mais de 12 anos).

O arquivamento pode ocorrer por motivos que determinem a cessação da intervenção da CPCJ ou pela extinção da situação de perigo, seja porque a competência para intervir passou a ser do Tribunal, ou outro.

No gráfico seguinte, podemos verificar que dos 46 processos acompanhados em 2023, 1 foi arquivado liminarmente e 14 foram arquivados. 2022 foi o ano em que se registaram mais arquivamentos (37), tendo sido registado 1 arquivamento liminar. Os arquivamentos liminares, pela sua especificidade são em muito menor número. Dos anos em análise, 2018 foi o que registou mais arquivamentos liminares (2).

G. 79 - ARQUIVAMENTOS, 2018-2023



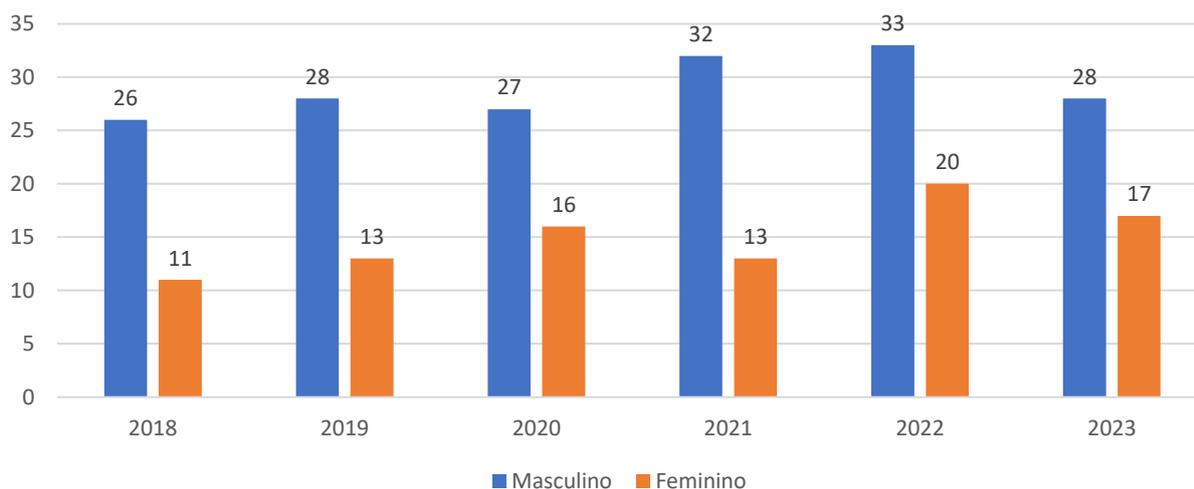
Fonte: CPCJFV, 2024.

Relativamente à caracterização das crianças e jovens acompanhados nos últimos 6 anos, podemos verificar, no gráfico seguinte, uma predominância do sexo masculino em todos os anos analisados.

G. 80 - CRIANÇAS/JOVENS ACOMPANHADOS POR SEXO, 2018-2023

⁷⁵ O Arquivamento liminar ocorre, principalmente, por quatro motivos: a situação de perigo não se confirma, ausência de consentimento para a intervenção, a situação de perigo já não subsiste e encaminhamento para Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude.

⁷⁶ O Arquivamento ocorre quando o processo de promoção e proteção se encontra na fase de avaliação diagnóstica ou na fase de deliberação ou de contratualização do acordo de promoção e proteção, pelos seguintes motivos: a situação de perigo já não subsiste, a situação de perigo já não se confirma ou os pais retiraram o consentimento para a intervenção ou, no que respeita ao arquivamento ou cessação da intervenção da CPCJ em processos que se encontravam na fase de execução e acompanhamento da medida de promoção e proteção, por: cessação da medida por a situação de perigo já não existir, não cumprimento reiterado do acordo de promoção e proteção e cessação da medida por decurso do prazo máximo de duração ou de prorrogação e superação da situação de perigo. Nalguns casos, o processo é remetido ao Tribunal.

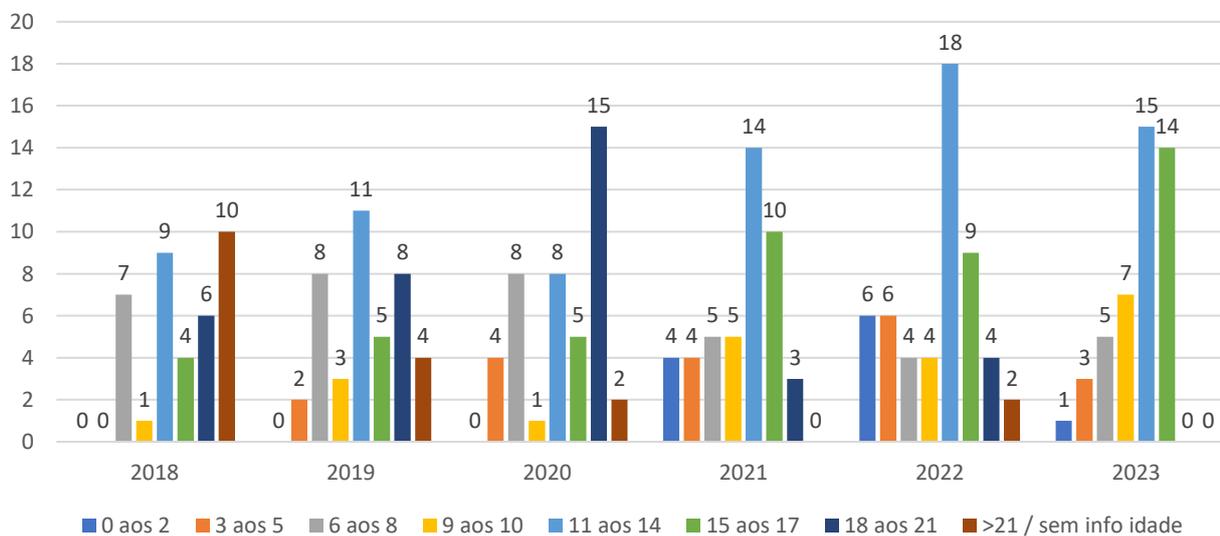


Fonte: CPCJFV, 2024.

Apesar de se verificar alguma heterogeneidade entre anos, nas faixas etárias das crianças e jovens acompanhados, predominam as faixas dos 11-14 e dos 15-17 anos.

A faixa etária dos 0-2anos é mais expressiva nos anos 2021 e 2022, ainda assim com pouca expressão comparativamente a outras idades. As crianças dos 6-8 anos e dos 9-10, têm também alguma expressividade na generalidade dos anos em análise.

G. 81 - CRIANÇAS/JOVENS ACOMPANHADOS POR FAIXA ETÁRIA, 2018-2023



Fonte: CPCJFV, 2024.

Centrando-nos agora nas situações de perigo que estão na origem da sinalização da criança/jovem à CPCJ, começamos por enumerá-las por categorias:

- AS - Abuso Sexual (aliciamento sexual, importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto, pornografia Infantil, prostituição Infantil, violação ou outro ato sexual);

- ✚ NEG - Negligência (face a comportamentos da criança/jovem, falta de supervisão, ao nível psicoafectivo, ao nível educativo, ao nível da saúde);
- ✚ CAESP - A Criança está Abandonada ou Entregue a Si Própria (abandono à nascença ou nos primeiros meses de vida, abandono após os 6 meses de vida, ausência permanente de suporte familiar ou outro, ausência temporária de suporte familiar ou outro, crianças e jovens não acompanhados);
- ✚ ECPCBEDC - Exposição a Comportamentos que Possam Comprometer o Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança (Consumo de álcool, consumo de estupefacientes, Violência Doméstica);
- ✚ CJACABED - A Criança/Jovem Assume Comportamentos que Afetam o seu Bem-Estar e Desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada (comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina, bullying, consumo de bebidas alcoólicas, consumo de estupefacientes, outros comportamentos);
- ✚ MT - Mau Trato físico (ofensa física, ofensa física em contexto de violência doméstica, ofensa física por castigo corporal);
- ✚ MTPIA - Mau Trato Psicológico ou Indiferença Afetiva (castigos não corporais que afetem o bem-estar a integridade da criança, depreciação/humilhação, discriminação, exercício abusivo de autoridade, hostilização e ameaças, privação de relações afetivas e de contacto sociais próprios do estágio de desenvolvimento da criança, instigação a condutas da criança contrário a valores morais);
- ✚ PFQC - Prática de Facto Qualificado pela lei penal como Crime para crianças com idade inferior a 12 anos;
- ✚ SPDE - Situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação (abandono escolar, absentismo escolar, insucesso escolar);
- ✚ ETI - Exploração do Trabalho Infantil;
- ✚ MND - Mendicidade (prática de mendicidade, utilização da criança na prática da mendicidade);
- ✚ OUTR - Outras situações de perigo.

A avaliação diagnóstica e procedimentos subsequentes devem permitir a confirmação da problemática sinalizada ou a identificação da problemática que melhor se adegue à situação. Nem sempre a problemática sinalizada é igual

à problemática diagnosticada, uma vez que durante a avaliação diagnóstica as informações obtidas pela sinalização podem ou não ser confirmadas. Relativamente às problemática diagnosticadas, no período em análise, a negligência foi a problemática com maior expressão, seguindo-se da exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança.

T. 46 - PROBLEMÁTICA DIAGNOSTICADA, 2018-2023

	ECPCBEDC	NEG	MTPIA	CJACABED	SPDE
2018	5	12	4	3	1
2019	6	16	4	7	0
2020	6	12	0	12	0
2021	13	9	0	15	0
2022	12	8	0	16	1
2023	9	4	0	6	1

Fonte: CPCJFV, 2024

Depois de ser feita a avaliação, são seguidos os procedimentos que levam à aplicação de uma medida de promoção e proteção adequada, que permita remover a situação de perigo em que a criança se encontra.

As medidas aplicadas pelas CPCJ integram um acordo de promoção e proteção e, como já foi anteriormente referido, podem ser aplicadas em meio natural de vida ou de colocação.

As medidas de promoção e proteção das crianças têm como objetivo afastar a criança/jovem do perigo em que estes se encontram, proporcionando-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral bem assim como garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

As medidas de promoção e proteção, são as seguintes:

- a) Apoio junto dos pais;
- b) Apoio junto de outro familiar;
- c) Confiança a pessoa idónea;
- d) Apoio para a autonomia de vida;
- e) Acolhimento familiar;
- f) Acolhimento em instituição.

Na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Figueiró dos Vinhos, as medidas de promoção e proteção aplicadas nos últimos anos, têm sido essencialmente as medidas em meio natural de vida. Havendo registo de apenas uma medida de colocação (acolhimento residencial), no ano de 2022.

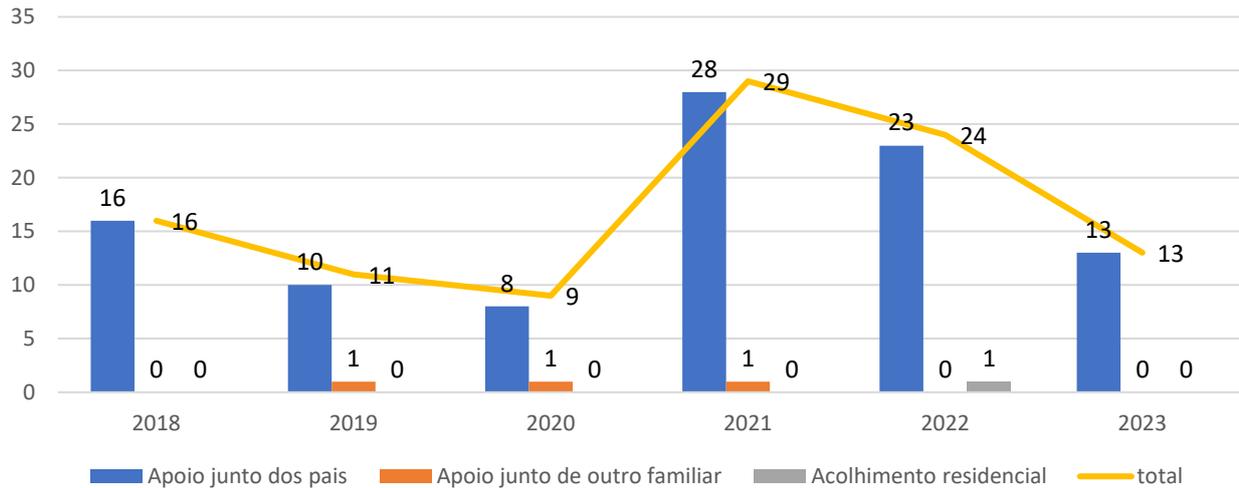
Pela análise do gráfico que a seguir apresentamos, podemos verificar que do total de acordos de promoção e proteção assinados no ano, tem predominado a medida de apoio junto dos pais⁷⁷. Com muito menor expressão tem também sido aplicada a medida de apoio junto de outro familiar ou de confiança a pessoa idónea⁷⁸, existindo apenas 1 registo de acolhimento residencial⁷⁹.

G. 82 - ACORDOS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO CELEBRADOS NO ANO, POR MEDIDA, 2018-2024

⁷⁷ A execução da medida de apoio junto dos pais deve ser orientada no sentido do reforço ou aquisição por parte destes, das competências para o exercício da função parental adequadas à superação da situação de perigo e suas consequências e à conveniente satisfação das necessidades de proteção e promoção da criança.

⁷⁸ A execução da medida de apoio junto de outro familiar e de confiança a pessoa idónea deve ser orientada no sentido do acompanhamento afetivo, responsável e securizante da criança ou do jovem, para aquisição, no grau correspondente à sua idade, das competências afetivas, físicas, psicológicas, educacionais e sociais que lhe permitam, cessada a medida, prosseguir em condições adequadas o seu desenvolvimento integral, de preferência junto dos pais ou em autonomia de vida.

⁷⁹ A medida de acolhimento residencial consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados.

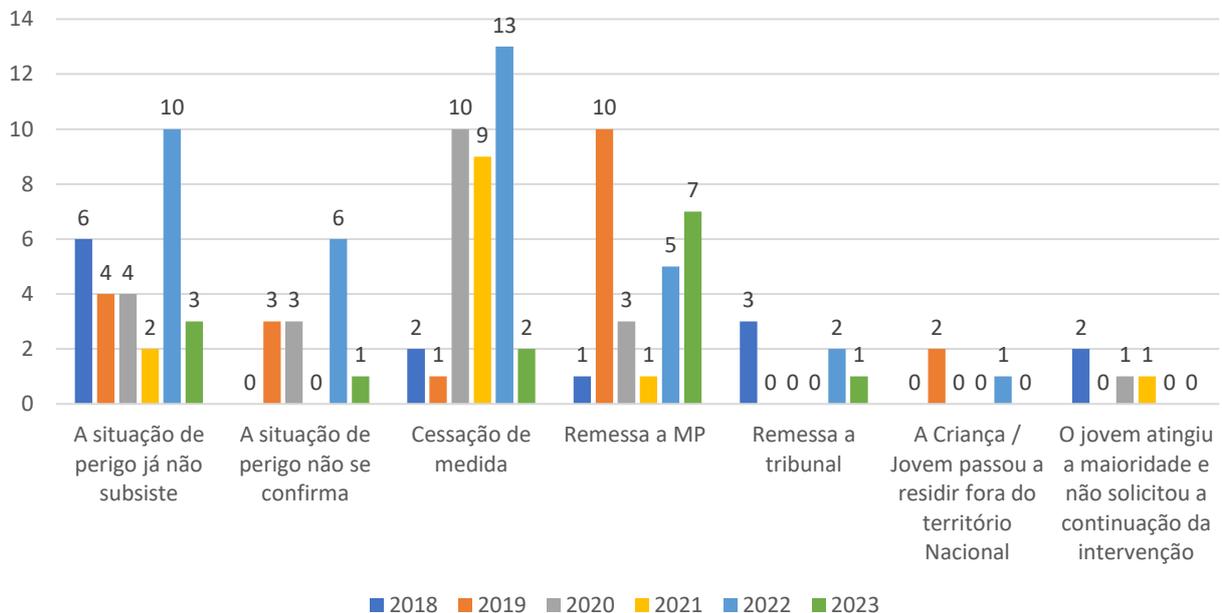


Fonte: CPCJFV, 2024

Por último, relativamente ao arquivamento de processos (liminar, por cessação ou outro), verificado nos anos em análise, dos processos arquivados liminarmente, em grande parte ou não se confirma ou não subsiste a situação de perigo ou a sinalização da situação é efetuada de forma incorreta, podendo o problema ser encaminhado e resolvido por uma entidade de primeira instância (escola, saúde, etc).

As situações de arquivamento (pós aplicação de medida de promoção e proteção), tiveram maior expressão no ano de 2022 (37) e 2020 (21). Neste âmbito, destaca-se o arquivamento por cessação da medida de promoção e proteção. Nalguns casos, o processo é remetido ao Ministério Público ou ao Tribunal.

G. 83 - PROCESSOS ARQUIVADOS POR MOTIVO, 2018-2023



Fonte: CPCJFV, 2024.

10.16 - POAPMC - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas é um instrumento de combate à pobreza e exclusão social, numa lógica de intervenção mediante apoio alimentar, bem como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão. Visa ainda, com a sua atividade, diminuir situações de vulnerabilidade que coloquem em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis. Atualmente, o POAPMC apoia 86 pessoas distribuídas por um total de 27 agregados familiares no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Os agregados familiares apoiados são selecionados em colaboração direta com o organismo local da Segurança Social. A entidade mediadora (Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos) identifica os agregados familiares que apresentem critérios de carência económica e risco de exclusão, dando preferência aos agregados que tenham a seu cargo crianças, jovens, idosos e/ou pessoas com deficiência e cuja rede de suporte social e familiar seja insuficiente. A distribuição dos produtos alimentares efetua-se numa periodicidade mensal.

10.17 - BALCÃO DA INCLUSÃO

O Balcão da Inclusão é um serviço disponibilizado pelo Município, através do Gabinete de Ação Social, com o objetivo de apoiar todas as pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias.

O Balcão assegura, desde modo, toda a informação integrada sobre os direitos e recursos existentes da pessoa com deficiência/incapacidade, auxiliando na resolução dos problemas com que se venham a deparar, promovendo, consequentemente, a igualdade de oportunidades e a plena participação socioeconómica.

Este serviço surge na sequência da assinatura de um Protocolo de Cooperação com o Instituto Nacional para a Reabilitação I.P., do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, aprovado, por unanimidade, em Reunião de Câmara do dia 10 outubro de 2018, e pressupõe a criação de um serviço que promova, não só, uma sociedade mais justa e igualitária, mas também o direito de plena participação social da pessoa com deficiência ou incapacidade.

Conta com os seguintes serviços: atendimento qualificado dos munícipes com deficiência/incapacidade e respetivas famílias, bem como dos técnicos de reabilitação e instituições que desenvolvem qualquer tipo de atividade neste domínio (reabilitação e participação), assegurando-lhes uma informação integrada sobre os direitos e benefícios e recursos existentes para a resolução dos problemas colocados; encaminhamento dos processos e mediação junto dos serviços públicos e entidades privadas responsáveis pela resolução dos seus problemas, facilitando a sua intervenção junto destes utentes; desenvolvimento e valorização de parcerias locais que permitam articular soluções de atendimento mais eficazes; divulgação, junto dos serviços, instituições e outras estruturas locais, da apropriação e difusão de boas práticas no atendimento do munícipe com deficiência/incapacidade; recolha de informação que permita produzir diagnósticos de caracterização local das pessoas com deficiência/incapacidade, identificando os principais problemas existentes e promovendo soluções adequadas.

T. 47 - APOIOS FORNECIDOS PELO BALCÃO DA INCLUSÃO, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2019 - 2024

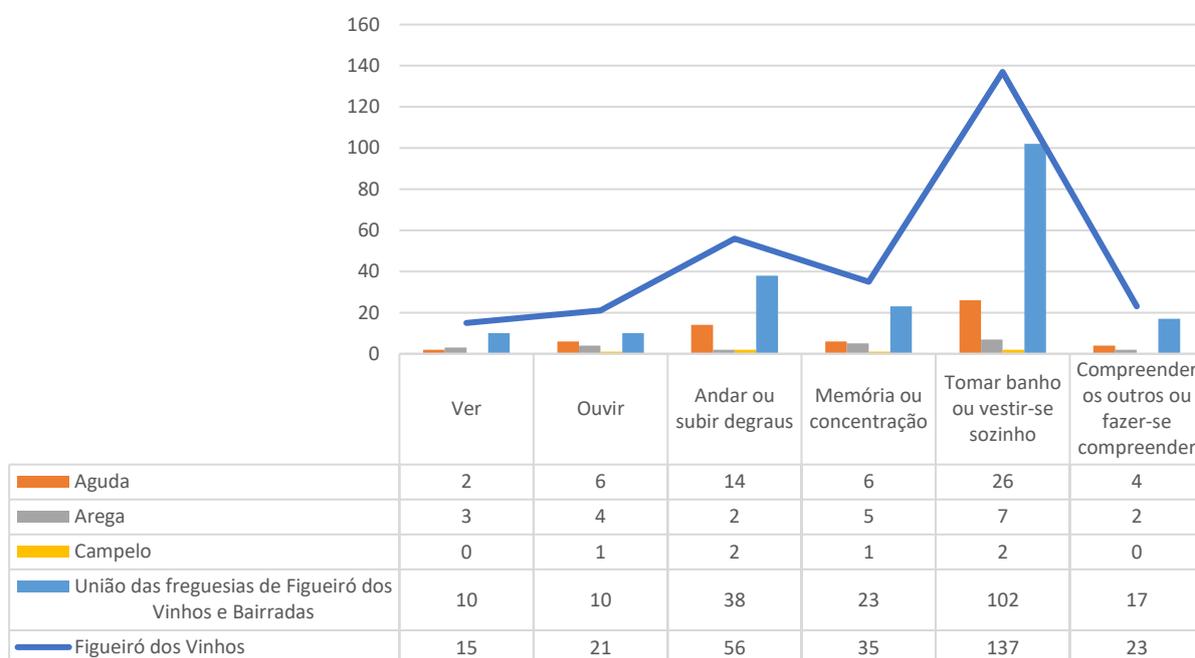
	Total	Masculino	Feminino	Instituiçãp	Tipo de apoio / resposta	Freguesia
2019	4	1	2	1	2 camas articuladas; 1 cadeira de rodas	(4) UFFVB
2020	3	2	1	0	2 camas articuladas; 1 cadeira de rodas	(3) UFFVB
2021	6	1	5	0	6 camas articuladas	(3) UFFVB; (3) Aguda
2022	3	2	1	0	3 camas articuladas	(3) UFFVB
2023	1	1	0	0	1 cama articulada	(1) Arega

2024	2	0	2	0	2 camas articuladas; 1 cadeira de rodas	(2) UFFVB
------	---	---	---	---	-----------------------------------------	-----------

Fonte: GAS - CMFV, 2024

Nos Censos de 2021, foi recolhida informação sobre a existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/ funções definidas no modelo recomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) para utilização em recenseamentos da população, que permitem uma aproximação ao conceito de incapacidade com base na funcionalidade, ou seja, como resultado da interação entre a pessoa e os fatores contextuais, e não o resultado de uma avaliação baseada em diagnósticos médicos de deficiência. Destes seis tipos de incapacidades, as quatro primeiras são consideradas como “domínios essenciais” (visão, audição, mobilidade, cognição/memória e autonomia em cuidados pessoais e comunicação). A análise dos dados relativos a este tópico centrou-se no grau de dificuldade “não consegue efetuar a ação”.

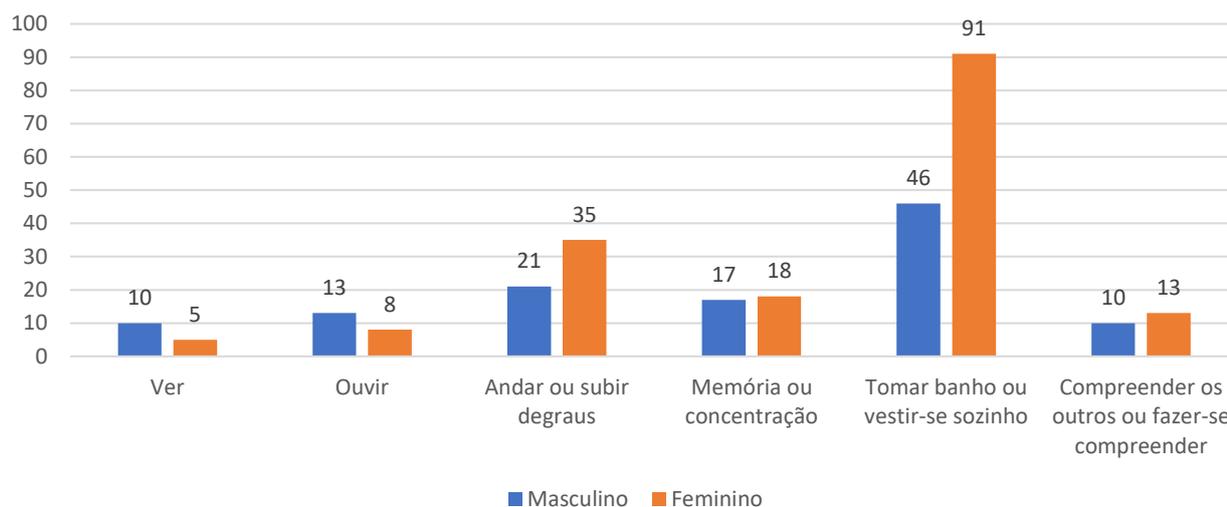
G. 84 - POPULAÇÃO RESIDENTE COM 5 OU MAIS ANOS QUE NÃO CONSEGUE EFETUAR AS AÇÕES, POR FREGUESIA 2021



Fonte: INE, CENSOS, adaptado.

Relativamente à dificuldade de visão, no grau de dificuldade “não efetuar a ação”, ou seja, não ver, foram identificadas 15 pessoas invisuais em Figueiró dos Vinhos, sendo a maior prevalência na União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos, esta prevalência é transversal às restantes dificuldades. Das quatro dificuldades iniciais, consideradas domínios essenciais, a que apresenta números mais elevados é a dificuldade na mobilidade.

G. 85 - POPULAÇÃO RESIDENTE COM 5 OU MAIS ANOS QUE NÃO CONSEGUE EFETUAR AS AÇÕES, POR SEXO, FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2021



Fonte: INE, CENSOS, adaptado.

Quanto à distribuição da população que não consegue efetuar estas ações, por sexo, as dificuldades de visão e audição foram identificadas em maior número em homens, mas as restantes são, segundo os dados, mais expressivas nas mulheres.

Tendo em conta todas as especificidades da população com este tipo de dificuldades em domínios essenciais da vida diária, podemos afirmar que o apoio familiar desempenha o papel mais importante na autonomização ou na melhoria da qualidade de vida destes cidadãos, porém, também as redes de vizinhança acabam por ter um papel significativo. De uma forma geral podemos afirmar que existe uma boa articulação entre os vários agentes da comunidade, em prol da melhoria da qualidade de vida do cidadão portador de deficiência e com as dificuldades descritas.

Para além do apoio da rede informal, verifica-se a existência de uma intervenção ativa por parte das entidades institucionais, quer a nível concelhio (através do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e Lar Residencial da Santa Casa da Misericórdia) quer a nível supraconcelhio (através da CERCICAPER e CERCIPENELA).

Uma das preocupações da Autarquia no domínio da deficiência, prende-se com a existência de múltiplas barreiras arquitetónicas no espaço urbano e no acesso a algum comércio e serviços. Também em termos habitacionais se deteta esta fraqueza, essencialmente quando, por motivos de idade, doença ou acidente, as famílias se confrontam com situações de incapacidade temporária, permanente ou mobilidade condicionada, que levam à necessidade de adaptações muitas vezes não comportadas pelos baixos orçamentos das famílias.

Em conformidade com esta situação, a maioria das pessoas portadoras de deficiência e conseqüentemente das suas famílias, vivem com baixos recursos económicos limitando ainda mais o acesso, tanto aos serviços básicos de saúde, incluindo os serviços de reabilitação, como a outros serviços da comunidade (como serviços de informação, cultura e lazer).

Neste âmbito salientamos a recente criação da Prestação Social para a Inclusão⁸⁰, que reconhece a inclusão das pessoas com deficiência como uma prioridade, procurando atuar na melhoria da sua qualidade de vida e das suas famílias através

⁸⁰ Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro.

da compensação dos encargos acrescidos no domínio da deficiência, com vista a promover a autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência e do combate à pobreza desta franja da população.

Por outro lado, a aprovação do Estatuto do Cuidador Informal⁸¹, regulando os direitos e deveres do cuidador e da pessoa cuidada, estabelecendo também as respetivas medidas de apoio. Neste âmbito, para que a pessoa possa obter o reconhecimento do estatuto de cuidador informal terá de reunir determinadas condições, bem como a pessoa cuidada.

10.19 - LOJA SOCIAL

A Loja Social foi criada em 2012 pelo Projeto “Gerações Ativas”, no âmbito dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

A Loja Social tem como objetivo suprir as necessidades imediatas dos indivíduos e/ou famílias carenciadas através da doação de bens, doados por particulares ou empresas. Pretende ainda desenvolver um trabalho de diagnóstico, encaminhamento e apoio no encontro de soluções adequadas aos problemas sentidos pelos indivíduos e/ou famílias.

Para o desenvolvimento do projeto conta com o envolvimento dos parceiros sociais locais, nomeadamente os que integram a Rede Social, para melhorar a articulação com o meio envolvente, através da distribuição de bens a famílias desfavorecidas, e assim, contribuir para atenuar os efeitos da pobreza e exclusão social. O espaço esteve, entretanto, fechado, foi alvo de requalificações, nomeadamente pintura, e irá reiniciar sob alçada da Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos, com recursos do município.

10.20 - ARMAZÉM SOCIAL

O Armazém Social de Figueiró dos Vinhos foi criado em finais de 2009, pelo Projeto Social "Figueiró Construir para a Inclusão" promovido pela Câmara Municipal e Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos, no âmbito do Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE).

Num contexto de situações de pobreza e exclusão social, surge a necessidade de implementar medidas de carácter social no sentido de proporcionar uma melhoria da qualidade de vida aos mais carenciados. Neste sentido o Armazém Social de Figueiró dos Vinhos é mais uma resposta social que permite suprimir as necessidades imediatas de indivíduos ou agregados familiares carenciados, através da cedência de bens novos e usados, contribuindo nesta perspetiva, para o combate à pobreza e à exclusão social, numa lógica de maior equidade e justiça social.

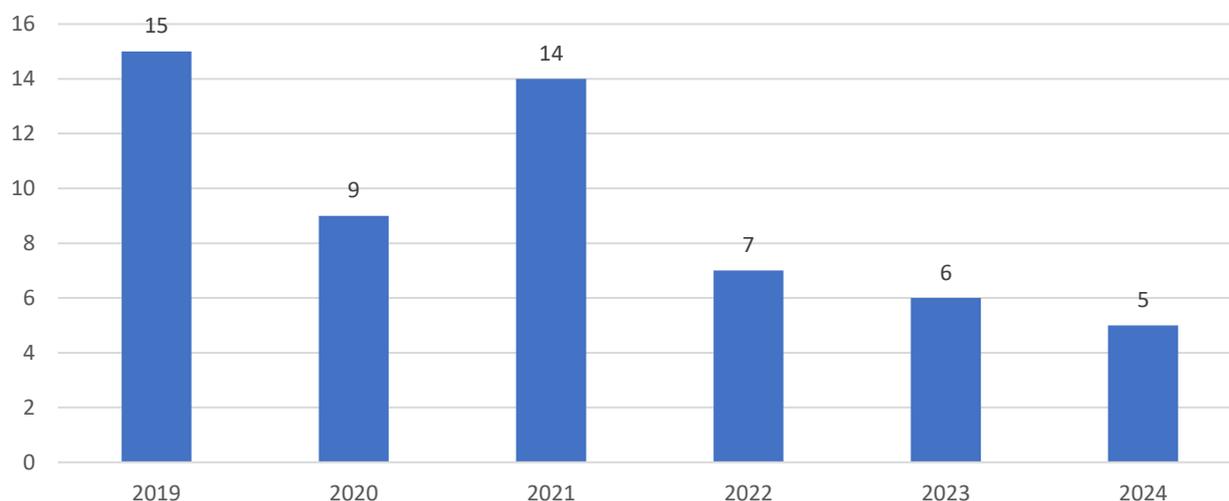
Os beneficiários do apoio do Armazém Social, são os indivíduos ou agregados que cumpram, cumulativamente, os requisitos presentes no Regulamento deste apoio, como por exemplo, residir e ser recenseados no Município de Figueiró dos Vinhos há pelo menos 6 meses; que se encontrem em situação de comprovada carência económica, etc. Em casos excecionais, a Câmara Municipal pode deliberar apoiar agregados familiares com rendimentos superiores ao estabelecido no regulamento, desde que devidamente fundamentado, tendo em consideração as situações definidas no regulamento.

⁸¹ lei n.º 100/2019 de 6 de setembro.

O Armazém Social dispõe de bens ou outros produtos doados por particulares ou empresas, tais como mobiliário e eletrodomésticos, têxteis e utensílios domésticos.

A tabela seguinte permite-nos aferir o número de famílias/entidades apoiadas nos últimos anos, até ao primeiro semestre do presente ano.

G. 86 - N.º DE FAMÍLIAS APOIADAS PELO ARMAZÉM SOCIAL 2019-2024



Fonte: GAS CMFV

10.21 - GABINETE DE APOIO AO JOVEM - GAJ

O Gabinete de Apoio ao Jovem - GAJ é um espaço de atendimento e aconselhamento confidencial, gratuito e pessoal, aberto a todos os jovens do concelho, com idades a partir dos 12 anos.

Os principais objetivos do GAJ centram-se na criação de um espaço de atendimento e aconselhamento ao jovem, que lhe permita a livre expressão de sentimentos e problemas, favorecer a informação, esclarecimento, orientação e apoio ao jovem de acordo com as suas necessidades, prevenir o abandono escolar precoce, orientar os jovens na tomada de decisões conscientes e responsáveis, prevenir comportamentos de risco e melhorar as competências psicossociais.

No que concerne à prevenção de comportamentos aditivos, o GAJ desenvolve várias atividades em contexto escolar, nomeadamente debates, sessões de sensibilização e outras estratégias de trabalho continuado como programas de promoção de competências pessoais e sociais, com o objetivo de melhorar e modificar a formação integral e a qualidade de vida dos jovens, fomentando o autocontrolo individual e a resistência coletiva face à pressão do grupo, através de um contexto psicoafectivo saudável e seguro.

10.22 - CONFERÊNCIA VICENTINA DE SÃO VICENTE DE PAULO

A Conferência Vicentina de São Vicente de Paulo, com sede nas instalações do antigo edifício do GAT, pauta a sua atividade pelo auxílio a pessoas desprotegidas, desde 1965, o ano da sua fundação, e conta com 7 Voluntários.

Com uma ação que se estende a todo o concelho de Figueiró dos Vinhos, as suas atividades quotidianas passam por atendimentos, distribuição de géneros alimentícios (fruto da parceria existente há vários anos com o Banco Alimentar com o qual colabora também na recolha de donativos), roupas e outros artigos de primeira necessidade.

A Conferência Vicentina auxilia ainda as famílias mais carenciadas na aquisição de medicação (atualmente a cerca de 22 pessoas), óculos, dentista, etc, bem como no auxílio na habitação, através da disponibilização de algumas habitações de que é proprietária, sem custo de renda, ficando ao encargo do morador beneficiário o pagamento de luz e água.

O trabalho em parceria e articulação com outras entidades locais, nomeadamente a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Segurança Social, IPSS, etc, facilita também o encaminhamento e/ou sinalização de situações às quais não conseguem dar resposta, para as entidades competentes.

A Conferência Vicentina possui o apoio financeiro de entidades privadas, seja em géneros (alimentos e roupas), seja em numerário. Possui atualmente 4 Benfeitores que contribuem com doações monetárias anuais. É também apoiada pela União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e pela Câmara Municipal, nomeadamente em termos de cedência de transporte para distribuição dos cabazes quando necessário.

Em maio de 2024, a Conferência Vicentina prestava apoio a 86 agregados familiares do concelho (191 adultos e 13 crianças até aos 12 anos), sendo 69 da União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, 12 da freguesia de Arega, 3 da freguesia de Aguda e 2 da freguesia de Campelo. Em 2019, eram apoiados 92 agregados familiares (227 indivíduos), esta redução do número de beneficiários deve-se ao facto de alguns agregados familiares terem passado a ser apoiados por outras instituições.

10.23 – GARANTIA PARA A INFÂNCIA (GPI)

No âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, foi adotada, no dia 14 de junho de 2021, a Recomendação (EU) 2021/1004 do Conselho, de 14 de junho de 2021, relativo à criação da Garantia Europeia para a Infância, com o objetivo de prevenir e combater a exclusão social, garantir o acesso das crianças e jovens a um conjunto de serviços essenciais e promover a igualdade de oportunidades. Em Portugal, não obstante, se assistir nos últimos anos a uma melhoria substancial ao nível da qualidade de vida e bem-estar das crianças, ainda se continua a verificar uma especial vulnerabilidade das mesmas no que se refere ao risco de pobreza e exclusão social. A 1 de outubro de 2021, Portugal determina a designação de um Coordenador Nacional da Garantia para a Infância, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 136/2021.

Para uma aplicação eficaz e uma implementação bem sucedida das medidas do Plano Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030, é essencial assegurar a efetivação de uma intervenção social integrada, com base numa atuação local e de proximidade aos fenómenos de pobreza e exclusão social, tendo em conta as necessidades específicas das crianças e dos jovens, e respetivas famílias, por forma a garantir uma adequada identificação e mobilização de recursos e intervenções para resolução de problemas detetados. Neste enquadramento a Rede Social revela-se a estrutura mais adequada e eficaz, para no âmbito dos Conselhos Locais de Ação Social, serem criados os Núcleos Locais da Garantia para a Infância (NLGPI).

Estes Núcleos, são estruturas representativas cujo principal objetivo é a implementação local do Plano de Ação da GPI, que através dos seus parceiros, desenvolvem um trabalho que incide na planificação estratégica da intervenção social local, envolvendo os diferentes atores sociais, de naturezas e áreas de intervenção diversas, com o objetivo de contribuir para a erradicação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento social a nível local. A metodologia de trabalho dos NLGPI assenta na estratégia participada de planeamento da Rede Social, dando voz às populações, em particular às crianças e jovens, e percebendo as reais dificuldades e potencialidades de cada território, que surgem em resposta à necessidade de compreender, analisar e atuar sobre as condições sociais na área da infância e juventude em contexto local. Em Figueiró dos Vinhos, atualmente, existem 68 crianças beneficiárias da GPI.

10.24 - APOIO SOCIAL PRESTADO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Durante o período atípico pandémico e pós pandémico, foi necessário atualizar os apoios e garantir que estes eram excecionais e adequados ao que se vivia, de modo a tentar garantir um apoio à população, aos comerciantes, trabalhadores e famílias. O Município teve uma série de despesas extra relacionadas com a aquisição de máscaras; luvas; fatos e calçados de proteção; testes e rastreios; desinfeção; limpeza e higienização.

Como resposta de emergência à crise sanitária que alastrou pela Europa, em março de 2020, a Comissão Europeia procedeu ao alargamento do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), que passou, assim, a abranger grandes emergências de saúde pública. Neste contexto, o Estado Português apresentou, à Comissão Europeia, um pedido de contribuição financeira do FSUE. Ao abrigo da Decisão n.º CCI 2020PT16SPO001, de 2 de dezembro de 2020, a Comissão Europeia aprovou o adiantamento sobre a contribuição financeira, referente à candidatura de Portugal.

Face ao importante papel que as autarquias locais desempenharam na resposta à doença COVID-19, designadamente na prevenção, proteção e apoio à população e em especial aos grupos mais vulneráveis, justificou-se que fossem estas a beneficiar da contribuição do FSUE a auferir por Portugal.

Reconhecendo-se existirem vantagens na designação de entidades que já desempenhavam funções similares no âmbito do Portugal 2020 e de acordo com o permitido pelo regulamento do FSUE, o Estado Português indicou a Autoridade de Gestão do Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT) como organismo responsável pela coordenação da execução da contribuição financeira a aprovar pela Comissão Europeia e a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. (Agência, I. P.), como entidade pagadora. Assim, nos termos do n.º 6 do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 2012/2002 do Conselho, de 11 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (UE) n.º 661/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, e pelo Regulamento (UE) n.º 461/2020, de 30 de março, determinou-se, entre outras, que o financiamento a conceder no âmbito do FSUE COVID-19 teria como beneficiários os municípios portugueses, como organismos responsáveis pela execução das candidaturas.

No âmbito do aviso FSUE - Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) - apoio aos custos públicos decorrentes do combate à pandemia da doença COVID-19, criado pelo Despacho n.º 7063/2021 de 16 de julho, que altera o despacho n.º 5988/2021 de 18 de junho foi aprovada a candidatura apresentada pelo Município de Figueiró dos Vinhos. Designada “Desenvolvimento de Ações Prioritárias COVID 19 - Figueiró dos Vinhos” refere-se a uma diminuta parte das despesas suportadas no período específico previsto no aviso, entre 14.03.2020 e 30.09.2020 referentes à aquisição de equipamentos de proteção individual (máscaras, luvas, fatos, kits), bem como meios de diagnóstico (termómetros) e outros custos extraordinários relacionados com medidas profiláticas (Desinfetante, álcool gel, etc).

O município de Figueiró dos Vinhos trabalhou com objetivo de garantir o fornecimento de refeições escolares aos alunos do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos durante o período de encerramento das escolas. O fornecimento das refeições foi efetuado em colaboração com o AEFV, através da entrega de cabazes de alimentos para confeção das refeições no domicílio dos

alunos. A medida de apoio destinava-se a alunos de todos os níveis de ensino, detentores de Escalão A e B bem como aos filhos dos Bombeiros figueiroenses englobados no Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos. Esta distribuição de cabazes foi realizada quinzenalmente.

Foi também desenvolvido um conjunto de medidas municipais de apoio à atividade económica no concelho, para fazer face às consequências da pandemia e atenuar o seu impacto no comércio. As medidas consistiram na redução do valor das rendas de concessão, bem como de todos os espaços de venda no mercado. Além da isenção das Taxas de Publicidade e Ocupação de Espaços Públicos com Equipamento Mobiliário Urbano de todos os estabelecimentos comerciais.

Foi ainda implementada a Tarifa COVID, que consistia em tarifários mais baixos no consumo de água, como uma medida de apoio às famílias, instituições e empresas.

Face ao enquadramento de Figueiró dos Vinhos nos concelhos de risco extremamente elevado, no âmbito da pandemia COVID-19, e do confinamento obrigatório e generalizado decretado pelo governo, no sentido de mitigar, mais acentuadamente, a evolução da propagação deste vírus, o Município de Figueiró dos Vinhos colocou ao dispor de todos os munícipes serviços de apoio no acesso, aquisição e entrega no domicílio, de bens essenciais, destinados, principalmente, a cidadãos de grupos de risco, com mobilidade reduzida e/ou isolados, sem suporte familiar.

10.24 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurámos neste capítulo identificar os principais constrangimentos e necessidades que se fazem sentir no concelho de Figueiró dos Vinhos ao nível da Proteção e da Ação Social.

Referenciamos os públicos-alvo que se apresentam numa condição de maior debilidade e fragilidade, para os quais se torna necessário, nos tempos que correm acentuar redobrada atenção que implique a continuidade do esforço que tem vindo a ser desenvolvido por parte das entidades públicas e privadas, locais, regionais e nacionais.

Neste contexto destacamos o papel preponderante que tem vindo a ser assumido neste domínio por parte das IPSS sediadas no concelho, que se tem revelado decisivo para apoiar e atenuar as dificuldades dos mais carenciados, das crianças, dos idosos, das pessoas portadoras de deficiência, de pessoas com problemáticas específicas e das famílias em geral.

Tem sido muito importante o investimento em equipamentos sociais, realizado ao longo dos anos por estas entidades, que se traduzem em respostas efetivas (ainda que naturalmente insuficientes) nomeadamente através da construção e manutenção de lares, centros de convívio, creches, centros de dia, entre outros, disponibilizando serviços nas mais diversas valências, designadamente ao nível do apoio domiciliário cujos utentes são apoiados com a alimentação, os cuidados básicos de higiene pessoal e o próprio apoio no que à limpeza doméstica diz respeito.

Referimos ainda o importante contributo e atenção que a Câmara Municipal tem demonstrado no combate às desigualdades sociais, fazendo desse desígnio a sua principal prioridade, nomeadamente socorrendo-se dos instrumentos legais que lhe advêm das suas atribuições e competências. A este propósito destacamos neste capítulo a iniciativa relativa à Universidade Sénior, Armazém Social, os regulamentos de apoios municipais Cartão Sénior+, Figueiró Cuida+, Figueiró Habita+. Para além de naturalmente investir noutras áreas correlacionadas através da disponibilização de um conjunto de serviços, projetos e do apoio a instituições locais neste domínio. Também o projeto CLDS tem vindo a mostrar ser uma mais valia em matéria de ação social, edição após edição.

Tivemos ainda oportunidade de avaliar a expressão que o grupo dos pensionistas assume no concelho, evidenciando essa realidade através dos elementos estatísticos que aqui trouxemos.

Finalmente, sublinhámos a importância dos instrumentos que hoje são disponibilizados a nível da administração central como sejam o Complemento Solidário a Idosos, o Rendimento Social de Inserção, o Subsídio de Desemprego e o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, entre outros.

Terminamos, reiterando a convicção expressa inicialmente, que cada vez mais se afigura necessário a articulação, parceria, solidariedade e entajuda entre todos os agentes envolvidos, empenhados nesta luta em prol dos mais desfavorecidos, representando este o objetivo primordial da Rede Social.

11 - ACESSIBILIDADES

11.1 - ANÁLISE SWOT DAS ACESSIBILIDADES

FORÇAS

- Localização estratégica no espaço de intermediação / espaço charneira: transição Norte / Sul (A13) – Litoral / Interior (IC8);
- Boas acessibilidades externas às principais vias de comunicação e aos principais centros urbanos do país e da região (A13, IC3 e IC8);

FRAQUEZAS

- Insuficiência de transportes públicos;
- Matriz de povoamento rural disperso;
- Pagamento de portagens na A13.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2030;
- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS;
- MOBI Região de Leiria.

AMEAÇAS

- Posição geográfica de transição contrariada pela evolução socioeconómica com características de interioridade;
- Dependência de financiamentos públicos/privados externos.

11.2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

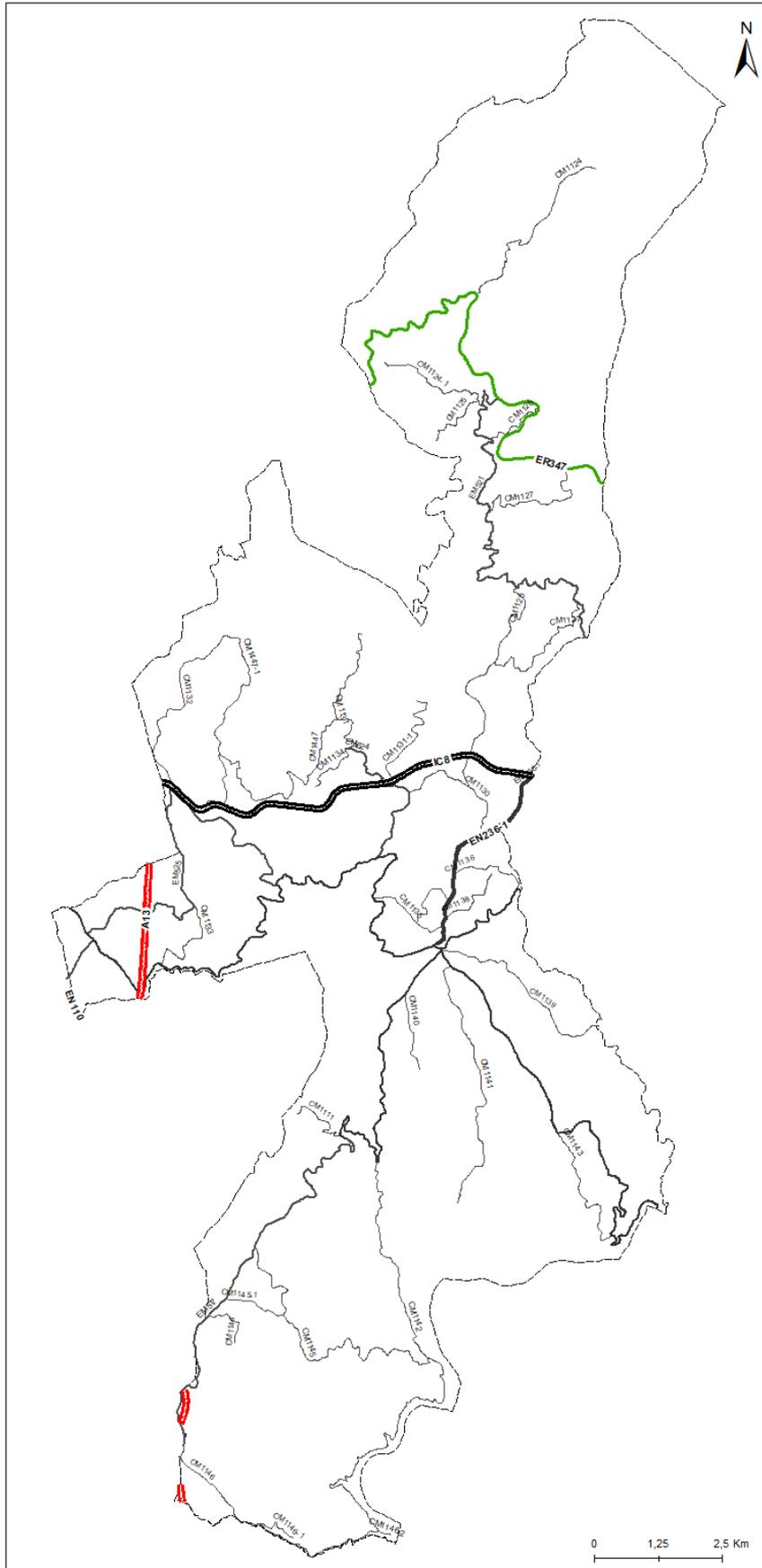
- ✚ Deficientes acessibilidades internas;
- ✚ Dificuldades de mobilidade interna e de acesso aos serviços (por parte dos mais idosos e famílias em situação de carência económica);
- ✚ Rede de transportes públicos.

11.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

A rede viária é um dos elementos estruturantes de um território e um dos fatores mais importantes de atração de investimento gerador de emprego.

Neste sentido, o presente capítulo tem como principal objetivo disponibilizar uma leitura breve e simplificada sobre a rede viária que atravessa o concelho de Figueiró dos Vinhos, bem como os movimentos pendulares de e para a sua área geográfica.

O concelho de Figueiró dos Vinhos beneficia de uma localização geográfica privilegiada no contexto regional, mercê das boas acessibilidades externas que o servem, nomeadamente o IC8 e a A13 permitindo a rápida ligação à A1 (Autoestrada do Norte) e à A23 (Autoestrada da Beira Interior), bem como à Linha Ferroviária do Norte em Pombal, e a Centros Urbanos como Coimbra, Tomar, Leiria e Castelo Branco. Pode afirmar-se que esta melhoria progressiva em termos de acessibilidades, contribuiu para retirar o concelho do isolamento geográfico em que se encontrava outrora.



Rede Viária do Concelho de Figueiró dos Vinhos

LEGENDA

REDE RODOVIÁRIA

REDE NACIONAL DE AUTOESTRADAS

— AUTOESTRADA: A13/IC3

REDE NACIONAL COMPLEMENTAR

— ESTRADAS NACIONAIS: EN236-1

— ITINERÁRIO COMPLEMENTAR: IC3 e IC8

ESTRADAS REGIONAIS

— ESTRADA REGIONAL: ER347

REDE VIÁRIA MUNICIPAL

— ESTRADAS NACIONAIS SOB JURISDIÇÃO DA CMFV

— ESTRADAS MUNICIPAIS: EM517, EM521, EM524 e EM525

— CAMINHOS MUNICIPAIS

LIMITES ADMINISTRATIVOS

□ CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Sistema de Referência e Datum:
PT-TM06/ETRS89

Projeção Cartográfica:
Transversa de Mercator

Agosto de 2024

Fonte: CAOP 2023. (2024),
Direção-Geral do Território 2024.
Rede Viária Municipal, MFV 2024.



Elaborado por: Gabinete de SIG, MFV 2024.

11.4 - CARACTERIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA

A rede viária do concelho de Figueiró dos Vinhos é relativamente suficiente para ligar as principais povoações do concelho, não obstante a heterogeneidade de tipologias de povoamento verificadas, face à diversidade topográfica e de relevo que o território possui desde a zona mais a norte do concelho à zona mais a sul.

No contexto municipal, importa realçar no âmbito deste capítulo o contrato estabelecido entre a Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL e o Município de Figueiró dos Vinhos, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-B/2017, de 6 de Julho, que reconheceu, como condições excepcionais, os incêndios florestais registados neste território concelhio.

O contrato de auxílio financeiro a que nos referimos traduziu-se num forte investimento elegível com enorme impacto, quer pelos montantes envolvidos (mais de três milhões de euros), quer pelo assinalável contributo dado no sentido da reposição e reparação de infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios que tiveram início em 17 de junho de 2017. Neste domínio foi possível proceder à reabilitação de um importante conjunto de estradas municipais, reposição de marcas longitudinais brancas contínuas ou tracejadas, incluindo pré-marcação.

No âmbito da segurança rodoviária procedeu-se à reabilitação da sinalização rodoviária da rede viária municipal e substituição e colocação de proteções metálicas e de madeira ao longo de um significativo número de vias municipais.

Apesar das características orográficas do concelho condicionarem o desenvolvimento de uma rede viária adequada, as vias existentes, permitem deter um conjunto razoável de acessibilidades, traduzindo-se numa mais valia com consequências diretas e imediatas na forma de comunicar, comercializar e distribuir.

A rede viária concelhia é composta por três níveis hierárquicos: a nacional (através da rede nacional e rede regional) designada por Estradas Nacionais (EN) e Regionais (ER), as anteriores estradas nacionais (a que já nos referimos, desclassificadas no âmbito do PRN2000 passam a integrar a rede municipal) e, finalmente, a rede municipal, constituída por Estradas Municipais (EM) e Caminhos Municipais (CM).

O concelho de Figueiró dos Vinhos é servido por dois Itinerários Complementares - IC (IC3 e IC8), duas Estradas Nacionais (EN 347, EN 236-1), seis Estradas Municipais (EM 521, EM 524, EM 525, EM 517, ex-EN 237 e ex-EN 350) e 30 Caminhos Municipais (CM).

O IC8 atravessa o concelho de Figueiró dos Vinhos, permitindo a ligação aos concelhos de Pedrógão Grande, Sertã, Proença-a-Nova e Castelo Branco, sendo a partir daqui facilitado o acesso ao IP2.

O IC3 estabelece a ligação entre Tomar e Coimbra atravessando o concelho de Figueiró dos Vinhos no extremo sudoeste da freguesia de Aguda, prosseguindo em direção aos concelhos de Penela e finda em Condeixa, no Distrito de Coimbra. Estes eixos, pelo facto de estarem integrados na rede complementar, estabelecem as ligações de maior interesse regional.

Desde 2014, o concelho passou a beneficiar do acesso à A13, que atravessa o concelho na freguesia de Aguda, onde se localiza um nó de ligação (Fato), o que permitiu encurtar significativamente as distâncias para Tomar e para Coimbra. De facto, este investimento rodoviário realizado constituía uma necessidade há muito sentida no concelho e no norte do

distrito de Leiria, tendo contribuído para “desencravar” este território e abrir-lhe outras perspetivas de desenvolvimento que se desejam confirmadas no futuro. Não podemos contudo deixar de referir, que sendo certo que esta via constitui uma oportunidade clara de afirmação para a região e naturalmente o concelho de Figueiró dos Vinhos, inicialmente o valor que era pago pelos utentes ao nível das portagens era considerado excessivo, nomeadamente aquelas que são cobradas entre concelhos limítrofes. Sucede-se que no início de 2024 o custo dos pósticos foi reduzido e no dia 2 de maio do mesmo ano, foi aprovada o fim da cobrança das ex-SCUTs do interior.

No que se refere às estradas nacionais, integram igualmente a Rede Complementar, pelo que asseguram ligações de elevada importância regional. A EN 236-1 estabelece a ligação entre o concelho de Castanheira de Pera e o concelho de Figueiró dos Vinhos.

A ex-EN 350 possibilita a ligação com o concelho de Pedrógão Grande, percorrendo a freguesia de Figueiró dos Vinhos longitudinalmente.

No que se refere às estradas municipais estas estabelecem a ligação entre as estradas nacionais e as povoações. A EM 525 tem início na ex-EN 237, para novamente reencontrar esta via. Atravessa as principais povoações da freguesia de Aguda.

A EM 524 resulta do entroncamento com a ex-EN 237, no acesso à Aldeia Ana de Aviz, ligando esta povoação à Aldeia da Cruz (localidades da freguesia de Figueiró dos Vinhos), e posteriormente a Chimpeles (freguesia de Aguda), na qual entronca com o Caminho Municipal (CM) 1134. A EM 521, é entroncada pela EN 236-1, passa inicialmente no concelho de Castanheira de Pera, atravessando posteriormente a freguesia de Campelo, onde se cruza com o CM 1125.

A ex-EN 237 atravessa as freguesias de Aguda, Figueiró dos Vinhos, Bairradas, continuando em direção ao concelho da Sertã.

A EM 517 permite o acesso ao IC3, já no concelho de Alvaiázere. No concelho de Figueiró dos Vinhos o traçado da EM 517 percorre as principais povoações da freguesia de Arega, na qual bifurcam três caminhos municipais: CM 1144, CM 1145 e CM 1145-1. Após o atravessamento da Ribeira de Alge, já na margem direita, cruza-se com a ex-EN 350.

11.5 - MOVIMENTOS PENDULARES

A análise dos movimentos intra-concelhios permite avaliar o peso das deslocações casa/trabalho e vice-versa, contextualizadas no mesmo concelho. Importa avaliar a expressividade dos movimentos internos, ou seja a população que se desloca para trabalhar ou estudar noutra freguesia, que não aquela que constitui a sua residência.

Em termos metodológicos, será utilizada informação estatística concernente a:

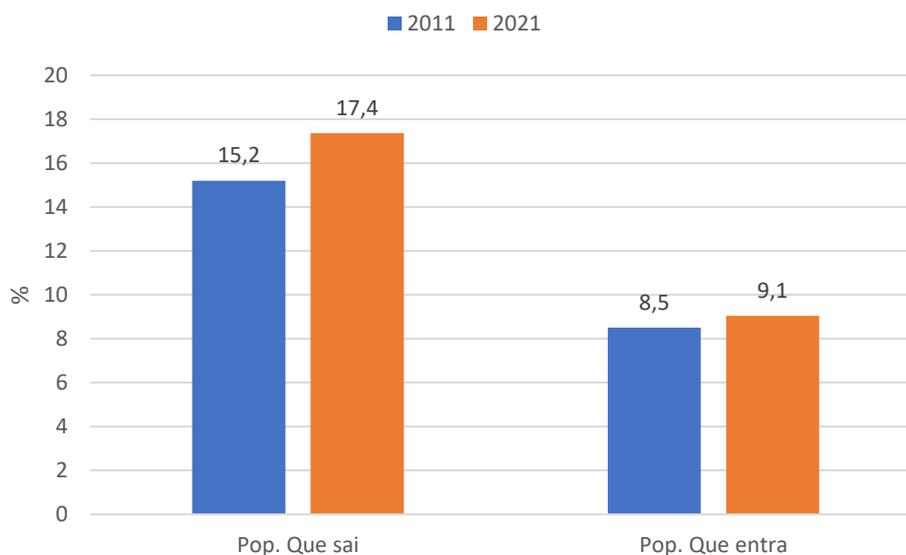
- 🚦 Movimentos pendulares: população que entra e sai do concelho;
- 🚦 População residente ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo;
- 🚦 População residente segundo o principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de trabalho ou estudo;

🚩 População residente segundo o tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho ou estudo.

O primeiro ponto permitirá avaliar os movimentos pendulares, a população que entra e sai do concelho, para trabalhar ou estudar.

Da análise do gráfico seguinte, verificamos que, por um lado aumentou a população que sai do concelho de 15,2 para 17,4% (+2,2%) e aumentou ligeiramente a população que entra de 8,5 para 9,1% (+0,6%).

G. 87 - MOVIMENTOS PENDULARES - POPULAÇÃO QUE ENTRA E SAI DO CONCELHO, 2011-2021



Fonte: Censos 2011 e 2021 - INE, Portugal

Relativamente à percentagem da população do concelho que trabalha ou estuda noutro município, verificamos que em 2021, 36% da população, se deslocava para outro concelho para trabalhar ou estudar.

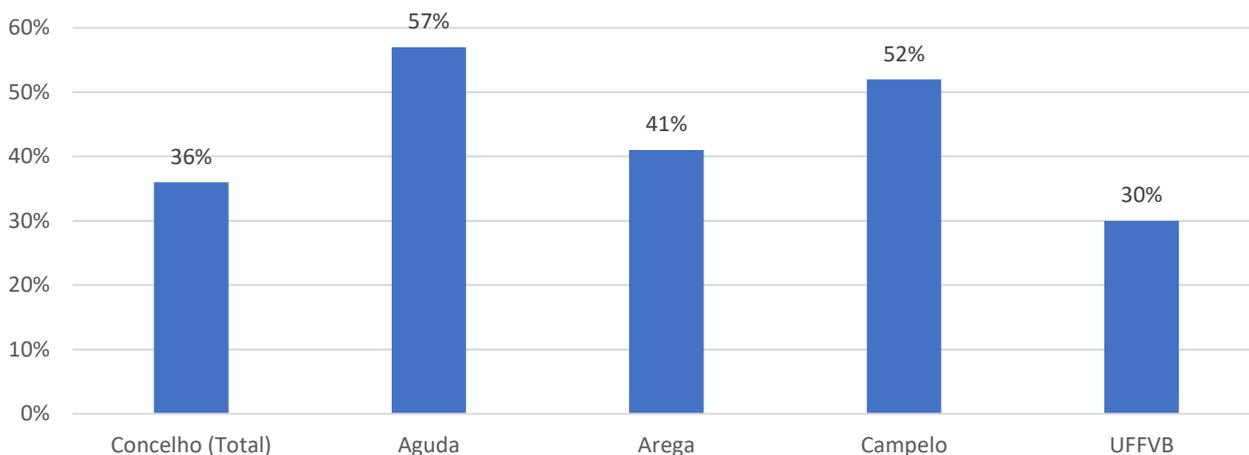
Quanto ao comportamento das freguesias, a freguesia de Figueiró dos Vinhos, pelo facto de ser sede concelhia, é naturalmente a localidade que oferece um conjunto mais diversificado de oportunidades de emprego e estudo. Este é um dos principais fatores justificativos para fixarem o maior número de residentes, que simultaneamente trabalha/estuda e reside na mesma freguesia, registando-se nestas as menores percentagens de população que tem de sair para trabalhar ou estudar noutros locais (30%).

A freguesia de Aguda, por se encontrar mais próxima do concelho de Ansião, polo mais industrializado e com uma oferta mais diversificada de emprego e educação, é a freguesia que revela a percentagem mais elevada de população a trabalhar ou estudar fora (57%).

Campelo, por ter menos oportunidades de trabalho localmente e por ter visto nos últimos anos as suas escolas encerradas, foi também uma das que viu aumentar substancialmente a percentagem de deslocações para fora, para trabalhar ou estudar (52%).

Por último, a freguesia de Arega, cerca de 41% da sua população, desloca-se também para outro município para trabalhar ou estudar.

G. 88 - PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO QUE TRABALHA OU ESTUDA NOUTRO MUNICÍPIO (CONCELHO E FREGUESIA), 2021



Fonte: Censos 2021

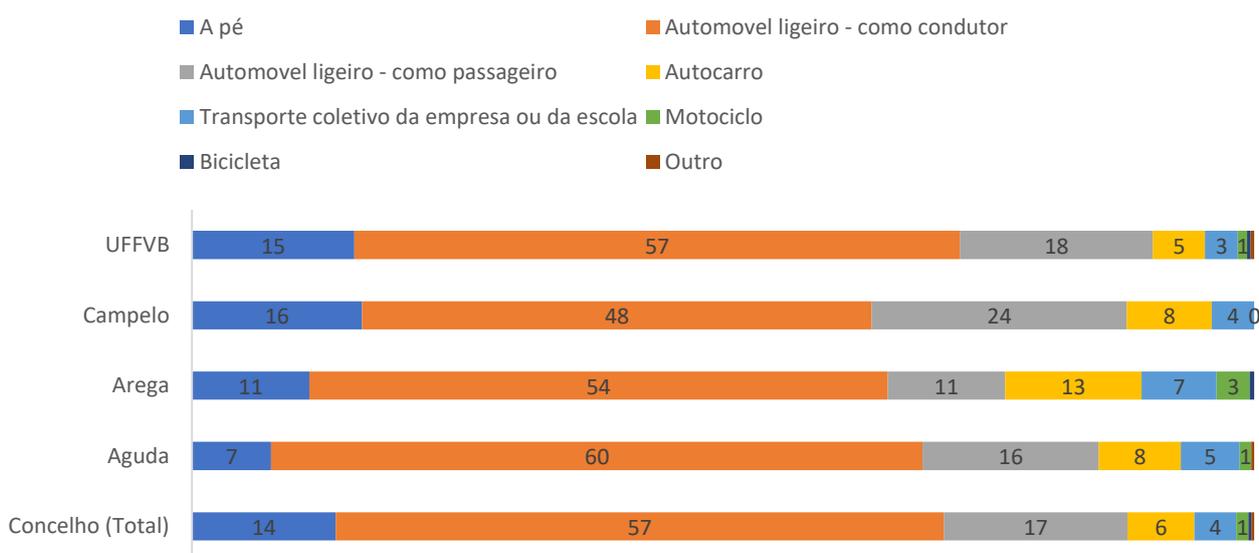
Relativamente ao meio de transporte mais utilizado pela população do concelho nos movimentos pendulares, podemos verificar no gráfico seguinte, uma predominância das deslocações em automóvel próprio e como passageiro.

As deslocações em autocarro, revelam também alguma expressividade, principalmente quando nos referimos às freguesias de Campelo, Arega e Aguda. Da mesma forma, quando nos referimos aos transportes coletivos de empresas ou escolas, verificamos que a freguesia de Figueiró dos Vinhos, sede de concelho e sede do Agrupamento de Escolas, é a que menos utiliza este tipo de transporte, por dele menos necessitar (3%). Já nas outras freguesias e a nível concelhio, a utilização deste meio de transporte assume valores entre 4% a 7%.

As deslocações a pé, são mais frequentes na freguesia de Campelo (16%), valor que de certa forma é inflacionado pela baixa população nesta freguesia.

As outras alternativas mencionadas (bicicleta, motociclo, outro), não revelam grande expressividade na sua utilização.

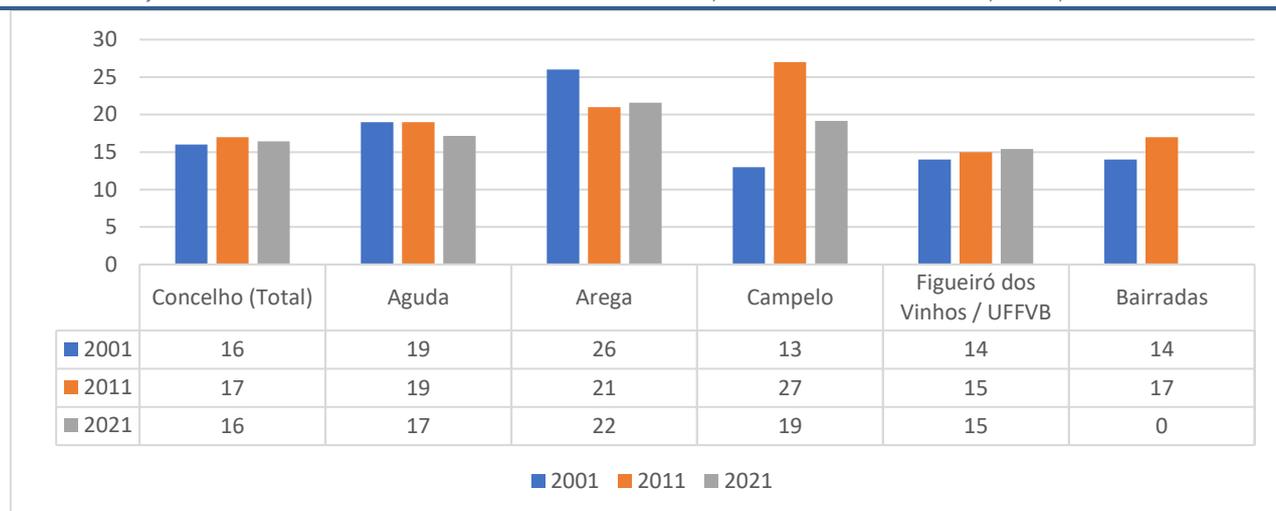
G. 89 - MEIO DE TRANSPORTE MAIS UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES (%), CONCELHO E FREGUESIAS, 2021



Fonte: Censos 2021, INE

Por último, centramos a nossa análise na duração média dos movimentos pendulares da população trabalhadora ou estudante, por local de residência. Os tempos médios (em minutos) subjacentes às deslocações no trajeto local de trabalho/estudo, versus, local de residência são predominantemente balizados pelas deslocações até 30 minutos, dependendo do local de origem. Ao nível concelhio a população demora até 16 minutos nos movimentos pendulares, valor sem grande alteração, quando comparado com os períodos anteriores apresentados. Os tempos de deslocação mais elevados (de 20 a 30 minutos aproximadamente) são registados pelas freguesias de Arega e Campelo (esta última mais distante da sede de concelho). A união de freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e a freguesia de Aguda, são as que menos tempo perdem nos movimentos pendulares (15 a 17 minutos).

G. 90 - DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES EM MINUTOS, CONCELHO E FREGUESIAS, 2001, 2011 E 2021



Fonte: Censos 2001, 2011 e 2021, INE, Portugal

11.6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na generalidade, a rede viária do Município proporciona boas condições à mobilidade de pessoas e bens, quer em deslocações internas, quer em ligações regionais ou nacionais.

“Para além da simples definição de uma proposta de rede viária municipal ‘per si’, interessa sobretudo a definição de uma rede viária que seja capaz de responder aos desafios que se vão colocando em termos de circulação, bem como à sua fundamental articulação com o desenvolvimento urbano que se programa para o Concelho.

Incontestavelmente aliado à rede viária o entendimento das necessidades e fragilidades em matéria de transportes e mobilidade no panorama do concelho constituem, como já foi referido, ainda mais desafios, e julga-se que quanto maior forem as possibilidades de se oferecer, a todos os níveis, em todos os locais, para todas as idades e para todas as condições, alternativas competitivas ao transporte individual, mais se contribuirá para uma região qualificada.

Atualmente as estratégias que são sugeridas na prossecução de níveis de sustentabilidade do sistema em termos de mobilidade e dos transportes, contam com os conceitos associados:

- ✚ Diversificação de oferta de modos de transporte;
- ✚ Introdução de veículos movidos a energias alternativas;

- ✚ Gestão de procura de transportes;
- ✚ Informação especializada em matéria de serviços de transportes, suas características, facilidades, preços, sistemas de pagamentos e bilhética.

O aumento da mobilidade das pessoas, reforçando a coesão das estruturas urbanas e suburbanas, promovendo o relacionamento interurbano segundo estratégias assumidas de coesão, e ainda viabilizando a oferta de transportes públicos em territórios de baixa densidade, constitui um grande desígnio, por forma a melhorar as condições de competitividade dos indivíduos e das atividades, ou seja, dos centros urbanos e dos aglomerados, quer isoladamente quer como rede de serviços, sem inviabilizar a sobrevivência de espaços que se encontram à marginalizados relativamente aos principais eixos de comunicação.”⁸²

Esta facilidade de deslocação no seio do Município deve ser tida em consideração mas depende diretamente de boas acessibilidades.

A este nível convirá, naturalmente atentos aos naturais constrangimentos financeiros, continuar a equacionar a possibilidade do lançamento de intervenções de beneficiação, conservação e reparação das estradas municipais, que delas necessitem, proporcionando às povoações mais isoladas um melhor e mais fácil acesso às sedes de freguesia e à sede do concelho.

No que diz respeito aos transportes públicos, importa realçar o recente projeto da CIMRL que proporciona o transporte das localidades até à sede de concelho, através de táxi com preços mais reduzidos. Este serviço flexível pretende dar mais um contributo no combate ao isolamento da população sénior e melhorar o acesso à rede de transportes públicos, designadamente nos lugares onde o serviço público de transportes não existe ou não assegura horários compatíveis com as necessidades da população. Trata-se de um serviço complementar à rede pública de transportes e procura assegurar as deslocações para a sede do município, onde os utentes poderão ir aos seus locais habituais (centro de saúde, farmácia, mercado, banco, correios, etc.).

Importará ainda referenciar neste domínio que, no âmbito da proposta de Transferência de Competências da Administração Central para a Administração Local⁸³, em matéria de vias de comunicação, os Órgãos Municipais deliberaram em janeiro de 2019, recusar essa mesma transferência de competências em virtude de no contexto atual da existência de vias abrangidas pelo Diploma Legal, se verificar que o Município de Figueiró dos Vinhos apenas possui, no seu território, uma estrada nacional, a EN 236-1 e uma estrada regional, a ER 347. O IC8 encontra-se excluído por força da Lei, constatando-se apenas uma extensão de aproximadamente sessenta metros da ER 347 que atravessa um aglomerado rural na zona da Ribeira Velha, freguesia de Campelo.

Por último, e no que ao IC8 diz respeito, no Diagnóstico precedente havíamos já referido a importância para o concelho e para a região da necessidade da requalificação urgente deste traçado, enquanto via estruturante, capaz de poder

⁸² In PDM de Figueiró dos Vinhos - Rede viária, mobilidade e transportes.

⁸³ Decreto-Lei n.º 100/2018 de 28 de Novembro.

contribuir para melhores e mais seguras acessibilidades que permitiriam, também neste domínio, atrair mais investimento, emprego e fixação de população.

12 - RENDIMENTOS/DESIGUALDADES

12.1 - ANÁLISE SWOT DOS RENDIMENTOS E DESIGUALDADES

FORÇAS

- Rendimento Social de Inserção;
- Cantinas Sociais;
- POAPMC;
- Conferência de S. Vicente de Paulo;
- IEFEP e Centro de Formação Profissional do IEFEP;
- Parque Empresarial do Caramelo;
- Centro Investe;
- Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos;
- Cartão Sénior+.

FRAQUEZAS

- Desemprego;
- Fraco tecido empresarial;
- Falta de hábitos e de oportunidades de trabalho;
- Insuficiência de rendimentos de algumas famílias;
- Dependência dos serviços;
- População envelhecida e com reformas baixas;
- Falta de consciência empreendedora para a criação do próprio emprego;
- Pobreza envergonhada e geracional;
- Baixos rendimentos das pensões, predominantemente do regime rural.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2030;
- CLDS-5G.

AMEAÇAS

- Contexto de crise económica global.

12.2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

-  Desemprego;
-  Insuficiência de rendimentos das famílias;
-  Pobreza envergonhada e geracional;
-  Aumento da taxa de inflação.

12.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

A pobreza, enquanto conceito multidimensional, pode ser abordada de diferentes modos e pode ser objeto de várias explicações. A ideia de transmissão intergeracional da pobreza e das desigualdades, assente na hipótese de que o risco de pobreza dos indivíduos tende a reproduzir-se de pais para filhos/as por se encontrar de certa forma associado ao contexto social, económico e educacional da família de origem, merece reflexão pela lógica que encerra.

Afigura-se em nome dessa premissa, analisar com atenção os fatores correlacionados com as origens dos agregados, e bem assim os fatores que justificam a própria mobilidade social dos indivíduos, equacionados que sejam os indicadores socioprofissionais e educacionais que lhes estão inerentes, sem descurar naturalmente os aspetos relativos à dimensão do agregado e situação familiar.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado pelo INE em 2023 sobre os rendimentos do ano anterior em Portugal, revela que 17% da população estava em risco de pobreza⁸⁴ em 2022, valor que revela, ainda assim, mais 0,6 pontos percentuais do que em 2021.

⁸⁴ De acordo com o INE, em 2022 a mediana do rendimento monetário líquido por adulto equivalente em Portugal foi de 11.824€ anuais, pelo que o limiar da pobreza fixa-se em 60% deste valor, ou seja, cerca de 7.095€ anuais (591€ mensais).

Segundo o mesmo estudo, o aumento da pobreza abrangeu todos os grupos etários, embora de forma mais significativa os menores de 18 anos (mais 2,2 p.p. relativamente ao ano anterior). A taxa de risco de pobreza dos adultos em idade ativa aumentou 0,4 p.p. e a da população idosa aumentou 0,1 p.p. O crescimento da taxa de risco de pobreza afetou mais significativamente as mulheres (mais 0,9 p.p., de 16,8% em 2021 para 17,7% em 2022) do que os homens (mais 0,3 p.p., de 15,9% em 2021 para 16,2% em 2022).

Podemos sem dúvida afirmar que, para o agravamento da desigualdade, concorrem quer a evolução da estrutura demográfica, com peso crescente da população mais idosa, quer o maior alargamento do leque das remunerações do trabalho, além do maior peso relativo das remunerações do capital. A inserção no mercado de trabalho tem um impacto importante na redução do risco de pobreza, sendo certo que o desemprego potencia situações severas de desigualdade e de acesso aos recursos. São também conhecidas as assimetrias existentes em Portugal, no que concerne à distribuição dos rendimentos.

Neste âmbito, os problemas económicos e de acesso ao emprego com que o concelho de Figueiró dos Vinhos se depara são transversais à maioria dos concelhos do interior do país, como já foi anteriormente referido.

Apesar de alguns importantes incentivos nesta área, certo é que não estão ainda a alcançar os objetivos pretendidos e as mudanças que se perspetivam não se compadecem (em questão de tempo) com as necessidades das famílias. Continua a assistir-se a uma contínua escassez de falta de investidores.

Para além dos custos sociais associados ao desemprego, existem outras dimensões que contribuem decisivamente para a intensificação das desigualdades e da vulnerabilidade social, relacionadas por exemplo com a precariedade laboral, que não permite às famílias um rendimento seguro, que lhes permita programar a sua vida num horizonte temporal mais alargado.

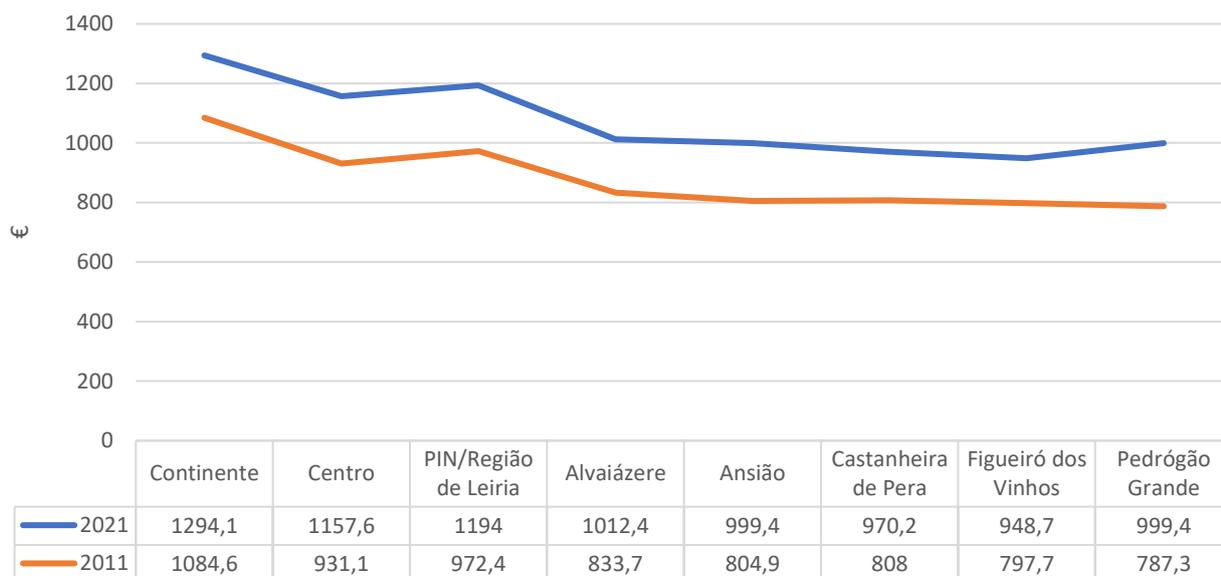
De acordo com os resultados do estudo do INE supracitado, a taxa de risco de pobreza para a população empregada diminuiu de 10,3% em 2021 para 10,0% em 2022, mas aumentou para a população desempregada, de 43,4% para 46,4%. Relativamente ao nível de ensino, em 2022, 22,7% da população que apenas tinha concluído o ensino básico era pobre, um valor significativamente superior às proporções de 13,5% para a população que tinha terminado o ensino secundário ou pós-secundário e de 5,8% para a população que tinha concluído o ensino superior.

12.4 - INDICADORES DE RENDIMENTO E DESIGUALDADE

Centrando-nos agora nos principais indicadores de rendimento e desigualdade, passamos a apresentar uma breve análise dos dados mais recentes disponibilizados pelo INE neste domínio, efetuando, sempre que possível, uma comparação com a realidade nacional, regional e dos concelhos limítrofes.

O valor referente ao ganho médio mensal, que por sua vez contribui para o desenvolvimento económico de cada região, centrava-se, em 2021, nos 1.294,10€ mensais, a nível nacional, valor este em que se observou um aumento com alguma expressão relativamente ao ano de 2011 (1.084,60).

G. 91 - GANHO MÉDIO MENSAL, 2011-2021



Fonte: INE - Indicadores demográficos.

Na região Centro começamos já a deparar-nos com um decréscimo do ganho médio mensal, quando comparado com a média nacional. Em 2021 o ganho médio mensal na região Centro apresentava menos 136,50€ do que a nível nacional, atingindo os 1157,60€, seguindo a tendência observada em 2011.

Na NUT III observa-se no gráfico acima apresentado uma aparente melhoria em termos do ganho médio mensal na região, que mais não representa do que a consequência da nova versão das NUT (NUTS 2013) que entrou em vigor em janeiro de 2015. Figueiró dos Vinhos passa a fazer parte da Região de Leiria, deixando de existir a denominação anterior (Pinhal Interior Norte) bem como a sua composição, passando a integrar um rol de 10 concelhos, 4 dos quais grandes cidades do litoral centro e, conseqüentemente mais populosos e industrializados.

Nos concelhos do norte do Distrito de Leiria, verifica-se alguma heterogeneidade nos valores apresentados, porém, em todos os concelhos o ganho médio mensal é bastante inferior ao registado a nível nacional e regional, registando o concelho de Figueiró dos Vinhos o ganho médio mensal mais baixo dos 5 (948,70€, em 2021).

Esta disparidade de valores pode dever-se, segundo o nosso ponto de vista a três fatores. No interior a escassez de empregos é uma constante, vendo-se as pessoas obrigadas a aceitar os empregos que lhes vão surgindo, mesmo que destes possa advir um baixo rendimento; as poucas empresas existentes são essencialmente pequenas e médias empresas que não têm possibilidades de oferecer aos seus trabalhadores salários mais aliciantes; e ainda pelo facto de esta região ser maioritariamente constituída por trabalhadores pouco qualificados, contribuindo para que os rendimentos mensais sejam conseqüentemente mais reduzidos do que quando comparados com grandes centros urbanos, por exemplo, em que a oferta de emprego apesar de escassa é mais ampla, englobando um pouco de cada área, permitindo a fixação de trabalhadores mais habilitados e que conseqüentemente conseguem obter um ganho salarial mais elevado.

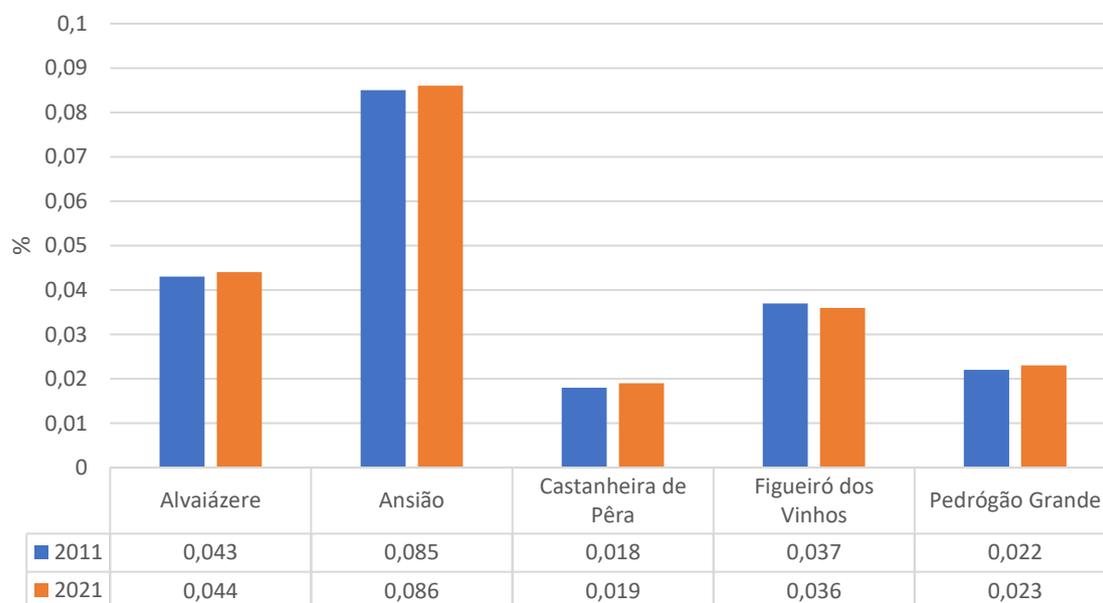
Comparando as duas séries temporais apresentadas inerente aos anos censitários (2011 e 2021), de uma forma geral, verificou-se um aumento do ganho salarial médio, em todas áreas geográficas, pesa embora se tenha também verificado um aumento, também generalizado, no custo médio de vida.

Em estreita relação com os valores do ganho médio mensal está a proporção do poder de compra⁸⁵ de cada concelho.

A capacidade de poder de compra por parte da população de cada concelho pode ditar o desenvolvimento económico dos concelhos, a manutenção e fixação de empresas e consequentemente a fixação de população nestas localidades.

Como podemos observar no gráfico seguinte, assistimos a uma melhoria generalizada da proporção de poder de compra em todos os concelhos do norte do Distrito de Leiria (ainda que residual), quando comparados os dados nos períodos apresentados (2011-2021). Contudo, quando comparamos a proporção de poder de compra de Figueiró dos Vinhos com os concelhos limítrofes, verificamos que este assume uma tendência inversa, ou seja, Figueiró dos Vinhos apresenta uma diminuição da capacidade de poder de compra em 0,001 p.p face ao ano de 2011. Por outro lado, a tendência dos restantes concelhos em análise, é de incremento do poder de compra (+ 0,001 p.p), embora os concelhos de Castanheira de Pera e Pedrógão Grande apresentem menor poder de compra comparativamente ao concelho de Figueiró dos Vinhos em ambos os anos.

G. 92 - PROPORÇÃO DO PODER DE COMPRA CONCELHIO, 2011-2021



Fonte: INE - Indicadores demográficos.

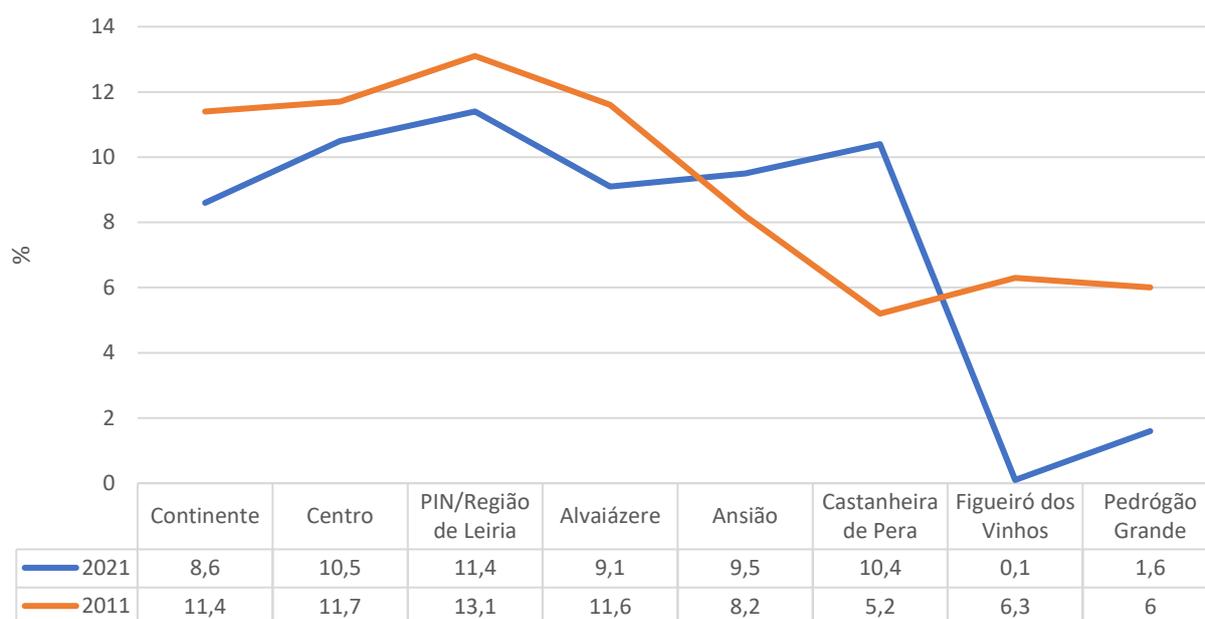
Efetuada uma análise das disparidades em termos do ganho médio mensal, passamos a demonstrar as principais diferenças em termos de género, habilitações, profissões e setores de atividade.

Relativamente ao género, podemos verificar no gráfico seguinte uma redução da disparidade do ganho médio mensal entre géneros, em todas NUT no período em análise, com alguma expressão. A nível nacional, a disparidade do ganho médio mensal entre géneros, atingia os 8,6% em 2021. Na Região Centro e na Região de Leiria, os valores registados são ligeiramente superiores registando 10,5% e 11,4%, respetivamente.

Nos concelhos do norte do Distrito de Leiria, observa-se alguma heterogeneidade quando comparadas as séries temporais apresentadas. Os valores registados nos 5 concelhos são também inferiores aos registados na NUT II e III.

⁸⁵ Este indicador reflete o peso do poder de compra de cada município ou região no total do país para o qual a proporção de poder de compra assume o valor de 100%.

G. 93 - DISPARIDADE DO GANHO MÉDIO MENSAL ENTRE GÉNEROS 2011-2021



Fonte: INE - Indicadores demográficos.

O concelho de Castanheira de Pera que se destacava pela positiva em 2011, registando a mais baixa disparidade do ganho médio mensal entre géneros (5,2%), no entanto em 2021 verifica-se um grande aumento, registando 10,4%.

O concelho de Alvaiázere que registava em 2011 o valor mais elevado dos 5 (11,6%), regista, em 2021, uma descida para 9,1%.

Ansião, no mesmo período, apresenta um aumento da disparidade entre géneros, ainda que residual (+1,3%).

Nos concelhos de Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, a disparidade do ganho médio mensal entre géneros, diminuiu radicalmente no período em análise. Isto é, Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande, em 2011, apresentavam 6,3% e 6%, já em 2021, atingiram valores mínimos de 0,1% e 1,6%, respetivamente.

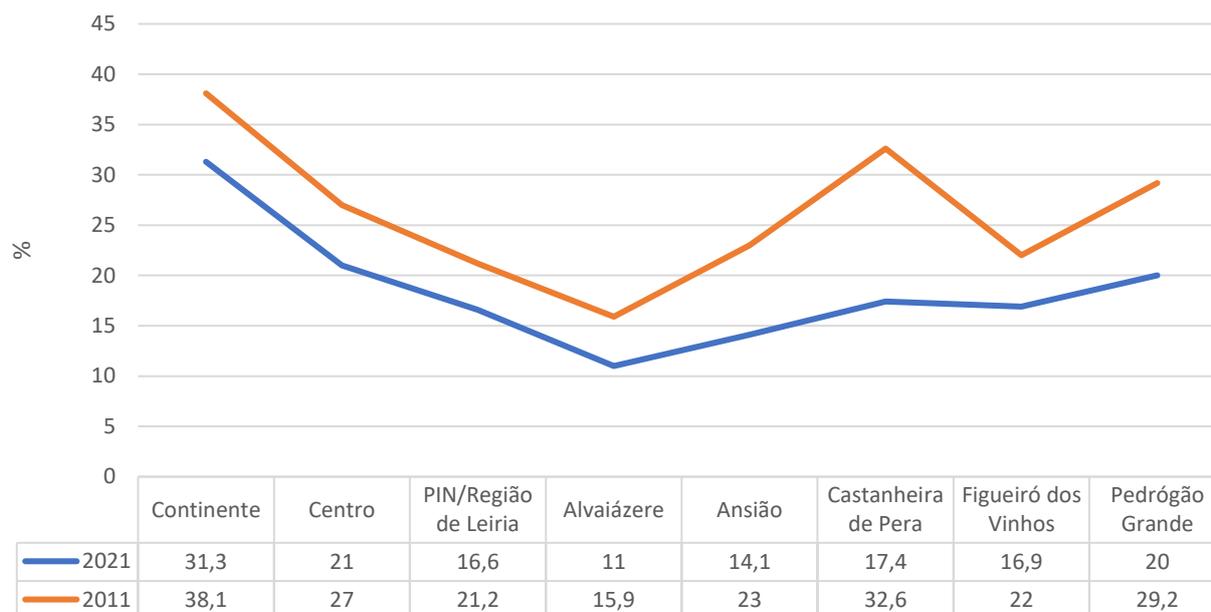
Os níveis de qualificação encontram-se em estreita relação com a disparidade do ganho médio mensal tendo em conta que trabalhadores mais qualificados, têm maiores probabilidades de conseguir empregos mais bem remunerados.

De facto, analisando o gráfico seguinte, a disparidade do ganho médio mensal por nível de habilitação, era a nível nacional de 31,3%, em 2021, valor superior ao registado na NUT II e III no mesmo período nos concelhos do norte do Distrito de Leiria.

De uma forma geral, assistimos no período em análise a uma diminuição da disparidade média salarial em função do nível de habilitações em todas as áreas geográficas, entre 2011 e 2021.

A nível concelhio, a disparidade média salarial em função das habilitações, desceu, no concelho de Figueiró dos Vinhos, de 22% em 2011 para 16,9% em 2021, valor bastante abaixo do registado a nível nacional.

G. 94 - DISPARIDADE DO GANHO MÉDIO MENSAL ENTRE NÍVEIS DE HABILITAÇÃO 2011-2021



Fonte: INE - Indicadores demográficos.

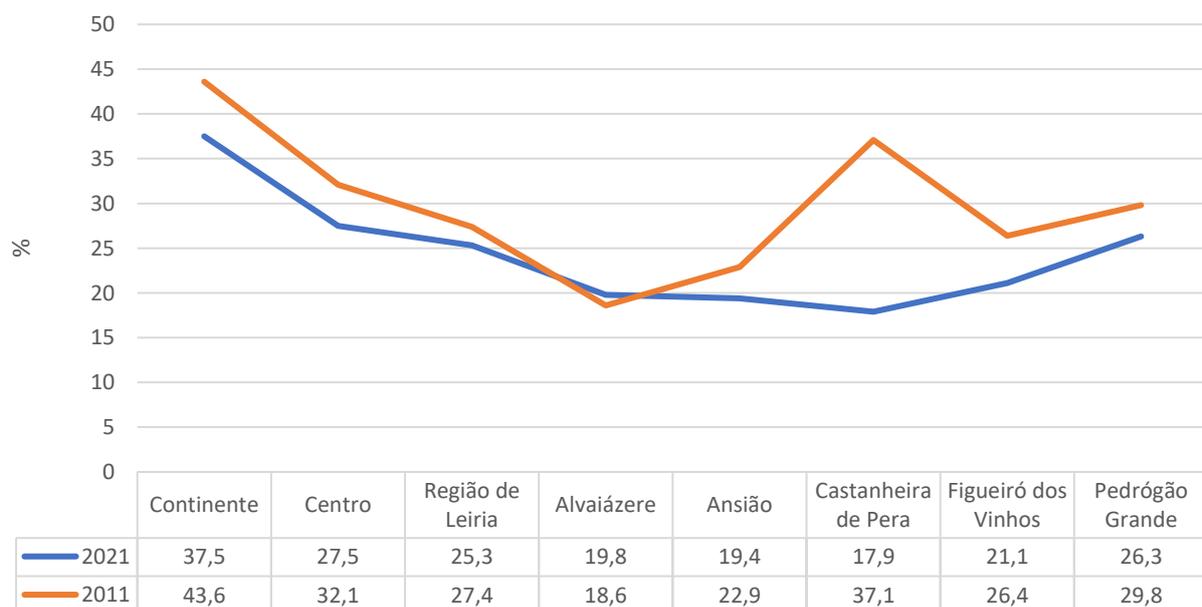
Relativamente à disparidade do ganho médio mensal entre profissões, verificamos também uma diminuição desta clivagem em todas as áreas geográficas, no período em análise.

A nível nacional, a disparidade do ganho médio mensal entre profissões era de 37,5% em 2021, -6,1 p.p. relativamente ao valor registado em 2011.

As NUT II e III apresentam valores consideravelmente inferiores aos registados a nível nacional, 27,5% e 25,3%, respetivamente.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, esta clivagem representa 21,1% (menos 5,3% que em 2011), e inferior ao registado nas NUT.

G. 95 - DISPARIDADE DO GANHO MÉDIO MENSAL ENTRE PROFISSÕES 2011-2021



Fonte: INE - Indicadores demográficos.

Relativamente à disparidade do ganho médio mensal por setores de atividade, verificamos alguma heterogeneidade na sua distribuição relativamente aos indicadores anteriores.

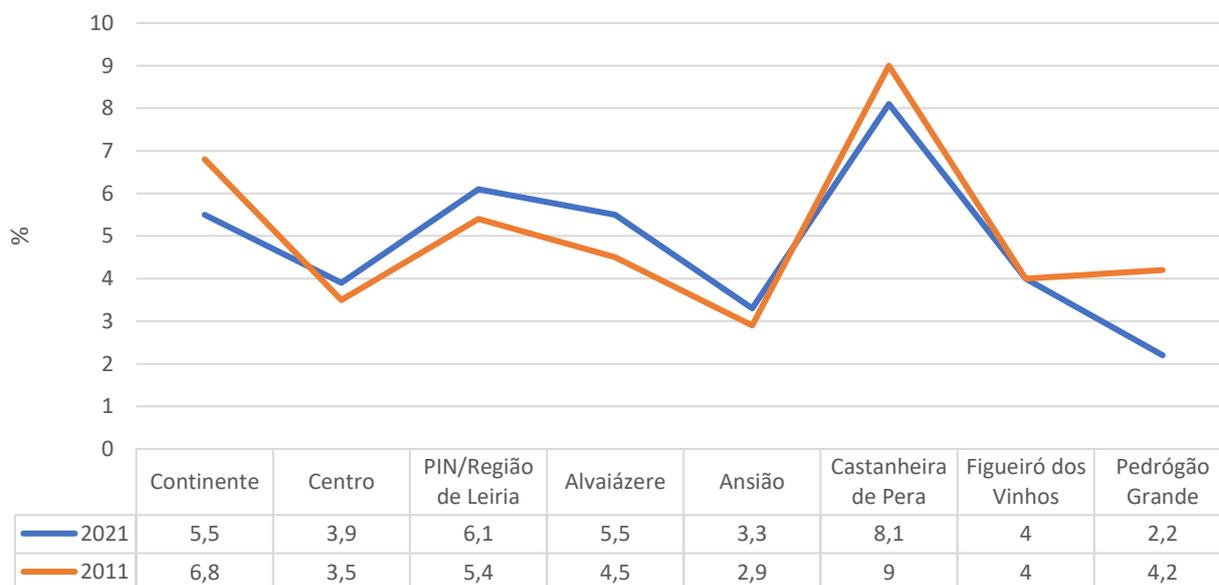
Se a nível nacional a disparidade do ganho médio mensal por setores de atividade desceu quando comparadas as séries temporais apresentadas de 6,8% para 5,5% em 2021, na região centro e na região de Leiria assistiu-se a um aumento de ambas, registando, em 2021 os 3,9% e os 6,1%, respetivamente. Na região de Leiria a disparidade é mesmo superior à registada a nível nacional e na região centro.

A nível concelhio, os concelhos onde a população ativa por setor de atividade se encontra mais distribuída, são os que apresentam a maior disparidade do ganho médio salarial entre setores, como é o caso de Alvaiázere (onde se verifica um aumento de 4,5% para 5,5%), Castanheira de Pera (que regista um decréscimo de 9% para 8,1%).

Em Ansião e Pedrógão Grande, para além de se verificar uma redução no período em análise (mais ténue no concelho de Ansião), são os que apresentam a disparidade do ganho médio salarial entre setores mais baixa, salientando-se o concelho de Pedrógão Grande que registou apenas 2,2%.

O concelho de Figueiró dos Vinhos manteve o mesmo valor percentual (4%) no espaço temporal em estudo e abaixo da média nacional.

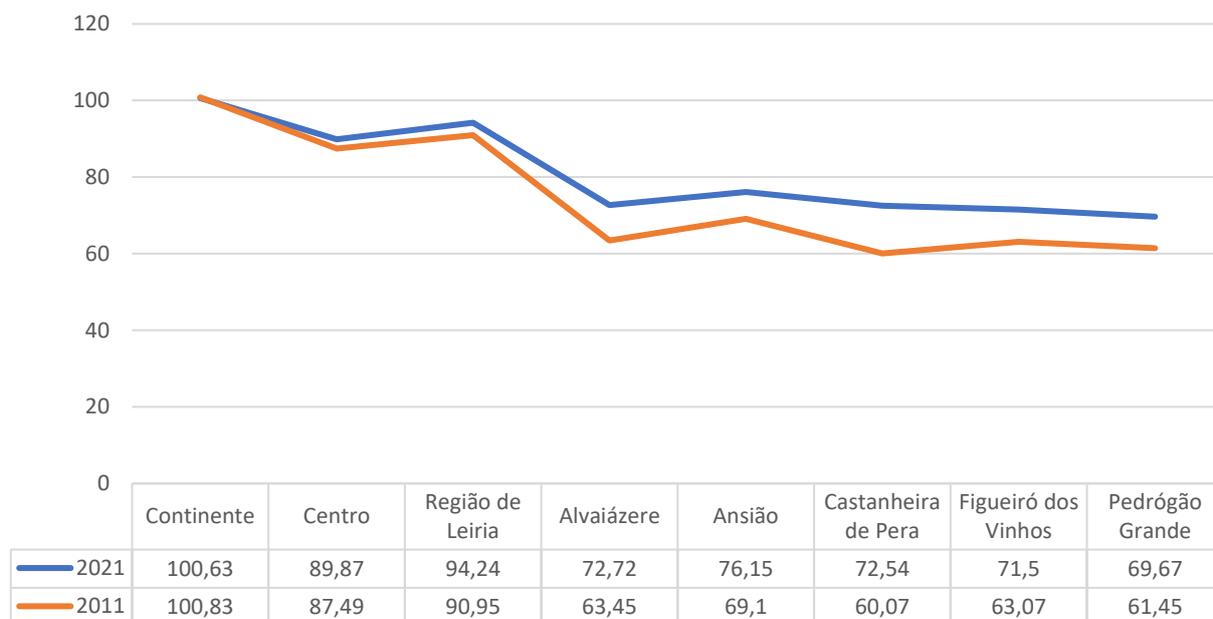
G. 96 - DISPARIDADE DO GANHO MÉDIO MENSAL ENTRE SETORES DE ATIVIDADE 2011-2021



Fonte: INE - Indicadores demográficos.

Por último, analisando o Indicador per capita do poder de compra que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (=100), podemos observar no gráfico seguinte que as NUT II e III registaram, em 2021, um poder de compra per capita abaixo da média nacional no valor de 89,9% e 94,2%, respetivamente. Observou-se ainda um ligeiro aumento deste índice, relativamente a 2011.

G. 97 - PODER DE COMPRA PER CAPITA 2011-2021



Fonte: INE - Indicadores demográficos.

A nível concelhio, podemos observar um aumento generalizado do poder de compra per capita em todos os concelhos no período em análise, porém, os valores registados são bastante inferiores à média nacional e regional em todos eles.

O concelho de Ansião foi o que registou o poder de compra per capita mais elevado em 2021, no valor de 76,1%, mas mesmo assim, bastante inferior à média nacional e regional. Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande foram os concelhos que apresentaram o poder de compra per capita mais baixo, de 71,5% e 69,7% em 2021.

12.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pese embora os dados apresentados, podemos afirmar que relativamente à condição perante o trabalho, é a população desempregada que continua a apresentar um maior risco de pobreza bem assim como as famílias com filhos/as a seu cargo. Também nos agregados com adultos que vivem sós e nas famílias monoparentais com filhos/as menores, o risco de pobreza têm tendência a aumentar, ainda mais se compararmos o valor do ganho médio salarial com o valor do limiar da pobreza, que se centrava em 2021, nos cerca de 591,00€. Se atendermos à análise da pobreza monetária implícita no rendimento individual das famílias, com o limiar de pobreza, concluímos que uma criança é considerada pobre, caso o seu rendimento disponível por adulto equivalente esteja abaixo desse mesmo limiar.

De facto, a desigualdade na repartição dos rendimentos entre géneros tem diminuído, consequência de todas as políticas assentes na igualdade de género e na igualdade de oportunidades. Todavia assiste-se ainda a fatores de desigualdade entre os extremos e, da mesma forma no acesso e nas oportunidades criadas ao nível da educação, formação contínua, mercado de trabalho, participação cívica e em órgãos de poder e mesmo na partilha de responsabilidades no seio da família, visível nos meios mais rurais.

Porém, para se conciliar prosperidade económica, coesão social e sustentabilidade, não bastam melhorias em termos médios, nem basta assegurar o mínimo aos mais destituídos, é necessário ter em conta o conjunto da distribuição, sendo

certo que a desigualdade não é uma mera questão de maior ou menor acesso a recursos por parte de diferentes indivíduos: É uma relação social que afeta a dignidade, a autoestima, a saúde e a longevidade.

Por último, não podemos deixar de referir alguma preocupação com a população mais idosa e desprotegida, cujas baixas pensões se afiguram limitativas no que diz respeito ao acesso aos recursos, aos cuidados de saúde, aos serviços, etc., numa lógica de qualidade de vida aceitável e de retardação do seu processo de envelhecimento.

Neste sentido, é possível constatar que todos estes indicadores se encontram interligados contribuindo como fatores positivos e/ou negativos no que respeita ao estado do concelho e conseqüentemente aos níveis de vida da sua população.

13 - ASSOCIATIVISMO E DESPORTO

13.1 - ANÁLISE SWOT DO ASSOCIATIVISMO E DESPORTO

FORÇAS

- Existência de espírito associativo e de uma diversidade de associações de cariz cultural, desportivo e humanitário;
- Dinâmica de grande parte das associações existentes;
- Diversidade de espaços desportivos: Piscina Municipal, Pavilhões Polidesportivos, Campo de Ténis, Pista de Pesca, Circuito de Manutenção e Circuito de Manutenção Geriátrico, Centro Hípico, Campo de futebol, Parque do Vale da Pipa, paredes de escalada, Ginásio da Santa Casa da Misericórdia, etc.;
- Associativismo ligado à prática desportiva;
- Associativismo de cariz social (Santa Casa da Misericórdia, IPSS e Conferência S. Vicente de Paulo);
- Valorização do Turismo da Natureza (percursos pedestres, paredes de escalada e praias fluviais);
- Potencialidade para a prática de desportos radicais e de aventura, desportos náuticos e desportos relacionados com caça e pesca;
- Diversidade de oferta de atividades desportivas de continuidade ou pontuais (organização de torneios e outros);
- Baixo custo das mensalidades das atividades desportivas;
- Elevado número de jovens praticantes de desporto;
- Existência de atividades desportivas na escola, para crianças e jovens.

FRAQUEZAS

- Falta de recursos financeiros e de apoios estatais às atividades associativas;
- Dependência excessiva de subsídios camarários;
- Falta de envolvimento dos associados nas atividades das associações, de cariz voluntário;
- Falta de articulação entre as associações do concelho;
- Degradação de alguns equipamentos desportivos existentes no concelho;
- Equipamentos desportivos com custos de manutenção elevados, relativamente à sua utilização (alguns a necessitar de obras urgentes);
- Dificuldade de captação de jovens para as atividades desportivas fora da sede de concelho.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2030.

AMEAÇAS

- Insuficiência/inexistência de políticas de apoio ao associativismo;
- Escassez de subsídios;
- Falta de apoios para a realização de obras de beneficiação nos equipamentos desportivos;
- Contexto de crise socioeconómica.

13.2 - ASSOCIATIVISMO E DESPORTO - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

-  Falta de recursos financeiros e de apoios estatais às atividades associativas;
-  Degradação de alguns equipamentos desportivos existentes no concelho;
-  Equipamentos desportivos com custos de manutenção elevados, relativamente à sua utilização.

13.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo o “Guia Para o Associativismo” (2001:5), “O Associativismo é a expressão organizada da sociedade, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social e constituiu um importante meio de exercer a cidadania”.

Visto nesta vertente, o associativismo representa um peso importante no desenvolvimento de uma determinada comunidade e assume um papel determinante na promoção da inserção, da integração e da participação de todos.

O número de Associações existentes no concelho, a diversidade de ações levadas a cabo por estas, nomeadamente, as relacionadas com a música, o desporto, o convívio, a cultura, o voluntariado, o apoio social e outras, permite-nos identificar, talvez por se tratar de um concelho ainda de cariz rural, a existência de um sentimento de “consciência coletiva” e de pertença ao grupo ainda muito forte. Como problemas nesta área identificamos duas grandes necessidades sentidas pelos membros das diferentes associações: a falta de recursos financeiros e a inexistência de sede própria de algumas Associações. As carências ao nível dos recursos logísticos e principalmente financeiros, constituem em alguns casos, um forte entrave à sua sustentabilidade, desenvolvimento de atividades e atração de novos públicos, sócios/membros.

Consciente da importância sociocultural e do grau de intervenção desenvolvido pelo movimento associativo no concelho, o Município de Figueiró dos Vinhos vem apoiando continuamente o desenvolvimento da atividade das várias associações e coletividades, disponibilizando apoio monetário, prestando apoio logístico diverso, cedendo transportes em deslocações pelo país, cedendo instalações para sede própria e desenvolvimento de atividades, incentivando e elaborando candidaturas a diversos projetos, fundos e programas comunitários. No entanto, é de realçar que algumas das associações do concelho desenvolvem as suas atividades com fundos próprios que advêm das inscrições nas próprias atividades, bem como de alguns apoios de publicidade por parte das empresas locais.

No entanto, continua a sentir-se a necessidade de, a um nível de decisão mais elevado, serem adotadas políticas de efetivo apoio e incentivo ao incremento do movimento associativo.

No que concerne à prática de Desporto e Lazer, encontramos neste concelho um amplo leque de entidades que incrementam um conjunto de modalidades desportivas e de lazer diversificadas, destinadas a diferentes públicos.

O papel da Câmara Municipal na promoção de atividades de desporto e lazer, exerce também um impacto importante. Das principais Atividades Desportivas promovidas pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, destacamos os desportos de natureza, nomeadamente o Figueiró Trail, Night Run Urbano, Passeios Pedestres, caminhadas solidárias, festivais de natação, entre outras. É de referir, que para além da promoção das modalidades, o objetivo passa também pela divulgação dos recursos endógenos do concelho de Figueiró dos Vinhos, bem como dos seus recursos naturais de excelência.

É preocupação da autarquia a sensibilização e estimulação dos jovens para a promoção de um estilo de vida saudável e ativa, oferecendo com frequência um conjunto de atividades desportivas, como forma de manter o equilíbrio biopsicossocial dos mais jovens, mas sem nunca esquecer todos os outros grupos em idade ativa e a Terceira Idade, que para além das atividades para eles direcionadas, contam também com atividades de carácter regular, tais como a hidrosenior, passeios temáticos e aulas de natação, inseridas nos projetos de CLDS e USFIG, sendo as atividades destes projetos dinamizadas na Piscina Municipal, Pavilhão Gimnodesportivo e noutros locais em atividades de carácter ocasional. Os principais objetivos destes projetos são:

- Promoção da atividade física e estilos de vida saudáveis;

- Combate do stress e sedentarismo;
- Prevenção de doenças;
- Proporcionar o bem-estar físico, mental e social;
- Despertar o gosto pela atividade física.

No que respeita às atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal em parceria com o Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, salientamos as “Atividades de Enriquecimento Curricular” desenvolvidas no 1º Ciclo do Ensino Básico e que, no âmbito do desporto, oferecem um conjunto de atividades físicas que decorrem nos pavilhões gimnodesportivos de Arega e da EB José Malhoa. Contudo, os alunos/as das freguesias têm também acesso à piscina municipal, fruto do esforço da Autarquia que, numa lógica de igualdade de oportunidades, assume as deslocações para a sede de concelho.

13.4 - MOVIMENTO ASSOCIATIVO

As Associações refletem, em termos gerais, a forma como a comunidade vive e se organiza.

A tabela que a seguir apresentamos identifica as Associações existentes no concelho e a sua distribuição por freguesia, fazendo também referência à sua tipologia, de acordo com as atividades que promovem/desenvolvem. Refira-se que algumas associações podem enquadrar-se em mais do que uma tipologia (recreativa/cultural/desportiva, entre outras).

T. 48 - DISTRIBUIÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES POR TIPO E FREGUESIA

	União Freg. Figueiró dos Vinhos e Bairradas	Aguda	Areaga	Campelo
Sociais e Humanitárias	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento n.º 148	Com. de Melhoramentos da Freguesia de Aguda	Com. de Melhoramentos e Apoio Social da Freg. de Arega	
	Ass. SSVF - Sociedade S. Vicente Paulo			
	Assoc. H. Bombeiros Voluntários de Fig. dos Vinhos			
	Núcleo Concelhio da Liga Portuguesa Contra o Cancro			
Desportivas	Clube de Caçadores Bairradense	Grupo Desportivo e Recreativo de Aguda	Associação Recreativa e Cultural de Arega	
	Associação Bairradense Cultura e Desporto	Com. de Melhoramentos da Freguesia de Aguda	Centro Recreativo e Cultural o Cantinho da Foz de Alge	
	Centro Hípico de Figueiró dos Vinhos	Fragas Bike Team		
	Clube Náutico de Figueiró dos Vinhos	A.B.C. Bombas Clube		
	Clube Automóveis Clássicos de Figueiró dos Vinhos			
	Clube de BTT “Rodas Voantes”			
	Ass. Desportiva de Fig. dos Vinhos: - Secção de Futebol - Secção de Pesca - Secção de Natação - Secção de xadrez - Secção de BTT - Secção de Escalada - Secção de Veteranos			
Culturais	Grupo Coral de S. João Batista	Rancho Folclórico “Flores de Alegria”	Centro Recreativo e Cultural “O Cantinho da Foz de Alge”	Casa de Convívio “O Penico”
	Associação Bairradense Cultura e Desporto	Com. de Melhoramentos da Freguesia de Aguda	Associação Recreativa e Cultural de Arega	Associação “O Convívio”

	Jograis e Trovadores	O Convívio da Região de Chimpeles		
	Sociedade Musical Instrução e Recreio Figueirense	Associação Recreativa e Cultural da Ribeira de Alge		
	Associação Cultural e Musical Sintonia Consequente	Associação Cultural "Escola dos Moninhos"		
	APEMEA - As. Prom. Ensino Música e outras Exp. Artísticas			
	Comissão de Melhoramentos da Várzea Redonda			
	Ass. Cultural e Recreativa "Amigos do Lugar do Douro"			
	Terractividade - Associação Cultural e Recreativa de Figueiró dos Vinhos			
Recreativas	Ass. Cultural e Recreativa "Amigos do Lugar do Douro"	Associação Recreativa e Cultural da Ribeira de Alge	Centro Recreativo e Cultural "O Cantinho da Foz de Alge"	Associação "A Lareira"
	Ass. Amigos da Aldeia de Vale do Rio	Com. de Melhoramentos da Freguesia de Aguda	Comissão de Melhoramentos das Cabeças	Casa de Convívio do Povo do Singral - ACCPS
	Centro de Convívio de Aldeia Ana de Aviz	O Convívio da Região de Chimpeles	Associação Recreativa e Cultural de Arega	Associação "O Convívio"
	Terractividade - Associação Cultural e Recreativa de Figueiró dos Vinhos			Casa de Convívio "O Penico"
	Com. de Melhoramentos do Carapinhal - COMELCA			
	Comissão de Melhoramentos da Várzea Redonda			
Outras	Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos de Figueiró dos Vinhos	Refúgios de Pedra - Associação de Moradores do Casal de S. Simão		
	Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento	Associação Amiga dos Animais "Pegadas e Bigodes"		
	AEPIN - Associação Empresarial do Pinhal Interior			
	Ass. de Produtores Agro-Florestais de Fig. dos Vinhos			
	FICAPE - Coop. Agrícola do Norte do Distrito, CRL			

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos - 2024

Independentemente da sua tipologia, âmbito de atuação ou ano de criação, passamos a apresentar algumas das principais Associações do concelho de Figueiró dos Vinhos, referindo um pouco da sua história, atividades realizadas, fontes de financiamento e alguns dos constrangimentos que identificaram no âmbito da sua atividade, tomando como referencia a informação vertida no PDM de Figueiró dos Vinhos, não descurando ou menosprezando aquelas que não se encontram aqui representadas.

Sociedade Musical Instrução e Recreio Figueirense (Filarmónica Figueirense) - é a coletividade mais antiga de Figueiró dos Vinhos, e até hoje não foi possível saber-se a data da sua fundação, supondo-se que tenha sido no século XIX, pelos anos de 1850 a 1870.

Esta coletividade, que na fundação se chamava Sociedade Filarmónica Figueirense, tem um historial longo e belo, tendo ao longo dos anos, com altos e baixos, dignificado sempre o concelho de Figueiró dos Vinhos, por todos os pontos do país.

Um dos momentos altos da sua existência foi pelo ano de 1900, em que executava peças de real valor, como se vê por algumas peças do seu arquivo, com relevância para uma, que foi composta expressamente para a inauguração do chalé “O Casulo”, residência de Mestre Malhoa, e que tem o mesmo nome do chalé.

Em 1952, em Assembleia Geral foi alterado o seu nome para *Sociedade Musical Instrução e Recreio Figueiroense - Filarmónica Figueiroense*, continuando a ser, sem a menor dúvida, o expoente máximo da cultura em Figueiró dos Vinhos.

Do seu historial mais recente fazem parte atuações em diversos pontos do país, em Rádios Regionais (*da sua sede se fez em março de 1988 uma transmissão direta, com duração de três horas, para toda a região de Leiria, e dado o impacto que teve foi transmitido novamente em diferido uma semana depois*). Atuações na Rádio Televisão, diversos concertos na cidade de Lisboa e outros pontos do país, fazem igualmente parte do seu historial.

Pela vivência prática da vertente musical da Banda Filarmónica de tantos anos, foram criadas no mês de maio de 1988, as atividades de *Orquestra Ligeira, Teatro, Rancho Folclórico e Grupo Coral*, que durariam até 31 de dezembro de 1990.

Grupo Coral de S. João Batista - Fundado oficialmente por escritura pública no Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos, em 15 de maio de 1984, dedicava-se já à atividade de canto litúrgico desde 24 de junho de 1974.

A partir de março de 1991, estenderam a atividade ao canto coral profano e à jogralidade, passando a difundir o seu canto em várias localidades do país.

É um dos grupos sócio culturais mais em evidência no concelho de Figueiró dos Vinhos, e que tem prestigiado o seu nome por muitas terras do país, tendo inclusivamente feito uma digressão por terras de França no ano de 1993, a convite da comunidade portuguesa ali radicada, na divulgação do canto coral do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Corpo Nacional de Escuteiros, Agrupamento 148 - O Escutismo é um movimento que está principalmente ao serviço da juventude em que os mais velhos podem oferecer aos mais novos um ambiente saudável, e instigá-los a praticar atividades que os ajudem a desenvolver o civismo, a promover os valores (como a autonomia de caráter e da sensibilidade, a criatividade, a solidariedade, o voluntariado com o sentido gratuito, o respeito pela natureza e pela vida, a tolerância e a ação em prol da paz e da justiça, enfim, um modelo de desenvolvimento integral da pessoa humana, na sua dimensão intelectual, física e social.

O primeiro agrupamento no nosso país nasceu em Braga, em 27 de maio de 1923, sob a responsabilidade do Dr. Avelino Gonçalves e influência de D. Manuel de Matos.

A Figueiró dos Vinhos chegou em 1959, por intermédio do então Pároco da Freguesia, Padre José da Costa Saraiva, mas a sua fundação oficial foi em 29 de janeiro de 1961, cabendo-lhe o n.º 148, e contam atualmente com 80 associados, tendo a sua sede no Convento do Carmo, em espaço cedido pela Paróquia de Figueiró dos Vinhos.

O Agrupamento 148 realiza as suas habituais reuniões semanais aos sábados e domingos, e procede à realização de acampamentos, raids e acantonamentos de forma mais espaçada. Decorrente da própria natureza das atividades que realizam, estas acontecem sobretudo ao ar livre, em locais variados, sem prejuízo do normal funcionamento das atividades de estrutura e organização, e outros eventos, decorrerem na sua sede, e em outros espaços cobertos.

No espaço onde realizam as atividades denotam a falta de espaço para construções escutistas. Entretanto possuem material de campismo próprio, com uma área coberta de 300 m². Os apoios financeiros provêm de entidades particulares, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia.

Rancho Folclórico Flores da Alegria (Aguda) - O Rancho Flores de Alegria de Almofala visa a promoção de serviços recreativos, culturais e desportivos, espetáculos, danças e cantares da Região, lutando pela sua promoção no País e no Estrangeiro.

Fundado por escritura pública lavrada no Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos, em 14 de novembro de 1988, a sua sede é no lugar de Almofala de Baixo, da freguesia de Aguda.

Ao longo da sua existência, tem atuado com as suas danças e cantares por toda a região, com deslocações a outras partes do país, sendo um componente precioso na estrutura cultural de divulgação do folclore na região e país.

Grupo Desportivo e Recreativo de Aguda - O Grupo Desportivo e Recreativo de Aguda dedica-se à promoção de atividades recreativas, desportivas, culturais e de lazer, e tem como objetivo proporcionar condições para a atividade salutar entre os membros da comunidade da freguesia de Aguda. Fundado em setembro de 2000, tem atualmente 86 membros, e está instalado num espaço cedido localizado na Rua Nossa Senhora de Fátima, em Aguda.

No âmbito das atividades culturais e recreativas, realiza torneios de chinquillo, matraquilhos, sueca, e ainda festivais de folclore. As atividades decorrem sobretudo no Salão cedido pela Igreja Paroquial. As deficiências apontadas são a falta de condições dos balneários e a falta de estacionamento. A sede ocupa uma área de apenas 12 m² e o salão onde realizam as atividades tem uma área de 70 m². A Associação é apoiada por particulares, pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal.

Relativamente a infraestruturas de apoio tidas como necessárias ao bom desenrolar das atividades, este Grupo necessita de uma sede própria, para o desenvolvimento das suas condições de trabalho, e defende a isenção do pagamento do aluguer do pavilhão que utilizam, por forma a providenciarem atividades culturais e recreativas a um custo menos significativo para os participantes.

Associação Cultural da Região de Chimpeles (Aguda) - A Associação Cultural de Chimpeles tem como objetivos a promoção de atividades recreativas, desportivas, culturais e de lazer, proporcionando condições para o convívio salutar entre os membros da comunidade. Fundada em julho de 2000, tem atualmente cerca de 60 associados, e tem sede na antiga Escola Primária de Chimpeles, em regime de cedência pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.

Esta associação proporciona a existência de um espaço de convívio, aberto de Sexta a Domingo, disponível a todos os moradores da zona, com jogos de entretenimento tais como matraquilhos, cartas, chinquillo, etc. De uma forma mais ocasional, organizam bailes populares, ou festas na comemoração de festas / acontecimentos populares. Organizam ainda 'passeios' a locais diversos.

No campo financeiro, esta associação é apoiada pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia de Aguda.

ARCA - Associação Recreativa e Cultural de Arega - Fundada por escritura pública de 13 de junho de 1980 foi criada tendo em vista a promoção moral, cultural, social, desportiva e recreativa dos seus associados.

Na vertente cultural do desporto tem mantido uma equipa de Futsal, que tem competido por toda a região, dignificando a sua coletividade.

Também na parte recreativa já teve um Rancho Folclórico que atuou em diversos pontos do país.

Tem a sua sede social própria junto à sede da Junta de Freguesia de Arega.

A Lareira - Associação Cultural, Recreativa e Melhoramentos (Campelo) - Sedeada no lugar da Ribeira Velha, freguesia de Campelo, fundada por escritura pública de 30 de abril de 1981, com o objetivo de promover o recreio dos seus associados através de récitas, festas recreativas, saraus, bailes, jogos lícitos e desportivos, teatro amador, e ainda os melhoramentos de utilidade pública do lugar da Ribeira Velha.

O Penico - Casa de Convívio, Desporto, Cultura e Recreio (Campelo) - Associação que visa a promoção moral, cultural, social e desportiva dos seus associados, criada por escritura pública de 29 de agosto de 1980.

Tem a sua sede e funcionamento no lugar de Alge, freguesia de Campelo.

Associação Cultural e Recreativa Amigos do Lugar do Douro - Esta associação dedica-se à realização de diversas atividades, sem fins lucrativos, de âmbito cultural e recreativo. Foi criada em setembro de 2002, e conta com 50 associados. Realiza atividades específicas alusivas a festividades periódicas, como os Reis, o Carnaval, o São Martinho, a Passagem de Ano, e ainda no capítulo desportivo, torneios de futsal. Organiza ainda bailes e também as festividades do Bom Jesus da Sobreira.

As atividades decorrem no Largo da Capela do Bom Jesus da Sobreira, e no local cedido por um particular, onde funciona a sede desta associação, com cerca de 140 m². A estes locais apontam-se falta de condições, nomeadamente de espaço e de infraestruturas básicas. Os Amigos do Lugar do Douro contam apenas com o apoio financeiro de entidades privadas.

Associação Centro de Convívio de Aldeia de Ana de Avis - Esta Associação foi criada por escritura de 30 de janeiro de 1993, com o fim de promover a convivência, cultura e recreio dos seus associados e a ocupação saudável dos tempos livres dos jovens, para o que se criaram secções em conformidade.

Constituída em seguimento de um legado do grande benemérito de Aldeia de Ana de Avis, Dr. Manuel Dinis Herdade, que de entre outras dádivas a dotou com uma excelente sede já pronta a funcionar com Sala de Bar, Sala de Convívio, Sala de Biblioteca, onde se podem encontrar boas obras, e uma dependência ao ar livre para lanches.

Dispõe ainda de uma praia fluvial, de um gimnodesportivo e de um salão de festas, onde durante o ano se promovem diversos eventos.

Grupo Jograis e Trovadores - O Grupo "Jograis e Trovadores", fundado como pessoa coletiva em 20 de janeiro de 1993 e com uma atividade anterior a esta data, é constituído por artistas amadores, residentes em Figueiró dos Vinhos. Tem vindo a promover a Música e o Teatro em todas as suas formas, o estudo e a pesquisa regional da Música, da Poesia, do Teatro e da Literatura populares.

Realizou vários espetáculos, dos quais se destacam o "Festival da primavera", desde 1992, um ciclo subordinado ao tema: "O Renascimento e o Tempo das Descobertas", um ciclo de música popular, um ciclo de teatro do princípio do século XX. Mais recentemente, faz pesquisa e trabalha em teatro português dos anos 60. Paralelamente, iniciou em 2000

um estudo sobre teatro musical, para o que deu início a um ciclo sobre este tema, trabalhando em simultâneo a dança jazz, a canção interpretativa teatral e as técnicas de representação deste género de teatro.

Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos - Representante do desporto federado do concelho, foi fundada em junho de 1949, com o fim de promover a cultura desportiva e recreativa dos seus associados.

É a maior coletividade representativa do desporto no concelho, dignificando-o ao longo da sua existência nas modalidades de Futebol, Futsal, Xadrez, Andebol, Pesca e Natação, Escalada e BTT, conquistando alguns campeonatos distritais e taças.

Tem a sua sede própria na Rua dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos construída em 1988 e inaugurada em 4 de setembro do mesmo ano, tendo sido posteriormente ampliada com inauguração em 25 de Abril de 2000.

Clube Náutico de Figueiró dos Vinhos - O Clube Náutico de Figueiró dos Vinhos dedica-se à prática e fomento de todos os desportos náuticos desde a sua fundação, em 1994. Atualmente encontra-se instalado num espaço cedido na Cova da Eira e conta com 122 associados.

Este Clube desenvolve frequentemente encontros náuticos e convívios periódicos entre os seus membros, assim como outras atividades que decorrem de uma forma mais pontual, destacando-se concursos de pesca, encontros regionais / nacionais de motonáutica, jet-ski e canoagem, bem como atividades de âmbito pedagógico.

As atividades decorrem na Albufeira de Castelo de Bode, mais concretamente na Cova da Eira, onde se situa a sede do Clube e a plataforma. Neste local são apontadas deficiências ao nível da sua iluminação, do seu projeto urbanístico, e ainda de falta de meios de socorro a náufragos do Instituto de Socorros a Náufragos, especificamente nadadores-salvadores.

Como já se fez referência, o Clube está instalado num espaço cedido pela Câmara Municipal, que tem cerca de 40 m² de área coberta, e possui uma plataforma com 200 m², da qual é proprietário. Dispõe ainda de um espaço de casas de banho com 20 m².

O Clube é apoiado pela Câmara Municipal, pela Junta de Freguesia e pelo Governo.

Clube Desportivo e Recreativo de Arega - O Grupo Desportivo e Recreativo de Aguda desenvolve atividades de âmbito cultural, assim como na vertente desportiva, nomeadamente através da participação no Campeonato Distrital de Futsal da Associação de Futebol de Leiria.

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos - A 18 de maio de 1935 é oficialmente criada a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, incorporando o Corpo Ativo e conferindo-lhe moldura legal por certidão lavrada pelo Governo Civil do Distrito de Leiria. A partir desta data a Associação passa a ter plena existência jurídica e estatutária, oficialmente reconhecidas pelo Estado Português. Ao Corpo Ativo é conferida a necessária organização e estrutura oficial ao abrigo dos estatutos da Associação, elaborados, entre 1934 e 1935, e aprovados pelo Governo Civil.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos (AHBVFV) uma pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos.

A AHBVFFV, doravante aqui também designada por Associação, tem a sua sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, na Vila de Figueiró dos Vinhos.

A Associação tem como objeto principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros e demais legislação aplicável.

A Associação pode também promover festas e sessões culturais, e exercer quaisquer outras atividades conducentes à melhor preparação intelectual, física e moral dos seus associados, ou à angariação de fundos.

Ao nível da sua estrutura organizacional a Associação é constituída pelos Órgãos Sociais de acordo com a sua definição estatutária, que são a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

Ao nível de recursos humanos **atualmente, a Associação** conta nos seus quadros com 115 elementos, sendo 87 do sexo masculino e 28 do sexo feminino.

O quadro permanente/funcionários da Associação é composto por 24 funcionários.

A missão da Associação só é, no entanto, cumprida com o apoio incondicional de todos os homens e mulheres que integram o Corpo de Bombeiros e que prestam o seu serviço de forma voluntária.

O Corpo de Bombeiros conta atualmente com 3 elementos do quadro de comando, 70 elementos no quadro ativo, 17 elementos no quadro de honra, 25 elementos no quadro de reserva.

Salienta-se, que os funcionários da Associação também prestam serviço voluntário, para além do seu horário normal de trabalho.

Visto que o quadro de funcionários da Associação não é suficiente para dar resposta às exigências do serviço, só com a dedicação de todos os nossos bombeiros e bombeiras se consegue dar resposta às exigências do serviço que funciona 24 horas por dia.

Fazem ainda parte dos quadros da Associação 38 infantes, estagiários e cadetes.

Na prestação do socorro à população a Associação, é detentora de 26 veículos distribuídos da seguinte forma: 11 Ambulâncias, 7 Veículos de Combate a Incêndio, 2 Veículos de Abastecimento, 5 Veículos de Apoio de Comando e 1 Veículo de Desencarceramento.

Os principais problemas com que a Associação se depara, prendem-se essencialmente com escassez cada vez mais acentuada de voluntariado, com o número elevado de fogos florestais onde são chamados a intervir durante os meses de verão e a escassez de meios económico-financeiros para fazer face às despesas-

No entanto, é de referir que 85% da despesa e atividade da Associação corresponde essencialmente aos serviços de apoio à intervenção na área da saúde e apenas 15% de intervenção dos serviços florestais.

Relativamente às infraestruturas e ao património material, apesar das melhorias que têm vindo a ser continuamente efetuadas, verifica-se, ainda, a existência de alguns projetos aos quais a Associação pretende dar resposta no curto prazo, a saber:

- ✚ Recuperação do acervo histórico da Associação, com trabalhos de conservação das viaturas antigas (Bedford e Buick);
- ✚ Geminação com outras Associações homólogas de bombeiros, com data de fundação em 1935;
- ✚ Geminação com outras Associações homólogas de bombeiros estrangeiras;
- ✚ Conceção de material promocional (merchandising) da AHBVFV;

A Associação conta atualmente com 1270 sócios ativos.

Associação SSVP - Sociedade de S. Vicente Paulo - esta associação pauta a sua atividade pelo auxílio a pessoas desprotegidas, desde 1965, o ano da sua fundação, e conta com 7 voluntários. Tem a sua sede nas instalações do antigo edifício do GAT.

As suas atividades quotidianas passam por visitas domiciliárias aos assistidos, pela distribuição de géneros alimentícios e roupas. A Conferência Vicentina auxilia ainda em termos de farmácia, óculos, transportes, assim como no auxílio na habitação e outros. Outras atividades passam pela participação nos acontecimentos culturais do concelho, e pela colaboração com outras coletividades locais na realização de atividades.

A Conferência Vicentina possui o apoio financeiro de entidades privadas, seja em géneros (alimentos e roupas), seja em numerário. É também apoiada pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia.

13.5 - DESPORTO - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E RECREATIVOS

De acordo com a Carta Desportiva de Figueiró dos Vinhos (2009), as instalações desportivas são espaços de acesso público organizados para a prática de atividades desportivas, constituídos por espaços naturais adaptados ou por espaços artificiais ou edificados, incluindo as áreas de serviços anexos e complementares.

Os equipamentos desportivos podendo ser organizados em:

- ✚ Instalações desportivas de base (que constituem o nível básico da rede de instalações para o desporto, agrupando-se em recreativas e formativas),
- ✚ Instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares,
- ✚ Instalações especiais para o espetáculo desportivo.”

Os equipamentos de base subdividem-se em recreativos e formativos.

Os de base recreativa destinam-se a atividades desportivas com carácter informal, ou que não estão sujeitos a regras permanentes no âmbito das práticas recreativas, de manutenção e de lazer ativo.

Os de base formativa estão vocacionados para a educação desportiva de base e para as atividades introdutórias que garantam o acesso a níveis de atividade desportiva especializada, com características de polivalência e adaptabilidade, no âmbito do ensino e das atividades de formação desenvolvidas no quadro do associativismo desportivo.

As Instalações Desportivas de Base Recreativa são instalações que se destinam a atividades desportivas com carácter informal ou sem sujeição a regras imperativas e permanentes, no âmbito das práticas recreativas, de manutenção e de lazer ativo.

Os equipamentos especializados são concebidos e organizados para atividades desportivas monodisciplinares, em resultado, da sua específica adaptação para a prática da correspondente modalidade (ex.: campos de tiro, campos de golf, ténis, etc).

As instalações desportivas especiais para o espetáculo estão vocacionadas para a realização de manifestações desportivas integrando a componente espetáculo (ex.: estádios, hipódromos, Kartódromos, etc.).

No que respeita à cobertura espacial dos equipamentos desportivos, podemos constatar na tabela seguinte, que os diversos equipamentos (essencialmente de base recreativa e formativa) se encontram distribuídos pelas quatro freguesias do concelho.

T. 49 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Tipologia		Figueiró Vinhos Bairradas	Aguda	Arega	Campelo
Grandes Campos de Jogos	Campo de Futebol	1	0	0	0
Pequenos Campos de Jogos	Polidesportivos e Ringues	2	0	0	2
	Mini-campo Relvado	1	0	0	0
	Court de Ténis	1	0	0	0
Pavilhões e Salas Desportivas	Pavilhões Gimnodesportivos	4	1	1	0
Piscina	Piscina coberta	1	0	0	0
	Piscina descoberta	0	1	2	2
	Praia Fluvial	1	1	0	0
Parque do Vale da Pipa		1	0	0	0
Instalações Especializadas		1	0	0	0
Instalações de Espetáculo Desportivo		2	0	0	0
TOTAL		17	3	3	4

Fonte: Carta Desportiva - 2009 (adaptado e atualizado)

Destacamos, neste âmbito, a Piscina Municipal (coberta) que garante a realização de variadas atividades desportivas, nomeadamente a natação, a hidroginástica, entre outras, destinadas a diferentes públicos e faixas etárias. Refira-se também a existência de protocolos de utilização deste espaço, por entidades públicas e privadas (Agrupamento de Escolas, Santa Casa da Misericórdia, entre outras), que contribuem não só para a dinamização deste espaço, mas também para incrementarem a sua própria oferta, em termos de diversidade de serviços.

Apesar de se verificar que as Freguesias estão equipadas com um conjunto interessante de equipamentos desportivos, tal não se traduz num aproveitamento ideal por parte da comunidade e das associações representativas de cada Freguesia que neles poderiam dinamizar mais atividades, implementando uma outra dinâmica nos seus territórios.

Se é certo que os custos de utilização e manutenção deste tipo de equipamentos são por si só elevados, a sua não utilização e rentabilização, acarretarão, no curto prazo, custos ainda mais elevados, levando ao seu abandono e degradação.

13.6 - PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

-  Piscina Municipal de Figueiró dos Vinhos,
-  Campo de Ténis de Figueiró dos Vinhos,
-  Pavilhão Gimnodesportivo de Figueiró dos Vinhos,
-  Polidesportivo de Aguda (coberto),
-  Polidesportivo de Arega (coberto),
-  Polidesportivo de Bairradas (coberto),
-  Polidesportivo de Campelo (descoberto),
-  Polidesportivo de Alge (descoberto),
-  Polidesportivo de Aldeia Ana de Avis (descoberto),
-  Centro Hípico de Figueiró dos Vinhos,
-  Pavilhão da Escola Secundária (coberto),
-  Pavilhão da Escola José Malhoa (coberto),
-  Estádio Municipal Afonso Lacerda,
-  Parque do Vale da Pipa,
-  Minicampo de Futebol de Figueiró dos Vinhos,
-  Parque Radical de Figueiró dos Vinhos,
-  Pista de Pesca do Poeiro.

13.7 - DESPORTO: PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESPORTIVAS

-  Passeio de Automóveis Clássicos e Antigos,
-  Torneios de Natação,
-  Futebol,

- 🚣 Pesca,
- 🚲 Ciclismo (BTT),
- 🐎 Hipismo (Prova de Saltos),
- ♟️ Xadrez.

13.8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacámos nesta área o importante contributo disponibilizado pelas diversas instituições da sociedade civil, onde se integra um conjunto vasto de associações e coletividades existentes no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Estes parceiros do Município têm desenvolvido um trabalho meritório nos seus domínios de atuação, emprestando os seus dirigentes e associados, à comunidade em geral, um importante e assinalável serviço público, nos domínios do desporto, do recreio, da cultura, do lazer, que se traduz de uma forma direta no aumento da qualidade de vida dos cidadãos em geral, independentemente da faixa etária em que se integrem.

O esforço, o entusiasmo e a dedicação disponibilizados sem outra contrapartida que não a de servir, tem reforçado o espírito de solidariedade e de bairrismo, ingredientes indispensáveis a uma sociedade que se deseja cada vez mais feliz e realizada.

A Autarquia tem procurado, de acordo com as suas disponibilidades financeiras, complementar o trabalho associativo, quer através do orçamento municipal, quer através de um forte apoio logístico que pode disponibilizar no âmbito das suas atribuições e competências.

Naturalmente, que esta filosofia de atuação é alicerçada em critérios de exigência e de rigor, assente na necessidade seletiva de premiar, reconhecer e motivar os projetos, as ações e o trabalho continuado de todos aqueles movimentos associativos que cumprem os seus objetivos e planos de atividade, havendo consciência de que existe trabalho a fazer sobretudo ao nível da mobilização e sensibilização junto de algumas entidades que estando legalizadas e ativas, poderão melhorar e aperfeiçoar a sua forma de atuação, interiorizando uma maior ambição no que diz respeito ao seu funcionamento.

Independentemente dessa circunstância, que não pode nem deve ser omissa no âmbito deste trabalho, genericamente Figueiró dos Vinhos possui um Associativismo de qualidade, forte, vivo, pujante e consolidado que oferece perspectivas na continuidade de realizações, eventos e acontecimentos futuros que contribuam para projetar o concelho.

14 - TURISMO, CULTURA e GASTRONOMIA

14.1 - ANÁLISE SWOT DO TURISMO, CULTURA E GASTRONOMIA

FORÇAS

- Recursos naturais e paisagísticos, Património arquitetónico (histórico e religioso);
- Diversidade de espaços de lazer (Praias fluviais, Parque Campismo, Jardim Municipal, Fragas de S. Simão, Prudência, Alge e Foz de Alge);
- Valorização do Turismo da Natureza (percursos pedestres, vias de escalada);
- Parceria com a Universidade de Évora, MARE e Quercus - CRER Campelo;
- Incremento da oferta e da qualidade das atividades culturais (ex. Fazunchar);
- Associativismo;
- Casal de S. Simão - Projeto das Aldeia do Xisto;
- Doçaria Conventual;
- Potencialidade para o desenvolvimento da gastronomia pela abundância de peixe do rio;
- Pesca desportiva;
- Aposta na promoção turística do Concelho;
- Redes sociais do Município;
- Diversidade de espaços culturais de referência;
- Atividades culturais de relevo de realização anual: Carnaval, Feira da Doçaria Conventual, S. João, Festas da Feira de S. Pantaleão, Festival Fazunchar, Festival do Fado, Feira das Velharias, Exposições e Natal;
- Oferta cultural local produzida pelos, Coro de S. João Batista, Universidade Sénior, Filarmónica Figueiroense, Orquestra Consequência, Terractividade;
- Boas acessibilidades externas (IC3, IC8, A13);
- Reconhecimento político da importância do turismo para a base económica local;
- Museu Centro de Artes e exposições.

FRAQUEZAS

- Inexistência de unidades de alojamento com elevada capacidade (unidades com número elevado de quartos);
- Oferta de atividades/espaços de entretenimento (crianças, adultos, idosos) e de animação noturna;
- Adesão da comunidade a atividades culturais;
- Conservação e manutenção onerosa de equipamentos culturais;
- Pouca diversidade de produtos endógenos de referência;
- Perda da tradição da utilização de peixe do rio na gastronomia nos restaurantes;
- Diminuição da oferta e consequente qualidade de restaurantes;
- Descaracterização da paisagem;
- Envelhecimento populacional e fraca capacidade de rejuvenescimento da população;
- Sazonalidade turística;
- Reconhecimento da importância económica do turismo por parte dos privados.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2030;
- Percurso Fragas São Simão (Passadiço);
- Geminações;
- Grande Rota do Zêzere;
- Afluxo crescente de turistas para a vertente de Turismo de Natureza;
- Complementaridade com a oferta turística de outros concelhos ex.: Praia das Rocas (projeto âncora para o Turismo que, por arrastamento, poderá permitir a criação de circuitos turísticos, potenciando o alojamento, comércio, venda de produtos endógenos, gastronomia e a projeção do concelho);
- ALJIA; Valorização da Ribeira de Alge e zona envolvente;
- Aumento do número de turistas nacionais na época alta e baixa;
- Valorização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais para o desenvolvimento turístico, diversificação da economia regional e dinamização da base económica local;
- Dinamização do Centro Hípico;
- Participação na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e integração no Turismo do Centro de Portugal;
- CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria;

...

OPORTUNIDADES (Cont.)

- Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento;
- Aumento da visita de grupos organizados;
- Aumento do investimento turístico por parte dos privados;
- Quinta da Ciência Viva dos Insetos – Figueiró dos Vinhos.

AMEAÇAS

- Diminuição dos rendimentos e das poupanças das famílias;
- Perda de qualidade diferenciadora nos restaurantes locais;
- Incêndios;
- Aumento da oferta turística e cultural nos municípios limítrofes.

14.2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:

- ✚ Falta de espaços de diversão noturna;
- ✚ Falta de adesão da comunidade a atividades culturais;
- ✚ Conservação e manutenção onerosa de equipamentos culturais;
- ✚ Pouca diversidade de produtos endógenos de referência;
- ✚ Inexistência de produto gastronómico de referência, disponível para os turistas (com exceção da doçaria conventual).

14.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

O Setor do Turismo constitui atualmente uma alavanca essencial no sentido de potenciar um desenvolvimento económico e social integrado numa estratégia global presente e futura, podendo constatar-se o impacto que tem demonstrado no que concerne à dinamização de atividades económicas tradicionais e ao mesmo tempo permitindo a valorização de especificidades culturais locais, que naturalmente propiciam oportunidades de ocupação pelos mais jovens e também por essa razão contribuir para a estagnação do êxodo rural a que os territórios com as características do concelho de Figueiró dos Vinhos têm vindo a assistir.

Consciente desse desiderato, a Autarquia tem vindo a promover e a valorizar esse objetivo estratégico, tendo sido recentemente aprovados um conjunto de projetos cujo financiamento se encontra assegurado pelos fundos comunitários direcionados para esta área em concreto, importando referenciá-los neste trabalho, ilustrando a importância que terão no futuro próximo nas vertentes que abrangem:

- Restauro da Igreja Matriz, projeto que engloba a matriz do turismo cultural e religioso, criação de um roteiro turístico urbano - “Uma volta à Vila à volta dos 4 artistas”, entre outros.
- Festival Fazunchar que é realizado desde 2019 e tem como objetivo promover a arte e cultura no concelho. Este festival assinala Figueiró dos Vinhos como uma referência no panorama da Arte Urbana Nacional, contribuindo para desenvolvimento da região.
- Projeto do reforço da atratividade Turística de Figueiró dos Vinhos - Rede Wi-Fi, que contou com o apoio e reconhecimento do Turismo de Portugal, proporcionando o natural aproveitamento e rentabilização das novas e cada vez mais evoluídas tecnologias ao serviço da ação promocional do concelho em termos da informação e da divulgação. Este Projeto contou também com a parceria, adesão e integração da Comunidade Intermunicipal que tem por objetivo oferecer de forma integrada os produtos turísticos da região de Leiria.
- Finalmente, destacar a importância decisiva para o desenvolvimento deste setor no concelho de Figueiró dos Vinhos objeto de recente reconversão e adaptação do Posto Aquícola de Campelo para criação experimental de trutas assilvestradas (CRER), a que nos referiremos de forma mais detalhada nas considerações finais deste Capítulo, pela importância que assume em termos do que constituirá a notoriedade e visibilidade que trará ao concelho e à região uma vez implementado.

Possível alavanca para o desenvolvimento local de muitas zonas rurais, o Turismo constitui assim um setor em plena expansão, que permite dinamizar atividades económicas tradicionais e valorizar as especificidades culturais locais, proporcionando oportunidades de emprego aos jovens e contribuindo para travar o êxodo rural.

O concelho de Figueiró dos Vinhos reúne um conjunto de características ao nível da paisagem que apresenta, das belezas naturais que ostenta, dos recursos naturais de que dispõe, da luminosidade que apresenta e de um conjunto de equipamentos sociais e de lazer que potenciam a atividade turística, e por essa via o usufruto de uma qualidade de vida cada vez mais procurada.

De acordo com o inquérito realizado pelo Posto de Turismo - Regis4Tur, em 2023, o Turismo de Natureza continuou a ser um dos principais pontos de atração de visitantes, registando 43% de afluência, seguindo-se o Turismo Cultural e o Património com 33%.

A valorização de espaços verdes e ribeiras outrora subaproveitadas, em espaços de lazer e praias fluviais, a dotação do concelho de infraestruturas de apoio ao turismo tais como Piscina, Biblioteca Municipal, Casa da Cultura, “Casulo”, Museu e Centro de Artes, Museu do Xadrez (único no País), etc., tem contribuído não só para uma oferta mais diversificada de alternativas, como também para uma melhor fruição de espaços e paisagens, capazes de atrair um maior número de turistas e visitantes. Efetivamente, o património natural que o concelho possui, convida os turistas a visitar e percorrer diversos locais em permanente contacto com a natureza. Neste âmbito, sublinha-se a criação de três novos trilhos pedestres, bem como a prática de atividades como escalada nas Fragas do Cercal e nas Fragas de São Simão, integradas nas zonas de escalada da região centro e de Leiria.

Neste contexto, torna-se importante promover todo um potencial de que este território dispõe e que no futuro poderá funcionar como polo de atração por parte de todos quantos buscam a tranquilidade e o descanso de modo a escapar à vida agitada que os tempos modernos impõem.

Sendo certo que existe hoje uma nova cultura ambiental alicerçada na necessidade de defesa e preservação do meio ambiente e do património arquitetónico, artístico e cultural, importará delinear uma estratégia e uma política de desenvolvimento sustentado, que em definitivo consolide a convicção de que o turismo poderá contribuir para o progresso global do concelho.

Numa outra vertente da oferta turística, a implementação do parque de Campismo em Foz de Alge, no ano de 2004, criou as necessárias condições a um segmento de mercado diferente, assente naqueles que optam por um contacto mais direto com a natureza. Este equipamento tem vindo a contribuir para catapultar, desenvolver e dinamizar a própria comunidade local beneficiando os respetivos agentes locais, que passaram a encontrar um conjunto de novas oportunidades até aí inexistentes.

A Aldeia Tradicional do Casal de S. Simão, inserida na rede das Aldeias do Xisto, tem vindo a preservar a sua arquitetura original, sendo bem visíveis as marcas da ruralidade. Estão por isso criadas as condições para potenciar o turismo na região, desenvolvendo unidades de turismo de aldeia num local que se apresenta renovado, constituindo um excelente exemplo de reabilitação de um património que é de todos.

Na localidade encontramos um restaurante onde o visitante/turista poderá deliciar-se com a boa gastronomia regional e onde também pode adquirir um produto local ou um dos símbolos da Rede das Aldeias do Xisto, na Loja Aldeias do Xisto, espaço de venda de produtos regionais e locais de qualidade.

No âmbito do Programa das Aldeias do Xisto, foi criado um percurso pedestre (PR1FVN), com o objetivo de contribuir para a promoção do Turismo de Natureza, no concelho de Figueiró dos Vinhos e divulgar o valioso património natural, paisagístico e cultural desta região que, cada vez mais, se tem vindo a assumir como um ponto de atração turística da Região Centro.

Aliás, constata-se que um conjunto de operadores turísticos atentos que estão a esta nova realidade, incluem já no seu pacote de oferta turística estes percursos, contribuindo também dessa forma para projetar as Aldeias de Xisto e o concelho de Figueiró dos Vinhos em particular, no País e no Estrangeiro.

Tendo ainda em vista o reforço da oferta, a ADXTUR promoveu em conjunto com os parceiros do território a “Grande Rota do Zêzere”, tendo criado uma Grande Rota, modular, com um percurso de cerca de 400 Km, ao longo do Rio Zêzere, e que tem como cariz de intervenção a utilização dos recursos existentes e o envolvimento dos agentes privados.

Finalmente, e tendo merecido natural destaque a referência que vimos fazendo à importância que assumem as Aldeias de Xisto no contexto que agora tratamos, importa ainda destacar o projeto “Valorização Turística do Casal de S. Simão - Aldeia do Xisto de Figueiró dos Vinhos”, realizado entre 2019 e 2020. Este projeto que atualmente é marca e produto turístico emblemático do concelho, permitiu potenciar a sua valorização paisagística, turística e aumentar a atratividade, tanto pelo reforço da oferta, como pelo incremento da notoriedade da região como destino turístico no âmbito da rede das Aldeias de Xisto.

De forma sucinta, este projeto com forte impacto no concelho, consistiu na implementação de um passadiço, beneficiação do percurso da Ribeira à Aldeia de Casal de São Simão e requalificação do Miradouro de São Simão.

Este empreendimento, pela natureza que concerne, atrai uma quantidade muito significativa de turistas e visitantes que não deixarão de contribuir para o reforço da economia local e para posteriormente contribuírem para a promoção das nossas belezas naturais e paisagísticas a que já tivemos oportunidade de nos referir.

14.4 - PONTOS DE INTERESSE TURÍSTICO NO CONCELHO

T. 50 - PONTOS DE INTERESSE TURÍSTICO DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Históricos/Religiosos	Lazer
<p>Circuito do Centro Histórico:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Igreja Matriz - Monumento Nacional séc. XV (Figueiró dos Vinhos), ✚ Casulo de Malhoa - imóvel de interesse Concelhio séc. XIX (Figueiró dos Vinhos), ✚ Torre da Cadeia - Imóvel de interesse público séc. XVI (Figueiró dos Vinhos), ✚ Cruz de Ferro, séc. XIX (Figueiró dos Vinhos), ✚ Fonte das Freiras (Figueiró dos Vinhos) séc. XVII, ✚ Convento do Carmo - Património de Interesse Público séc. XVI (Figueiró dos Vinhos), ✚ Fonte de Guimarães e Fonte dos Amores (Figueiró dos Vinhos), <p>Outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Capela de Madre de Deus (Figueiró dos Vinhos), ✚ Ruínas da Antiga Fábrica do Ferro na Foz d'Alge séc. XVII (Arega), ✚ Capela de S. Sebastião (Figueiró dos Vinhos), ✚ Capelinha N.ª Sr.ª da Conceição (Figueiró dos Vinhos), ✚ Pelourinho séc. XVI (Aguda), ✚ Ermida de S.Simão (Sec XVI - Aguda). 	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Jardim Municipal (Figueiró dos Vinhos), ✚ Praia Fluvial Aldeia Ana de Avis (Figueiró dos Vinhos), ✚ Miradouro de Madre de Deus (Figueiró dos Vinhos), ✚ Casal de S. Simão (Aguda), ✚ Praia Fluvial das Fragas de S. Simão (Aguda), ✚ Ribeira de Alge (Figueiró dos Vinhos), ✚ Provência (Bairradas), ✚ Foz de Alge (Arega), ✚ Posto Aquícola de Campelo (Campelo), ✚ Alge, ✚ Miradouro das Fragas de S. Simão (Aguda), ✚ Parque Verde - Vale da Pipa (Figueiró dos Vinhos), ✚ Percurso (passadiços) das Fragas de S. Simão (Aguda).

Fonte: CMFV

14.5 - ALOJAMENTO

T. 51 - ALOJAMENTO E N.º QUARTOS POR FREGUESIA

Tipo de Alojamento	Freguesia	Capacidade
Casa A Lura - Alojamento Local	Aguda	1 quarto casal + 1 quarto duplo + 1 quarto individual
Casa da Milhariça - Alojamento Local	UFFVB	3 Quartos duplos
Alojamento Paris - Alojamento Local	UFFVB	5 quartos duplos
Moinho das Fragas - Alojamento Local	Aguda	1 quarto
Casa do Rio - Alojamento Local	UFFVB	2 quartos
Bras Curado Center - Alojamento Local	Aguda	2 quartos
Casa de Pedra - Alojamento Local	Arega	1 quarto
Casa do Moinho Novo - Alojamento Local	Campelo	3 quartos
Quinta do Cabeço - Alojamento Local	UFFVB	2 quartos
Quinta de S. Luís - Alojamento Local	UFFVB	4 quartos
Casa do Olival - Alojamento Local	UFFVB	3 quartos
Vivenda Festina Lente - Alojamento Local	UFFVB	1 quarto
Casa da Avó - Alojamento Local	Campelo	2 quartos
Vivenda Walters-Diaz - Alojamento Local	Aguda	4 quartos
Casa Natureza Portugal - Alojamento Local	UFFVB	1 quarto
Casa da Vila - Alojamento Local	UFFVB	2 quartos
Tower CC - Alojamento Local	UFFVB	5 quartos
Casas Ponte D'Alge - Alojamento Local	Arega	4 quartos
Casa D'Oliveira - Alojamento Local	Aguda	4 quartos
Casa do Ouriço e Casa da Raposa - Alojamento Local	Campelo	3 camas
Casa da Garça - Alojamento Local	Campelo	1 cama
Acolina - Alojamento Local	Aguda	1 quarto
Quinta da Vergueira - Alojamento Local	UFFVB	4 camas
Prédio Fazunchar - Alojamento Local	UFFVB	2 quartos
Retiro na Aldeia - Alojamento Local	Arega	1 quarto
Casa do Largo - Alojamento Local	Arega	2 quartos
Casa da Cortiça - Alojamento Local	Aguda	2 quartos
Casa Beatriz - Alojamento Local	Campelo	2 quartos
Casa do Tanque - Alojamento Local	Aguda	2 quartos
Casa Vale da Pousada - Alojamento Local	Aguda	3 quartos
Campos River House - Alojamento Local	Arega	3 quartos
Por A Mor - Alojamento Local	UFFVB	3 quartos
B&B Travessa da Arieira - Alojamento Local	Aguda	3 quartos
Casa Branca - Alojamento Local	UFFVB	2 quartos
Casa Elbi - Alojamento Local	Arega	2 quartos
Casa da Bivó - Alojamento Local	Arega	3 quartos
Olá Bella Vista - Alojamento Local	Aguda	1 quarto
A Vossa Casa - Alojamento Local	UFFVB	3 quartos
Hotel Rota Malhoa (**)	UFFVB	12 quartos duplos
Hotel Rural Solar das Freiras (***)	UFFVB	10 quartos + 1 suite
Quintinha do Casal Ruivo - Casa de Campo	Aguda	5 quartos
Quinta da Fonte - Agroturismo	UFFVB	2 camas
Vale das Cúpulas - Agroturismo	UFFVB	-
Quinta do Sobral - Casa Ouro - Agroturismo	UFFVB	2 quartos duplos + quarto de casal
Parque de Campismo Foz de Alge	Arega	200 campistas, 2 bungalows

Fonte: Turismo, CMFV - 2024

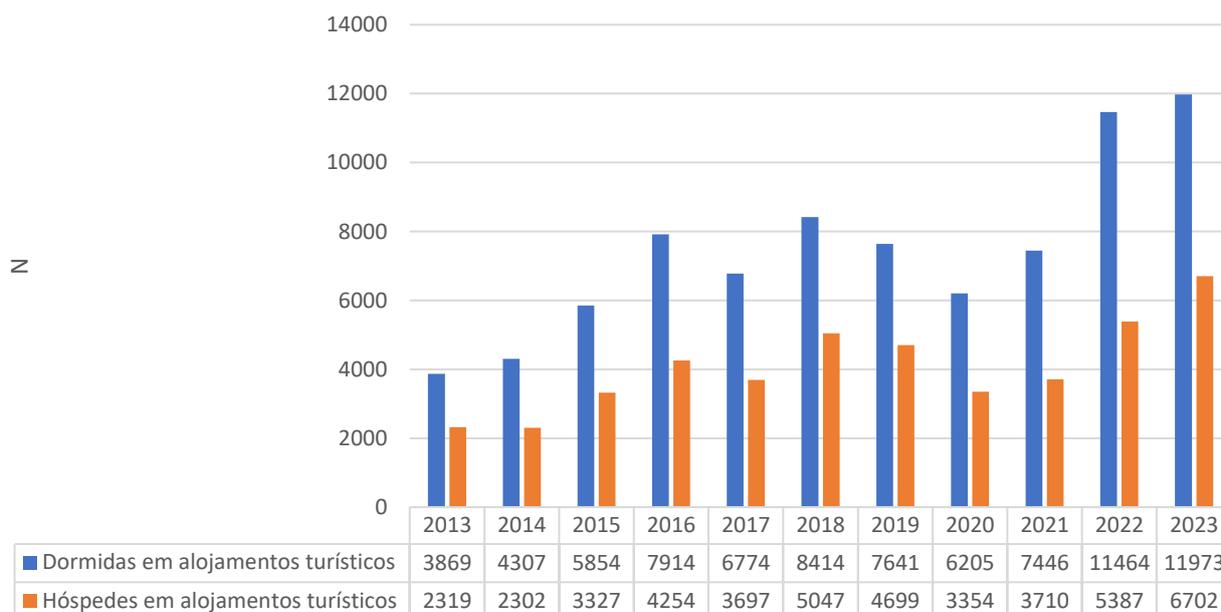
Como já foi referido noutro capítulo, o setor do Turismo conheceu, nos últimos anos, um incremento importante, quer através da aposta na construção de uma “marca” associada a Figueiró dos Vinhos assente numa imagem de auto valorização, de preservação e exaltação do que é o concelho, do que o identifica e distingue, quer também através da diversificação da oferta em termos do alojamento disponível.

Neste sentido, foram desenvolvidas várias ações e projetos no âmbito da valorização do bem imaterial figueirense. A concretização de uma estratégia global de marketing territorial e do reforço da qualificação da oferta turística foi uma dessas ações, que visaram a projeção de Figueiró dos Vinhos como região atrativa turisticamente.

Como se pode verificar pelo gráfico seguinte, desde 2013 que se tem verificado um crescimento expressivo das dormidas e, conseqüentemente, do número de hóspedes, apenas interrompido em 2017, conseqüência dos incêndios de junho desse ano e, posteriormente, em 2020 e 2021 conseqüência da pandemia de COVID-19 que, inevitavelmente, afastou muitos turistas e visitantes.

Entre 2013 e 2023 o total de dormidas em alojamentos turísticos aumentou 203%. Naturalmente, o número total de hóspedes em alojamentos turísticos acompanha a mesma tendência, isto é, aumentou 189% face ao ano de 2013.

G. 98 - TOTAL DE DORMIDAS E DE HÓSPEDES EM ALOJAMENTOS TURÍSTICOS, 2013-2023

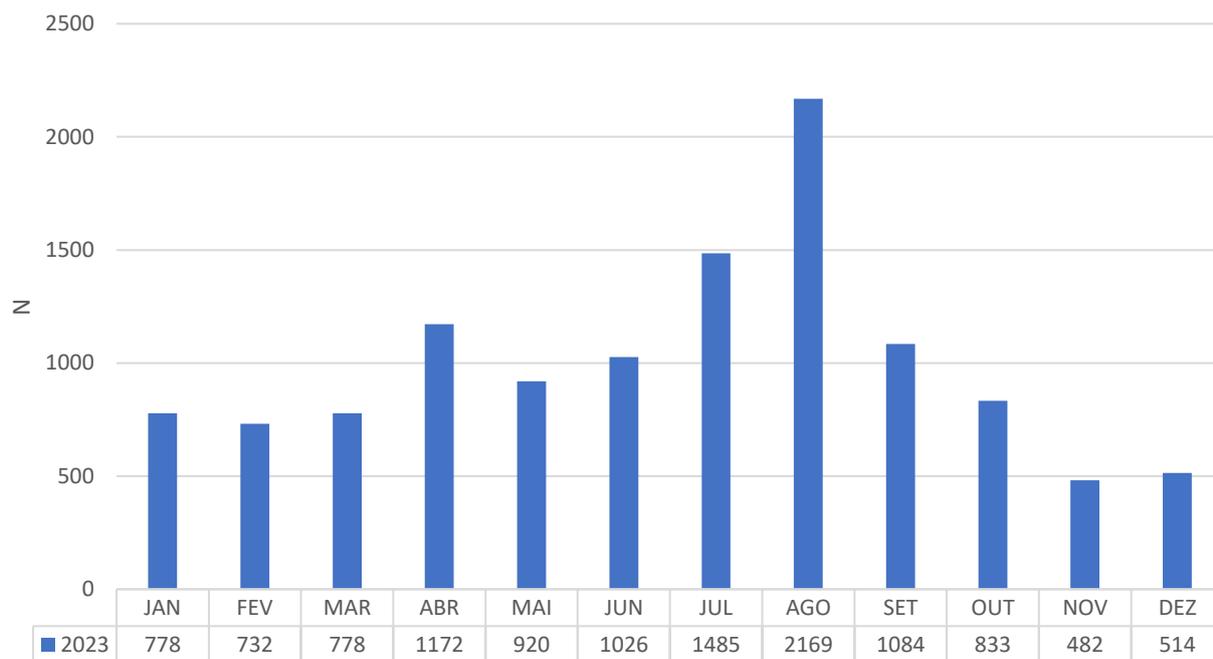


Fonte: Turismo Centro de Portugal, 2024, adaptado

Nos últimos 3 anos, Figueiró dos Vinhos registou um aumento exponencial do n.º de dormidas nas unidades de alojamento do Concelho, cuja resposta tem sido dada com a crescente abertura de novas unidades de alojamento. Figueiró dos Vinhos contempla, até ao momento, 50 unidades de alojamento, traduzidas em cerca de 150 camas, prontas a acolher com elevada qualidade.

O gráfico seguinte permite-nos atestar a sazonalidade inerente ao turismo no concelho de Figueiró dos Vinhos. No ano de 2023, destacam-se os meses de verão onde número de dormidas é maior, com particular destaque para o mês de agosto (2169 dormidas). Por outro lado, os meses de novembro e dezembro são os que apresentam menor número de dormidas, apenas com 482 e 514, respetivamente.

G. 99 - TOTAL DE DORMIDAS EM ALOJAMENTOS TURÍSTICOS POR MÊS, 2023



Fonte: INE

14.6 - GASTRONOMIA

A Gastronomia do concelho de Figueiró dos Vinhos é outro dos seus cartões-de-visita. Desde a doçaria típica de Figueiró dos Vinhos onde podemos encontrar o Pão-de-Ló, as Castanhas Doces, os Queijinhos Doces e a Seara de Santo António, aos pratos típicos onde destacamos os pratos de peixe do rio (as trutas, achigãs, carpas, enguias, etc.) e nos pratos de carne o Borrego dos Casamentos e o Leitão à Moda de Figueiró.

Anualmente a Câmara Municipal organiza a Feira de Doçaria Conventual, evento onde se reúnem doceiros de todo o país, colocando também a doçaria conventual de Figueiró dos Vinhos na Rota da Doçaria Conventual Nacional.

Com este evento pretende-se não só preservar as receitas conventuais, mas também o património cultural e gastronómico e a dinamização e promoção do Convento do Carmo, importante monumento religioso e arquitetónico do concelho.

Um pouco por todo o concelho ainda que com uma distribuição assimétrica, podemos também encontrar vários espaços ligados ao setor da restauração, predominando os restaurantes e cafés principalmente na freguesia de Figueiró dos Vinhos, a que apresenta maior densidade populacional.

T. 52 - DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE RESTAURAÇÃO E SIMILARES, POR FREGUESIA

	Aguda	Arega	Campelo	F. Vinhos/ Bairradas	Total
Padaria/Pastelaria	2	1	0	4	7
Cafés	8	4	0	10	22
Café-restaurante	1	1	0	4	6
Restaurantes	3	1	0	13	17
Bares	0	0	0	3	3
Estabelecimentos mistos (café-mercearia, mistos)	5	2	1	5	13
Total	19	9	1	39	68

Nota: Na categoria "Bares" são considerados os Bares cuja exploração é por concessão do Município de Figueiró dos Vinhos.

Fonte: Centro Investe - Município de Figueiró dos Vinhos, agosto 2024

14.7 - CULTURA

No que à Cultura diz respeito, o município de Figueiró dos Vinhos encontra-se dotado de um conjunto de equipamentos culturais, que imprimem um relevante dinamismo neste domínio, no concelho. Os equipamentos culturais encontram-se concentrados sobretudo na freguesia sede de concelho e deles destacamos Museu e Centro de Artes, o Casulo, o Museu do Xadrez, Biblioteca Municipal, a Casa da Cultura⁸⁶, espaço utilizado para espetáculos musicais, peças de teatro, entre outros.

Importa destacar neste domínio a existência de um Património Artístico e Cultural que representa uma importante herança do nosso passado coletivo, fazendo dele parte bens imóveis devendo destacar-se a Igreja Matriz classificada de monumento nacional, a Torre da Cadeia, o Casulo de Malhoa, o Convento de Nossa Senhora do Carmo, a Cruz de Ferro, a Fonte das Freiras, as ruínas das Antigas ferrarias de Foz de Alge e o Pelourinho de Aguda.

Todos estes bens integram a riqueza cultural do concelho, que pelo seu valor próprio, são considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura do Povo, sendo constante o esforço por parte das entidades públicas no sentido de o preservar de modo a transmitir todo esse legado às gerações vindouras.

Recentemente, a câmara municipal tem projetado o concelho no que diz respeito à Cultura, prova disso, é o festival de Arte Urbana - Fazunchar que é realizado desde 2019 e tem como objetivo promover a arte e cultura no concelho. Este festival assinala Figueiró dos Vinhos como uma referência no panorama da Arte Urbana Nacional, contribuindo para o desenvolvimento da região.

Assim, o festival caracteriza-se pela sua multidisciplinaridade, onde se celebra a arte nas suas diferentes formas, promovendo a integração do público e dos artistas numa comunhão com o meio envolvente.

No domínio das artes, nomeadamente, na escultura, é necessário mencionar a integração do município de Figueiró dos Vinhos na Rota da Escultura - Territórios de Pedra, juntamente com os municípios de Ansião e Pombal. Esta rota contempla um circuito composto por oito esculturas contemporâneas de pedra, com o objetivo de promover a arte, bem como, valorizar a paisagem dos espaços públicos do ponto de vista estético, identitário e patrimonial.

Na mesma vertente, o município conta ainda com o projeto Esporo, que teve início em 2022 e ao qual se juntaram os municípios de Ansião e Proença-a-Nova. Este é um projeto de disseminação cultural, que visa sobretudo promover uma simbiose entre a arte e o território natural, através de intervenções artísticas que conferem uma nova perspetiva sobre o espaço natural ou patrimonial dos territórios envolvidos, difundindo e desenvolvendo, percursos e rotas de visitaçao.

⁸⁶ Com mais de um século de existência enquanto espaço de confraternização e de preservação de algumas manifestações concelhias, o Clube Figueiroense – Casa da Cultura é o espaço cultural por excelência de Figueiró dos Vinhos, guardando a memória de ter registado entre os seus fundadores nomes sonantes, que sendo naturais ou residentes em Figueiró, deram o seu contributo ao desenvolvimento da cultura portuguesa. O Clube Figueiroense dispõe de um auditório com lotação aproximadamente de 175 lugares, podendo ser utilizado para sala de conferências, sala de teatro e como palco para a realização de espetáculos musicais. O Clube dispõe ainda de uma sala polivalente podendo ser utilizada para exposições de pintura, escultura, fotografia, desenho, banda desenhada e artesanato.

Efetivamente, a Autarquia atenta à realidade cultural tem vindo a empreender um conjunto de ações de divulgação do património artístico, promovendo iniciativas e exposições diversas no âmbito da pintura, escultura, fotografia, cerâmica, etc.

Finalmente, importa sublinhar o importante papel que algumas associações do concelho vocacionadas para a área cultural têm vindo a protagonizar, dinamizando um conjunto de atividades na área do teatro, da etnografia, na recuperação de algumas tradições, usos e costumes do concelho, envolvendo a Comunidade Figueiroense.

14.8 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS

T. 53 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Tipo de Equipamento	Freguesia
Museu e Centro de Artes/Turismo	Figueiró dos Vinhos
Museu do Xadrez	Figueiró dos Vinhos
Clube Figueiroense/Casa da Cultura,	Figueiró dos Vinhos
Biblioteca Municipal Simões de Almeida (Tio),	Figueiró dos Vinhos
Casulo de Malhoa	Figueiró dos Vinhos
Casa Museu Rego de Vasconcelos	Aguda

Fonte: CMFV

14.9 - ATIVIDADES CULTURAIS

-  Teatro (espetáculos ocasionais),
-  Conferências (várias),
-  Exposições (pintura, escultura, fotografia, desenho, B.D.),
-  Espetáculos Musicais.

14.10 - EFEMÉRIDES

Festa de S. João (junho - feriado do concelho)

Feira Anual de S. Pantaleão (julho)

Festival Fazunchar (agosto)

-  Festividades do Carnaval,
-  Dia Internacional das Florestas,
-  Dia Mundial do Teatro,
-  Comemorações do 25 de Abril,
-  Dia Mundial da Criança,

-  Dia Mundial do Turismo,
-  Dia Internacional dos Museus,
-  Aniversário do Museu do Xadrez,
-  Dia Internacional dos Monumentos e Sítios.

14.11 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurámos neste capítulo deixar um retrato do potencial turístico de que o concelho dispõe e que cada vez mais deve ser encarado como uma alavanca do desenvolvimento económico que se prossegue em termos globais.

A este propósito destacámos os pontos de interesse turístico da vila e do concelho, da Gastronomia local que tem o Pão-de-Ló como referência obrigatória, assim como das condições naturais e paisagísticas, que numa época remota atraíram a esta terra José Malhoa e Manuel Henrique Pinto, que aqui encontraram a luminosidade ideal e o ambiente propício para se estabelecer e desenvolver uma parte importante da sua grandiosa obra artística.

Tivemos oportunidade de destacar as Praias Fluviais, os espaços de lazer, um conjunto de infraestruturas que permitem desfrutar de uma qualidade de vida cada vez mais procurada e desejada. Atualmente, dois projetos poderão afirmar-se como fundamentais no desenvolver destas potencialidades: Projeto ALJIA e o Projeto associado a uma Quinta de Ciência Viva dos Insetos.

Referimos a Aldeia de Xisto do Casal de S. Simão como um bom exemplo de afirmação da nossa ruralidade e beleza.

Como referimos no início deste Capítulo importa referir com particular ênfase a reabilitação do Posto Aquícola de Campelo que constitui uma enorme passo no âmbito do desenvolvimento sustentável para Figueiró dos Vinhos, através da candidatura apresentada ao MAR2020.

O mérito da candidatura “CRER - Adaptação do Posto Aquícola de Campelo para criação Experimental de Trutas Assilvestradas, é revelador de um investimento que ultrapassará um milhão de euros e acima de tudo permitiu oferecer um uso eficiente e atrativo ao espaço, centrado na criação de trutas assilvestradas, mas com óbvios impactos no turismo, captação de visitantes, na pesca desportiva, entre outras vertentes que se enquadram nessa estratégia mais global que tem vindo nos últimos anos a ser desenvolvida e prosseguida no âmbito do Plano de Gestão Integrada da Ribeira de Alge (ALJIA).

Este investimento está ainda relacionado com a adaptação e modernização do Posto Aquícola de Campelo associado à constituição de um Centro de Reabilitação de Ecossistemas Ribeirinhos.

Desejamos por estas razões e por outras que poderiam ainda ser aduzidas e que foram desenvolvidas anteriormente, expressar a convicção de que o turismo se apresenta cada vez mais como a indústria do presente e do futuro, havendo necessidade também nesta vertente económica, da conjugação de esforços e vontades a nível local, regional e nacional, que envolva obrigatoriamente a iniciativa privada que aqui pode encontrar boas razões para investir nomeadamente no

segmento da hotelaria e alojamento, beneficiando da centralidade do concelho no contexto da Região Centro, das condições ímpares que possui e do povo generoso e acolhedor que aqui pode encontrar.

Numa só palavra todos podem contribuir para a materialização de uma política de desenvolvimento sustentável geradora de riqueza e de emprego, potenciada que seja esta importante vertente.

No que concerne aos principais mercados emissores, a atividade turística continua a ser sustentada pelo mercado interno (70%), sendo os principais emissores de visitantes os grandes centros populacionais, Lisboa (43%) e Leiria (18%). Destaque ainda para Porto (12%) e Coimbra (8%), que registam números significativos de visitantes. O mercado externo contribui em apenas 15% para a atividade turística, sendo os principais emissores a Inglaterra, França e Espanha.

Contudo, pretendemos, de forma sucinta, esboçar o perfil de quem nos visita e de quem por cá pernoita. Portanto, podemos proferir os seguintes traços:

- ✚ O turismo associado às Praias Fluviais com expressividade;
- ✚ O Turismo Cultural, apresentando como argumentos principais o Museu e Centro de Artes, o Casulo de Malhoa, a Igreja Matriz, Museu do Xadrez e o Fazunchar, que apresentam um potencial de atração de visitantes;
- ✚ O Turismo de Natureza relacionado a todas as formas de lazer baseadas em experiências diretamente relacionadas com recursos naturais;
- ✚ O Produto Turístico Fragas de São Simão é o principal ponto de atração de visitantes ao longo do ano, sendo necessário cativar esses visitantes para conhecerem o território de Figueiró dos Vinhos;
- ✚ Existência de pouca iniciativa no setor do turismo ativo (empresas de animação turística).

O efeito da sazonalidade apresenta-se como um dos maiores dilemas do turismo ao nível global e para o qual Figueiró dos Vinhos tem tentado encontrar soluções, diversificando a oferta e potenciando outros segmentos de oferta turística que visam aumentar a procura, sobretudo na época baixa (Feira de Doçaria Conventual, apresentação de exposições diversificadas no Museu e Centro de Artes...).

Relativamente à cultura tivemos oportunidade de destacar um conjunto de equipamentos de que a sede do concelho dispõe e que se têm afirmado pela sua modernidade e atualização como infraestruturas adequadas ao desenvolvimento de um conjunto de atividades de âmbito cultural que têm vindo a ser prosseguidas.

A Autarquia continua a apostar nesta área promovendo os usos, os costumes e as tradições do concelho de Figueiró dos Vinhos, apoiando de acordo com as suas disponibilidades financeiras o associativismo que se tem revelado um parceiro fundamental na estratégia delineada para este setor.

Nesta linha de atuação, referenciámos as manifestações de índole cultural que ocorrem de forma periódica no concelho, as efemérides e os acontecimentos mais relevantes que integram a agenda cultural promovida e desenvolvida pela Câmara Municipal.

Refira-se por último que no âmbito da transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo, foi publicado

em 28 de novembro de 2018, o Decreto-Lei nº. 99/2018, Diploma Legal este que mereceu da parte dos Órgãos Autárquicos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Figueiró dos Vinhos) a respetiva anuência, isto é, o acordo unânime dos autarcas do Município de Figueiró dos Vinhos, tendo em vista dotar a CIMRL destas novas competências que poderão numa lógica de escala e de espírito de entreajuda intermunicipal, contribuir para uma maior facilidade de acesso a futuros programas, projetos e candidaturas aos fundos nacionais e europeus, que possam por esta via também incidir no nosso território, cada vez mais vocacionado, como temos vindo a afirmar, para desenvolver esta importante vertente económica.

15 - SEGURANÇA

15.1 - ANÁLISE SWOT DA SEGURANÇA

<p>FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - GNR e UEPS; - Tribunal Judicial; - Julgado de Paz; - Gabinete de Apoio ao Jovem (GAJ); - Direção Geral de Reinserção Social (DGRS) – Equipa do Baixo Mondego 2; - Serviço Local da Segurança Social; - CPCJ; - Serviço Municipal de Proteção Civil; - Conselho Municipal de Segurança; - Comissão Municipal de Proteção Civil. 	<p>FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desemprego; - Baixos rendimentos das famílias; - Alcoolismo; - Violência doméstica; - Predominância da ocorrência de furtos; - Aumento dos crimes contra as pessoas (maus tratos e integridade física); - Toxicodependência; - Condução sob o efeito do álcool e sem habilitação.
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Medidas de reestruturação das Forças de Segurança implementadas pelo governo; - Julgados de Paz; - Serviços de mediação familiar e laboral. 	<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crise económica e social; - Reduzido número de efetivos na GNR que permitam assegurar/reforçar a segurança (tendência geral do país).

15.2 - SEGURANÇA - PROBLEMAS IDENTIFICADOS

-  Furtos a residências e estabelecimentos;
-  Crimes contra as pessoas (maus tratos, integridade física e condução sobre efeito do álcool);
-  Consumo de álcool e droga.

15.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição da República Portuguesa consagra o princípio do direito fundamental à segurança, salvaguardando a liberdade individual como um princípio básico da cidadania e, por essa via, promotor da coesão social.

De acordo com a 17ª edição do Índice de Paz Global (Global Peace Index⁸⁷), em 2023, Portugal encontra-se em 7.º lugar na lista de países mais seguros do mundo. Não podemos dizer que não existe criminalidade, porém, os crimes violentos são mínimos e o investimento em prevenção é uma das razões para que Portugal seja tão seguro.

Podemos considerar Figueiró dos Vinhos um concelho tranquilo, onde os seus habitantes beneficiam de um bom nível de qualidade de vida e também de segurança.

A prevenção das situações de risco existentes nas sociedades modernas assume-se assim como um vetor fundamental, enquanto meio para evitar ou minorar algumas das problemáticas acima identificadas e que podem provir ou culminar em situações de pobreza, exclusão social e/ou marginalidade.

⁸⁷ Este índice é elaborado anualmente pelo Instituto de Economia e Paz em colaboração com as Nações Unidas.

15.4 - GNR DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

A manutenção da segurança e ordem pública e a proteção e defesa da propriedade pública e particular, bem como a ação reguladora e de controlo do trânsito, é assegurada, nas áreas rurais e nos aglomerados com menos de 10000 habitantes, pela Guarda Nacional Republicana - GNR.

O concelho de Figueiró dos Vinhos é servido pelo Posto local da GNR (dependente funcionalmente do Destacamento de Pombal) e tem uma irradiação extensiva a todo o território concelhio.

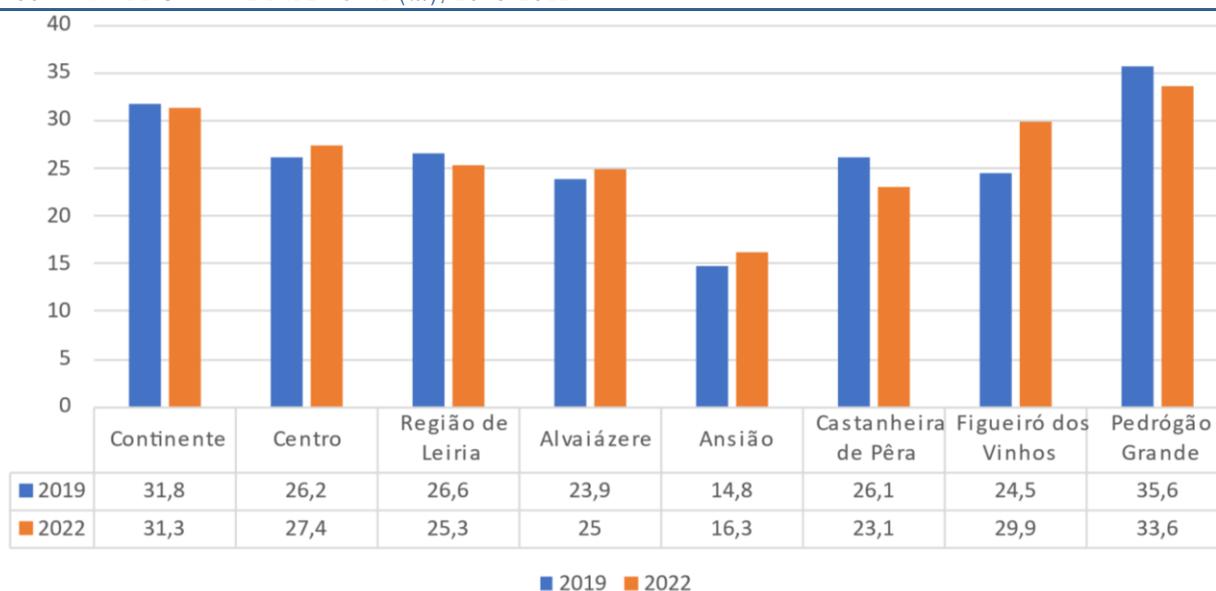
A GNR de Figueiró dos Vinhos conta atualmente com 21 efetivos e está equipada com 3 viaturas ligeiras, uma das quais é todo o terreno.

15.5 - CRIMINALIDADE

Fazendo referência aos dados estatísticos disponíveis nesta área, podemos verificar, no gráfico seguinte, que a taxa de criminalidade tem oscilado nos últimos anos. Decresceu ligeiramente a nível continental, aumentou na zona cento e diminui ligeiramente na região de Leiria. Ansião continua a ter uma taxa mais baixa que os restantes municípios, ainda assim, teve um aumento no período analisado. Pedrógão apresenta uma taxa superior à média do Continente, superior a 30%, ainda assim, com uma redução entre 2019 e 2022.

O concelho de Figueiró dos Vinhos registou, em 2022, uma taxa de criminalidade total de 29,9%, apresentando um aumento comparativamente aos 24,5% registado em 2019.

G. 100 - TAXA DE CRIMINALIDADE TOTAL (%), 2019-2022



Fonte: INE

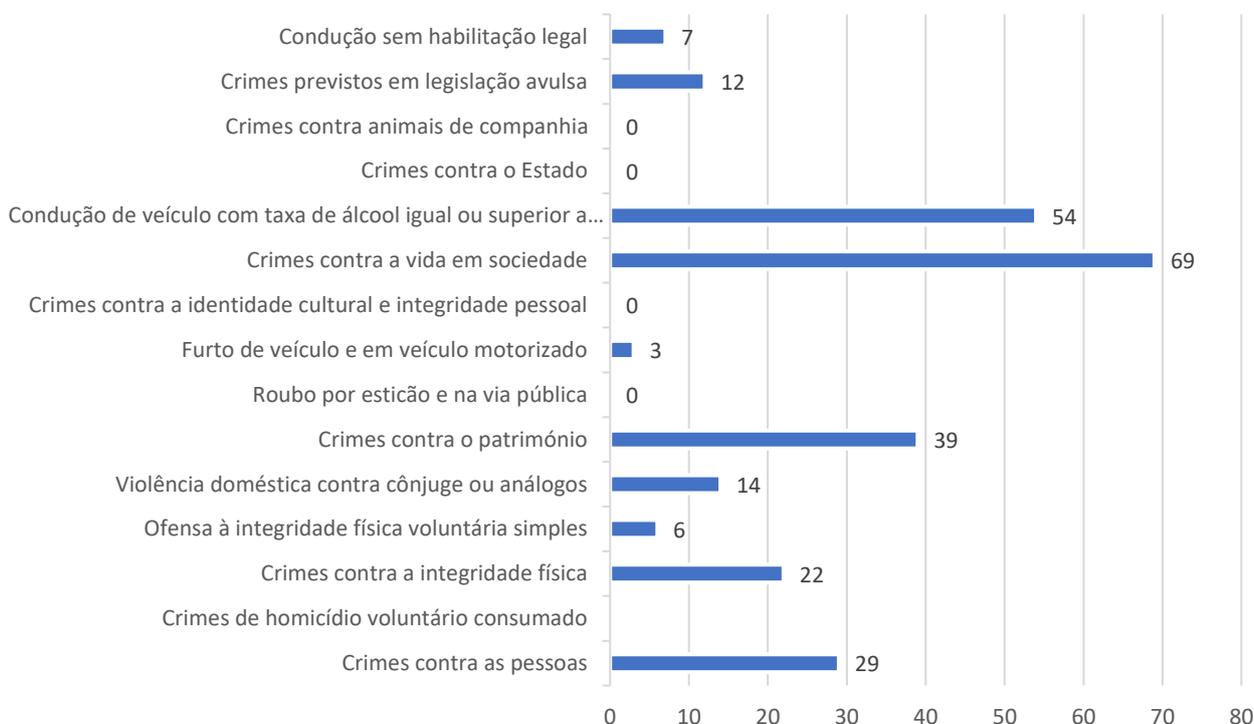
Para efetuar uma caracterização por tipo de crimes cometidos, importa em primeiro lugar enumera-los:

- 🚩 Crimes contra as pessoas nos quais se incluem os crimes contra a vida (por exemplo os homicídios,...), os crimes contra a integridade física (por exemplo as ofensas à integridade física, a violência domestica,...), os crimes contra a liberdade pessoal (por exemplo o rapto, a ameaça,...) entre outros;

- ✚ Crimes contra o património - nos quais se incluem os crimes contra a propriedade (por exemplo os furtos, os roubos,...), entre outros;
- ✚ Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal onde se incluem os crimes de discriminação racial, a tortura..., entre outros;
- ✚ -Crimes contra a vida em sociedade onde se incluem os crimes contra a família (por exemplo a violação da obrigação de alimentos,...), os crimes de falsificação, os crimes de perigo comum (por exemplo o crime de incêndio, o crime de poluição,...), os crimes contra a segurança das comunicações (por exemplo a condução de veículo com taxa álcool igual ou superior a 1,20 g/l,...), entre outros;
- ✚ Crimes contra o estado onde se incluem os crimes contra a autoridade pública (por exemplo a resistência e coação a funcionário, a desobediência,...), entre outros;
- ✚ Crimes previstos em legislação avulsa nos quais se incluem os crimes de tráfico de estupefacientes, a fraude fiscal, o abate clandestino, entre muitos outros.

Assim, e utilizando a informação estatística disponibilizada pelo INE relativamente aos indicadores de crimes mais relevantes, podemos observar no gráfico seguinte a distribuição dos mesmos no ano de. Os crimes contra a vida em sociedade são os que representam maior número, seguidos da condução de veículos com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l e crimes contra o património.

G. 101 - CRIMES REGISTRADOS (N.º) PELAS AUTORIDADES) E CATEGORIA DE CRIME, EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2022



Fonte: INE

15.6 - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica tem vindo a assumir uma enorme centralidade no debate público, não só pelo aumento do número de crimes ocorridos neste domínio, mas, essencialmente, pelo aumento substancial do número de vítimas e da natureza da violência exercida.

Sendo a violência doméstica um fenómeno com uma expressão muito maior do que a que é traduzida no espaço mediático, com consequências gravíssimas ao nível da saúde das vítimas e com repercussões económicas consideráveis, convém não só promover um debate alargado acerca desta problemática, mas também uma maior consciencialização da sociedade, no sentido de uma abordagem mais próxima das “vítimas”, através da denúncia e do apoio possível.

Os dados divulgados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), relativos ao período 2021-2023, revelam que o número de vítimas de violência doméstica apoiadas pela APAV neste período temporal, aumentou 22,9%, perfazendo um total de 31.117 vítimas, sendo a maior parte do sexo feminino. Entre 2021 e 2023, chegaram ao conhecimento da APAV um total de 64.899 crimes de violência doméstica, sendo os comportamentos violentos mais frequentes a ameaça ou coação (19.335), os maus tratos físicos (16.926), a injúria ou difamação (16.142) e a perseguição (3.952).

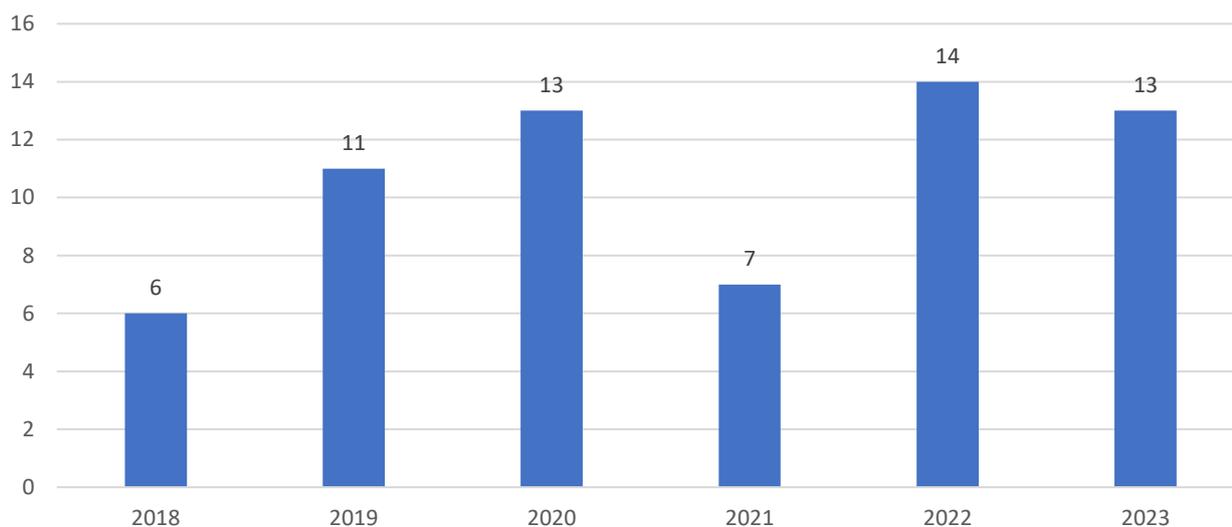
O concelho de Figueiró dos Vinhos não é imune a este fenómeno e, como se sabe, ele surge muitas vezes associado a outras problemáticas (desemprego, alcoolismo, insuficiência de rendimentos, entre outros).

Tendo em conta as características rurais do concelho, a “invisibilidade” da violência doméstica contra as mulheres é favorecida, quer pela distância entre os fogos habitacionais, dificuldade de locomoção, falta de acesso a serviços e informação adequada, quer pela sua “aceitação” cultural e resignação da mulher por falta de alternativas que lhe possibilitem alterar a sua condição de vítima.

O medo de denunciar o agressor, o medo de represálias, a pressão social do meio e a vergonha, condicionam em grande medida este processo de decisão.

Por outro lado, o desemprego feminino e a existência de filhos menores, também exercem uma pressão negativa na tomada de decisão. Nos meios rurais a mulher ainda tem um papel secundário no seio da família, dependendo muitas vezes economicamente do agressor.

Efetuada uma leitura dos números da violência doméstica no concelho de Figueiró dos Vinhos, podemos observar no gráfico seguinte uma variação do número total de casos de violência doméstica registados entre 2018 e 2023. O número mais elevado de casos foi registado em 2022 (14), ano em que duplicou o número de casos relativamente ao ano anterior. A média de casos registados nos anos em análise foi de 10,7.



Fonte: PORDATA

Refira-se que o número de denúncias que chegam aos serviços competentes são diminutos e não ilustram, com toda a certeza, a real dimensão do problema.

15.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à problemática da segurança, recomenda-se que as entidades competentes privilegiem particularmente questões como a segurança e vigilância, dado que uma atuação preventiva pode contribuir para a resolução de muitas das ocorrências registadas.

Necessário se torna ainda o reforço de campanhas de prevenção das dependências (alcooolismo, droga, tabaco, etc), principalmente nas escolas, contribuindo assim para um maior esclarecimento dos jovens relativamente a estes perigos, fazendo com que eles próprios sejam preconizadores de mudança no seio familiar.

Neste capítulo não podemos deixar de fazer referência ao papel da GNR de Figueiró dos Vinhos, enquanto parceiro ativo em projetos de intervenção social e também no âmbito da suas atribuições e competências, no apoio que prestam à população e em particular à população idosa (programa “Idosos/as em Segurança”), através do policiamento de proximidade, das campanhas de informação/sensibilização sobre burlas, na sinalização de idosos isolados, no seu papel ativo no apoio e aconselhamento a vítimas de violência, entre outros.

Destacamos ainda a Unidade Emergência de Proteção e Socorro Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (UEPS), unidade especializada da Guarda, que sucedeu ao Grupo de Proteção e Socorro (GIPS), que tem como missão específica a execução de ações de prevenção e de intervenção, em todo o território nacional, em situações de acidente grave e catástrofe, designadamente nas ocorrências de incêndios rurais, resgate e salvamento em diferentes ambientes, entre outros.

Em jeito de conclusão deste Capítulo torna-se imperioso referenciar e destacar a decisão assumida pelos Órgãos Autárquicos Municipais, que em janeiro de 2019 aceitaram a transferência de competências no domínio da Justiça (Decreto-Lei nº. 101/2018 de 29 de novembro).

Estas deliberações foram sustentadas pelo facto do Município de Figueiró dos Vinhos ter vindo a desenvolver uma forte política na área da Justiça em estreita parceria com os demais agentes da Justiça, tendo mesmo avançado com a constituição de um Julgado de Paz, com a finalidade de regular a instalação, organização e funcionamento do já criado Julgado de Paz do Agrupamento de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela, de acordo com o Decreto-Lei nº 289/2009, de 8 de Outubro.

Procedeu-se nesse âmbito à criação de instalações próprias sedeadas no Tribunal Judicial de Figueiró dos Vinhos de forma a centralizar todas as formas de resolução de litígios na mesma localização. O espaço foi objeto de obras de adaptação e beneficiação, adquirido todo o mobiliário indicado como necessário pelo Ministério da Justiça, bem como as infraestruturas de comunicação e tecnologia para o seu regular funcionamento.

Durante o ano de 2018, considerando o início de mais um mandato autárquico, retomou-se o processo de articulação de esforços no sentido de viabilizar um projeto tão oneroso, mas altamente gratificante para as populações dos municípios envolvidos e muito em especial uma mais-valia para o Município de Figueiró dos Vinhos, proporcionando a todos uma Justiça de proximidade e um meio alternativo de resolução de conflitos. Com a portaria n.º 276/2023 de 6 de setembro, procedeu-se à instalação do Julgado de Paz dos Concelhos de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela, que abrange todas as freguesias destes concelhos, e aprovou o seu Regulamento Interno, definindo as suas composição, organização e regras de funcionamento.

Atualmente encontra-se em funcionamento, estando aberto ao público segundas e quartas-feiras das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17h:00, e terças, quintas e sextas-feiras no período da manhã.

16 - ANÁLISE SWOT CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

FORÇAS

- Localização estratégica no espaço de intermediação/espaço charneira: transição Norte/Sul (A13) – Litoral/Interior (IC8);
- Boas acessibilidades externas às principais vias de comunicação e aos principais centros urbanos do país e da região (A13, IC3 e IC8);
- Rede de Infraestruturas Básicas e Equipamentos nas áreas da Educação e Formação, Saúde e Apoio Social, Formação e Emprego e Turismo e Cultura, com destaque para os Equipamentos Culturais e Sociais e Serviços Públicos;
- Cobertura de Rede de Abastecimento de Água;
- Rede de equipamentos sociais;
- Vila: manutenção da atmosfera de urbanidade 'pura' dos séculos XIX/XX: jardim público, equipamentos sociais, espaços de convívio ao alcance do percurso pedestre;
- Grande variedade de paisagens: montanha, floresta, cursos de água, praias fluviais e albufeira;
- Áreas naturais de elevado valor ambiental com forte diversidade ecológica e paisagística valorizada pela Serra da Lousã;
- Património Natural e Biodiversidade (Sítio PTCON 0060 - Serra da Lousã, da Ribeira de Alge, da Albufeira de Castelo de Bode e do Rio Zêzere);
- Qualidade Ambiental;
- Património Histórico e Cultural associado a José Malhoa e Escola Naturalista;
- Diversidade e regularidade de atividades culturais, associativas e desportivas;
- Integração na Rede das Aldeias do Xisto (visibilidade do Casal de S. Simão enquanto fator de atração);
- Recursos associados ao Turismo de Natureza (Serra da Lousã, Ribeira de Alge, Praias Fluviais, Foz de Alge);
- Intervenções ao nível da requalificação urbana: PP Centro Histórico de FV;
- Parque empresarial e Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo/Incubadora de Empresas;
- Revisão do PDM-FV.

FRAQUEZAS

- Territórios em processo de perda demográfica: diminuição da população, envelhecimento, incapacidade de fixação de população jovem, desertificação;
- Envelhecimento da população e saldo natural negativo: fragilização dos tecidos produtivos e sociais;
- Baixos níveis de escolaridade/qualificação;
- Massa crítica insuficiente;
- Falta participação e intervenção cívica;
- Desemprego e estagnação;
- População com baixos rendimentos/poder de compra;
- Problemáticas sociais associadas ao desemprego;
- Base económica produtiva em crise: setor agrícola (influyente neste território) perde importância;
- Fraco aproveitamento da fileira da floresta;
- Tecido empresarial (escassez de indústrias; comércio reduzido);
- Escasso dinamismo e espírito empreendedor;
- Fraca oferta ao nível das unidades hoteleiras;
- Deficientes acessibilidades internas;
- Deficiente rede de saneamento;
- Matriz de povoamento rural disperso;
- Acesso deficitário a cuidados de saúde;
- Insuficiência de transportes públicos.

OPORTUNIDADES

- Afirmação de Portugal como destino turístico *premium*;
- Afirmação de Portugal como destino para o investimento direto estrangeiro (IDE) fruto das recentes reformas legais e socioeconómicas;
- Crise socioeconómica em destinos concorrentes;
- Valorização internacional de produtos endógenos (agroalimentar, produtos tradicionais como princípio de design etc.);
- PORTUGAL 2020/PDR2020;
- Plano de Reabilitação Urbana (ARU e ORU);
- Integração na CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria;
- Criação da Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã;
- Inserção em Redes e Parcerias regionais;
- Afirmação da Rede de Aldeias do Xisto no contexto nacional e internacional;
- Criação da rota turística «Volta dos Artistas»;
- Mão-de-obra qualificada na área do vestuário e confeção;
- Criação de ambiente favorável ao investimento e ao empreendedorismo (Equipamento de Apoio ao Desenvolvimento Económico);
- Aproveitamento da posição no espaço de charneira para fomento da articulação física, económica e social;
- Fileira da Floresta: recurso natural importante e principal fonte de receitas;
- Atração de empresas ligados ao Setor da Saúde e Biotecnologia;
- Proximidade com centros de ensino superior e de investigação (Universidade de Coimbra, Institutos Politécnicos e Instituto Pedro Nunes);
- Processo de concentração nos núcleos com características mais urbanas que permitem a oferta de um conjunto de serviços públicos e privados;
- Aproveitamento do potencial turístico e atividades correlacionadas: paisagem de montanha, floresta, cursos de água, albufeira de Castelo de Bode, praias fluviais, pesca desportiva, desportos aquáticos, etc.;
- Passadiços do Casal de S. Simão e requalificação das Fragas;
- Aposta na introdução de novos equipamentos desportivos, saúde e social;
- Património Natural, Arqueológico e Vernacular: recuperação e valorização paisagística dos vales, linhas de água, aldeias, azenhas, moinhos, levadas, etc;
- Possibilidade de expansão dos Parques eólicos existentes.

AMEAÇAS

- Crise económica à escala nacional;
- Posição geográfica de transição contrariada pela evolução socioeconómica com características de interioridade;
- Concorrência com outros municípios;
- Perspetiva de encerramento de serviços públicos;
- Manutenção da rede de equipamentos públicos;
- Falta de gestão do espaço florestal;
- Floresta monocultural equinédia;
- Abandono das zonas mais periféricas e isoladas, e das atividades tradicionais, da vigilância e cuidados ativos/passivos dos solos agrícolas e florestais, pela concentração nos núcleos mais urbanos;
- Regressão populacional e diminuição da população ativa;
- Peso da população idosa;
- Ausência de capacidade de atração de migrantes;
- Dimensão do mercado e baixo poder de compra;
- Fraca capacidade de atração de investimentos e de pessoas, que funciona como obstáculo a uma nova dinâmica de desenvolvimento social e económico;
- Tendência para o enfraquecimento das freguesias rurais por oposição ao crescente aumento populacional da zona urbana e periurbana;
- Inexistência de estruturas e equipamentos adequados para garantir uma oferta turística de qualidade;
- Dependência de financiamentos públicos/privados externos;
- Alto risco de incêndios florestais.

Fonte: PDMFV, 2015 e Carta Educativa 2015.

17 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO (PRINCIPAIS INDICADORES)

DEMOGRAFIA:

- ✚ Área Geográfica - 173,44 Km²
- ✚ Densidade populacional (2021) - 30,45 hab./Km²
- ✚ População Residente (2021) - 5281 habitantes
- ✚ População Residente H (2012) - 2504 habitantes
- ✚ População Residente M (2021) - 2777 habitantes
- ✚ População Residente 0-14 anos -488 habitantes
- ✚ População Residente 15-24 anos - 400 habitantes
- ✚ População Residente 25-64 anos - 2535 habitantes
- ✚ População Residente 65 e + anos - 1858 habitantes
- ✚ Índice de Envelhecimento (2023) - 397
- ✚ Índice de Dependência de Idosos/as (2023) - 64,6
- ✚ Índice de Dependência de Jovens (2023) - 16,3
- ✚ Índice de Dependência total (2023) - 80,09
- ✚ Taxa Bruta de Natalidade (2023) - 3,8‰
- ✚ Taxa Bruta de Mortalidade (2023) - 15,8‰
- ✚ Taxa Bruta de Divórcio (2023) - 1,1‰
- ✚ Taxa de Crescimento Natural (2023) - -1,2%
- ✚ Famílias Clássicas (2021) - 2364
- ✚ Proporção de Núcleos Familiares Monoparentais (2021) - 13,93%
- ✚ Proporção de Famílias Clássicas Unipessoais (2011) - 30,9%
- ✚ Famílias Clássicas Unipessoais Pessoas com 65 ou + anos (2021) - 477
- ✚ Proporção de Núcleos Familiares de Casais com Filhos (2021) - 42,9%
- ✚ Dimensão Média das Famílias (2021) - 2,2
- ✚ Taxa de Crescimento Migratório (2023) - -2,29%

HABITAÇÃO

- ✚ Alojamentos/Km² (2021) - 28,3
- ✚ N.º Edifícios (2021) - 4555
- ✚ N.º Alojamentos (2021) - 4905
- ✚ N.º Alojamentos Familiares (2021) - 4894
- ✚ N.º Alojamentos Familiares Clássicos (2021) - 4892
- ✚ N.º Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual (2021) - 2356
- ✚ N.º Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Secundária (2021) - 1643
- ✚ N.º Alojamentos Coletivos (2021) - 11
- ✚ N.º Alojamentos Vagos (2021) - 893
- ✚ Proporção de Alojamentos Familiares Clássicos de Uso Sazonal (2021) - 33,6%
- ✚ Proporção de Aloj. Familiares Clássicos Arrendados ou Subarrendados (2021) - 10%
- ✚ Valor Médio Mensal das Rendas (2021) - 239€
- ✚ Encargos Médios Mensais por Aquisição Habitação Própria (2021) - 232,55€
- ✚ Índice de Envelhecimento dos Edifícios (2021) - 1261,4%
- ✚ Proporção de Edifícios Muito Degradados (2021) - 45,8%
- ✚ N.º de Alojamentos Superlotados, com uma ou mais divisões em falta (2021) - 138
- ✚ Edifícios sem necessidade de Reparação (2021) - 2470
- ✚ Edifícios com Necessidade de Reparação (2021) - 2085
- ✚ Edifícios com Necessidades Ligeiras de Reparações (2021) - 988

- ✚ Edifícios com Necessidades Médias de Reparações (2021) - 742
- ✚ Edifícios com Necessidade Profundas de Reparações (2021) - 355
- ✚ Proporção de Edifícios Muito Degradados (2021) - 45,8

EDUCAÇÃO

- ✚ População Residente sem Nenhum Nível de Escolaridade (2021) - 459
- ✚ População Residente com o 1º CEB (2021) - 1674
- ✚ População Residente com o 2º CEB (2021) - 451
- ✚ População Residente com o 3º CEB (2021) - 761
- ✚ População Residente com o Ensino Secundário (2021) - 907
- ✚ População Residente com Ensino Médio (2021) - 57
- ✚ População residente com Ensino Superior (2021) - 484
- ✚ N.º Alunos 2022/23 - 539
- ✚ N.º Alunos Pré-escolar 2022/23- 85
- ✚ N.º Alunos 1º CEB 2022/23 - 143
- ✚ N.º Alunos 2º CEB 2022/23 - 61
- ✚ N.º Alunos 3º CEB 2022/23 - 113
- ✚ N.º Alunos do Ensino Secundário 2022/23 - 137
- ✚ N.º de Docentes 2023/24 - 63
- ✚ N.º Pessoal Não Docente 2023/24- 65
- ✚ Taxa Bruta de Pré-escolarização 2021/22 - 100%
- ✚ Taxa de Retenção e Desistência 1º CEB 2022 - 1,6%
- ✚ Taxa de Retenção e Desistência 2º CEB 2022 - 3,1%
- ✚ Taxa de Retenção e Desistência 3º CEB 2022 - 1,7
- ✚ Taxa de Retenção e Desistência Ensino Secundário 2022- 5,7%
- ✚ Taxa Bruta de Escolarização Ensino Básico 2021/22- 100%
- ✚ Taxa Bruta Escolarização do Ensino Secundário 2021/22 - 97,2%
- ✚ População Residente com Ensino Superior Completo (2021) - 7,07%
- ✚ Taxa de Analfabetismo (2021) - 4,59%
- ✚ Alunos com NE (2023/24) - 50
- ✚ Rácio Aluno/computador 1º CEB 2022 - 1,1
- ✚ Rácio Aluno/computador 2º CEB 2022 - 0,9
- ✚ Rácio Aluno/computador 3º CEB 2022 - 0,8
- ✚ Rácio Aluno/computador Ensino Secundário 2022 - 0,7
- ✚ Rácio Aluno/computador com Internet 1º CEB 2022 - 1,1
- ✚ Rácio Aluno/computador com Internet 2º CEB 2022 - 0,9
- ✚ Rácio Aluno/computador com Internet 3º CEB 2022 - 0,8
- ✚ Rácio Aluno/computador com Internet Ensino Secundário 2022 - 0,7
- ✚ Proporção de Alunos Subsidiados (2023/24) - 57,50%

SAÚDE

- ✚ Médicos por 1000/hab. (2021) - 2,3‰
- ✚ Enfermeiros por 1000/hab. (2021) - 3,2‰
- ✚ Farmácias e postos farmacêuticos móveis 1000/hab. (2021) - 0,9
- ✚ N.º Inscritos/as no Centro de Saúde (2024) - 6292

- ✚ Proporção de Inscritos/as M (2024) - 47,7%
- ✚ Proporção de Inscritos/as F (2024) - 52,3%
- ✚ Total de Inscritos/as com Médico de Família jun/2024 - 6284
- ✚ Total de Inscritos/as sem Médico de Família jun/2024 - 8
- ✚ Total de Inscritos/as sem Médico de Família por opção jun/2024 - 9 / 2017 - 0
- ✚ N.º Consultas por Habitante 2011 - 4,9
- ✚ N.º de Consultas por médico - total (2013) - 26913
- ✚ N.º Consultas Urgentes (2023) - 1174
- ✚ N.º Consultas de Adultos (2023) - 21275
- ✚ N.º Consultas Planeamento Familiar (2023) - 175
- ✚ N.º Consultas de Saúde Infantil e Juvenil (2023) - 1789
- ✚ N.º Consultas de Saúde Materna (2023) - 209
- ✚ Taxa de Mortalidade Infantil (2021) - 0
- ✚ Nados-vivos (2021) - 24
- ✚ Óbitos (2021) - 115
- ✚ Óbitos por doenças do Aparelho Circulatório 2022 - 26%
- ✚ Óbitos por tumores malignos 2022 - 17%

EMPREGO/DESEMPREGO

- ✚ Taxa de Desemprego (2021) - 6,45 %
- ✚ Taxa de Desemprego M (2021) - 5,8%
- ✚ Taxa de Desemprego F (2021) - 7,2%
- ✚ Taxa de Atividade (2021) - 38,76%
- ✚ N.º Total de Desempregados/as (2021) - 132
- ✚ Taxa de Emprego M (2021) - 45,62%
- ✚ Taxa de Emprego F (2021) - 35 %
- ✚ N.º Desempregados/as à Procura do 1º Emprego (2023) - 17
- ✚ N.º de Desempregos à Procura de Novo Emprego (2023) - 133
- ✚ Habilitações Literárias da População Desempregada (2023)
 - <1º CEB - 12
 - 1º CEB - 18
 - 2º CEB - 25
 - 3º CEB - 29
 - Ensino Secundário - 51
 - Ensino Superior - 15

ATIVIDADE ECONÓMICA

- ✚ Taxa de Desemprego (2021) - 6,45 %
- ✚ Taxa de Desemprego M (2021) - 5,8%
- ✚ Taxa de Desemprego F (2021) - 7,2%
- ✚ Taxa de Atividade (2021) - 38,76%
- ✚ N.º Total de Desempregados/as (2021) - 132
- ✚ Taxa de Emprego M (2021) - 45,62%
- ✚ Taxa de Emprego F (2021) - 35 %
- ✚ N.º Desempregados/as à Procura do 1º Emprego (2023) - 17

- 🚩 N.º de Desempregos à Procura de Novo Emprego (2023) - 133
- 🚩 Habilitações Literárias da População Desempregada (2023)
 - <1º CEB - 12
 - 1º CEB - 18
 - 2º CEB - 25
 - 3º CEB - 29
 - Ensino Secundário - 51
 - Ensino Superior - 15

AMBIENTE

- 🚩 Percentagem da População com Abastecimento de Água ao Domicílio (2017) - 100%
- 🚩 Percentagem de Água Segura Para Consumo Humano (2022) - 99,23%
- 🚩 Percentagem de População com Sistema de Esgotos da Rede Pública (2023) - 55%
- 🚩 Resíduos Urbanos - Toneladas (2022) - 1961 ton.
- 🚩 Resíduos Urbanos para Reciclagem (2020) - 217 ton.
- 🚩 Área Agrícola e Florestal do Concelho (2018) - 15.000ha (aprox.) - 87% da Sup. Total do Concelho
- 🚩 Área Florestal do Concelho (2009) - 13.809 ha

AÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

- 🚩 N.º Instituições de Apoio Social (2024) - 3
- 🚩 Taxa de Cobertura das Respostas Sociais para Idosos/as (2021) - 17%
- 🚩 Taxa de Utilização das Respostas Sociais para Idosos/as (2021) - 76%
- 🚩 N.º Pensionistas da Segurança Social (2023) - 2241
- 🚩 N.º Pensionistas por Velhice (2023) - 1481
- 🚩 N.º Pensionistas por Invalidez (2023) - 139
- 🚩 N.º Pensionistas por Sobrevivência (2023) - 621
- 🚩 Percentagem de Pensionistas por População Idade Ativa (2023) - 46,7%
- 🚩 Valor Médio Anual das Pensões Seg. Social (2022) - 4514€
- 🚩 N.º Utentes do Cartão Sénior+ (2024) - 91
- 🚩 N.º Alunos Universidade Sénior (2023/24) - 61
- 🚩 N.º de Agregados Familiares Beneficiários do Regulamento Figueiró Cuida+ (2024) 63
- 🚩 N.º de Beneficiários/as de RSI (2023) - 130
- 🚩 Beneficiários/as de RSI em % da População Residente 15 ou mais anos (2023) - 2,7%
- 🚩 Beneficiários/as de RSI por Faixa Etária (2023):
 - <25 anos - 53
 - 25-39 anos - 22
 - 40-54 anos - 33
 - 55 e + anos - 22
- 🚩 Beneficiários/as de Subsídio de Desemprego em % de Beneficiários Ativos (2021) - 2,3%
- 🚩 Beneficiários de Subsídio de Desemprego (2023) - 35
 - Beneficiários de Subsídio de Desemprego sexo Masculino (2023) - 11
 - Beneficiários de Subsídio de Desemprego sexo Feminino (2023) - 24
- 🚩 Taxa de Cobertura da Valência de Creche (2021) - 27%
- 🚩 Taxa de Utilização da Valência de Creche (2021) -89%
- 🚩 N.º Crianças Acompanhadas pela Intervenção Precoce 2023/24 - 24

- 🚩 N.º Crianças Acompanhadas pela CPCJ em 2023 - 46
- 🚩 N.º Pessoas Acompanhadas pelo POAPMC 2024 - 86 indivíduos/ 27 agregados
- 🚩 N.º Famílias Apoiadas pelo Armazém Social (2023) - 6

ACESSIBILIDADES

- 🚩 Ganho Médio Mensal (2021) - 948,7€
- 🚩 Proporção de Poder de Compra Concelhio (2021) - 0,037 / 2015 - 0,036
- 🚩 Disparidade do Ganho Médio Mensal por Género (2021) - 0,1%
- 🚩 Disparidade do Ganho Médio Mensal entre Níveis de Habilitação (2021) - 16,9%
- 🚩 Disparidade do Ganho Médio Mensal entre Profissões (2021) -21,1%
- 🚩 Disparidade do Ganho Médio Mensal entre Setores de Atividade (2021) - 4%

RENDIMENTOS/DESIGUALDADES

- 🚩 Ganho Médio Mensal (2021) - 948,7€
- 🚩 Proporção de Poder de Compra Concelhio (2021) - 0,037 / 2015 - 0,036
- 🚩 Disparidade do Ganho Médio Mensal por Género (2021) - 0,1%
- 🚩 Disparidade do Ganho Médio Mensal entre Níveis de Habilitação (2021) - 16,9%
- 🚩 Disparidade do Ganho Médio Mensal entre Profissões (2021) -21,1%
- 🚩 Disparidade do Ganho Médio Mensal entre Setores de Atividade (2021) - 4%

ASSOCIATIVISMO E DESPORTO

- 🚩 N.º de Associações Culturais/Recreativas/Desportivas/Humanitárias/Outras (2024) - 60
- 🚩 N.º Equipamentos Desportivos (2018):
 - Piscina Coberta - 1
 - Piscinas Descobertas - 5
 - Campo de Futebol - 1
 - Polidesportivos e Ringues - 4
 - Minicampo Relvado - 1
 - Court de Ténis - 1
 - Pavilhões e Salas Desportivas - 6
 - Circuito de Manutenção - 2
 - Instalações Especializadas - 1
 - Instalações de Espetáculo Desportivo - 2
 - Praias Fluviais - 2

TURISMO, CULTURA E GASTRONOMIA

- 🚩 N.º Unidades Hoteleiras ou Equiparadas (2024) - 44
- 🚩 Parque de Campismo (2024) - 1
- 🚩 Equipamentos de Restauração e Similares (2024) - 68
- 🚩 Equipamentos Culturais (2024) - 6

SEGURANÇA

🇵🇹 Taxa de Criminalidade Total (2022) - 29,9‰

🇵🇹 Taxa de Criminalidade por Tipologia de Crime:

- Crimes contra as pessoas (2022) - 29
- Crimes contra a integridade física (2022) - 22
- Ofensa à integridade física voluntária simples (2022) - 6
- Violência doméstica contra cônjuge ou análogos (2022) - 14
- Crimes contra o património (2022) - 39
- Furto de veículo e em veículo motorizado (2022) - 3
- Crimes contra a vida em sociedade (2022) 69
- Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l (2022) - 54
- Crimes previstos em legislação avulsa (2022) - 12
- Condução sem habilitação legal (2022) - 7

🇵🇹 Crimes de Violência Doméstica (2023) - 13

18 - CONCLUSÃO

A tarefa de construir o Diagnóstico Social do Concelho de Figueiró dos Vinhos que agora se conclui, tem por ambição assumir-se também como um Documento propositor ao nível dos eixos, estratégias e objetivos de intervenção, baseado nas prioridades nele definidas, devendo, como exortámos no início, contribuir para consolidar parcerias num esforço de corresponsabilização nas tomadas de decisão, tendo em mente a aplicação de medidas de desenvolvimento social para o Município de Figueiró dos Vinhos.

Procurámos, que tivesse ficado patente a ideia de que o conjunto de problemas e necessidades identificadas neste Diagnóstico Social não são exclusivos do nosso Território, importando, contudo, continuar a desenvolver esforços, tendo em vista o atenuar das desigualdades sociais e a resolução de problemas estruturais na área social, com que ainda nos confrontamos e que foram objeto de análise cuidada, que ousámos empreender.

Reforçamos, ao terminar este Trabalho, a convicção que sentimos, e que se traduz na importância de privilegiar e reforçar o envolvimento de todos os Parceiros Locais.

Esta circunstância, permitirá rentabilizar os recursos existentes, bem como os equipamentos e serviços que temos ao nosso dispor, de forma a que, ainda com maior assertividade, consigamos consubstanciar na prática as estratégias adequadas à realidade que aqui procurámos retratar.

Estamos certos que com humildade, entreajuda e conjugação de esforços e de vontades, aliados às potencialidades próprias que evidenciámos, permitirão proporcionar um desenvolvimento social e económico integrado e sustentado, que naturalmente todos os Agentes Locais e as populações em particular, ambicionam ver materializados.

19 - EIXOS PRIORITÁRIOS

O Diagnóstico Social do Concelho deve ser uma ponte para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) para os próximos 3 a 5 anos, na medida em que resultou da interpretação exaustiva dos problemas identificados.

Em consonância com o Diagnóstico Social pretende-se definir as prioridades, os objetivos e as estratégias em sede de PDS, a operacionalizar através de Planos de Ação (PA) anuais, capazes de responder às necessidades e aos problemas identificados.

Na realidade, pretende-se definir uma estratégia coletiva e concertada, e que ao ser realista face aos recursos existentes, permita alcançar uma situação social favorável.

Assim, as prioridades e as estratégias de intervenção a programar serão direcionadas para as problemáticas identificadas, definindo objetivos gerais e específicos a atingir dentro de cada eixo estratégico que serão catalisadores das mudanças pretendidas para o concelho de Figueiró dos Vinhos.

Neste sentido, é necessário referir o papel fundamental das Instituições/Entidades do concelho na apresentação de respostas eficazes para as necessidades da comunidade, bem como a progressiva tomada de consciência da importância do trabalho em parceria, por parte dos parceiros do CLAS.

As problemáticas/vulnerabilidades identificadas devem ser encaradas como desafios, sobre os quais todas as forças vivas do concelho se devem debruçar e esforçar-se pela minimização e/ou erradicação dos fatores que se apresentam como menos positivos e incremento dos fatores que favoreçam o desenvolvimento do concelho.

Assim, a procura de melhores condições para a resolução dos problemas sociais de âmbito local requer investimentos decisivos na produção e sistematização de conhecimentos e práticas, no trabalho em parceria e numa perspetiva global, integrada e sustentável tendo em vista os desafios do futuro.

Um dos pressupostos mais importantes na busca por melhores políticas públicas ou intervenções sociais que ajudem o processo de desenvolvimento local encontra-se na necessidade de criar e fortalecer organizações e programas que estruturam modelos de gestão que tenham a avaliação entre os seus pilares de sustentação.

Para finalizar, entende-se que todas as questões abordadas no seio do presente Diagnóstico, e concretamente as estratégias de intervenção que venham a ser definidas, deverão ser abraçadas por todos os atores sociais, económicos e políticos.

Sendo certo que dos problemas identificados em cada uma das áreas temáticas abordadas, nem todos poderão ter a abordagem célere no sentido da sua redução/erradicação, pretende-se, nesta fase, selecionar aqueles onde, no curto prazo e tendo em conta os recursos existentes na comunidade, se possa intervir e sobre os quais versará o Plano de Desenvolvimento Social.

Neste contexto, foram definidos os seguintes eixos prioritários de intervenção:

-  Eixo 1 - Grupos vulneráveis;
-  Eixo 2 - Emprego/Formação;
-  Eixo 3 - Qualidade de Vida;
-  Eixo 4 - Cidadania e Participação.

BIBLIOGRAFIA

- 🚩 **AGUILAR IDÁÑEZ**, Maria José; **ANDER-EGG**, Ezequiel, **Diagnóstico Social: Conceitos e Metodologias**, 3ª Ed., Porto, REAPN/Portugal, 2007;
- 🚩 **Anuários Estatísticos da Região Centro**, (vários anos), INE;
- 🚩 **Carta Desportiva Município de Figueiró dos Vinhos**, Geoatributo, jan/2009;
- 🚩 **Carta Educativa de Figueiró dos Vinhos**, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2015;
- 🚩 **1 Relatório de Monitorização da Carta Educativa de Figueiró dos Vinhos**, Abril 2016;
- 🚩 **2º Relatório de Monitorização da Carta Educativa de Figueiró dos Vinhos**, Maio 2018;
- 🚩 **CARVALHO**, Alda de Caetano, **Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a privação material em Portugal**, 2010, INE, IP;
- 🚩 **Censos** 1981, 1991, 2001, 2011 e 2021, INE;
- 🚩 **Estatísticas APAV, Relatório Anual, 2014**, APAV, 2014;
- 🚩 **GASPAR**, Jorge, et al, **Monografia do Concelho de Figueiró dos Vinhos**, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2004;
- 🚩 **GUERRA**, Isabel, **Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais**, Cascais: Editora: Principia, 2000;
- 🚩 **MEDEIROS**, Carlos, **Figueiró dos Vinhos Terra de Sonho**, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2002;
- 🚩 **NAZARETH**, J. Manuel, **Demografia e a Ciência da População**, Fundamentos, 2007, Lisboa;
- 🚩 **PDM de Figueiró dos Vinhos**, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2015;
- 🚩 **PESTANA**, Gageiro, **Análise de Dados para as Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS**, Lisboa. Edições: Sílabo, 2000;
- 🚩 **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**, Comissão de Defesa da Floresta, Município de Figueiró dos Vinhos, Fev. 2021;
- 🚩 **PORTUGAL 2020 - Programa Nacional de Reformas**, março 2011;
- 🚩 **Rede Social - Desafios e Experiências de um Programa Estruturante**, ISS.IP;
- 🚩 **Relatório “O combate à pobreza começa localmente”**, Núcleo Distrital de Leiria da EAPN, 2008;
- 🚩 **Relatório de Incêndios na Região Centro 17 a 21 de junho de 2017**, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - CCDRC, Coimbra, 30 de junho de 2017.

- 🚩 **Relatório Proposta de Plano de Ação para a Reestruturação e Desenvolvimento dos Serviços de Saúde Mental em Portugal - 2007/2016**, Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental - Ministério da Saúde;
- 🚩 **Rendimento e Condições de Vida 2014** (Dados provisórios), Destaque, INE, 2015;
- 🚩 **SCHIEFER, Ulrich (coord.), MAPA - Método Aplicado de Planeamento e Avaliação - Manual de Planeamento de Projectos**, Mem Martins, Editorial do Ministério da Educação, 2000;
- 🚩 **Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal**, INE, 2010;
- 🚩 **Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental**, Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS.IP 2005;
- 🚩 **2ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos – Avaliação Ambiental Estratégica - Relatório Ambiental**, Município de Figueiró dos Vinhos, Abril, 2023
- 🚩 **EM FOCO – Revista Informativa Câmara Municipal**, Edição 17, 2023;
- 🚩 **EM FOCO – Revista Informativa Câmara Municipal**, Edição 16, 2023;
- 🚩 **EM FOCO – Revista Informativa Câmara Municipal**, Edição 15, 2022.

WEBGRAFIA

<http://datacentro.ccdrc.pt>
<http://observatorio.nerlei.pt>
<http://www.cimregiaodeleiria.pt>
<http://www.cm-figueirodosvinhos.pt>
<http://www.iefp.pt>
<http://www.ine.pt>
<http://www.oecd.org>
<http://www.pordata.pt>
<http://www.seg-social.pt>
<http://www.siej.dgpj.mj.pt>
<https://www.ersar.pt>
<https://www.apin.pt>
<https://ersuc.pt>
<https://bicsp.min-saude.pt>
<https://poseur.portugal2020.pt>
<https://www.dgterritorio.gov.pt>
<https://www.garantiainfancia.gov.pt>

